

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2024

NÚMERO 22.282 • 46 PÁGINAS • R\$ 4,00



Alex Pires/Divulgação

Elas vão soltar a voz

Para celebrar a mulher, cantoras brasilienses, entre elas Renata Jambeiro (foto), participam do festival *Canto Delas*. No repertório, a partir de quinta-feira, músicas de divas da MPB. PÁGINA 41

Seleção

Como personal mind ajuda Andreas Pereira

PÁGINA 40



Os caminhos para a glória eterna

Saiba quem Atlético-MG, Botafogo, Flamengo, Fluminense, Grêmio, São Paulo e Palmeiras enfrentarão na fase de grupos da Copa Libertadores da América. PÁGINA 39

Golpes virtuais crescem 323% em 4 anos no país

O vídeo da prisão de golpistas tentando enganar uma idosa, no Lago Norte, na semana passada, mostrou parte da ação de quadrilhas que se utilizam da tecnologia nas fraudes

eletrônicas. Esse tipo de ocorrência, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, teve 323% de aumento num período de quatro anos — só no Distrito Federal foram 50 mil casos em

2023 —, com os bandidos se utilizando de sofisticados meios em suas ações, como a inteligência artificial, o que exige a constante atualização por parte da polícia. Em entrevista ao

CB.Poder, o delegado Erick Sallum, da 9ª DP, avalia que esse é um fenômeno criminal que ocorre em todo o mundo. Sallum também deu dicas de como escapar dos golpes.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



PÁGINA 36

Lula cobra mais entregas e comunicação de ministros

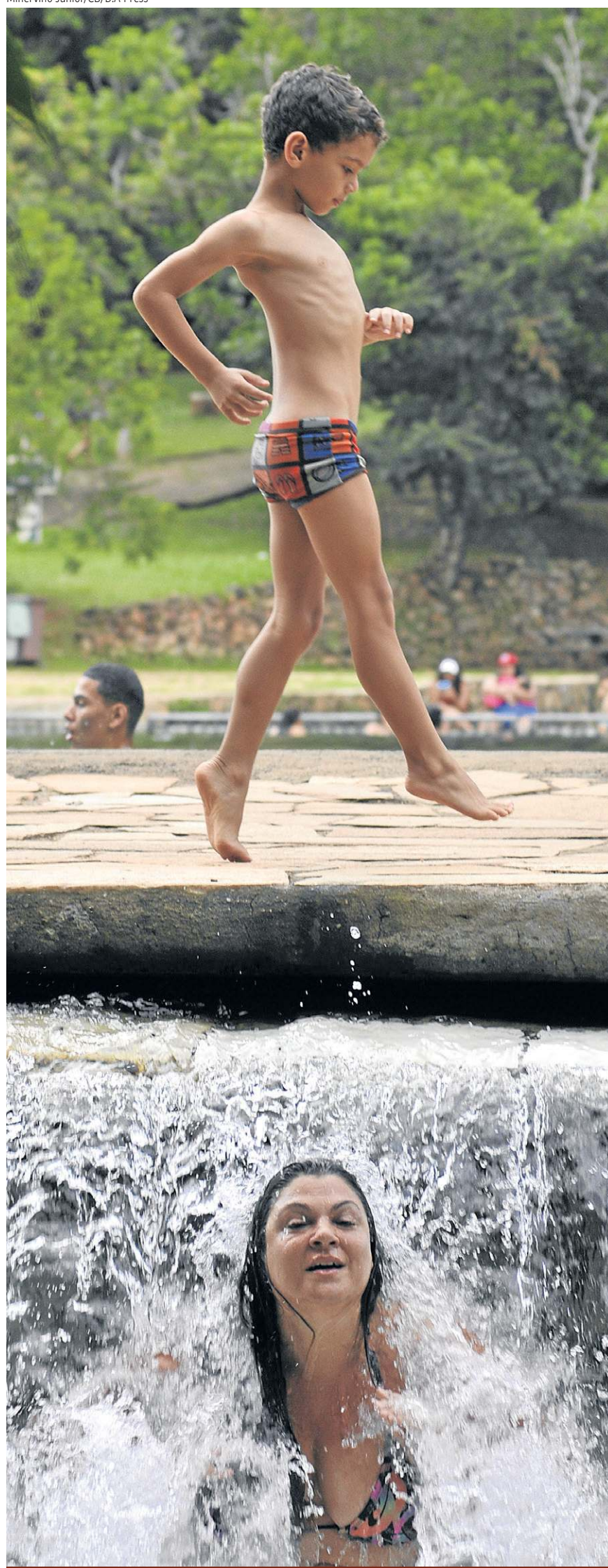
Ricardo Stuckert/PR



Com popularidade em baixa em todas as pesquisas, presidente reúne equipe para passar recados e exigir melhorias. O petista disse que o governo precisa entregar mais realizações e promessas de campanha, além de se comunicar melhor com a população.

PÁGINA 2

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Vacina contra gripe em 125 locais no DF

Imunização de grupos prioritários começa hoje, para crianças até 5 anos, gestantes e idosos (a partir de 60 anos). Além das unidades de saúde, a vacina está disponível em pontos móveis, como a Rodoviária do Plano Piloto. Policiais militares e civis, além de bombeiros e profissionais da Saúde, também estão incluídos nesta primeira fase.

PÁGINA 34

O alto risco da reinfeção por dengue

Moradores de áreas com alta incidência da doença e que já foram infectados temem contrair novamente o vírus. Nas tendas, há dúvidas sobre a gravidade desses casos.

PÁGINA 33

Hospitais no Rio sob intervenção

O Ministério da Saúde assumiu a administração de seis hospitais federais do estado, após denúncias de corrupção, sucateamento e péssimo atendimento.

PÁGINA 4

Aposentadoria

Revisão na berlinda

Supremo Tribunal Federal discute, nesta semana, a possibilidade de anular a decisão que autorizou a chamada Revisão da Vida Toda, aprovada em 2022.

PÁGINA 8

Guerra

Ofensiva a Rafah

Israel envia delegação aos EUA para discutir plano de invasão à cidade no sul de Gaza. Presidente americano, Joe Biden, considera a ação "um erro".

PÁGINA 12

Luiz Carlos Azedo

O puxão de orelhas nos ministros não vai resolver o problema. PÁGINA 4

Denise Rothenburg

A avaliação geral é a de que em suas falas Lula precisa esquecer o antecessor. PÁGINA 5

Ana Maria Campos

Clube do Choro e Rede Sarah receberão a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário. PÁGINA 34

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Empoderados — Projeto Jovem de Expressão, em Ceilândia, atende pessoas de 18 a 29 anos, transformando vidas por meio de cultura, educação, empreendedorismo e saúde mental. Rayanne foi aluna e hoje é gestora do JEX. PÁGINA 37

Vem chegando o outono

Os últimos dias do verão, que se encerra amanhã, registram temperaturas acima da média para o período no DF. A previsão da meteorologia é que o calor diminua até quinta-feira, quando as chuvas ficarão mais distribuídas. PÁGINA 36





PODER

Melhoria na sintonia para “vender” o governo

Na reunião ministerial convocada por causa da queda nos índices de popularidade do presidente, Lula exige dos integrantes do primeiro escalão que entreguem mais e enfatizem para a população as iniciativas que estão sendo executadas

» VICTOR CORREIA

Ricardo Stuckert/PR



Na reunião ministerial de ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou um claro recado para os integrantes do primeiro escalão do governo: entreguem mais realizações e comuniquem melhor as iniciativas que vêm sendo levadas adiante pelo Poder Executivo. Ele salientou que 2023 serviu para colocar a casa em ordem, mas, neste ano, o objetivo é cumprir promessas de campanha e acordos firmados.

“Todo mundo sabe que ainda falta muito para a gente fazer, em todas as áreas. E esse muito não é nada estranho. É tudo aquilo que nos comprometemos a fazer durante a disputa eleitoral”, alertou.

Reuniões como a de ontem são para rearmar as posições e cobrar explicações e melhorias. O pano de fundo foi a queda na popularidade de Lula e na aprovação do governo, como apontaram pesquisas de opinião.

Apesar de integrantes do Palácio do Planalto terem atribuído os maus percentuais à comunicação ineficiente — já que a percepção negativa do eleitorado vai no sentido inverso ao dos bons resultados econômicos de 2023 —, o presidente deu a entender que não se trata apenas de fazer uma melhor divulgação das iniciativas governamentais. A melhoria na percepção da população passa, também, por entregar o que a sociedade espera.

Por isso, enfatizou que as realizações do primeiro ano de mandato “não bastam”. Lula deu a entender, na semana passada, que 2023 passou e, agora, a popularidade só será recuperada com o que será apresentado ao longo deste e dos próximos anos.

“Todo mundo aqui sabe que recuperar uma coisa estragada é mais difícil do que começar uma nova. Todo mundo sabe a quantidade de obras em cada área que vocês pegaram, sobretudo na Saúde. Foi um trabalho hercúleo para recuperar tudo isso”, reconheceu.

O presidente advertiu, ainda, que o governo terá de trabalhar com limitações orçamentárias, o que demandará a aplicação mais criteriosa do dinheiro público. “O pessoal já olha para a Simone Tebet (ministra do Planejamento

e Orçamento) achando que é ela que está cortando; ou para o (Fernando) Haddad (ministro da Fazenda). Muitas vezes, é a necessidade que está cortando. Vamos ter que fazer um trabalho imenso para repor, porque sem dinheiro os ministérios não funcionam”, frisou Lula.

Todas as advertências que o presidente fez, porém, não quiseram dizer que considera eficiente a divulgação do governo. Ao ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, Lula foi enfático.

“Se as pessoas não falam bem da gente, ou das coisas que a gente faz, nós é que temos que falar”, advertiu.

Mas as pessoas não serviu apenas para que Lula se queixasse. Ele elogiou a equipe, sobretudo o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, por ter, segundo o presidente, aberto 98 novos mercados externos para os produtos brasileiros.

Fávaro, por sinal, é o responsável por construir pontes entre o governo e o agro — setor ainda majoritariamente bolsonarista. Senador licenciado pelo PSD matogrossense, ele está por trás



Todo mundo sabe que ainda falta muito para a gente fazer, em todas as áreas. E esse muito não é nada estranho. É tudo aquilo que nos comprometemos a fazer durante a disputa eleitoral

Temos certeza de que este país correu um sério risco de ter um golpe em função das eleições de 2022. E não teve golpe não só porque algumas pessoas que estavam no comando das Forças Armadas não quiseram fazer, mas também porque o presidente era um covardão

Presidente Lula

da organização de um churrasco, previsto para quinta-feira, na Granja do Torto, de Lula com representantes do setor agrícola.

“Covardão”

Lula abriu a reunião investindo pesadamente na polarização e aticando as bases petistas. Chamou o antecessor, Jair Bolsonaro, de um “covardão” que fracassou ao tentar dar um golpe de Estado porque membros da alta cúpula das Forças Armadas rejeitaram a pretensão. Na sexta-feira passada, vieram à tona os depoimentos, à Polícia Federal (PF), dos ex-comandantes do Exército, general Freire Gomes, e da Aeronáutica, Baptista Júnior, nos quais afirmaram terem se oposto à quartelada arquitetada pelo ex-presidente.

“Hoje, temos certeza de que este país correu um sério risco de ter um golpe em função das eleições de 2022. E não teve golpe não só porque algumas pessoas que estavam no comando das Forças Armadas não quiseram fazer, mas também porque o presidente era um covardão”, atacou Lula.

Segundo o presidente, “ele (Bolsonaro) não teve coragem de executar aquilo que planejou. Ele ficou dentro de casa, chorando, por quase um mês. Fugiu para os Estados Unidos, na expectativa de que fora do país o golpe poderia acontecer, porque eles financiaram as pessoas das portas dos quartéis para tentar estimular a sequência do golpe”.

Ele foi além: acusou o governo Bolsonaro de “estimular o ódio entre as pessoas, espalhar mentiras”. “Ele (o ex-presidente) continua fazendo do mesmo jeito. Hoje, nós temos mais clareza do significado do 8 de janeiro, porque a gente sabe o que aconteceu em dezembro (de 2022)”, afirmou.

O presidente ainda criticou o uso político da religião. Pesquisas de opinião mostram que Lula tem dificuldades em conquistar simpatias, sobretudo no eleitorado evangélico — majoritariamente fechado com o bolsonarismo. “Que a fé seja exercitada na mais plena liberdade pelas pessoas que querem exercê-la. A gente não pode compreender a religião sendo manipulada da forma vil e baixa como está sendo neste país”, criticou.

Sem “efeito aerossol”

Na avaliação dos ministros Rui Costa, da Casa Civil, e de Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação, a preocupação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é evitar que não haja dispersão da comunicação do governo no momento de divulgar alguma medida — aquilo que classificaram como “efeito aerossol”, quando a mensagem não chega ao interlocutor final e parte dela fica pelo caminho. Eles prometeram ajustes nas divulgações, embora argumentem que não houve tempo hábil para que as ações anunciadas ao longo do ano sejam percebidas pela população.

“O que o presidente pediu é que cada ministro e ministra procure visitar tudo o que lançou. Que ele não quer ver anunciados novos programas, e sim concretizar aquilo que foi lançado. Já tem um portfólio bastante robusto e que a gente procure agregar, em indicadores que sejam compreendidos pela população. (Isso é) para evitar o que a gente chama de ‘efeito aerossol’: quando você pulveriza demais e não comunica de forma concentrada”, observou Costa.

“O presidente sempre repete que 2023 foi para botar a casa em ordem. Tudo aquilo que foi feito (no ano passado), as famílias começam a sentir a mudança na qualidade de vida e o resultado da política pública, a partir deste ano”, acrescentou Pimenta.

Os ministros acreditam que o balanço apresentado ontem mostra indicadores positivos na economia, na saúde, na educação e na segurança. Entre os dados apontados é o do percentual de desemprego em 7,8%, o investimento de R\$ 1,9 bilhão em escolas de tempo integral e a redução de 22% no desmatamento da Região Amazônica. Para Costa e Pimenta, o impacto das medidas deve aparecer ao longo do ano.

Mas a preocupação em comunicar melhor os feitos do governo também é pressionada pelo calendário eleitoral. Uma das metas do Palácio do Planalto é evitar, por meio da exibição de bons indicadores e medidas positivas junto à população, o avanço do bolsonarismo nas prefeituras, em outubro. (VC)

Principais pontos do encontro

» Lula continua apostando na polarização ao classificar Jair Bolsonaro como um “covardão” que não teve coragem de dar um golpe de Estado por falta de apoio militar. Ao lembrar do antecessor na abertura de uma reunião ministerial, aticou as bases petistas.

» Para o presidente, o foco dos ministros não deve ser nos novos programas a serem anunciados pelo governo, mas, sim, na concretização do que já foi divulgado.

» A ideia de Lula é garantir que não haja ações demais para que todas sejam executadas e divulgadas corretamente.

» Agenda da equipe econômica para 2024, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem como meta a estabilização da dívida pública, e o estímulo e a melhoria do ambiente de negócios. Entre as medidas estão: as propostas da “agenda verde”, que criam o mercado de carbono; o Programa Mover, com ênfase na descarbonização dos veículos; os Combustíveis do Futuro, para fazer com que o país reduza a emissão de carbono; e o marco legal do hidrogênio verde e das edículas offshore.

» Com a redução de 22% no desmatamento da Região Amazônica, as atenções, agora, se voltam para a preservação do Cerrado.

Foco na dívida e no ambiente de negócios

Diogo Zacarias/MF



Haddad apresentou a lista de projetos que tramitarão no Congresso

Na reunião ministerial, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, detalhou a agenda da equipe econômica para 2024. O foco está na estabilização da dívida pública, e no estímulo e melhoria do ambiente de negócios.

Haddad listou todos os projetos que tramitarão no Congresso. Entre as medidas “principais”, o ministro elencou as propostas da chamada “agenda verde” — que criam o mercado de carbono; o Programa Mover, com foco na descarbonização dos veículos; o que trata dos Combustíveis do Futuro, com iniciativas para fazer com que o país reduza a emissão de carbono; e os que criam o marco legal do hidrogênio verde e das edículas offshore.

Sobre a agenda de consolidação da mudança na trajetória da

dívida e valorização da responsabilidade social, Haddad citou mudanças na política de desoneração da folha de pagamentos, redesigno do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e limite às compensações tributárias — as três matérias tramitarão em projetos de lei.

Na agenda com ênfase em medidas de estímulo à economia, Haddad mencionou o envio, previsto para abril, das leis complementares que regulamentarão a Reforma Tributária aprovada no ano passado; o programa Desenrola com foco em pequenas empresas; microcrédito para inscritos no CadÚnico; e securitização de crédito imobiliário. (Colaborou Mayara Souto)

PODER

Arapongas agora em podcast

Na tentativa de melhorar a imagem junto à sociedade e explicar suas atividades, Abin cria programa para plataforma de streaming

» EVANDRO ÉBOLI

Herdeira do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), braço de apoio à ditadura e que monitorou milhares de opositores do regime militar, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) está no centro de um escândalo de **arapongagem** ilegal e é investigada por uso político e indevido no governo de Jair Bolsonaro. Na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, o órgão é alvo de críticas e de suspeita de ainda estar repleta de bolsonaristas.

Com o objetivo de melhorar sua imagem, ou reduzir esse dano, a Abin optou por uma ferramenta de comunicação dos tempos atuais. Aca-ba de lançar o Abincast, o podcast institucional da agência, com conteúdo em áudio disponibilizado na internet. O propósito declarado, diz a apresentação da página oficial da autarquia, é de “se aproximar cada vez mais da sociedade”.

O programa inaugural remete a uma crença de que a sociedade associa os agentes ao que se vê na ficção. E diz a voz dos locutores: “Abincast, tudo que você queria saber e não tinha ninguém para te contar. Os filmes e livros de espionagem trazem universo de aventura e ação que povoam o imaginário coletivo. Logo imaginamos luxo, espões, sedução, perigos e por aí vai”.

O primeiro episódio, que está no ar e dura nove minutos, trata do “extremismo violento ideologicamente motivado”. Mas, apesar do tema, os ataques dos bolsonaristas em 8 de janeiro de 2023 não são citados.

Dois oficiais de inteligência — se apresentam apenas como Aline e Marcelo — são entrevistados. Pela natureza sigilosa do ofício, seus sobrenomes são

Antônio Cruz/Agência Brasil



Argumento para o Abicast é divulgar as atividades da agência e aprofundar, um pouco mais, que tipo de acompanhamento os agentes realizam

Crítica de novela originou apelido

O termo “araponga” para classificar os integrantes da comunidade brasileira de inteligência vêm de uma novela da Rede Globo. *Araponga* ficou em exibição entre 15 de outubro de 1990 a 29 de março de 1991, teve 143 capítulos e ocupou a grade das 21h30. De autoria de três grandes nomes da dramaturgia brasileira — Dias Gomes, Lauro César Muniz e Ferreira Gullar —, a trama gira em torno das trapalhadas criadas pelo investigador Aristênio Catanduva, interpretado por Tarcísio Meira, e cujo codinome profissional é Araponga. A crítica dos autores da novela era à competência investigativa da Polícia Federal (PF) e do Serviço Nacional de Informações (SNI), das quais o personagem principal da novela tinha feito parte durante a ditadura — o Brasil tinha acabado de eleger Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente escolhido pelo voto direito após a redemocratização.

evitados. Eles explicam que há grupos que têm visão de mundo próprio e que veem os outros como “inimigos a serem eliminados” — e que usam a violência para esse propósito.

Tática investigativa

Os agentes também contam que os grupos “ideologicamente motivados” usam táticas terroristas e extremistas, antes associadas ao “religiosamente motivado”. Um deles explica: “O terrorismo era confundido com jihadista, islâmico, mas têm surgido grupos de supremacistas e

também neonazistas. No fundo, são ameaças ao Estado”, afirma. O episódio que está no ar cita os casos dessas ações de violência em escolas.

Durante o programa, os locutores fazem uma fala elogiosa a um protocolo de prevenção contra atos extremos e violentos ideologicamente violados, instituído em 2022 — durante o governo de Jair Bolsonaro. Esse documento foi distribuído a todo Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), que reúne órgãos de espionagem em todas áreas do governo.

O Abincast surge num momento de fragilidade do atual diretor-geral, Luiz Fernando Corrêa.

Saiba mais

Esquema paralelo

O Supremo Tribunal Federal (STF) investiga a atuação da Agência Brasileira de Inteligência no governo de Jair Bolsonaro, quando foi montada uma espécie de “Abin paralela”. A estrutura e a parafernália do órgão foram usadas para investigar, ilegalmente, adversários políticos do ex-presidente.

O uso político da Abin na gestão passada do governo federal é alvo de investigação da Polícia Federal (PF), que fez uma operação de busca e apreensão no gabinete e na residência do deputado federal Alexandre Rammagem (PL-RJ), que foi diretor da agência na gestão Bolsonaro.

Os agentes chegaram a pedir a suspensão do mandato do parlamentar, hipótese afastada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e negada pelo ministro Alexandre de Moraes — que conduz os inquéritos das milícias digitais e da tentativa de golpe de Estado, no Supremo Tribunal Federal (STF).

O Blog do Vicente Nunes, do Correio, adiantou que a saída do cargo do atual dirigente da agência é dada como certa no Palácio do Planalto — e que o governo identificou pelo menos 15 apoiadores de Bolsonaro em cargos de chefia da Abin nos estados.

A agência foi criada em 1999 e sancionada pelo então-presidente Fernando Henrique Cardoso depois de ser aprovada pelo Congresso. O SNI foi extinto em 1990, pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello, mas parte dos servidores do antigo serviço de informação seguiram no cargo, mesmo com a redemocratização do país.

INVESTIGAÇÃO

À PF, assessor diz que nada sabia

Ex-assessor especial de Jair Bolsonaro em todo mandato do ex-presidente, Tercio Arnaud está entre os investigados no inquérito que apura a tentativa de golpe no país. Em seu depoimento à Polícia Federal (PF), em 22 de fevereiro, o auxiliar do ex-presidente não optou pelo silêncio, caso de seu antigo chefe, e nem fez revelações importantes, como os ex-comandantes Carlos Almeida Baptista Jr. e Marco Antônio Freire Gomes. Arnaud decidiu responder, mas deixou a grande maioria das perguntas da oitiva sem esclarecimento. Nesse dia, a PF ouviu 27 depoentes.

Dos 157 questionamentos feitos pela PF ao assessor, a maior parte teve como resposta: “não se recorda”, “não se lembra”, “não sabe responder a essa pergunta”, “não sabe opinar” ou “prefere não responder”. Arnaud, hoje, é assessor técnico do PL e acompanha o ex-presidente. Mesmo depois da eleição, em 2022, ele permaneceu ao lado de Bolsonaro também no Palácio da Alvorada, onde aconteceram as reuniões com os militares e se discutiu a minuta de um golpe de Estado que impedisse a posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

Tercio disse à PF que “muitas pessoas frequentavam o Palácio da Alvorada entre o primeiro turno até o último dia da Presidência da República, e muitas pessoas passavam o dia no Alvorada na espera de conversar com o ex-presidente”. E que, por essa

razão, tinha sempre que “estar à disposição do ex-presidente”.

Mesmo tanto tempo ao lado de Bolsonaro, Arnaud não se lembrou de várias passagens. Questionado se participou da reunião no Planalto de 5 de julho de 2022, na qual foi discutida uma maneira de impedir a vitória de Lula, ele respondeu que “não se recorda especificamente dessa reunião”.

Urnas eletrônicas

Arnaud evitou dar uma resposta até mesmo à pergunta que, se assim como Bolsonaro, concorda que houve fraude nas urnas eletrônicas. Preferiu seguir orientação de seu advogado e optou por não responder.

O assessor foi indagado também por qual motivo recebeu um documento do tenente-coronel do Exército Mauro Cid (ex-ajudante de ordens de Bolsonaro), que tratava do Relatório de Fiscalização de Votação. Arnaud respondeu não se recordar de receber esse documento. Nesse momento, seu advogado intercedeu e pediu para consignar que o teor dessa resposta podia ser alterado, “dada a ausência de acesso a todos os documentos que instruem a investigação”.

Essa intervenção do advogado se deu em outras perguntas feitas pela PF, como na sequência na qual Arnaud é inquerido sobre participação numa reunião de 12 de novembro de 2022, num apartamento na Asa Sul, no Plano

Piloto, em Brasília, com militares, onde teria sido discutido o golpe de Estado. Foram 20 perguntas, com o mesmo número de respostas “não se recorda” de ter participado do encontro e, também, duas dezenas de manifestações do advogado.

Arnaud estava no Alvorada na reunião de 7 de dezembro de 2022, quando a minuta do golpe foi apresentada por Filipe Martins (então assessor da Presidência da República para assuntos internacionais) a Bolsonaro, na frente do ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira. Os registros de presença no Alvorada mostram que Arnaud esteve no palácio das 7h26 até as 20h49 naquele dia.

Ainda que tenha passado o dia inteiro nesse encontro, Arnaud deu a mesma resposta a várias perguntas sobre o conteúdo da reunião, na qual foi discutida uma minuta golpista: “O declarante não participou dessa reunião e desconhece seu teor”.

Foi nesse encontro que o então comandante da Marinha, Almir Garnier, colocou suas tropas à disposição do golpe e que o então comandante do Exército, general Freire Gomes, discordou e alertou ao presidente sobre o risco dessa ação.

Tercio integrou o chamado “gabinete do ódio” do Palácio do Planalto e sempre foi muito ligado a Carlos Bolsonaro, vereador no Rio e filho do ex-presidente. (EE)

» Senador ataca general e brigadeiro

Ex-ministro da Casa Civil do governo Bolsonaro, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) criticou os ex-comandantes do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, e da Aeronáutica, brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Junior, que colocaram o ex-presidente Jair Bolsonaro como condutor de uma conspiração. afirmou que os

depoimentos dos militares indicam conduta “criminoso”. “Está absolutamente provado que há um criminoso incontestado. Ou o criminoso que cometeu prevaricação ao não denunciar ao país o ‘golpe’ ou o caluniador que o denuncia hoje, não tendo ocorrido (o golpe)”, escreveu no X (antigo Twitter).

Reprodução



Tercio com Bolsonaro nos tempos da corrida presidencial. Assessor se esquivou das perguntas dos agentes ao nada responder

O partido que entende que lugar de mulher é na política.

Filie-se e participe do PSD Mulher

www.psdmulher.org.br

flickr | psdmulher55 | @psdmulher55 | psdmulher

FISCALIZAÇÃO

Hospitais federais do Rio sob intervenção

Ministério da Saúde assume a governança das unidades após denúncias de corrupção, sucateamento e péssimo atendimento aos pacientes do SUS

» ALINE BRITO

O Ministério da Saúde iniciou, ontem, uma intervenção nos seis hospitais federais do Rio de Janeiro. Após denúncias de precariedade nas instalações e no atendimento prestado aos pacientes e corrupção envolvendo indicações políticas para cargos nas unidades de saúde, a ministra Nísia Trindade criou, no fim de semana, um comitê temporário para promover “melhorias na governança” pelo prazo de 30 dias prorrogáveis por mais 30.

De acordo com a pasta, o grupo vai coordenar “ações para o funcionamento adequado das unidades e o atendimento de qualidade para a população”. “O grupo irá interceder junto às direções dos hospitais federais para colocar em prática as ações necessárias, promover o diálogo junto aos servidores, sindicatos e gestores, e propor melhorias na governança”, informou o ministério ao *Correio*.

O comitê, criado por portaria publicada no *Boletim de Serviço* do ministério na última sexta-feira, está sob o comando da Secretária de Atenção Especializada à Saúde (Saes), chefiada por Helvécio Miranda Magalhães Júnior. “Desde que assumiu, a atual gestão trabalha na recuperação e reestruturação dos Hospitais Federais do Rio de Janeiro após anos de precarização”, assegurou a pasta.

O ministério centralizou no Departamento de Gestão Hospitalar (DGH) os processos de aquisição dos medicamentos, insumos e de contratação de obras de todos os hospitais federais. Com isso, a ministra tira a autonomia dos gestores de cada unidade para fazer essas contratações. “Esse modelo aumenta o poder de negociação do ministério e garante maior eficiência e controle na distribuição dos insumos, evitando falhas no abastecimento

Divulgação



O Hospital de Bonsucesso é uma das unidades sob intervenção que mais acumula queixas dos usuários

ou desperdícios e perdas na sua utilização”, garantiu.

Nísia também lembrou que está aberto o edital para contratação temporária de cerca de 500 profissionais, entre eles médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem, com salários que variam de R\$ 2 mil a R\$ 11 mil. O prazo para inscrição se encerra hoje.

A transferência do poder de gestão de contratos para o DGH colocou Nísia na mira do PT no Rio de Janeiro. Setores do partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se mostraram insatisfeitos com a mudança porque a agremiação tem influência nas indicações a cargos de comando nos hospitais federais do estado. Em nota, a setorial de Saúde do PT se posicionou contra a decisão. A portaria também desencadeou protestos do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social do Rio (Sindsprev-RJ).

Denúncias

As queixas de descaso nos hospitais federais do Rio não são novidade, aassim como denúncias de corrupção. Em maio de 2023, por exemplo, o diretor-geral do Hospital Federal Cardoso Fontes, Gustavo Albino Pinto Magalhães, pediu exoneração depois de vir a público informações sobre uma obra feita sem licitação para instalar isolamento acústico em seu gabinete.

Em agosto do ano passado, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu um relatório que identificou R\$ 100 milhões gastos em contratos sem licitação, entre 2019 e 2021, no Hospital Geral de Bonsucesso. Essa unidade hospitalar era controlada, naquele período, por apadrinhados do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Reportagem do programa Fantástico, da TV Globo, exibida domingo, mostrou que há

superaquecimento da rede elétrica, com risco de incêndio; materiais com data de validade vencida; leitos fechados; e disputa política por cargos.

O Ministério da Saúde está sendo pressionado para pôr fim às indicações políticas nos hospitais de Bonsucesso, Andaraí, Ipanema, da Lagoa, Cardoso Fontes e dos Servidores do Estado. Na reunião ministerial com o presidente Lula, ontem, Nísia disse ter dificuldade para encontrar pessoas de confiança para comandar os hospitais e reclamou do atrito com o PT fluminense. O presidente deu a ela liberdade para escolher quem quiser para os cargos, assim como para demitir. À noite, Nísia se reuniu com a cúpula do Ministério para discutir novas medidas e decidiu demitir o atual o diretor do Departamento de Gestão Hospitalar, Alexandre Telles.

Multa à empresa que tentou vender vacina

» MAYARA SOUTO

A Controladoria-Geral da União (CGU) aplicou multa e declarou imprópria a empresa Davati Medical Supply LLC pela tentativa de venda de 400 milhões de doses de vacina contra covid-19 da AstraZeneca. A decisão foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem.

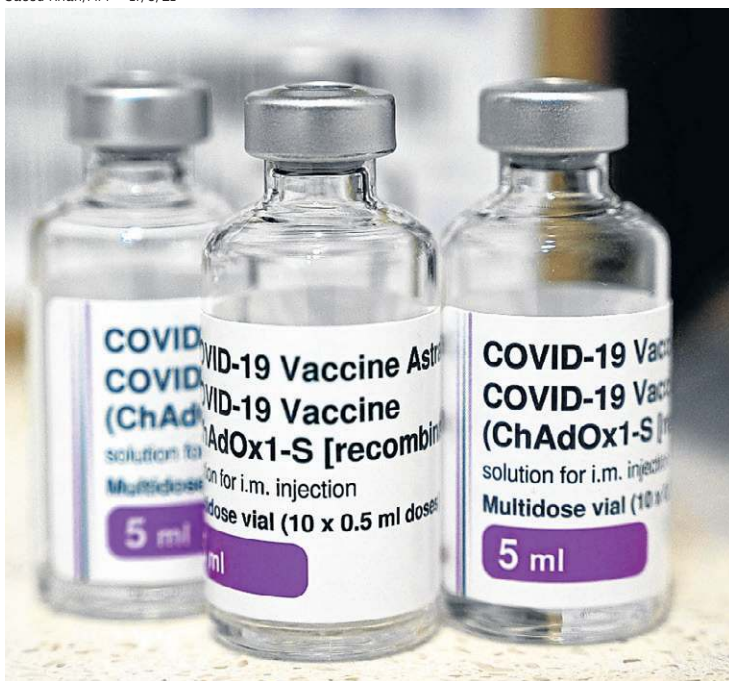
O caso veio à tona em junho de 2021, quando o ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde Roberto Ferreira Dias foi acusado de pedir propina para a Davati pela compra dos imunizantes, por um valor de US\$ 1 (R\$ 5, no câmbio de hoje) a dose. A denúncia foi feita pelo vendedor autônomo da empresa norte-americana Luiz Paulo Domingueti Pereira.

A AstraZeneca informou, à época, que não vende imunizantes à iniciativa privada nem autoriza intermediários a negociar vacinas em nome da empresa. No Brasil, as vacinas da AstraZeneca são produzidas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, todos os envolvidos foram ouvidos e a comissão prpôs ao Ministério Público o indiciamento por corrupção ativa de duas pessoas que se apresentaram como representantes da empresa, Domingueti e Cristiano Carvalho, que era oficialmente o representante no Brasil da Davati.

O dono da Davati, Herman Cardenas, compareceu à CPI da covid em 2021 e não soube

Saeed Khan/AFP - 17/8/21



Devete queria vender 400 milhões de doses ao Ministério da Saúde

explicar de onde saíam os 400 milhões de doses da vacina. Ele disse que foi enganado pelos parceiros brasileiros. O *Correio* procurou a defesa da empresa, mas não encontrou o contato.

A investigação da CGU concluiu que a Davati apresentou, diretamente ou por representantes e intermediários, propostas fraudulentas ao Ministério da Saúde. Imputou-se à empresa norte-americana a conduta de fraudar procedimento licitatório público, com multa prevista de R\$ 80.900,45. Além disso, a Davati está proibida de concorrer em novas licitações do poder público.

Outros agentes também estavam envolvidos nas reuniões e trocas de mensagem entre o Ministério da Saúde e a Davati — a Secretaria de Assuntos Humanitários (Senah), o Instituto Força Brasil (IFB) e o Escritório Júlio Caron Advogados.

A Senah foi considerada facilitadora e intermediária, não só da Davati, mas, também, da Latin Air, outro ente privado sancionado pela CGU por ter apresentado proposta falsa de venda de vacinas. A organização evangélica com sede em Brasília deverá pagar multa de R\$ 6 mil. Já o IFB teria auxiliado na negociação da

» Emergência de dengue em São Paulo

A cidade de São Paulo decretou estado de emergência em saúde pública pela dengue, ontem. A capital paulista atingiu a marca de 414 casos por grupo de 100 mil habitantes. O número ultrapassa os parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para caracterizar uma situação epidêmica, que é de 300 casos por 100 mil pessoas. A decisão do prefeito do município, Ricardo Nunes (MDB), foi baseada na explosão de casos ocorrida nas últimas duas semanas.

Davati, agendando reuniões com agentes públicos do Ministério da Saúde, facilitando, assim, o acesso à pasta. A CGU aplicou a mesma sanção de R\$ 6 mil.

O escritório Júlio Caron Advogados também participou do ato ilícito, pois encaminhou proposta ao gabinete do então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, na qual havia informação de que a Davati seria distribuidora autorizada da AstraZeneca, com possibilidade de fornecimento de 300 milhões de doses de vacina para compra imediata. A empresa também pagará multa de R\$ 6 mil.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Lula é prisioneiro de uma “jaula de cristal”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não é dono das suas circunstâncias. Foi eleito num contexto que já não é mais o mesmo, para o bem e para o mal. Por exemplo, no plano internacional, a situação mudou para pior, com o surgimento de conflitos nos quais o rumo dado à política externa esbarrou em obstáculos que não estavam no horizonte, como as guerras da Ucrânia e de Gaza, e, agora, as eleições na Rússia e na Venezuela. Esses episódios desnudaram um viés terceiro-mundista da política externa que cheira a naftalina.

Ontem, na reunião ministerial, Lula relevou esses assuntos, porém, fez uma cobrança generalizada em relação aos ministros, sobretudo à atuação de Nísia Trindade. Em ambos os casos, as circunstâncias também são diferentes. A economia surpreende os próprios agentes econômicos, com a inflação controlada, mercado de trabalho aquecido, arrecadação em alta e um crescimento mais robusto do que se imaginava, apesar da oposição que Haddad sofre do PT e alguns ministros palacianos.

No plano social, porém, a situação é complicada: com a pandemia de Covid 19 controlada graças à vacina, o governo foi surpreendido pelo impacto do El Niño, que aumentou a proliferação do mosquito da dengue, epidemia que saiu completamente de controle sem que o Ministério da Saúde dispunha de vacinas em quantidade suficiente. Faltou planejamento e investimentos em biotecnologia, seja para produzir vacinas, seja para desenvolver um vetor capaz de controlar ou neutralizar a contaminação da dengue pelo *Aedes Aegypti*.

Mas o problema não fica por aí. O tema da violência caiu no colo de Lula. A crise na segurança pública é nacional, há estados praticamente ocupados pelo crime organizado, como Acre, Rio de Janeiro e Amazonas, mas fora da alçada do governo federal, por falta de competência constitucional. Os governos estaduais são paralisados pela infiltração de quadrilhas nas polícias civil e militar. É um espanto a denúncia de que todos os quartéis da PM de São Paulo têm caixa dois. Nesse contexto, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, está com o mico de dois fugitivos do presídio federal de Mossoró (RN) nas mãos. O cerco policial armado para recapturá-los é um fracasso. Sinaliza incompetência.

Um ponto forte do governo que virou ponto fraco, por exemplo, é questão ambiental. Houve uma mudança, sem dúvida, com Marina Silva à frente do Meio Ambiente, mas o governo não consegue reverter problemas como o dos ianomâmis, por exemplo, de grande repercussão internacional. A prioridade energética continua sendo a exploração do petróleo, e não a energia verde. Outro ponto forte que está sendo anulado é a política para a educação. O ministro Camilo Santana foi emparedado pelas corporações e pela oposição bolsonarista.

Estado maior

Sim, Lula administra uma herança maldita de Bolsonaro, mas já está há 15 meses no poder e, como ele mesmo reconhece, não mostrou os resultados que os eleitores esperavam. O puxão de orelhas nos ministros não vai resolver o problema, há que mudar os métodos de gestão e melhorar o diagnóstico sobre a atuação de cada pasta. O governo também carece de uma política de comunicação capaz de enfrentar a oposição sem entrar na lógica da radicalização retórica, como a do próprio Lula, ao chamar o ex-presidente Bolsonaro de “covardão”, ou só se remeter ao passado.

Existe funcionalidade nisso, porque os fatos estão desnudando a tentativa de golpe de Estado que resultou no 8 de janeiro. Essa ameaça serve para manter a coesão das forças que o apoiaram em defesa da democracia, mas não serve para mantê-las unidas em torno do governo Lula. No livro *O líder sem estado-maior* (Fundap, São Paulo, 2000), do ex-ministro do Planejamento do governo Allende Carlos Matus — escrito na famosa Isla Negra, no Chile, em agosto de 1996, há uma reflexão sobre atos e responsabilidades dos governantes.

É antológica a parábola da “jaula de cristal”: o líder isolado, prisioneiro da corte “que controla os acessos a sua importante personalidade”. O presidente sem “vida privada, sempre na vitrine da opinião pública, obrigado a representar um papel que não tem horário, que não pode aparecer ante os cidadãos que representa e que dirige como realmente é, sem transparecer seu estado de ânimo”.

Quem forma o estado-maior de Lula? A primeira-dama Janja da Silva, Rui Costa (Casa Civil), Márcio Macedo (secretário-geral da Presidência), Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Paulo Pimenta (Comunicação Social), Jorge Messias (Advocacia Geral da União) e os assessores especiais Celso Amorim (Relações Internacionais) e Marco Aurélio Santana Ribeiro (chefe de gabinete), o único que entra na sua sala sem pedir licença. Todos são petistas, controlam o governo com mão de ferro pela atividade meio, a maioria tem menos representatividade política do que muitos ministros. São os donos da “jaula de cristal”.

O PUXÃO DE ORELHAS NOS MINISTROS NÃO VAI RESOLVER O PROBLEMA, HÁ QUE MUDAR OS MÉTODOS DE GESTÃO E MELHORAR O DIAGNÓSTICO SOBRE A ATUAÇÃO DE CADA PASTA

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O timing do governo

Na reunião ministerial desta semana ficou claro que o Planalto espera uma melhoria da avaliação da gestão Lula a partir do próximo semestre. Coincidentemente, é quando o PT estará mais focado na batalha eleitoral.

Ajuda, mas...

Não é apenas a questão eleitoral deste ano que leva o governo a agir para tentar elevar os índices de aprovação. É que, quanto melhor estiver o governo, menos os adversários do governo (e alguns aliados) vão se animar em concorrer em 2026.

Nísia sob pressão

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, continua com todo o apoio do presidente Lula e não será por causa do choro na reunião ministerial que haverá troca de comando por ali. No governo, tem muita gente convicta de que parte das pressões sobre a ministra vêm justamente porque ela está fazendo o certo, cortando os ralos de recursos.

Diferenças

Ronaldo Caiado e Tarcísio de Freitas foram a Israel justamente para marcar diferença em relação ao governo federal. Com os respectivos partidos detendo ministérios no governo Lula, a hora é de sedimentar a distância como opositoristas.

Palco errado



Muitos petistas ficaram meio atônitos ao ver o presidente Lula chamando Jair Bolsonaro de "covardão" quando comentou a tentativa de golpe. A avaliação geral é a de que, em suas falas de governo, Lula precisa esquecer o seu antecessor, que está inelegível e não pode ser candidato em 2026. O melhor é guardar os ataques pessoais para os palanques Brasil afora, na temporada oficial de campanha. No governo, porém, é preciso dedicar discursos para falar dos programas em curso e, nos estados, mostrar o que o governo vem fazendo. Afinal, não adianta, avaliam os próprios petistas, convocar uma reunião ministerial para tratar dos projetos do governo e Lula jogar tudo por terra, falando do adversário e da tentativa de golpe.

» » »

Em tempo: com Bolsonaro percorrendo o país em pré-campanha, a ala mais à esquerda do PT considera que não dá para o presidente Lula esquecer o ex-presidente. Afinal, alguns petistas consideram que a polarização ajudará a eleger os seus filiados tal e qual ajudou Lula em 2022.

CURTIDAS

Vai um vinho aí?! O deputado Eduardo Bolsonaro usou as suas redes sociais para fazer propaganda das variedades de vinho que levam o nome da família "Tem muitas variedades do vinho tinto Bolsonaro, tem rosé, da Michele. Tem para todos os gostos", comentou, como um verdadeiro garoto-propaganda da marca.



MDC/Divulgação

Um tema necessário! A decarbonização é assunto do seminário Esfera, hoje, em Brasília, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), a partir das 9h. A abertura está a cargo do vice-presidente Geraldo Alckmin (foto), do secretário de Comunicação da Presidência da República, Paulo Pimenta, e do economista Luciano Coutinho. O encerramento terá os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco.

Almoço-debate! O Lide Brasília recebe, hoje, o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Antonio Vieira Fernandes, para uma palestra sobre habitação com empreendedores do Distrito Federal capitaneados pelo empresário Paulo Octávio. Hoje, a Caixa é quase um banco de fomento do governo federal.

Dia de São José! Depois de José Dirceu e Jaques Wagner, em 16 de março, hoje é dia de abraçar o ex-senador José Serra, que completa 82 anos.

ANOS DE CHUMBO

Ação do MPF contra agentes da ditadura

Objetivo é responsabilizar militares que atuaram no DOI-Codi e no IML paulistas por mortes e tortura de opositores ao regime

» RENATO SOUZA

O Ministério Público Federal (MPF) ingressou, ontem, com ação na Justiça pedindo a responsabilização civil de 42 ex-agentes da ditadura militar (1964-1985) acusados de ligação com mortes e desaparecimentos forçados de opositores ao regime. Entre os representados estão o ex-delegado Sérgio Paranhos Fleury e o ex-coronel do Exército Carlos Alberto Brillante Ustra, já mortos.

A lista enviada pelo MPF à Justiça tem 26 ex-integrantes do Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército, em São Paulo. Além de Ustra e Fleury, estão incluídos no rol 16 ex-servidores do Instituto Médico Legal (IML) paulista. O MPF informou que a ação tem como objetivo permitir, além da responsabilização dos acusados, uma série de medidas de reparação, preservação da memória e esclarecimento da verdade sobre o período da ditadura. "O Brasil tem a obrigação constitucional e internacional de implementar essas providências para afastar a impunidade das violações cometidas entre 1964 e 1985 e impedir a repetição de atos autoritários que atentem contra os direitos humanos e o Estado Democrático de Direito", informou o órgão, em nota.

Tanto a União quanto o estado de São Paulo, onde operava uma das principais bases do DOI-Codi, são réus na ação. "O MPF pede que a Justiça declare a omissão de ambos na tarefa de investigar e responsabilizar ex-agentes

Paulo Pinto/Agência Brasil



Fachada do prédio onde funcionou o DOI-Codi, em SP: centro de tortura


do sistema de repressão. Entre outras determinações, caberia ainda aos governos federal e estadual realizar a abertura de arquivos e acervos sobre o período vinculados a órgãos de segurança, como as Forças Armadas e a polícia paulista, e criar espaços de memória (on-line e físicos) que tratem das graves violações de direitos ocorridas na ditadura", completa o texto.

Os procuradores pedem que a Justiça reconheça uma série de violações, como tortura e homicídio, contra 19 agentes do antigo departamento. O IML de São Paulo, por sua vez, participou elaborando laudos falsos sobre mortes de pessoas torturadas. O golpe militar completará 60 anos em 31 de março.

O DOI-Codi tornou-se um local central nas ações de repressão da ditadura a partir de 1970. Até 1977, foi responsável por 54 mortes e 6,8 mil prisões. Além de Ustra e Fleury, foram citados na ação Adyr Fiuza Castro, Alcides Cintra

Bueno Filho, Altair Casadei, André Leite Pereira Filho, Antônio Cúrcio Neto, Antônio Vilela, Aparecido Laertes Calandra, Audir Santos Maciel, Cyrino Francisco de Paula Filho, David dos Santos Araújo, Dirceu Gravina, Durval Ayrton Moura de Araújo, Edsel Magnotti, Ênio Pimentel da Silveira, Félix Freire Dias, Gabriel Antônio Duarte Ribeiro, Jair Romeu, José Barros Paes, José Brant Teixeira, Lourival Gaeta, Luiz Martins de Miranda Filho, Paulo Malhões, Pedro Antonio Mira Grancieri e Walter Lang.

Vinculados ao IML estão Abeylard de Queiroz Orsini, Antonio Valentini, Arildo de Toledo Viana, Armando Cânger Rodrigues, Arnaldo Siqueira, Carlos Setembrino da Silveira, Ernesto Eleutério, Fernando Guimarães de Cerqueira Lima, Isaac Abramovitch, João Grigorian, João Pagenotto, José Henrique da Fonseca, José Manella Netto, Mário Nelson Matte, Octavio D'Andrea e Orlando José Bastos Brandão.




DENGUE:


UMA LUTA DE TODOS

FAÇA A SUA PARTE!


ELIMINE OS CRIADOUROS DO MOSQUITO COM AS AÇÕES RECOMENDADAS:




EVITE ÁGUA PARADA




AMARRE BEM OS SACOS DE LIXO




LIMPE AS CALHAS



NÃO ACUMULE ENTULHOS




MANTENHA A CAIXA D'ÁGUA FECHADA




RECEBA OS AGENTES DE SAÚDE


LEMBRE-SE: USE REPELENTE E, EM CASO DE SINTOMAS, PROCURE ATENDIMENTO EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS).



www.CORREIOBRAZILIENSE.com.br



www.CLUBE.FM



Canal 6.1



MEIO AMBIENTE / Plataforma de inteligência artificial identifica um avanço mais lento do processo de destruição da floresta, mas especialistas alertam que há pouco tempo para implementar medidas de recuperação do bioma

IA capta redução do desmate na Amazônia

» FERNANDA STRICKLAND

AFP



A Floresta Amazônica perde, por dia, cerca de 4,6 mil km² de cobertura vegetal, uma área correspondente a mil campos de futebol. Os dados são da plataforma de inteligência artificial PrevisIA. Para especialistas, é preciso intensificar políticas de reflorestamento e de manejo florestal sustentável. A medição da plataforma leva em conta o calendário de desmatamento — entre agosto de um ano e julho do ano seguinte — e a taxa anual medida pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do governo federal.

Apesar de a plataforma ter apurado queda no ritmo da devastação em relação ao mesmo período de 2022/2023, 2024 ainda deve apresentar grandes desafios para as políticas de combate ao desmatamento na Amazônia Legal.

Segundo Carlos Souza Jr., pesquisador do Imazon e coordenador técnico da PrevisIA, a redução do desmatamento que está sendo observada nos monitoramentos mensais é uma boa notícia. “Mostra os primeiros resultados da reestruturação das políticas ambientais, principalmente, em órgãos importantes para a proteção da Amazônia, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)”, disse.

Repressão ao garimpo e à extração ilegal de madeira e o monitoramento preciso de focos de incêndio ajudam a conter o avanço do desmatamento

“No entanto, ela precisa ser ainda maior para que a derrubada da floresta volte ao patamar de 2012, quando tivemos menos de 5 mil km² destruídos, e possa chegar ao prometido e necessário desmatamento zero em 2030”, ressaltou o pesquisador.

A notícia positiva é que ainda é possível evitar 94% do desmatamento estimado para o

calendário de agosto/24 a julho/25. Isso porque a previsão para agosto deste ano é de apenas 568 km² de florestas devastadas. “Nós queremos errar essa previsão para 2024, porque criamos a PrevisIA justamente para que ela identifique as áreas sob maior risco, e ações sejam tomadas para protegê-las, mantendo-as em pé”, acrescenta Souza Jr.

Um exemplo está na Terra Indígena Apyterewa, em que a PrevisIA estimou maior risco de derrubadas em 2021, 2022 e 2023 — previsão que se confirmou em todos os anos. Porém, no mês passado, começou uma grande operação de retirada dos invasores do território, que deverá impactar na redução do desmatamento a partir deste ano.

“Ações como essa são essenciais para proteger as áreas mais pressionadas da Amazônia, que estão sendo alvo de crimes como grilagem, exploração madeireira não autorizada e garimpo ilegal. É possível usar a PrevisIA para avaliar o grau de impacto dessas operações e estimar o quanto de floresta, de biodiversidade,

de carbono e de outros serviços ambientais foram poupados ao evitar o desmatamento”, comenta Carlos.

Influências

Para o biólogo e professor no Aprova Total Paulo Jubilut, o desmatamento na Amazônia é impulsionado por diferentes fatores. A expansão de áreas para agricultura e criação de gado leva à derrubada de árvores para abrir espaço a plantações e pastagens. “A busca por recursos como ouro e minério de ferro também provoca a abertura de novas áreas, muitas vezes, com impactos negativos grandes para a floresta”, explicou.

Uma das alternativas para reduzir o desmatamento é o reflorestamento, “uma opção importante para ajudar a reverter o cenário de desmatamento, mas, desde que seja feito com as espécies certas, e acompanhado por profissionais da área”, diz Jubilut.

Como levaria muitos anos para restaurar a floresta, o biólogo defende a adoção de medidas imediatas, como a aplicação rigorosa das leis ambientais para combater atividades ilegais e o uso de tecnologias avançadas para monitorar e deter o desmatamento. “A cooperação internacional e o financiamento para iniciativas de conservação e reflorestamento também são essenciais, já que a proteção da Amazônia é uma preocupação global devido a sua importância para o clima e a biodiversidade”, acrescenta.

Animais em perigo no Pantanal

» VITÓRIA TORRES*

O ano de 2023 ficou marcado como um período infeliz para o Pantanal, uma das maiores zonas úmidas tropicais do mundo. Lar de inúmeras espécies ameaçadas, o bioma foi vítima de uma devastação sem precedentes devido às intensas queimadas que afetaram a fauna e a flora da região. Nas redes sociais, circulam imagens que retratam o sofrimento de animais atingidos pelos incêndios dos últimos meses.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, declarou estado de emergência ambiental, no início de fevereiro, por risco iminente de incêndios florestais em Mato Grosso. A medida abrange o período de março a dezembro deste ano e visa mobilizar recursos e esforços para conter a destruição. No ano passado, Mato Grosso registrou 21,7 mil focos de incêndio. Em novembro, alcançou o pico histórico de 3,7 mil focos, contrariando as expectativas de um mês tipicamente chuvoso. O início de 2024 não trouxe alívio, com 1.035 focos de incêndio registrados até agora — 847 apenas em janeiro.

Estima-se que cerca de 17 milhões de vertebrados morreram devido ao fogo, conforme dados do Laboratório de Vida Selvagem da Embrapa Pantanal. Essa perda inclui tanto animais de pequeno porte (16 milhões de indivíduos), quanto espécies de médio e grande porte (1 milhão).

Animais que normalmente conseguiriam escapar das chamas superficiais viram-se encurralados, seja pelo fogo que se

alastrava pelas árvores ou pelo calor que emanava do solo queimado. Onças, veados e outras espécies, acostumadas a evadir-se de incêndios de proporções menores, viram-se incapazes de enfrentar as faixas de fogo que se estendiam por dezenas de metros, perecendo em meio às brasas.

Ninhos destruídos

Apesar da tragédia ambiental, que consumiu cerca de 30% do Pantanal, não há registro de extinção de espécies. No entanto, algumas sofreram redução numérica de suas populações. O Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade (Salve), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), identificou que 32 das 1.390 espécies avaliadas estão em categorias de ameaça, com cinco “em perigo” e 27 como “vulneráveis”. Entre os mamíferos mais ameaçados estão o tamandua-bandeira, a onça-pintada e o lobo-guará. Projetos de conservação e monitoramento têm ajudado na proteção desses animais e na recuperação das populações atingidas. Em 2019, em apenas 17 dias de fogo, quase metade dos ninhos catalogados no refúgio ecológico Caiman (MS) foi consumida pelas chamas.

“O risco de declínio das populações pode se acentuar à medida que os incêndios forem recorrentes e atingirem grandes áreas, como tem acontecido nos últimos anos”, alerta a coordenadora técnica de projetos do Instituto Homem Pantaneiro (IHP),

Grasiela Porfírio. De acordo com a especialista, entre as espécies mais afetadas pelos incêndios no Pantanal estão serpentes, roedores e aves. Muitos animais morrem dias após os incêndios, devido à inalação de fumaça, a queimaduras, à perda de alimentos ou ao aumento da exposição a predadores. “Algumas espécies, por suas características naturais, podem precisar de mais tempo para se recuperar”, afirmou.

Embora os incêndios sejam parte natural de ecossistemas como o Pantanal e o Cerrado, a situação atual é resultado de uma combinação de fatores, incluindo práticas humanas e mudanças climáticas. Para o biólogo e diretor do SOS Pantanal Gustavo Figueirôa, o governo deve atuar com urgência para punir os responsáveis pelos incêndios. “Mais de 90% dos incêndios no Pantanal são causados por atividades humanas, seja de forma intencional ou acidental. O ser humano, com certeza, está interferindo em vários níveis”, afirmou.

Ao contrário de outros biomas, o Pantanal carece de leis federais que regulem sua preservação. O fato de que 95% do bioma é ocupado por propriedades privadas torna ainda mais difícil implementar políticas de conservação eficazes. Ao **Correio**, o Ministério do Meio Ambiente revelou que lançará, ainda neste primeiro semestre, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Pantanal.

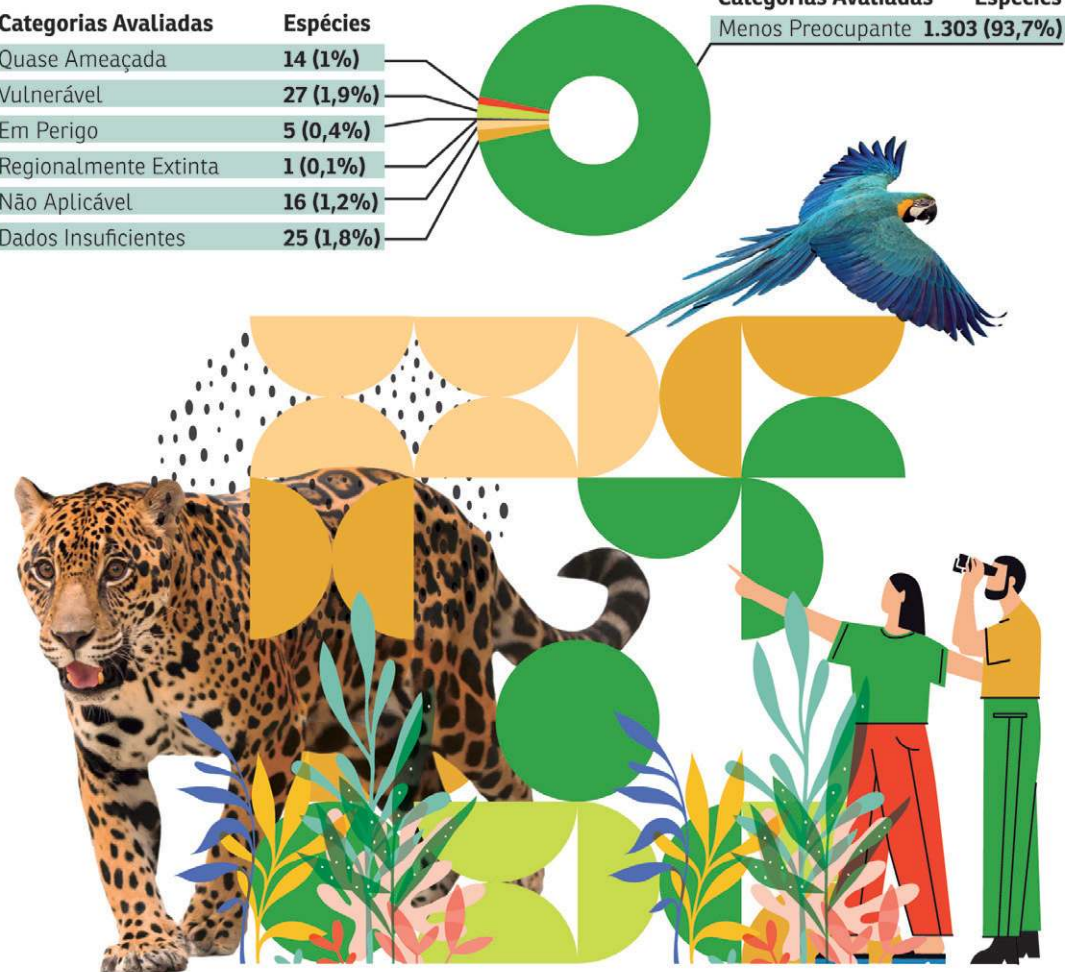
* Estagiária sob a supervisão de Vinícius Doria

Em risco

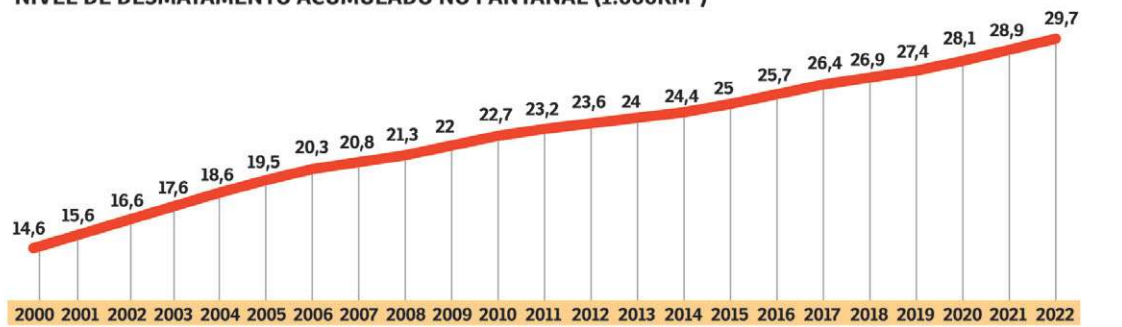
Espécies ameaçadas de extinção no pantanal

Categorias Avaliadas	Espécies
Quase Ameaçada	14 (1%)
Vulnerável	27 (1,9%)
Em Perigo	5 (0,4%)
Regionalmente Extinta	1 (0,1%)
Não Aplicável	16 (1,2%)
Dados Insuficientes	25 (1,8%)

Categorias Avaliadas
Menos Preocupante **1.303 (93,7%)**



NÍVEL DE DESMATAMENTO ACUMULADO NO PANTANAL (1.000KM²)



Fontes: ICMBio,2024; TerraBrasilis (Prodes - Desmatamento)

Pacifico/CB/D.A Press



Maratona 2024 Brasília

20 E 21 DE ABRIL

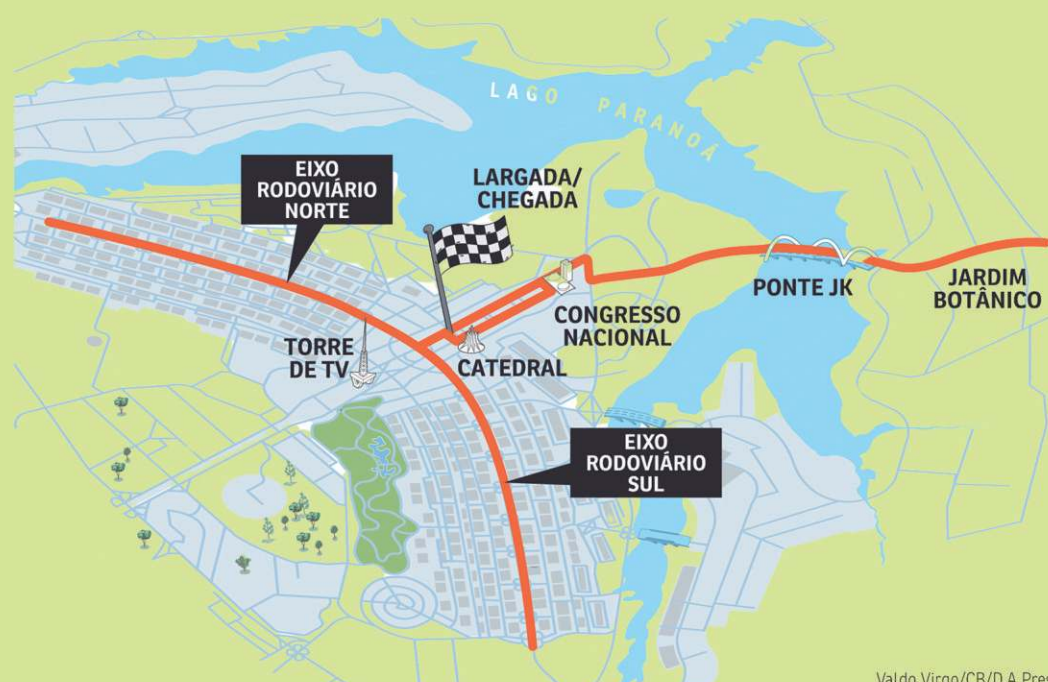
ÀS 06H

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,
EM FRENTE AO MUSEU DA REPÚBLICA

NOVIDADE DA EDIÇÃO

DESAFIO BSB (21K + 42K) | DESAFIO JK (21K + 21K)

PERCURSOS:



KIT ATLETA EXCLUSIVO

CAMISETA
SACOCILA
VISEIRA
Nº DE PEITO
MEDALHA E LANCHE
(PÓS-PROVA)



+DE 50 MIL REAIS EM PREMIAÇÃO



As inscrições estão
abertas, garanta já
a sua vaga em

CORREIOBRAZILIENSE.COM.BR/MARATONA-BRASILIA-2024

CLUBE 50%
do assinante DE DESCONTO*

* Desconto válido
para Assinantes do
Correio Braziliense

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APOIO INSTITUCIONAL:

CORREIO
BRAZILIENSE



APOIO:



FOTO OFICIAL:





8 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 19 de março de 2024

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,17% São Paulo	128.006 13/3	R\$ 5,025 (+ 0,56%)	R\$ 1.412	R\$ 5,463	11,15%	10,73%	Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83
0,29% Nova York	126.954 14/3 15/3 18/3	Últimos 12/março 4,974 13/março 4,976 14/março 4,987 15/março 4,998					

RECÁLCULO / Está pautado para a sessão de amanhã, do Supremo Tribunal Federal (STF), o debate sobre o recurso do INSS contra a decisão que permitiu um novo cálculo sobre o valor das contribuições anteriores ao Plano Real

Supremo vai julgar Revisão da Vida Toda

» LUANA PATRIOLINO

Recontagem

Entenda...

O QUE É

A Revisão da Vida Toda prevê um novo cálculo dos benefícios previdenciários de todo o período de contribuição do segurado, incluindo as contribuições feitas antes de julho de 1994, quando começou o Plano Real. Esse recálculo pode aumentar o valor do benefício recebido. Em 2022 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a legalidade da revisão. Desde então, vários segurados pediram a revisão, alguns tendo resultado favorável.

QUEM TEM DIREITO

Quem tiver recebido benefícios previdenciários calculados com base no art. 3º da Lei 9.876/99 e contribuições previdenciárias anteriores a julho de 1994.

REQUISITOS NECESSÁRIOS

- Ter um benefício do INSS calculado pelas regras anteriores à EC 103/2019, ou seja, com base na Lei 9.876/99.
- A data de início do benefício (DIB) precisa ser entre 29/11/1999 e 13/11/2019;
- Possuir contribuições anteriores a julho de 1994;
- Estar recebendo o benefício mensal há menos de 10 anos (prazo decadencial).

POR QUE ESTÁ PARADA

O STF suspendeu todas as ações de revisão até que seja julgado o recurso feito pelo INSS, que questiona a decisão do Supremo.

QUAL CUSTO PARA OS COFRES

R\$ 480 bilhões, segundo a LDO.

QUANTOS PEDIDOS ESTÃO PARADOS

4.319 processos.

Vida Toda até que seja concluída a análise do recurso apresentado. Isso aconteceu porque centenas de pessoas estavam protocolando pedidos de revisão dos benefícios, e, em alguns casos, já havia decisões favoráveis.

A análise do recurso começou no plenário virtual da Suprema Corte. Na ocasião, três ministros

defenderam que o julgamento deveria ser reiniciado no STF: Cristiano Zanin, Luís Roberto Barroso e Dias Toffoli. A discussão foi levada para o plenário físico.

Esse é um dos processos de maior valor para os cofres públicos. O INSS alega perdas bilionárias com essa revisão. Segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias



O que está em jogo

Na avaliação do economista Vinicius do Carmo, é crucial reconhecer que o julgamento do STF sobre as revisões de vida toda para os segurados do sistema de aposentadorias públicas do Brasil levanta questões profundas sobre equidade e estabilidade financeira.

“Ao argumentar que a revisão resultou em perdas bilionárias e desequilíbrio atuarial, a autarquia federal destaca um aspecto importante. No entanto, é fundamental refletir sobre o seguinte: essa condição já era previsível desde a concessão do pedido na decisão anterior”, disse.

“Decidir agora em favor do INSS coloca em xeque o direito reconhecido anteriormente devido à incapacidade do Estado em executá-lo. Porém, esse problema já era conhecido antes, o STF tem, cada vez mais, tomado decisões que não são definitivas, que colocam em questão a consistência e previsibilidade das decisões judiciais, especialmente as que envolvem repercussão nas finanças públicas”, completou Carmo.

O advogado Denis Camargo Passerotti destaca que a revisão deve ser bem fundamentada. “Embora se mostre injusto — se olharmos a questão sob a ótica do direito individual — o que se coloca em discussão é o que tem se mostrado recorrente em decisões capazes de gerar grandes impactos financeiros, é o seu custo, ou seja, de que forma outros ou todos serão atingidos, pois o orçamento público constitui peça essencial para realização das políticas públicas e os recursos de que dispõe o Estado são escassos”, apontou.

(LDO), caso a revisão prevaleça, o impacto será de R\$ 480 bilhões — número muito superior à estimativa feita pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP): R\$ 1,5 bilhão.

A revisão é o recálculo da média salarial para a aposentadoria considerando todos os salários do trabalhador, mesmo os anteriores

a julho de 1994. A alteração poderá ser solicitada por aqueles que começaram a contribuir para o INSS antes de 1994 e se aposentaram depois de 1999 — ano em que mudaram as fórmulas de cálculo e definiu-se que, para pessoas que já contribuíram naquela época, os pagamentos antes da reforma não seriam considerados.



RAUL VELLOSO

ALÉM DE TERMOS, NA VISÃO DE MUITOS PESSIMISTAS, DÍVIDAS CONVENCIONAIS MUITO ALTAS, O CHAMADO PASSIVO ATUARIAL ATINGIU, TAMBÉM EM 2021, R\$ 0,9 TRILHÃO NO CONJUNTO DOS MUNICÍPIOS, R\$ 3,1 TRILHÕES NO DOS ESTADOS; E, FINALMENTE, R\$ 1,3 TRILHÃO NA UNIÃO, PERFAZENDO O TOTAL DE R\$ 5,3 TRILHÕES, VALOR ESSE POUCO CONHECIDO

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Tribunais de contas neles!

A gestão macroeconômica de um país como o nosso costuma se organizar em torno das tendências de crescimento do endividamento público convencional. O que se teme é que o acúmulo de seguidos e elevados déficits públicos financeiros anuais (as chamadas NFSP-Necessidades de Financiamento do Setor Público) possa levar à perda do controle da evolução do endividamento em si, algo que acabe levando mais adiante à explosão da emissão de moeda para servi-lo, sem falar na própria inflação que resultar, essa, sim, que, junto com o desempenho medíocre do PIB ali do lado, seria a mais temida mazela à frente.

Não é por outro motivo que os mercados financeiros (e hoje até um governo como o do PT, tradicionalmente orientado em outra direção) joguem o foco de suas análises e soluções (no caso do atual governo, com a ajuda do

chamado Arcabouço Fiscal) sobre a evolução de uma variável como a dívida pública consolidada líquida (DPCL), que, aliás, se buscássemos seu valor em 2021, último dado à mão, encontraríamos a bagatela de R\$ 5,7 trilhões (ou 65,5% do PIB).

Não dá para debater isso intensamente aqui, mas menos mal que, em que pese seu tamanho, e com o passar do tempo, nossa capacidade de se endividar via títulos da dívida mobiliária tenha passado a ser vista por vários analistas como muito maior do que tradicionalmente se imaginava. Voltarei a esse tema em outra coluna, mas há países — é claro, casos atípicos — onde convivem uma inflação baixa e uma razão dívida/PIB maior que 200%. Ou seja, nesse sentido talvez pudéssemos até relaxar um pouco em relação ao seu tamanho, se decidíssemos adicionar um certo

percentual de tolerância sobre o estoque atual dessa dívida.

Como nem tudo são flores, passo a apresentar aquela que poderia já ter virado a grande preocupação da área macro, até porque nela há algo de muito novo, vale dizer, um cálculo que olha especialmente para a frente (algo ausente no cálculo acima), onde os problemas se mostram cada vez mais agudos. Trata-se da crescente explosão de outro tipo de dívida, a previdenciária (ou o passivo atuarial), que, isoladamente, não só cresceu muito nos últimos tempos, como ameaça crescer mais ainda à frente. Além do mais, ela envolve gastos que carregam um alto grau de exigibilidade, por se tratar de aposentadorias e pensões de cidadãos locais em geral.

É fato que o cálculo do passivo atuarial tem muito a ver com o da dívida pública convencional, pois

o déficit financeiro anual das previdências está também inserido no das NFSP, só que déficits financeiros elevados podem tanto conviver com projeções atuariais menos facilmente absorvíveis, como com endividamento previdenciário não tão elevado, dependendo da situação específica de cada caso.

Nesse contexto, temo que, no caso do Brasil, se não estamos no pior dos mundos, temos um dos mais difíceis. Com efeito, aqui convivem déficits financeiros previdenciários e passivos atuariais bastante elevados. Tanto assim que, além de termos, na visão de muitos pessimistas, dívidas convencionais muito altas, o chamado passivo atuarial atingiu, também em 2021, R\$ 0,9 trilhão no conjunto dos municípios, R\$ 3,1 trilhões no dos Estados; e, finalmente, R\$ 1,3 trilhão na União, perfazendo o total de R\$ 5,3 trilhões, valor esse pouco conhecido, mas muito próximo do da dívida convencional acima mencionada. (É preciso confirmar isso, mas meu

sentimento é o de que a tendência recente dos passivos atuariais é fortemente ascendente.)

Ao mudar a ênfase para o passivo atuarial estaríamos trocando seis por meia dúzia? Temo que, considerando o de que se trata, a troca seja mais complicada do que se possa pensar a princípio. Para ilustrar a alta exigibilidade desse tipo de despesa e a complexidade do assunto, lembro, primeiro, da quebradeira de agências bancárias no Centro do Rio há poucos anos, por suspeita de retenção indevida de recursos que deveriam ser disponibilizados em favor de beneficiários do regime estadual. Por outro lado, do lado bom, cabe destacar não apenas que o passo a passo para fazer o ajuste previdenciário já seja hoje tão bem conhecido, como a obrigação para fazer isso já esteja até inserida na Constituição.

Só que, ainda assim, o pior que existe uma enorme resistência dos entes públicos a enfrentarem o ajuste, basicamente, ao que parece, pelo temor de boa parte

dos dirigentes do supostamente enorme desgaste político envolvido nisso. Tanto assim que não menos do que 519 entre 2.122 entes públicos existentes conseguiram obter, na Justiça, o direito de não se ajustar, sem ninguém levar em conta que isso implicasse reduzir drasticamente os investimentos em infraestrutura e, portanto, o crescimento do PIB, algo que é obviamente ruim para todos. Isso ocorre simplesmente porque a opção entre cortes é uma só: previdência ou investimentos em infraestrutura. Os demais itens são tão rígidos que nem se cogita tocar neles. E, dessa forma, o país caminha, se nada mudar, para crescer à mesma média histórica em 12 anos desde 1980: quase 1% ao ano. Ou seja, caminhamos para crescimento quase zero do emprego. Assim, como isso é obviamente prioritário em qualquer governo, só resta, então, equacionar a previdência de verdade sob a rigorosa vigilância de órgãos como os tribunais de contas.

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

6 No ambiente doméstico persistem preocupações com o cenário fiscal, o que contribuiu para a depreciação do real 9

Rede 5G cresce de forma acelerada no Brasil

A tecnologia 5G avança para cobrir todo o território nacional. Ontem, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) autorizou a ativação do recurso em 395 cidades do país. Agora, 3,6 mil dos 5,5 mil municípios brasileiros contam com a quinta geração da internet. Segundo a Anatel, 181 milhões de pessoas já podem acessar o 5G. A tecnologia abre as portas para uma nova era. Ela permitirá conquistas na área da inteligência artificial e aumentará a conectividade até mesmo em regiões remotas.

Bianca Gens/FGV



O presidente Lula não quer construir as condições para pavimentar um ciclo longo de crescimento"

Samuel Pessoa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV)

Por que o dólar atingiu a maior cotação em 4 meses?

Depois de quatro meses, o dólar comercial voltou a ultrapassar a marca dos R\$ 5. Há diversas explicações para o movimento. No contexto internacional, incertezas sobre a queda de juros nos Estados Unidos impulsionam a moeda americana, enquanto no ambiente doméstico persistem preocupações com o cenário fiscal, o que contribuiu para a depreciação do real. Amanhã, as decisões da Superquarta — como o mercado financeiro se refere ao dia em que o Banco Central brasileiro e o Fed, o Banco Central americano, anunciam suas políticas monetárias — podem causar efeitos adicionais sobre o dólar, embora não sejam esperadas surpresas. É consenso no mercado financeiro que, nos Estados Unidos, não haverá alteração na taxa de juros. No Brasil, a aposta é de redução da Selic, a taxa básica de juros da economia, em 0,5 ponto percentual, para 10,75% ao ano. Se o número for confirmado, representará o menor patamar desde fevereiro de 2022.

Agência Brasil



RAPIDINHAS

- » A rede de supermercados Dia começou a liquidar os produtos disponíveis nas 343 lojas que serão fechadas no Brasil. Segundo a empresa, os descontos serão oferecidos até o fim dos estoques. O grupo espanhol enfrenta dificuldades no país, onde atua há duas décadas. No ano passado, a operação brasileira teve prejuízos de R\$ 830 milhões.
- » As praças de alimentação dos shoppings já viveram dias melhores. Com o crescimento do delivery e certo esgotamento da fórmula que combina comida rápida e barata, esses espaços enfrentam queda de público e de receitas para os restaurantes. Também pesa o fato de os shoppings não terem se recuperado plenamente da pandemia.
- » O PicPay, maior aplicativo de pagamentos do país, lançou pela primeira vez um fundo criado com exclusividade para a plataforma. De acordo com a fintech, serão aceitos aportes a partir de R\$ 100. A gestão do produto será feita pela Wealth High Governance (WHG), empresa especializada na administração de fortunas.
- » A rede de farmácias Raia Drogasil mudou sua marca corporativa para RD Saúde. Segundo a empresa, há um motivo principal para isso: a ideia é reforçar ao mercado que atua na promoção da saúde e do bem-estar, não se limitando ao varejo farmacêutico. Com isso, a identidade visual das bandeiras Raia e Drogasil será alterada.

TCU vai investigar possível interferência de Lula na Petrobras

O corte dos dividendos extraordinários pagos pela Petrobras segue gerando polêmicas. Ontem, o Ministério Público pediu ao Tribunal de Contas da União que investigue o nível de influência do presidente Lula na petrolífera. "A opção por não pagar dividendos foi em sentido contrário à avaliação da área técnica da empresa, além de contrariar avaliações realizadas pelos conselheiros e pelo próprio presidente da estatal", disse Lucas Furtado, subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU.

Divulgação/Vivara



R\$ 24 bilhões

é quanto os investidores estrangeiros retiraram da Bolsa brasileira em 2024 (até 15 de março)

Vivara troca comando e ações desabam

Uma velha máxima do futebol pode explicar o tombo da rede de joalherias Vivara na Bolsa. Nos campos, costuma-se dizer que não se mexe em time que está ganhando. No mundo corporativo, os investidores também não gostam de mudanças inesperadas de rumo, especialmente se o negócio vai bem. Na última sexta-feira, a companhia anunciou a volta do fundador Nelson Kaufman ao cargo de CEO, após a renúncia de Paulo Kruglensky. O mercado não gostou. Ontem, a cotação das ações da empresa desabou.

Brasília

ONTEM, HOJE, AMANHÃ

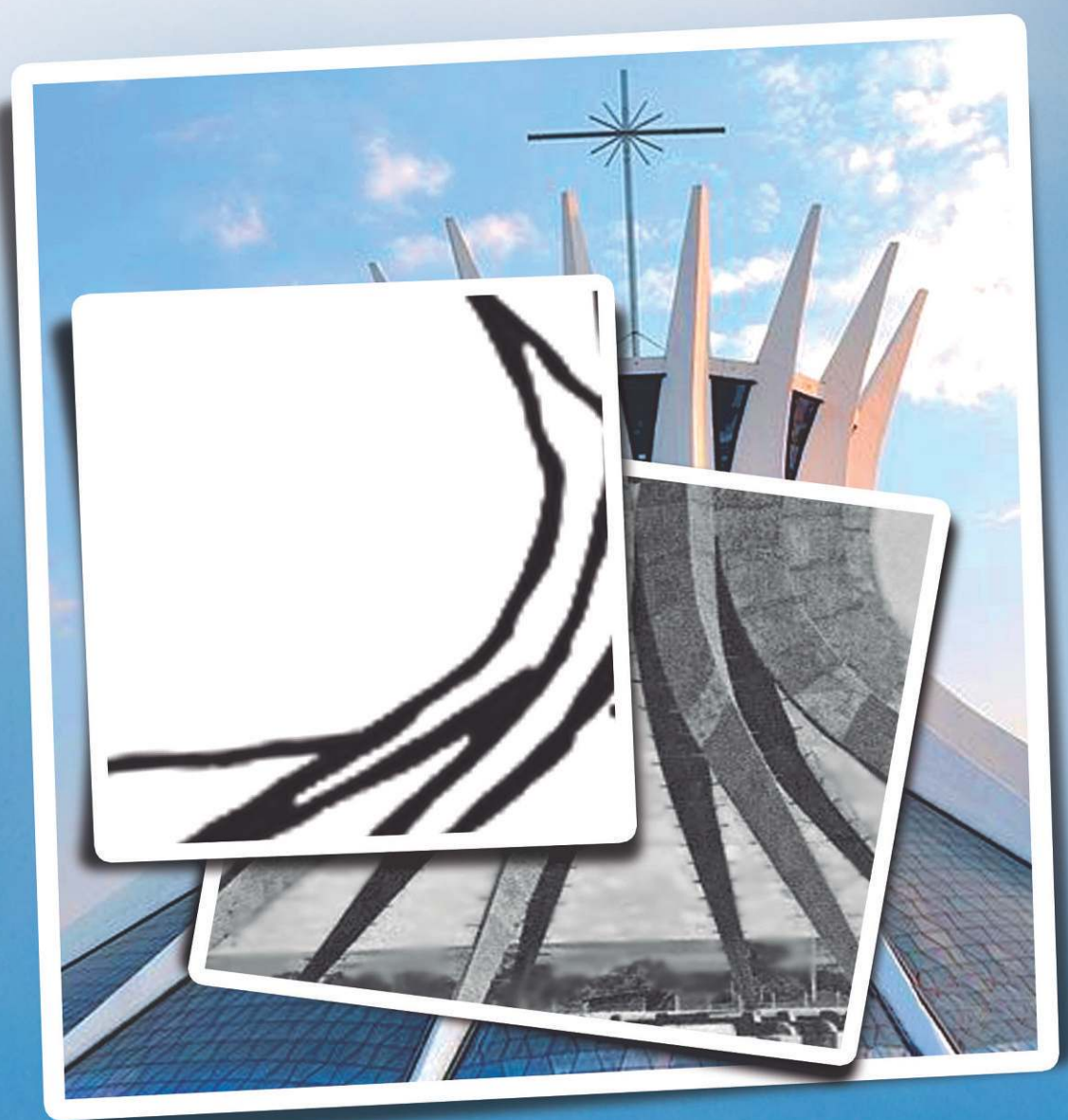
64 anos

O Correio Braziliense apresenta o projeto "As marcas de Brasília: 64 anos de sonhos e realizações" para celebrar o protagonismo e a relevância da capital do país.

Faça parte desse projeto!



Aponte a câmera do seu celular para o QR CODE e entre em contato conosco



APOIO: **SESI SENAI** PELO FUTURO DO TRABALHO **FEBRABAN**

REALIZAÇÃO:



CORREIO BRAZILIENSE

www.CORREIO BRAZILIENSE.com.br

VISÃO DO CORREIO

Alerta climático no fim do verão

O verão no Brasil se encerra nesta quarta-feira (20/3), mas o fim da estação está longe de significar temperaturas mais amenas. Desde a semana passada, uma nova onda de calor vem atingindo várias partes do país, e meteorologistas e Defesa Civil têm emitido mais alertas sobre os riscos à saúde. O Rio de Janeiro, por exemplo, alcançou a impressionante sensação térmica de 62°C no último fim de semana. Qualquer morador de grandes cidades como Brasília, Belo Horizonte ou São Paulo conhece o transtorno de morar, trabalhar, estudar ou se locomover em épocas de altas temperaturas — sem mencionar o problema associado dos temporais, com grande concentração de chuvas em questão de horas.

Ocorre que a emergência climática não se restringe ao que os termômetros registram na atmosfera. O problema se agrava igualmente nos oceanos. Dados compilados pelo Programa Ecológico de Longa Duração Tamarandé Sustentável (Pels-Tams) indicam o branqueamento em massa de espécies de corais no litoral nordestino. O fenômeno, de escala global, já afeta locais como as regiões de Tamarandé e Porto de Galinhas, em Pernambuco, bem como a costa de Sergipe. Os corais são considerados fundamentais para o equilíbrio do ecossistema marinho, pois servem de alimento para diversas outras espécies. O branqueamento é um fenômeno natural, mas a ocorrência frequente e em grande extensão está vinculada, segundo os cientistas, ao aumento da temperatura nos oceanos.

Outras fontes oficiais reforçam

a situação alarmante nos mares. A Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (Noaa, na sigla em inglês) relata, por exemplo, que o recorde na temperatura dos oceanos está se mantendo há mais de 12 meses. Em média, as águas marinhas ultrapassaram os 21°C, um aumento de 0,25°C acima do registrado em 2023. Esse crescimento, segundo explicou um meteorologista da Noaa à rede norte-americana CNN, “equivale a cerca de duas décadas de aquecimento num único ano”.

Entre as causas identificadas para o desequilíbrio no Planeta Azul, especialistas reiteram em apontar o El Niño e o aquecimento global — fevereiro último foi o mês mais quente de toda a história — como fatores de instabilidade. Se o primeiro fenômeno é considerado natural e originário do Pacífico, com efeitos em todo o planeta, não se pode dizer o mesmo da segunda causa. O aquecimento global resulta de uma interferência direta do modelo econômico desenvolvido nos últimos 150 anos. As consequências dessa opção aparecem a olhos vistos.

Seja no mar, seja na terra, restam evidentes os sinais de que a crise climática assume proporções cada vez mais urgentes e complexas. Governos e sociedade precisam, o quanto antes, impedir que a situação chegue ao que especialistas e autoridades internacionais denominam “ponto de não retorno”. Ondas de calor, temporais devastadores nas grandes cidades, extermínio da fauna e da flora e oceanos em ebulição são o prelúdio de uma era que a humanidade, a despeito do progresso científico, não tem se mostrado preparada nem disposta a superar.



IRLAM ROCHA LIMA
irlam.rochabsb@gmail.com

Caetano & Bethânia

Alcione, Maria Rita, Nando Reis, Ritchie, Oswaldo Montenegro, Xande de Pilares são alguns dos artistas, de segmentos diversos da MPB, que têm apresentações marcadas para Brasília na temporada de 2024 — como divulguei, recentemente, neste espaço, num artigo intitulado *Temporada de shows*.

Pelo que pude perceber, todas despertaram a atenção das pessoas, mas a que gerou maior expectativa é a que reunirá Caetano Veloso e Maria Bethânia. Na semana passada, eles anunciaram uma turnê por sete cidades brasileiras, entre 3 de agosto e 14 de dezembro.

Na capital federal, a antepenúltima parada da excursão, os irmãos santo-amarenses irão cantar no Estádio Nacional Mané Garrincha em 9 de novembro, antes de Salvador (Arena Fonte Nova), dia 30 daquele mês, e São Paulo (Allianz Park), 14 de dezembro — onde encerrarão o tour.

Caetano e Bethânia voltarão a estar juntos no palco, 46 anos depois. Em 1978, eles protagonizaram raro espetáculo intitulado *Tempo de estio*, no Teatro Vila Velha, em Salvador, como parte do

projeto Temporada de Verão, registrado num histórico álbum — hoje, peça de museu.

O Rio de Janeiro será o ponto de partida da série de shows, em 3 e 4 de agosto, no Rio Arena, na Barra da Tijuca. Na sequência, os dois irão a Belo Horizonte, Belém, Porto Alegre, Salvador, Brasília e São Paulo.

Embora não tenha sido divulgado oficialmente, sabe-se que o repertório trará canções emblemáticas da obra de ambos, entre as quais *Alegria Alegria*, *Boa palavra*, *Carcará*, *Cinema Olímpia*, *É de manhã* (composta por Caetano e lançada por Bethânia no show Opinião, na estreia dela no Rio de Janeiro, em 1964); *Falando sério* (Roberto e Erasmo Carlos), *Maria Bethânia* (do álbum *Transa*, gravado pelo compositor no exílio, em Londres), *Muito* e, claro, *Reconvexo*.

Com certeza, Bethânia irá interpretar também o hino *Evidências*. A parceria de José Augusto e Paulo Sérgio Valle fez parte da set list do *Claros breus*, show com o qual a Abelha Rainha cumpriu longa turnê no teatro Manuche, no Jardim Botânico, bairro da zona sul do Rio de Janeiro, em 2019.

DIA DO CARPINTEIRO

FILHO,
VEJA SE
CONSEGUE
DAR UM JEITO
NA CARA DE PAU
DESSA
GENTE...



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Drogas!

O *Correio* tem acompanhado de perto a discussão que está ocorrendo no Senado sobre a regularização de drogas, ou melhor, a definição de que qualquer pessoa que tenha qualquer uma delas, mesmo em pequena quantidade, será preso. Um absurdo! Isso é um retrocesso inaceitável e espero que o plenário do Senado não aprove essa proposta que representa o que há de mais atrasado na política pública de combate ao tráfico de drogas. Fico imaginando se o Brasil terá presídios suficientes para acolher as milhares de centenas de jovens que serão presos porque estão fumando seu baseado recreativo numa festa. Certamente, as cadeias ficarão lotadas de jovens negros, pobres e desempregados que não têm dinheiro para pagar um bom advogado, ao contrário daquele jovem branco e morador do Lago Sul, que continuará solto, mesmo depois de detido. Assim é o Brasil.

» José Araújo
Sobradinho

Uso de máscara

Como já disse um poeta, o Brasil não é para amadores. Antes das festas do fim do ano e do carnaval já se sabia que a covid estava em ascensão e com novas variantes, uma delas vinda da Índia. Mesmo assim, os brasileiros saíram às ruas, pularam o carnaval em aglomerações de centenas de milhares de pessoas, cantando, pulando e se empurrando como se nada pudesse acontecer. Só que aconteceu. Os hospitais de Brasília e do Brasil estão lotados de pacientes com covid, com alguns óbitos, infelizmente. Para tornar a situação mais crítica, a epidemia de dengue simultânea ao recrudescimento da covid lotou ainda mais os hospitais. E com um agravante: os sintomas das duas doenças se confundem, o que dificulta enormemente os médicos a dar um diagnóstico preciso sobre com qual das doenças o paciente está, se dengue ou covid. Um amigo meu que pulou o carnaval em Salvador passou por isso. Ficou uns dois dias com o médico acreditando que era covid, mas na verdade era dengue. Vida que segue, e o Brasil continua sendo para profissionais e não amadores. Um país e um povo complexos e difíceis de serem corretamente interpretados e entendidos.

» Paula Montenegro,
Planaltina

Paulo Pestana 1

Ana Dubeux recorda, com carinho, emoção e saudade, os traços marcantes do cativante Paulo Pestana, no artigo *Você não faz ideia, Paulinho* (17/03). Rubens Braga, Raquel de Queirós, Hélio Fernandes, Carlos Chagas, Millor Fernandes, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Joel Silveira,

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

15/03/24, Dia Mundial do Consumidor. O Brasil não caiu no golpe.

Abraão Ferreira do Nascimento
Águas Claras

Teve cara de golpe, jeito de golpe, cheiro (fétido) de golpe e vão dizer que o assunto foi só o cultivo de erva-dos-golpes?

Marcos Paulino
Vicente Pires

62,3°C: a sensação é que o diabo passou pelo Rio, fez campanha política para prefeito, e virou o inferno.

Vital Ramos de Vasconcelos Júnior
Jardim Botânico

ERRAMOS

• Ao contrário do publicado na matéria O destino de cada um (página 5 da edição de ontem), o nome correto do juiz responsável pelas ações da Lava-Jato no Rio de Janeiro é Marcelo Bretas.

poder é o estopim de guerras e abusos, pois é rico em oferecer benesses, conforto, presentes e regalias. Quem pensa que suas excelências só têm em vista o bem da população está inteiramente enganado. Sonham com a lâmpada maravilhosa de Alladin. Na atual tentativa de reeditar a ditadura, o inelégivel cercou-se de militares, com o intuito de amedrontar a população e posar de todo-poderoso. Felizmente, as fadas do bem não dormem e incentivaram o general Freire Gomes e o brigadeiro Batista Jr. a frear a marcha dos delinquentes golpistas. Os planos descritos nas “minutas” floparam. Para quem atribui aos fatos a uma simples polarização entre direita x esquerda, é preciso estudar mais. Há livros e periódicos aos montes, que precisam entrar nos currículos escolares, para maior clareza do que quase aconteceu de novo. As listas encontram-se na Amazon/Kindle e em toda a internet, sendo imperdíveis a Lília M. Schwarz (*Autoritarismo brasileiro*), 50 anos do golpe (diversos autores), *A ditadura militar e a longa noite dos generais* e os boxes do jornalista Elio Gaspari: *A ditadura envergonhada*, *A ditadura acabada*, *A ditadura derrotada*, *A ditadura escancarada*, *A Ditadura encurralada*. Do mesmo Elio, um artigo imperdível da *Folha de SP*: *O Golpismo do Jair*. Que os recentes episódios sirvam de eterna lição: cada macaco no seu galho!

» Thelma B. Oliveira,
Asa Norte

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA
Localidade SEG/SÁB DOM

DF/GO R\$ 4,00 R\$ 6,00

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99555.2585 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8945 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

ASSINATURAS *
SEG a DOM

R\$ 899,88

360 EDIÇÕES
(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078

- Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFE Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

DA Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Dia da Água: o que de Duna tem o Cerrado?

» YURI SALMONA
Diretor do Instituto Cerrados

Se você procurou um filme para assistir, certamente se deparou com o longa-metragem *Duna II*, do diretor Denis Villeneuve, baseado na consagrada obra de Frank Herbert. Essa história nos apresenta inúmeros paralelos com nossos desafios nada ficcionais, tanto é que pesquisadores das universidades de Bristol e Sheffield, na Inglaterra, elaboraram um modelo demonstrando quão realista é o principal palco do enredo, o planeta Arrakis.

Sem nenhum spoiler, já que conforme pode se presumir, pelo título do filme, a gestão da água está entre os paralelos com a nossa realidade. O referido planeta é um grande deserto, com imensas dunas, onde a água é o bem mais precioso, se não fosse a “especiaria”, uma substância que, entre outras coisas, viabiliza o comércio interplanetário. E, para a produção dessa especiaria, é necessário manter o planeta árido, desértico.

Já no nosso planeta, estamos de diferentes formas de certificando e secando a savana mais biodiversa do mundo, o Cerrado, especialmente por conta da ocupação e da produção desregulada de commodities agropecuárias, como carne e soja.

Há mais de 14 milhões de hectares (ao menos 7% do bioma) em processo de desertificação e em franca ampliação. Villeneuve, infelizmente, poderia filmar *Duna III* em Gilbués (PI), cidade com cerca de 7 mil km² de paisagem dominada por dunas e solo vermelhos.

Já o ressecamento do bioma é generalizado, conforme demonstram diferentes estudos. Verificamos que 87% dos rios observados no Cerrado têm redução significativa de sua vazão, e a perda tende a se intensificar. Esse cenário, que infelizmente não é fictício, deveria ser o centro da pauta do Dia Mundial da Água. Datas comemorativas como essa são como aniversários; servem para celebrarmos e lembrarmos a importância de algo ou alguém. E o que não pode faltar num aniversário? O aniversariante/anfitrião. Quando se fala de água



no Brasil, costumeiramente o assunto é remetido à Amazônia, que guarda o maior rio do mundo, ou ao Pantanal, a maior planície alagável do planeta, que, de fato, merecem ser lembrados. Mas, o verdadeiro anfitrião é esquecido: o Cerrado.

Sim, o Cerrado, o bioma das árvores tortas e baixas, é fundamental para que se tenha algo a comemorar no Dia Mundial da Água. Ele bombeia, por meio de seus rios e aquíferos, água pelo Brasil. Bacias como a do São Francisco, Parnaíba e Paraguai (a do Pantanal) dependem totalmente da água do Cerrado. A produção de energia em Itaipu e Sobradinho, que é distribuída pelo país, depende majoritariamente da água cerratense. Praticamente metade da produção de soja e carne está na savana mais biodiversa do mundo, onde se concentra também

80% da irrigação, a maior consumidora de água do país. Ao menos 40% dos brasileiros bebem água do Cerrado.

O anfitrião tem sido sacrificado, trazendo consequências para todos os convidados e envolvidos na celebração. Mais de 3.427 nascentes do Cerrado geram água para o bioma Amazônico e estão gravemente ameaçadas pelo desmatamento; situação similar à da porção de Cerrado que verte água para o Pantanal, que já tem 55% de sua área desmatada.

Esses desmatamentos quebram eles do ciclo hidrológico que a vegetação do bioma preenche insubstituívelmente, o que, entre outros efeitos, diminui a recarga das águas subterrâneas que, por sua vez, desregula o volume dos rios, diminuindo significativamente as vazões e a disponibilidade para todos. Isso já foi observado em estudos, que indicam a perda de mais de 15% do volume da vazão dos rios do Cerrado e uma previsão de 33% a menos de disponibilidade hídrica até 2050. Parece um fim de festa com uma resaca moral.

Mas nada como um dia após o outro; há um conjunto de ações que, se bem executadas, podem garantir que o coração das águas continue a pulsar. Entre elas, destacamos: aumentar o rigor e o controle nas autorizações de desmatamento; definir áreas prioritárias para conservação de água; rever e monitorar as outorgas para irrigação; demarcar territórios de povos e comunidades tradicionais; somar esforços para implementar restaurações em larga escala; investir em prevenção e combate ao fogo; e tantas outras.

Parte dessas ações está indicada no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado (PPCerrado), do Ministério do Meio Ambiente, e no Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. É indispensável fortalecer essas agendas em torno do nosso anfitrião, o Cerrado, coração das águas.

O assassino visível

» BARTOLOMEU RODRIGUES
Jornalista

Todo bom e sábio manual de guerra (ou de paz, depende do ponto de vista), de Clausewitz a Sun Tzu, preconiza que antes de se atirar no campo batalha convém conhecer, se possível, as entranhas do inimigo. Na medicina, não é diferente — os aguerridos infectologistas, virologistas e agentes de saúde sabem muito bem que é ao mosquito a quem estou me referindo.

Que, diga-se de passagem, está deixando de ser exclusividade dos trópicos e começa a se alastrar em terras do Hemisfério Norte, com Itália, Espanha, França e (passagem!) o gélido Reino Unido relatando casos de dengue e suas terríveis comparsas zika e chikungunya. Transmitidas pelo *Aedes albopictus*, uma espécie de primo rico do *Aedes aegypti*. Poder-se-ia imaginar que o *aegypti*, assim como o coronavírus, pegou carona de avião; mas não: ao que tudo indica, o *albopictus* parece ter acordado de um longo sono pelo calor de verões a cada ano mais abrasivos.

O aquecimento global há muito pulou do vocabulário de ecologistas empederados para a agenda de preocupação de chefes de Estado em todo o mundo, pois se não a curto, mas a médio prazo, vai impactar na produção de alimentos, nas balanças comerciais etc. e tal. Isso, porém, é assunto que demanda um espaço maior do que este e pode ser comentado em outra oportunidade.

Na seminal obra *Armas, Germes e Aço* (12ª Ed., páginas 67, 68) o historiador Jared Diamond nos dá uma impressionante explicação para o imperador inca Atualpa e seu exército de 80 mil bravos guerreiros não terem capturado o rei Carlos I da Espanha nas montanhas peruanas de Cajamarca, em 1532. Não o rei em pessoa, óbvio, mas representado por Francisco Pizarro à frente de uma tropa de 160 soldados esfarapados e sífilíticos. Porque não foram as lanças, os canhões e os mosquetes (as mais avançadas armas da época) os elementos decisivos para a conquista do Novo Mundo, mas os germes invisíveis, as epidemias desconhecidas entranhadas nas narinas, suores e roupas dos capitães e marujos.

Nas guerras insanas travadas ao redor do mundo nos últimos quatro anos, o *Homo sapiens* (nós), com todo o arsenal de destruição que vai da pistola, passando pelo míssil hipersônico, tanques, caças, destróieres e porta-aviões, matou 580 mil membros da própria espécie. O mosquito, 830 mil pessoas (levantamento do cientista político Timothy Winegard, tradução de Leonardo Alves). Desde 2000, a média anual de mortes de humanos no planeta chega à estonteante cifra de 2 milhões. Sem levar em conta que nada mais do que mosquitos estão por trás das mortes de Alexandre, o Grande, e de Gêngis Khan, bem como da queda de impérios como o Romano e o Mongol.

À exceção da Antártida, Islândia, Seychelles e micróilhas da Polinésia Francesa, não há pedaço de terra imune à invasão de um exército de (pare por um instante a leitura silenciosa e tente dizer em voz alta o número a seguir) 110.000.000.000 de zumbidores loucos por sangue. Hoje, a população mundial de humanos oscila nos 8 bilhões, que, apesar de causar estragos imperdoáveis ao planeta, está em franca desvantagem. Sim, você leu certo: o inimigo é estimado, por baixo, em 110 trilhões.

Agora, só para atizar mais ainda a sua curiosidade, o mosquito é, de longe, a maior causa mortis da história desde que o homem pulou do continente africano. Essa dispersão é relativamente nova em termos geológicos (uns 60 mil anos), mas nossa espécie *sapiens* está por aí há uns 200 mil anos pelo menos. A ciência estima em 108 bilhões o número de *sapiens* desde então. Sendo assim, ao menos 52 bilhões foram aniquilados por doenças transmitidas por esses minúsculos, embora nada desprezíveis, assassinos.

O pior dessa história é que a ideia inicial para a eliminação do mosquito, como no grande esforço para a construção do Canal do Panamá (inaugurado em 1914, após uma década de luta sem trégua contra a malária), dá-se no campo em que ele age como oportunista: a degradação ambiental. É o dilema do uso sistemático de inseticidas e outros tóxicos.

Então, será a vacina nossa última trincheira? A resposta a essa pergunta vale milhões, e embora sejam alvissareiros os resultados obtidos até agora (um público limitado, inicialmente), ainda temos de conviver com um inimigo a não ser subestimado. Enquanto isso, trabalhando em silêncio na Farmácia Viva, unidade em Planaltina vinculada à Secretaria de Saúde, os técnicos parecem ter chegado a uma solução engenhosa (e barata) de produção de um repelente à base de fitoterápicos. Resta saber a capacidade de produção em escala e, quem sabe, o DF poderá produzir o seu próprio escudo protetor — no momento, o mais eficaz preventivo, tão emblemático como foi o álcool em gel na pandemia da covid.

A República Saráui: 48 anos de resistência

» AHAMED MULAY ALI HAMADI
Diplomata Saráui

A República Árabe Saráui Democrática (RASD), no Saara Ocidental, é uma realidade irreversível. O 27 de fevereiro, dia do seu 48º aniversário, foi festejado em muitos lugares do mundo. Em Brasília, foi promovido evento prestigiado por embaixadores e diplomatas de países da África, do Oriente e da América Latina.

Cresce a importância desses eventos porque, neste momento, o povo saráui, solidário, progressista, republicano e democrático, vive uma das mais cruciais etapas de sua luta contra o Reino do Marrocos, que ocupa dois terços de seu território.

Apesar dos sofrimentos, do saqueamento de suas riquezas, da situação dos direitos humanos, os saráuis estão decididos a continuar a batalha até que Marrocos, armado com apoio da França, da Espanha, de Israel e dos Estados Unidos, regressasse às negociações com mais seriedade.

A RASD exige o respeito aos dispositivos da Carta das Nações Unidas, da Unidade Africana (UA) e do direito internacional para a aplicação do acordo de paz firmado entre o Marrocos e a Frente Polisário, avalizado pelo Conselho de Segurança da ONU e pela Unidade Africana.

O que acontece em dois terços do Saara Ocidental, com a possessão marroquina, é semelhante ao que ocorre na Palestina, onde um país patrocina colonos para ocupar uma terra que não lhe pertence, visando usurpar território e riquezas, impedindo a livre autodeterminação e o exercício da soberania de um povo.

Até que se estabeleça uma paz justa e duradoura por meios pacíficos, o atual conflito armado entre

Marrocos e Saara Ocidental vive uma encruzilhada. E pode vir a ter consequências também imprevisíveis.

Os saráuis viram-se obrigados a retomar as armas e a entrar novamente em luta armada desde novembro de 2020, após a RASD obter resultados consagrados, durante a construção das instituições estatais, e muitas vitórias em nível diplomático. A situação bélica acirrou-se ante a inércia da Organização das Nações Unidas e do Conselho de Segurança. Há 48 anos, em 26 de fevereiro de 1976, o povo saráui expulsou do Saara Ocidental a colonizadora Espanha, do general Franco. No dia seguinte, a Frente Polisário proclamou a República. A democracia saráui é um dos membros fundadores da Unidade Africana. Hoje é reconhecida por 84 países.

Esse direito de reconhecimento de um povo já foi ratificado, além da ONU e da UA, por sentenças em Haya, no Tribunal de Justiça Europeia e em diversas instâncias africanas, entre outras instituições internacionais.

Por tudo isso, cremos que a declaração do presidente Lula, em defesa do povo palestino, é, também, por coerência, uma defesa do povo saráui. Esperamos o reconhecimento da República Saráui pelo governo brasileiro, concedendo a instalação de uma embaixada, como passo na defesa do direito internacional e da justiça no norte ocidental da África.

O Brasil é visto agora no mundo como país de economia forte, dedicado também à defesa da justiça, com respeito ao direito internacional, e na

busca da estabilidade e da paz. Não há sentido dificultar a organização de uma embaixada do Saara Ocidental e a união econômica e cultural dos povos brasileiro e saráui.

Junto com quase uma centena de países que já se posicionaram, o reconhecimento do Brasil é passo internacional importante para que o Reino do Marrocos regressasse à razão, retirando o muro de mais de 2.700km ladeado de minas explosivas que impedem a união interna do povo saráui no Saara Ocidental.

O plano estabelecido pela ONU inclui um plebiscito para que o povo saráui possa demonstrar sua preferência republicana. A monarquia do Marrocos impede a manifestação democrática.

No pensamento do presidente da RASD, Brahim Ghali, o estabelecimento do Estado saráui representou uma opção apropriada, adotada pela Frente Polisário como resposta às manobras coloniais, que objetivam usurpar os direitos de todo um povo e confiscar toda uma nação e sua pátria.

Nesses 48 anos, o povo saráui viveu mais uma epopeia, com resistência e firmeza, em todas as frentes e níveis, como parte de sua batalha pela existência social e política. Ao erigir um Estado republicano e democrático, com órgãos e instituições nacionais, os saráuis consolidaram sua presença e reputação no cenário internacional.

O desejo e a esperança do governo e do povo saráui é que o Brasil e o presidente Lula continuem defendendo a conquista da paz e da justiça em todos os continentes, contribuindo para a superação da última colônia na África.



HORROR NO ORIENTE MÉDIO

Biden alerta Netanyahu sobre ação em Rafah

Governo israelense vai enviar uma delegação de alto nível a Washington para debater o plano de invasão à cidade no sul de Gaza. Presidente americano considera que ofensiva "seria um erro". Pela segunda vez, o maior hospital do enclave palestino é alvo de ataque

Israel vai enviar aos Estados Unidos, nos próximos dias, uma delegação de alto nível para discutir o plano de ofensiva em Rafah, o último grande centro populacional de Gaza que ainda não foi alvo de ações por terra desde o início da guerra contra o Hamas. Segundo a Casa Branca, esse foi o combinado durante uma conversa, por telefone, entre o presidente dos EUA, Joe Biden, e o premiê israelense, Benjamin Netanyahu, que retomaram, ontem, o contato após um hiato de 33 dias. Horas antes, Israel fez um novo ataque ao hospital Al-Shifa, o maior de Gaza, matando ao menos 20 pessoas.

O diálogo entre os dois líderes ocorreu em meio a uma crescente tensão entre eles pela ofensiva na Faixa de Gaza. Desde a última ligação, em 15 de fevereiro, o presidente norte-americano tem sido cada vez mais crítico em relação ao número de mortos palestinos e à grave situação humanitária no enclave palestino, devido à ofensiva militar israelense, em resposta aos ataques do movimento islamista Hamas em 7 de outubro.

Segundo a Casa Branca, Biden alertou Netanyahu sobre as consequências de qualquer operação em Rafah sem um plano "crível" para proteger mais de um milhão de civis. Há duas semanas, o democrata afirmou que teria uma reunião séria com o primeiro-ministro israelense para tratar do tema, o que não ocorreu. Ontem, enfático, ele manifestou sua "profunda preocupação" com uma incursão terrestre em Rafah, e afirmou que a ofensiva seria "um erro".

Netanyahu, por sua vez, aceitou o pedido de mandar uma missão a Washington para debater o plano desenvolvido pelo Exército israelense, aprovado por ele na última sexta-feira. Segundo o assessor de Segurança Nacional dos EUA, Jake Sullivan, teria ficado aberta a possibilidade de se encontrar "uma alternativa" à ofensiva.

Nos últimos dias, Netanyahu rejeitou a pressão de Washington e prometeu levar adiante o plano de invasão a Rafah. Segundo nota publicada pelo gabinete do primeiro-ministro, ele declarou a Biden que está determinado a "alcançar todos os objetivos

AFP



Mulher palestina foge de área bombardeada por forças israelenses no centro da Cidade de Gaza

da guerra" em Gaza, entre eles, "a eliminação do Hamas".

Além da situação em Rafah, os aliados falaram sobre os últimos acontecimentos em Israel e Gaza e os esforços para aumentar a ajuda humanitária, indicou o comunicado da Casa Branca. Durante o alerta da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre uma fome iminente em Gaza, no início do mês Biden ordenou ao seu Exército que lançasse alimentos por via aérea sobre o território palestino e criaria um corredor marítimo com o mesmo objetivo.

Na semana passada, numa declaração entendida como um descompasso nas relações com Netanyahu, Biden elogiou o "bom discurso" do líder da maioria democrata no Senado, Chuck Schumer, que pediu novas eleições em Israel. O democrata disse que

AFP



Meninos na fila de distribuição de comida em Rafah: insegurança alimentar atinge 1,1 milhão de pessoas

o parlamentar; o oficial judeu de mais alto escalão nos Estados Unidos, "expressou séria preocupação compartilhada não apenas por ele, mas por muitos americanos".

Bombardeio

Em Gaza, a semana começou com um novo ataque israelense ao Al-Shifa, o maior hospital da Faixa de Gaza, e suas imediações,

obrigando centenas de civis a fugir dos bombardeios. "Vinte terroristas foram eliminados no hospital em diversos enfrentamentos e dezenas de suspeitos detidos estão sendo interrogados", indicou o Exército israelense, em nota.

As autoridades israelenses afirmaram que um alto dirigente do Hamas foi morto na incursão. Identificado como Fayq al Mabhouh, ele era comandante da

policia de Gaza e irmão de Mahmoud Al Mabhouh, um dos fundadores do braço armado do Hamas.

Os combates começaram durante a madrugada nas imediações do hospital, onde o Exército havia realizado uma operação em 15 de novembro. Milhares de civis estão refugiados em Al-Shifa, que, segundo o Exército israelense, tem suas instalações usadas como base de comando dos extremistas do Hamas.

Colunas de fumaça preta envolveram algumas áreas da cidade após os bombardeios, segundo imagens da agência de notícias France Presse (AFP). Em meio ao pânico, centenas de palestinos — a maioria crianças, mulheres e idosos — fugiram a pé em ruas repletas de escombros e feridos no chão.

» Número 3 do Hamas está morto

Mais uma baixa de peso no comando do Hamas. A Casa Branca informou, ontem, que Israel matou o número três do grupo islamista palestino na semana passada. "Marwan Issa morreu em uma operação israelense na semana passada", disse o assessor de Segurança Nacional, Jake Sullivan, em coletiva de imprensa. Segundo Sullivan, Israel também "destruiu um número significativo de batalhões e matou milhares de combatentes do Hamas", incluídos altos comandantes. "O resto dos principais líderes está escondido, provavelmente nas profundezas da rede de túneis do Hamas", acrescentou. Issa era o adjunto de Mohammed Deif, líder do braço armado do Hamas, as brigadas Ezzedine al Qassam, informou recentemente o porta-voz militar de Israel, o contra-almirante Daniel Hagari.

A ONU adverte que, após cinco meses de conflito, menos de um terço dos hospitais do enclave funcionam. "Antes da guerra, Gaza era a maior prisão a céu aberto. Agora é o maior cemitério a céu aberto", lamentou o chefe da diplomacia da União Europeia, Josep Borrell.

À situação dos hospitais se soma a falta de alimentos que pouco chegam a Gaza. Um relatório endossado pelas Nações Unidas sustenta que quase 1,1 milhão de palestinos enfrentam o nível mais grave de insegurança alimentar.

Em meio a esse caos, mediadores internacionais — Estados Unidos, Catar e Egito — tentam alcançar uma nova trégua, similar à realizada no fim de novembro do ano passado. O Hamas afirmou que está disposto a aceitar uma pausa de seis semanas e a libertar a 42 reféns israelenses em troca da liberação de entre 20 a 50 palestinos por cada um deles.

RÚSSIA

Reeleito, Vladimir Putin celebra duplo triunfo em Moscou

Robustecido pela vitória da véspera, que lhe garantiu o quinto mandato à frente do Kremlin, o presidente Vladimir Putin discursou, ontem à noite, durante a celebração dos 10 anos de anexação da Crimeia à Rússia. Diante de uma multidão reunida na Praça Vermelha, em Moscou, ele desdenhou da reação de países ocidentais, que consideraram as eleições do domingo ilegítimas.

"De mãos dadas avançaremos e isso nos tornará mais fortes. Viva a Rússia!", disse Putin na Praça Vermelha. Após sua vitória, ainda no domingo à noite, ele declarou que o resultado das urnas mostra um país que não se deixará "intimidar" por seus adversários.

No discurso, Putin celebrou a "consolidação da política interna",

dois anos após o início da ofensiva contra a Ucrânia e das sanções ocidentais contra o país. "Não importa quem ou o quanto querem nos intimidar, não importa quem ou o quanto querem nos esmagar", disse o presidente. "Não funcionou agora e não funcionará no futuro", frisou.

No poder desde maio de 2000, o líder russo, de 71 anos, foi reeleito para o seu quinto mandato com 87,28% dos votos, em um pleito que durou três dias sem um candidato opositor com opções reais e que também foram realizadas nas regiões da Ucrânia ocupadas pelas forças de Moscou. É um resultado "excepcional" e uma "confirmação eloquente do apoio do povo russo" ao presidente, afirmou o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov.

Na Praça Vermelha, Putin subiu

AFP



Na Praça Vermelha, festa pelos 10 anos de anexação da Crimeia

no palco com os três candidatos que concorreram contra ele nas eleições, após recebê-los em uma reunião no Kremlin na qual todos o

parabenizaram. Os "rivais" obtiveram 4,31%, 3,85% e 3,20% respectivamente, segundo esse resultado, que não incluiu os votos no exterior.

Todos os principais opositores de Putin estão mortos, na prisão ou no exílio. As eleições aconteceram um mês depois que o principal detrator de Putin, Alexei Navalny, morreu na prisão. Nesse cenário, conseguiu 10 pontos a mais do que em 2018. Putin ainda poderá concorrer em 2030 e permanecer no poder até 2036.

A oposição conseguiu, contudo, se expressar simbolicamente, respondendo ao chamado da viúva de Navalny, Yulia Navalnaya, que prometeu seguir com a causa do marido e pediu aos seus apoiadores que votassem ao meio-dia de domingo. Navalnaya votou na embaixada russa em Berlim, onde vive exilada com os filhos.

Em outras embaixadas russas, longas filas também se formaram

ao meio-dia. Dezenas de milhares de russos exilaram-se no exterior desde o início da ofensiva contra a Ucrânia por medo da repressão ou de serem recrutados para o Exército. No cemitério onde Navalny foi sepultado, na capital russa, dezenas de pessoas colocaram flores e cédulas com o nome do opositor.

Muitos países ocidentais criticaram as eleições. O porta-voz do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Vedant Patel, assinalou que as eleições na Rússia foram "um processo incrivelmente antidemocrático" e afirmou que Washington não vai parabenizar Putin. A reeleição de Putin baseia-se na "repressão e intimidação", afirmou, por sua vez, o alto representante de política externa da União Europeia, Josep Borrell.



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À sociedade brasileira, empregados, colaboradores, investidores e clientes, a CAIXA apresenta o Relatório da Administração relativo ao quarto trimestre de 2023, de acordo com as práticas e normas contábeis estabelecidas no país, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Nova Gestão

No dia 07 de novembro de 2023, o Sr. Carlos Antônio Vieira Fernandes tomou posse como Presidente da CAIXA, conforme nomeação do Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O Sr. Carlos Antônio Vieira Fernandes é graduado em Economia e Estudos Sociais, pós-graduado em Estratégias Empresariais, Comércio Externo e Finanças, mestre em Finanças pela Université Paris 1 Panthéon – Sorbonne, está em processo de doutoramento pela Management School (IAE) da University of Bordeaux.

Empregado de carreira CAIXA por mais de 30 anos, exerceu cargos de gestão estratégica na área de negócios e de crédito imobiliário. Foi, ainda, Consultor-Chefe da Presidência CAIXA. Atuou como Ministro interino das Cidades e Integração em períodos alternados entre 2014 e 2015. Foi Secretário Executivo do Ministério das Cidades e Integração, e, além disso, atuou em outros cargos e funções executivas estratégicas, tais como: Diretor Presidente da Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF), Diretor Presidente e Diretor Operacional da Financeira BRB, Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU), Presidente do Conselho de Administração da Transporte Urbano de Porto Alegre (TRENURB) e membro do Conselho de Administração da LI TEL e da VALE.

Destaque

Dentre os direcionadores de gestão está a aceleração da modernização da CAIXA, tendo como pilares: Resultados, Processos e Gestão de Pessoas, aliados aos Valores da CAIXA de Espírito Público, Integridade, Sustentabilidade e Inclusão. Liderança Responsável, Governança e foco em Clientes nortearam as práticas de gestão para o crescimento sustentável do banco.

Tendo como foco a centralidade no cliente, foram definidos objetivos táticos, declarações e ambições mercadológicas que orientarão, ao longo de 2024, a execução de ações essenciais para o desenvolvimento da CAIXA, estimulando a inovação, o pensamento futuro e a adaptação dinâmica dos negócios. Destaca-se a atuação da CAIXA na promoção do acesso ao sistema financeiro às pessoas mais vulneráveis, e em razão disso, ratifica-se o compromisso do banco para o aprimoramento de serviços bancários e de seu papel como principal parceiro do Estado na implementação de políticas públicas.

Transformação digital

A CAIXA está implementando medidas de modernização tecnológica, fomentando a oferta de soluções inovadoras em negócios e a geração de valor nos relacionamentos com os clientes.

Experimentos com Inteligência Artificial começaram a ser executados nos principais ramos de atuação do banco, tal como no crédito imobiliário, e a disseminação desta crescente tecnologia vem sendo ampliada internamente, inclusive com eventos de compartilhamento de conhecimentos em painéis conduzidos por parceiros externos, como Google, IBM e Microsoft, contribuindo para democratizar o conhecimento sobre o assunto na CAIXA.

O banco possui quatro Centros de Excelência (Experiência do Usuário, Inteligência Artificial, Inovação e Automação), os quais são formados por equipes multidisciplinares de especialistas, que trabalham por missões em temas estratégicos e de grande complexidade tecnológica e comercial, com vista à redução de custos, aumento de receitas e ganhos de produtividade.

A partir de investimentos em modernização tecnológica, capacitação de empregados e ampliação no uso dos instrumentos de inteligência de dados, destaca-se a atuação do banco para proporcionar serviços digitais acessíveis e eficientes, contemplando um modelo de gestão voltado para o digital e com foco na entrega de valor ao cliente.



Estrutura organizacional

Em janeiro de 2024 o Conselho de Administração aprovou alteração na estrutura organizacional da CAIXA, visando o alcance dos resultados estratégicos, notadamente aqueles relacionados à centralidade no cliente, sustentabilidade, soluções inovadoras, fortalecimento da governança e eficiência operacional, propiciando um ambiente favorável para a transformação digital. Dentre as principais mudanças, destacam-se:

- Criação da Vice-Presidência de Sustentabilidade e Cidadania Digital, que tem como finalidade a atuação nas estratégias de sustentabilidade e responsabilidade social, ambiental e climática, bem como promover soluções em empreendedorismo sustentável;
- Criação da Diretoria de Clientes, Canais, Inteligência de Dados e Inovação, vinculada diretamente à Presidência da CAIXA, que tem como objetivo realizar a estratégia de clientes e canais, atuar na governança de dados e gerir canais digitais;
- Criação da Diretoria de Estratégia e Governança das Participações, vinculada diretamente à Presidência da CAIXA, que tem como objetivo gerir as participações societárias do Conglomerado CAIXA e coordenar o relacionamento entre as Participadas e áreas da CAIXA;
- Centralização da gestão do atendimento e do relacionamento com os clientes do varejo bem como a implementação de produtos e serviços na Vice-Presidência Varejo, com o objetivo de trazer maior eficiência aos processos envolvidos.

A adequação da estrutura organizacional busca a conciliação da vocação social da CAIXA com a geração de resultados sustentáveis, trazendo o cliente para o centro dos negócios, viabilizando maior fluidez e eficácia na busca dos objetivos estratégicos.

Habitação

O financiamento habitacional desempenha papel fundamental no desenvolvimento do país por meio da geração de emprego e renda. No ano de 2023 a CAIXA foi responsável pela criação de mais de 1,3 milhão de empregos, diretos e indiretos, por meio da originação de crédito para o segmento imobiliário. Esses financiamentos também impactam positivamente diversos setores, gerando demanda por materiais de construção, móveis e eletrodomésticos, estimulando a construção civil, impulsionando o crescimento das cidades e a economia nacional.



A CAIXA ampliou em 1,1 p.p. sua liderança no segmento habitacional em comparação ao 4T22, alcançando 67,3% de participação de mercado. Ao final de 2023, o banco registrou a marca histórica de R\$ 733,3 bilhões na carteira de crédito imobiliária.

Em 2023, foram realizados 694,3 mil contratos habitacionais, com a originação de R\$ 185,4 bilhões em crédito. Foi a maior contratação anual da história da habitação na CAIXA, beneficiando mais de 2,7 milhões de pessoas com acesso à moradia própria.

A CAIXA reforça sua atuação como principal parceiro do Governo Federal para ampliar o acesso à moradia digna e auxiliar na redução do déficit habitacional no país, fomentando a melhora na qualidade de vida da população, principalmente de baixa renda.

Desenrola Brasil, Tudo em Dia e renegociação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)

Em 2023 a CAIXA operacionalizou diversos programas com o intuito de fomentar a regularização cadastral, dentre os quais destacam-se o Desenrola Brasil, Tudo em Dia e as renegociações referentes aos contratos do FIES.

Desenrola Brasil e Tudo em Dia

Em junho de 2023 o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.176, que institui o programa "Desenrola Brasil", com o objetivo de incentivar a renegociação de dívidas de natureza privada de pessoas físicas inscritas em cadastros de inadimplentes para reduzir seu endividamento e facilitar a retomada do acesso ao mercado de crédito.

O programa contribui para a reestruturação financeira das famílias, além de potencializar as outras iniciativas de renegociação do banco, representando uma oportunidade aos clientes da CAIXA de regularizar seus débitos.

A CAIXA também instituiu em 2023 a campanha Tudo em Dia, que permite a negociação de dívidas. Os contratos podem ser negociados pelo aplicativo Cartões CAIXA, site, WhatsApp, telefone, Caminhão da Adimplência, Agências CAIXA e Lotéricas.

Ao final de 2023 com a participação no Programa Desenrola e a Campanha de Recuperação de Crédito Tudo em Dia, a CAIXA alcançou R\$ 7,4 bilhões em dívidas renegociadas para 342,2 mil clientes, viabilizando a regularização de 437,5 mil contratos.

FIES

Em novembro de 2023 foram iniciadas as renegociações referentes ao FIES, que contemplam contratos firmados até 31/12/2017 e que estejam em fase de amortização na data de 30/06/2023. Ao final do 4T23, foram R\$ 5,3 bilhões renegociados, beneficiando 117,2 mil pessoas.

Assim, somando-se o Programa Desenrola, Tudo em Dia e FIES, foram mais de R\$ 12,7 bilhões em regularização cadastral. Os números alcançados expressam o papel do banco como agente de políticas públicas do Estado, promovendo melhores condições para que os brasileiros tenham um melhor controle do orçamento familiar e maior dignidade financeira.



Programa Computadores para Inclusão

Em dezembro de 2023, a CAIXA e o Ministério das Comunicações assinaram Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para a doação de equipamentos no âmbito do Programa Computadores para Inclusão.

O Programa é uma ação do Governo Federal executada pelo Ministério das Comunicações para implementação de políticas de inclusão digital. O objetivo é apoiar e viabilizar o acesso à tecnologia por meio dos Centros de Reconhecimento de Computadores (CRCs), que são espaços físicos adaptados para reconectar equipamentos eletroeletrônicos a serem utilizados em cursos e oficinas e onde pode ser feito o descarte correto de resíduos eletrônicos.

Os equipamentos serão reconicionados e destinados para uso prioritário em escolas públicas e em pontos de inclusão digital. Destaca-se que o banco possui cerca de 23 mil computadores que podem ser aproveitados. Os equipamentos não aproveitados serão reciclados de forma adequada, sem gerar resíduos tóxicos para o meio ambiente.

A contribuição da CAIXA com o Programa reforça o papel social do banco e oferece oportunidades para que os jovens ampliem suas ferramentas de aprendizagem, fomentando a educação no país.

Apoio à criação do Real digital - Drex

No projeto piloto da nova moeda digital brasileira, a CAIXA iniciou os testes de privacidade, conduzidos com o propósito de validar as soluções de mercado, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Por meio de um consórcio firmado com a ELO e Microsoft, a condução dos testes envolve análises detalhadas dos protocolos de segurança e das salvaguardas de dados, visando assegurar não apenas a eficácia técnica, mas também o cumprimento de todas as diretrizes e regulamentações de privacidade. Este marco representa um compromisso contínuo em garantir a proteção e a integridade dos dados, em linha com as melhores práticas de mercado e aderente aos mais altos padrões de segurança.

A expectativa com a chegada do Drex e de tecnologias *blockchain* e *"tokenização"* é de que os serviços financeiros possam ser melhorados, barateados e democratizados. Ainda, a viabilização da moeda digital vai significar maior agilidade nas transações financeiras, por exemplo, em financiamentos imobiliários, podendo diminuir o tempo de espera pela liberação dos recursos.

Com a iniciativa, o banco reitera seu compromisso com a inovação e a modernização do setor para liderar o movimento de transformação digital que beneficiará a população brasileira, inclusive com a possibilidade de pagamento de benefícios sociais, e a economia como um todo, ao agregar eficiência nas transações do sistema financeiro nacional.

CAIXA inicia pagamento do Bolsa Formação aos agentes de segurança

Em janeiro de 2024, a CAIXA iniciou o pagamento do Bolsa Formação por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). O benefício é destinado aos agentes de segurança pública: integrantes das carreiras das polícias militar, civil e penal, do corpo de bombeiros militar, dos órgãos oficiais de polícia criminal, das guardas municipais e dos agentes penitenciários que atendam aos requisitos do programa.

Voltado à qualificação profissional, o programa prevê o total de 100 mil bolsas. A identificação dos beneficiários e a geração da folha de pagamentos é realizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, cabendo à CAIXA o pagamento aos bolsistas. Ao todo, há a expectativa de investimentos no valor de R\$ 175 milhões para formação de agentes de segurança pública em todo o país durante o ano de 2024. O valor da Bolsa Formação é de R\$ 900,00 para cada mês de duração do curso.

Os créditos do Bolsa Formação serão realizados em conta poupança digital na CAIXA, com abertura automática para os beneficiários que não a possuem. A movimentação das contas digitais deve ser realizada pelo Aplicativo CAIXA Tem.

A operacionalização da CAIXA como agente pagador do Bolsa Formação reforça sua atuação como principal parceiro do governo federal na execução de políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Patrocínios e Investimento no Esporte

Destaca-se a relevância dos repasses sociais realizados para o esporte por meio das apostas lotéricas e a atuação da CAIXA como agente pagador do Bolsa Atleta, programa de patrocínio individual ao atleta brasileiro mantido pelo Governo Federal.

Por meio de iniciativas patrocinadas pela CAIXA no esporte de alto rendimento e projetos sociais, mais de 13 mil crianças e adolescentes são atendidos. O investimento demonstra o compromisso do banco com o esporte e visa tanto propiciar aos atletas brasileiros as condições adequadas de treinamento, quanto promover a cidadania e a inclusão social de crianças e adolescentes, abrindo oportunidades para novos talentos.

Adicionalmente, no ano de 2023 a CAIXA firmou a renovação dos contratos de patrocínio com o Comitê Paralímpico Brasileiro e com a Confederação Brasileira de Atletismo, além de celebrar parceria com a Liga Nacional de Basquete para patrocinar o Novo Basquete Brasil e com a Liga de Basquete Feminino.

O trimestre foi marcado por conquistas de títulos e medalhas por atletas patrocinados pelas Loterias CAIXA no Campeonato Mundial de Ginástica Artística, nos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos.

A ginástica feminina obteve sua melhor campanha histórica, conquistando seis medalhas no Campeonato Mundial de Ginástica Artística, ocorrido na Bélgica durante os meses de setembro e outubro. A Confederação Brasileira de Ginástica (CBG) é patrocinada pela CAIXA no ciclo 2021-2025.

Nos meses de outubro e novembro foram realizados os Jogos Pan-Americanos 2023 no Chile, com destaque para o desempenho de duas modalidades patrocinadas pela CAIXA: atletismo e ginástica, sendo que 26% das medalhas brasileiras decorreram dessas categorias, totalizando 54 medalhas.

A delegação brasileira, patrocinada pela CAIXA, conquistou 343 medalhas nos jogos Parapan-Americanos de 2023, realizado também no Chile durante o mês de novembro. Foi a melhor campanha do país na história da competição.



Patrocínios e Investimento em Cultura

Com sete unidades distribuídas pelo país, a CAIXA Cultural pulsou no ritmo da cultura brasileira. Plural e de qualidade, as unidades ofereceram programações de música, dança, teatro e artes visuais a preços acessíveis em Brasília, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Apenas em outubro, novembro e dezembro, mais de 182 mil pessoas visitaram as unidades da CAIXA Cultural. Durante todo ano de 2023, os espaços da CAIXA Cultural receberam mais de 500 mil visitantes, aumento superior a 330% em relação ao ano passado. E a repercussão das unidades extrapolou os espaços físicos. De maneira orgânica, as redes sociais da CAIXA Cultural alcançaram mais de 1 milhão de seguidores, além de um crescimento de mais de 35% no número de seguidores.

O Programa de Ocupação dos espaços da CAIXA Cultural foi retomado em 2023, atingindo um recorde de propostas inscritas, com 7.727 projetos. Destes, 132 foram selecionados para compor a programação dos espaços da CAIXA Cultural no período de setembro de 2023 a março de 2024, com potencial de geração de mais de 5 mil empregos diretos e indiretos e investimento de R\$ 20 milhões.

Ainda, com objetivo de fortalecer a estratégia da CAIXA e resgatar a diversidade cultural, foram anunciadas mais duas novas unidades do espaço CAIXA Cultural em Belém (PA) e São Luís (MA) até 2025.

Estrutura de Atendimento

Para melhor atender seus 152,4 milhões de clientes, dos quais 150,5 milhões são pessoas físicas e 1,9 milhão de pessoas jurídicas, a rede da CAIXA está presente em mais de 99% dos municípios do país, com 26,5 mil pontos de atendimento. São 4,3 mil agências e postos de atendimento, 22,2 mil lotéricos e correspondentes CAIXA Aqui, 10 agências-caminhão, 2 agências-barco e 1 contêiner automatizado. Ainda, a CAIXA disponibiliza à população 25,9 mil Terminais de Autoatendimento (ATM's) disponíveis nos postos e salas de autoatendimento, além de 24,1 mil terminais da Rede Banco 24 horas.

A ampla rede de atendimento e capilaridade sem igual da CAIXA apresentam aderência à atuação do banco visando ao fortalecimento nas relações com o cliente e alcance para operacionalização das políticas públicas do governo.

Sustentabilidade

Carteira de Finanças Sustentáveis

A CAIXA identifica em seu portfólio de produtos e serviços o percentual de recursos alocados em iniciativas e setores que promovam a transição para uma sociedade mais justa e sustentável, classificando seu portfólio e volume de negócios a partir da colaboração com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que, consequentemente causa impacto positivo no meio ambiente, na sociedade e no clima.

A metodologia adotada para classificar os produtos e serviços como sustentáveis considerou aqueles que beneficiem socialmente a população e/ou diretamente o meio ambiente, contribuam para metas de dois ou mais ODS e não são destinados a setores com alta exposição aos riscos sociais, ambientais e climáticos.

Foram considerados os produtos de crédito em sentido amplo dos segmentos Habitação, Comercial, Agro, Saneamento e Infra, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Minha Casa Minha Vida (MCMV) Faixa 1.

Os produtos FIES e MCMV Faixa 1 foram incluídos, dado que a CAIXA é responsável pela gestão dos contratos e seus desdobramentos, assim como ambos os produtos têm impactos sociais altamente relevantes.

Após levantamento do volume de negócios dos produtos identificados, a Carteira de Finanças Sustentáveis da CAIXA soma mais de R\$ 775 bilhões em negócios ao final de 2023.



Coalizão Verde dos Bancos de Desenvolvimento

A CAIXA vai coordenar um dos quatro pilares do plano de trabalho da Coalizão Verde para o desenvolvimento da Amazônia, lançado em dezembro de 2023 na Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 28). O trabalho está organizado em quatro frentes de atuação: Boas Práticas, Taxonomia, Instrumentos de Captação e Instrumentos Financeiros, este último sob coordenação da CAIXA.

A Coalizão Verde é uma iniciativa inédita que reúne 20 bancos públicos de fomento de seis países da região amazônica, em parceria com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial e Corporação Andina de Fomento (CAF).

O grupo de instituições internacionais é pioneiro na promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia. No total, o investimento previsto será de até US\$ 20 bilhões para negócios e iniciativas na região até 2030.

A adoção dessas medidas contribui para promover soluções financeiras e condições locais para criar e fortalecer atividades locais e impulsionar projetos sociais, ambientais e economicamente sustentáveis, respeitando as características locais e regionais.

Selo Casa Azul + CAIXA

O Selo Casa Azul + CAIXA é um instrumento de classificação ASG (Ambiental, Social e Governança) destinado a propostas de empreendimentos habitacionais que adotem soluções eficientes na concepção, execução, uso, ocupação e manutenção das edificações.

A adesão é voluntária e são elegíveis projetos novos em fase de análise ou já analisados e contratados. Até o final de 2023, mais de 101 mil unidades habitacionais foram reconhecidas em 442 empreendimentos.

Selo CAIXA Gestão Sustentável

O Selo CAIXA Gestão Sustentável é um reconhecimento criado pela CAIXA para municípios que apresentam indicadores públicos que denotam a aplicação de boas práticas de Governança e Responsabilidade Socioambiental (ASG) na gestão pública local, propiciando aumento do bem-estar e qualidade de vida aos municípios, associado ao desenvolvimento urbano sustentável.

O selo reconhece ações vinculadas a Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU na Agenda 2030, por meio de uma avaliação ampla acerca da gestão municipal contando com vinte e um indicadores de avaliação, classificados sob quatro aspectos: Ambiental, Social, Governança e Climático.

Todos os municípios brasileiros são elegíveis, mas precisam atingir a pontuação mínima necessária para a obtenção do selo. A adesão à certificação é voluntária, mediante apresentação de Carta Proposta. Após a verificação dos indicadores, que são obtidos, em sua maioria, por meio de dados públicos, caso o município atenda aos critérios exigidos, o proponente recebe o certificado Selo CAIXA Gestão Sustentável no nível alcançado a depender da pontuação, em quatro níveis de reconhecimento: Cristal, Topázio, Safira e Diamante.

Considerando a relevância da temática ASG para a CAIXA e para a sociedade, a ação, além de fomentar e reconhecer as boas práticas de sustentabilidade dos municípios avaliados, possibilita aos certificados acesso a condições diferenciadas na contratação de serviços e produtos da CAIXA, proporcionais ao nível Selo CAIXA Gestão Sustentável. Da mesma forma, a CAIXA pode auxiliar os municípios a melhorarem os resultados dos seus indicadores com produtos e soluções associados a cada indicador, apoiando os clientes na qualificação da sua gestão. Até o final de 2023, foram certificados 95 municípios brasileiros.

Pagamento de Benefícios Sociais

Como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira.

Por meio dos canais de atendimento físicos e digitais e da rede parceira, em 2023 a CAIXA realizou o pagamento de benefícios no montante de R\$ 369,2 bilhões, distribuídos em 414,5 milhões de parcelas de programas sociais, benefícios ao trabalhador e benefícios do INSS em todos os municípios brasileiros.



Destacamos para o pagamento total de R\$ 159,8 bilhões do Bolsa Família, distribuídos em 247,6 milhões de parcelas para 24,3 milhões de famílias; para o pagamento de R\$ 135,2 bilhões do INSS, distribuídos em 76,1 milhões de parcelas para 6,5 milhões de beneficiários; e para o pagamento de R\$ 47,5 bilhões em Seguro Desemprego, distribuídos em 30,0 milhões de parcelas para 8,6 milhões de beneficiários.

A CAIXA iniciou em fevereiro de 2023 o pagamento do Abono Salarial, de acordo com a Resolução Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) nº 968, de 15 de dezembro de 2022. Aderente ao calendário definido pelo CODEFAT, os pagamentos foram escalonados entre os meses de fevereiro e julho, observando-se a data de aniversário do trabalhador. Em 2023, foram pagos R\$ 21,8 bilhões para 21,8 milhões de beneficiários.

Adicionalmente, a CAIXA operacionalizou pagamentos de Auxílio Gás e demais programas sociais e regionais no valor de R\$ 4,9 bilhões em 2023.

Apoio aos municípios atingidos por calamidades

No ano de 2023, a CAIXA apoiou 285 municípios de diversas regiões do país que foram atingidos por calamidades por meio do Saque Calamidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O banco enviou empregados especialistas para prestar apoio técnico às prefeituras da região e realizar atendimento e suporte à população afetada. Ainda, destaca-se que o banco possui Caminhão-Agência, que pode ser utilizado para reforçar suporte às populações dos municípios afetados.

O banco mobilizou equipe especializada na liberação do Saque Calamidade do FGTS, possibilitando o saque de até R\$ 6.220 para o trabalhador, limitado ao saldo disponível na sua conta vinculada ao FGTS. No acumulado de 2023 foram realizados 115,5 mil pagamentos do saque calamidade, totalizando o valor de R\$ 226,9 milhões.

A equipe da CAIXA também presta orientação aos municípios quanto ao preenchimento dos documentos que tornam o município elegível para essa modalidade de saque do FGTS.

Na área habitacional, a CAIXA possibilitou a pausa de até 90 dias nos contratos de financiamento imobiliário nas regiões atingidas, mediante solicitação. As unidades da CAIXA também deram suporte aos clientes para acionamento de seguro habitacional e procedimentos para pagamento de indenizações de forma imediata. Além disso, foram enviadas equipes de engenharia do banco às regiões para prestar apoio às habitações sociais atingidas.

No apoio aos governos locais, a CAIXA ofereceu assessoria técnica para operacionalização de repasses de recursos. As prefeituras contam com o apoio para levantamento dos danos e estimativa de custos para a recuperação de obras em andamento ou edificações atingidas que têm grande impacto para a população dos municípios, como pontes, vias de acesso, equipamentos de abastecimento de água, postos de saúde e escolas, dentre outras.



CNPJ 00.360.305/0001-04

SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Apoio aos Programas de Governo

Programas de Crédito para Entes Públicos

Em relação à carteira de crédito com os Entes Públicos (Estados, Distrito Federal e Municípios), no 4T23 foram celebrados 90 novos contratos, totalizando o valor de R\$ 1,8 bilhão.

Dos 90 novos contratos, 29 foram assinados com Entes que não possuam operações contratadas com a CAIXA, concretizando a estratégia de pulverização e ampliação do acesso ao crédito, distribuindo investimentos em todo o território nacional.

Até o final de 2023, a carteira de crédito com os Entes Públicos totalizou 4,1 mil operações ativas, com saldo de R\$ 62,1 bilhões, atendendo a 1,7 mil clientes do segmento Governo em todo o Brasil.

Contratos de Repasse do Orçamento Geral da União (OGU) para Estados e Municípios

A CAIXA atua como mandatária da União na operacionalização de contratos de repasse do Orçamento Geral, permitindo que municípios de todo o país tenham acesso aos recursos públicos por meio de assistência técnica de engenharia e social adequada à realidade de cada município, além de garantir a aplicação do recurso público dentro dos parâmetros técnicos e orçamentários regulamentados pelos ministérios gestores das políticas públicas e órgãos fiscalizadores.

Em 2023, foram concluídas 4,9 mil obras, totalizando o valor de R\$ 4,5 bilhões em contratos de repasse. No mesmo período, foram celebrados 5,9 mil contratos, totalizando R\$ 13,5 bilhões em investimentos. Destaca-se também a retomada de 2,4 mil obras de financiamento e de repasse que estavam paralisadas, com investimentos de R\$ 9,3 bilhões.

No 4T23, foram concluídas 1,1 mil obras, totalizando R\$ 1,3 bilhão em contratos de repasse. Ainda no 4T23 foram celebrados novos 5,1 mil contratos, no montante de R\$ 12,2 bilhões em investimentos. Foram retomadas 318 obras de financiamento e de repasse que estavam paralisadas, com investimentos de R\$ 2,3 bilhões.

Análise de Desempenho e Resultado

Lucro Líquido

O lucro líquido recorrente da CAIXA foi de R\$ 2,9 bilhões no 4T23, aumento de 40,5% em relação ao apresentado no 4T22. No acumulado do ano, o lucro recorrente foi de R\$ 10,6 bilhões, aumento de 15,5%.

Em R\$ milhões	4T23	3T23	Δ%	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Margem Financeira	17.532	14.522	20,7	14.969	17,1	60.826	50.921	19,5
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.353)	(4.629)	-6,0	(4.938)	-11,9	(18.723)	(15.642)	19,7
Resultado Intermediação Financeira	13.179	9.893	33,2	10.031	31,4	42.102	35.279	19,3
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	6.712	6.552	2,5	6.457	3,9	25.808	25.107	2,8
Despesas Administrativas	(11.512)	(10.159)	13,3	(10.715)	7,4	(41.475)	(38.561)	7,6
Outras Receitas e Despesas Operacionais	17	(1.219)	-101,4	(2.079)	-	(4.774)	(4.681)	2,0
Despesas Tributárias	(1.195)	(1.142)	4,6	(1.068)	11,9	(4.589)	(4.252)	7,9
Resultado de Part. em Coligadas e Controladas	916	763	20,1	543	68,6	2.998	2.082	44,0
Constituição e reversão de provisões	(5.414)	(1.730)	212,9	(1.060)	410,6	(10.299)	(5.403)	90,6
Resultado Operacional	2.704	2.956	-8,5	2.110	28,1	9.771	9.570	2,1
Resultado Não Operacional	(818)	28	-	267	-	(977)	695	-
Imposto de Renda, Contrib. Soc. e Part. nos Lucros	2.090	257	712,5	(201)	-	2.939	(490)	-
Lucro Líquido Contábil Consolidado	3.975	3.241	22,7	2.176	82,7	11.733	9.774	20,0
Eventos não recorrentes	1.106	-	-	133	-	1.106	576	-
Lucro Líquido Recorrente	2.869	3.241	-11,5	2.042	40,5	10.626	9.198	15,5

A margem financeira alcançou R\$ 17,5 bilhões no 4T23, aumento de 17,1% em comparação ao 4T22. O aumento em 12 meses é influenciado do crescimento de 3,4% nas receitas provenientes da carteira de crédito, que totalizaram R\$ 30,4 bilhões no 4T23.

No acumulado de 2023, as receitas provenientes da carteira de crédito alcançaram o valor de R\$ 121,6 bilhões, crescimento anual de 20,8%, com destaque para os aumentos nas receitas de crédito de 17,0% em imobiliário; 17,8% em comercial pessoa física; 30,8% em comercial pessoa jurídica e 92,4% em agronegócio.

As despesas de captação alcançaram R\$ 30,5 bilhões no 4T23, aumento de 4,6% em relação ao 4T22. As despesas administrativas (despesas de pessoal e outras despesas administrativas) totalizaram R\$ 11,5 bilhões, aumento de 7,4% em relação ao 4T22.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa alcançaram o valor de R\$ 4,4 bilhões no 4T23, redução de 11,9% em relação ao 4T22.

As receitas de prestação de serviços (PF) alcançaram o valor de R\$ 6,7 bilhões no 4T23, alta de 3,9% em relação ao 4T22. Destaque para o aumento, em 12 meses, de 22,4% em receitas de seguros, capitalização, previdência e consórcios, além do crescimento de 13,7% em serviços de operação de crédito e 6,8% em cartões de débito e crédito.

Ativos



Os ativos da CAIXA totalizaram R\$ 1,8 trilhão em Dez/23, aumento de 15,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado pelo aumento de 10,6% na carteira de crédito, representando 61,2% do total de ativos.

A carteira de TVM e derivativos cresceu 17,2% nos últimos 12 meses, representando 15,4% dos ativos CAIXA, enquanto os outros ativos aumentaram 27,5%, representando 23,4% do total de ativos.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito encerrou Dez/23 com um saldo de R\$ 1,120 trilhão, crescimento de 10,6% em relação a Dez/22. Destaque para os aumentos em doze meses de 14,6% no setor imobiliário, 41,0% em agronegócio para pessoa física e 1,2% no saneamento e infraestrutura.

Em 2023, foram concedidos R\$ 544,3 bilhões em crédito total, aumento de 6,8% em comparação com o ano anterior. No 4T23, foram concedidos R\$ 140,6 bilhões em crédito, crescimento de 13,5% em relação ao 4T22.



A CAIXA é o banco que apoia o brasileiro no sonho da conquista da casa própria, mantendo-se líder de mercado no segmento imobiliário, apresentando 67,3% de *market share* em financiamentos imobiliários totais e protagonista no Programa MCMV, com 98,9% de *share*.

Também se destaca a qualidade da carteira imobiliária, com 96,1% dos contratos com *rating* entre AA-C, além do índice de inadimplência da carteira em 1,6%.



O saldo da carteira imobiliária finalizou Dez/23 com o valor de R\$ 733,3 bilhões, crescimento de 14,6% em relação a Dez/22. Em 2023 foram R\$ 185,4 bilhões em contratações, aumento de 13,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T23 foram R\$ 48,5 bilhões em contratações (considerando recursos SBPE e FGTS), crescimento de 21,2% em relação ao 4T22.

O segmento de crédito comercial PF encerrou o ano com R\$ 134,7 bilhões de saldo em carteira, redução de 2,0% em relação a Dez/22. O destaque permanece sendo o crédito consignado, com R\$ 103,2 bilhões de saldo (76,7% da carteira comercial PF). Com relação às contratações no segmento PF no 4T23, estas alcançaram o valor de R\$ 59,2 bilhões, redução de 1,9% na comparação com o 4T22.

Em relação ao crédito comercial PJ, o saldo da carteira encerrou Dez/23 com R\$ 97,4 bilhões, crescimento de 3,8% em relação a Dez/22; tendo como destaque as linhas de capital de giro, com saldo de R\$ 78,9 bilhões ao final do período. Referente às contratações do 4T23, estas somaram R\$ 23,5 bilhões, um aumento de 36,5% em comparação com o 4T22.

Mantendo o foco nas Micro e Pequenas Empresas, a CAIXA operacionalizou a linha de crédito referente ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), com R\$ 1,3 bilhão em recursos contratados no 4T23. Salienta-se que a CAIXA possui 30% de participação em volume concedido para o PRONAMPE desde a criação da linha.

As operações de infraestrutura alcançaram saldo de R\$ 98,4 bilhões ao final de 2023, crescimento de 1,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Pela grande relevância e protagonismo que possuem, e por estarem intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento econômico nacional, essas operações estão inseridas no escopo de atuação estratégica da CAIXA.

Em 2023 foram R\$ 15,4 bilhões em contratações no segmento de infraestrutura, aumento de 91,0% em relação ao ano anterior. No 4T23 foi R\$ 1,6 bilhão em contratações, aumento de 349,4% em relação ao 4T22.

Destaca-se a atuação da CAIXA no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que fomenta o financiamento de projetos neste setor e fortalece a atuação institucional da CAIXA como principal parceiro da União, estados e municípios na execução de políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento do país.

No agronegócio, o saldo da carteira atingiu R\$ 56,2 bilhões ao final de Dez/23, aumento de 27,3% em comparação com Dez/22. No segmento Pessoa Física (PF), o crescimento, em 12 meses, foi de 41,0% totalizando R\$ 45,2 bilhões.

O 4T23 apresentou contratações agro no valor de R\$ 7,8 bilhões. Desses total, foram destinados R\$ 3,6 bilhões para custeio, R\$ 2,8 bilhões para investimento, R\$ 752,2 milhões para comercialização e R\$ 697,2 milhões para industrialização.

Qualidade da Carteira

A inadimplência da carteira de crédito total fechou 2023 em 2,16%, ante 2,09% no 4T22, aumento de 0,06 p.p. para o período. A cobertura da provisão finalizou o ano em 206,3%. O *rating* da carteira total possui 93,4% das operações classificadas em níveis de riscos entre AA e C, demonstrando qualidade e solidez.

A carteira de crédito total da CAIXA possui 92% de seu saldo com garantias, com grande concentração em operações de longo prazo, principalmente por conta da carteira imobiliária, que corresponde a 65,5% da carteira total.

Assim, o banco apresenta R\$ 1,735 trilhão em garantias avaliadas na data de concessão do crédito, ou seja, sem considerar eventual valorização das garantias, frente ao saldo da carteira de R\$ 1,120 trilhão, representando uma relação de 155,0% do valor da garantia sobre o saldo devedor.

Captações

As captações encerraram Dez/23 com um saldo de R\$ 1,5 trilhão, crescimento de 21,4% em relação a Dez/22, dos quais a poupança representa R\$ 358,3 bilhões, um aumento de 1,7% na variação trimestral. A CAIXA se mantém líder no segmento de poupança, aumentando sua participação de mercado de 36,1% em 2022 para 36,5% em 2023.

Ao final de Dez/23, as Letras da CAIXA alcançaram saldo de R\$ 165,4 bilhões, crescimento de 97,2% sobre Dez/22, impulsionadas pelo cenário mais favorável à rentabilidade em produtos de renda fixa. Especificamente para as letras imobiliárias, houve crescimento de 98,2% em relação a Dez/22, finalizando o ano de 2023 com um saldo de R\$ 146,6 bilhões.

Patrimônio Líquido

A CAIXA encerrou o Dez/23 com um patrimônio líquido de R\$ 128,5 bilhões, crescimento de 4,8% em 12 meses. Esse acréscimo justifica-se, principalmente, pelo lucro acumulado no período.

Liquidez

No 4T23, a CAIXA totalizou um Índice de liquidez de curto prazo (LCR¹) de 195,6%, aumento de 24,8 p.p. em 12 meses. O índice relaciona os ativos livres de alta liquidez e as saídas (líquidas) no horizonte de 30 dias.

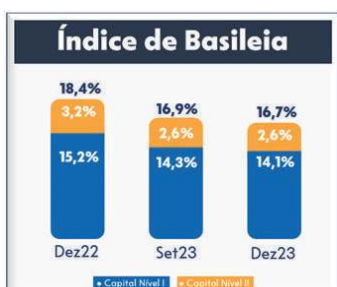
Basileia

A CAIXA registrou o Índice de Basileia de 16,7% ao final de Dez/23, sendo superior em 5,2 p.p. ao mínimo de 11,5% regulamentado pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.955 e nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, que normatizam as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras.

Destaca-se a boa estrutura de capital, reforçando a capacidade da CAIXA executar seu planejamento estratégico de maneira sustentável.

Gestão de Depósitos Judiciais da Justiça Federal²

A CAIXA atua em tratativas com o Tesouro Nacional com vistas à apuração e repasse de valores referentes a Depósitos Judiciais e Extrajudiciais abrangidos pelas Leis nº 9.703/98 e 12.099/09, os quais, por erro do depositante no ato de efetivação do depósito, ficaram retidos na CAIXA.



¹ Conforme Resolução BACEN nº 54, os indicadores de liquidez de curto prazo são calculados a partir da média simples dos valores diários observados no trimestre referente à data-base informada.

² Valores apurados na data-base Jun/23.

Foram identificadas 113.957 contas, que perfazem o montante de R\$ 9,5 bilhões e que indicam a vinculação a órgãos federais ou da RFB/INSS, e 227.334 contas no valor de R\$ 6,4 bilhões, para as quais o depositante não informou o CNPJ das partes, as quais encontram-se em tratativas de verificação e qualificação para identificação de eventual enquadramento nas leis nº 9.703/98 e 12.099/09.

Circular BACEN nº 3.068/2001

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, a CAIXA declarou ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III (mantida até o vencimento), os quais totalizaram R\$ 4,9 bilhões no período, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

Loterias

Em 2023, as Loterias CAIXA arrecadaram R\$ 23,4 bilhões, valor 0,9% maior que o apurado no mesmo período do ano anterior. O total de premiação líquida entregue aos apostadores no período foi de R\$ 7,9 bilhões.

Em R\$ milhões	4T23	3T23	Δ%	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Prêmio Líquido	2.653	2.000	32,6	2.569	3,3	7.898	7.895	0,0
Destinação Social	2.800	2.341	19,6	2.797	0,1	9.191	9.018	1,9
Seguridade	1.231	996	23,7	1.234	-0,2	3.981	3.920	1,6
Segurança	733	593	23,5	734	-0,2	2.372	2.344	1,2
Esporte	517	417	24,1	509	1,5	1.676	1.674	0,1
Educação	110	167	-34,4	110	-0,4	486	409	18,7
Cultura	206	167	23,9	207	-0,2	667	656	1,6
Saúde	2	1	24,0	2	-0,5	6	9	-34,6
Outros	1	-	-	1	-6,2	4	5	-10,7
Tributos (IR sobre prêmio)	392	399	-1,8	493	-20,4	1.863	1.874	-0,6
Custeio e Manutenção	1.383	1.120	23,4	1.385	-0,2	4.483	4.449	0,8
Total Arrecadado*	7.228	5.861	23,3	7.244	-0,2	23.435	23.236	0,9

*Valores consideram recursos destinados ao Fundo de Desenvolvimento de Loterias e à remuneração das Unidades Lotéricas.

As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para fomentar o desenvolvimento social do Brasil. Em 2023, foram destinados R\$ 9,2 bilhões, o equivalente a 39,2% do total arrecadado, aos programas sociais do Governo Federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde, valor este 1,9% superior ao destinado em 2022, além do retorno à sociedade via pagamentos de imposto de renda.

Conglomerado CAIXA

CAIXA Seguridade

O desempenho comercial da Caixa Seguridade no segmento de seguros, que considera também os serviços de assistência, comercializou o montante de R\$ 9,2 bilhões em 2023, o que representa um aumento de 8,5% em relação a 2022, com crescimento em todos os ramos estratégicos: Vida (+12,5%), Habitacional (+9,6%), Residencial (+5,8%) e Prestamista, (+5,1%). Na visão trimestral, o crescimento no 4T23 foi de 21,0% em relação ao 4T22 e de 4,5% em relação ao 3T23. No trimestre, destaque para o crescimento em todos os ramos estratégicos, em ambas as comparações, e dos prêmios emitidos em Vida, com o melhor desempenho histórico pelo terceiro trimestre consecutivo, atingindo R\$ 836,3 milhões.

O indicador de sinistralidade se manteve, em 2023, abaixo do patamar histórico para as operações da Companhia, com melhora de 3,7 p.p. em relação ao ano anterior, movimento resultante da redução no volume de avisos de prestamista e habitacional. Na visão trimestral, o indicador reduziu 7,4 p.p. em relação ao 4T22 e 0,7 p.p. em relação a 3T23.

Em 2023, a Caixa Seguridade desenvolveu ações direcionadas ao digital, com o objetivo de elevar a satisfação do cliente na utilização dos diversos canais, alavancar negócios e promover a potencialização dos resultados. Com isso, promoveu a modernização e otimização da rede de canais, a customização das jornadas do cliente e do empregado, a modernização de plataformas e a utilização de inteligência de dados.

Na esfera de produtos, foram lançados o Consórcio da Gente (direcionado para as classes C e D, microempreendedores individuais e microempresas), o Rapidex MEI para Microempreendedor Individual e o Rapidex do Bem (que destina 10% do lucro para uma instituição de caridade), os seguros de Vida Proteção Executiva e Vida Sênior, novas categorias de títulos de capitalização, nova categoria Especial de assistência residencial, novos serviços para os planos de assistência residencial já existentes, além da ampliação do portfólio de fundos de previdência PF.

Em 2023 foram implementados projetos de fortalecimento das bases de governança com atuação voltada para a Sustentabilidade, com destaque para a Gestão Ambiental, Engajamento dos Stakeholders e Gestão em Sustentabilidade.

CAIXA Asset

Ao final do 4T23 a CAIXA Asset alcançou um total de R\$ 522,35 bilhões de ativos sob gestão, o que representa um crescimento de 4,24% no ano. A Companhia encerrou o mês de dezembro com 6,02% de *market share*, e manteve o 4º lugar no *ranking* ANBIMA das maiores gestoras de recursos de terceiros do país, sendo a 2ª maior gestora nos segmentos Varejo, Setor Público e em Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Em relação a quantidade de cotistas, houve uma variação positiva no ano de 6,97% da base de cotistas, ultrapassando a marca de 2,5 milhões de investidores nos fundos de investimento geridos.

Ainda no 4T23, a CAIXA Asset lançou 2 novos fundos para compor o portfólio de produtos. No mês de novembro foi apresentado o CAIXA FIC ESMERALDA CORP RF, fundo de renda fixa crédito privado destinado ao público PJ. Em dezembro ocorreu o lançamento do fundo CAIXA INFLAÇÃO 2024 FIF RF, destinado prioritariamente aos segmentos *private* e varejo alta renda. A Companhia finalizou o ano com um portfólio de 436 produtos sob gestão.

A CAIXA Asset foi destaque em matéria publicada em 21/12 no Portal do Valor Investe, pela qualidade de crédito das carteiras de Fundos de Investimento em 2023 segundo a Fitch Ratings.

Em alinhamento ao planejamento estratégico da Companhia, a CAIXA Asset aderiu ao *Principles for Responsible Investment* (PRI) em 2023, assumindo o compromisso público com os princípios que norteiam as ações da iniciativa e busca desenvolver a integração de fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) nas análises e processos de investimentos.

CAIXA Cartões

No 4T23, em aquisição, a Companhia registrou faturamento acumulado de R\$ 4,53 bilhões, e para a Pré-Pagos, o faturamento acumulado no 4T23 alcançou a marca de R\$ 1,26 bilhão. Foi o melhor trimestre da operação em ambos os segmentos de atuação.

Para a vertical de Pré-Pagos, no 4T23 ocorreu o lançamento dos seguintes produtos de mobilidade:

- tagCAIXA Empresas, solução que possibilita pagamento automático em pedágios e estacionamentos e o frotaCAIXA, que facilita a gestão de abastecimento para a frota de veículos de empresas. Inicialmente, esses produtos estão disponíveis em 34 unidades, com previsão de expansão nacional no 1T24.

- Comercialização da tagCAIXA Pessoa Física nas Lotéricas da CAIXA, inicialmente a nível de piloto em 44 unidades, com previsão de expansão para toda a rede lotérica no 1T24.

Em relação às ações contínuas de melhoria na qualidade do serviço e atendimento da azulzinha, houve continuidade ao aperfeiçoamento da jornada e da experiência do cliente, refletindo positivamente na evolução do indicador *Net Promoter Score* (NPS).

No aspecto da Responsabilidade Socioambiental, a CAIXA Cartões realizou a divulgação do Relatório de Sustentabilidade de 2022, na página da Companhia, no seguinte endereço: <https://www.caixacartoes.caixa.gov.br/a-companhia/sustentabilidade/>.

Governança Corporativa

A Governança Corporativa da CAIXA é o sistema formado por princípios, regras, estruturas, instrumentos e processos pelo qual a organização é dirigida e monitorada, com vistas à proteção dos direitos de todas as partes interessadas e à geração de valor sustentável para o banco.

A ética, enquanto conjunto de princípios morais que se deve observar no exercício de uma profissão, embasa os princípios de governança corporativa: integridade; transparência; equidade; responsabilização (*accountability*) e sustentabilidade, abrangendo as melhores práticas para alcançá-los.

Informações adicionais sobre a Governança Corporativa da CAIXA podem ser acessadas por meio do endereço: [caixa.gov.br/sobre-a-caixa/governanca-corporativa](https://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/governanca-corporativa).

Integridade

A CAIXA adota processo de melhoria contínua em seu ambiente anticorrupção e anti-ásedio por meio de mecanismos, procedimentos e ações que orientam seus empregados, líderes, terceirizados e fornecedores, em comprometimento com as boas práticas de governança corporativa, transparência, integridade e promoção de conduta ética e responsável na condução de suas atividades.</



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
DISPONIBILIDADES	4	10.384.753	11.701.432	10.384.821	11.701.252						
ATIVOS FINANCEIROS		1.774.323.587	1.538.816.149	1.775.771.079	1.540.685.333	PASSIVOS FINANCEIROS		1.653.210.170	1.428.562.408	1.619.260.350	1.392.094.118
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	180.978.966	124.832.354	180.978.966	124.832.354	Recursos de clientes	15	714.074.459	601.982.476	714.074.077	601.981.087
Depósitos no Banco Central	6	133.393.149	103.890.058	133.393.149	103.890.058	Recursos de instituições financeiras e outras	16	665.024.676	629.291.222	664.122.848	628.372.474
Títulos e valores mobiliários	7	281.716.676	239.478.788	281.956.233	240.094.361	Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17	237.169.479	157.330.380	204.121.736	121.782.209
Instrumentos financeiros derivativos	8	163.206	551.384	163.206	551.384	Instrumentos financeiros derivativos	8	1.165.000	87	1.165.000	87
Carteira de crédito	9	1.119.820.258	1.012.173.119	1.120.867.849	1.013.271.878	Outros passivos financeiros	18	36.941.556	38.793.330	36.941.602	38.793.348
Outros ativos financeiros	10	63.448.618	60.752.193	63.608.962	60.907.045						
(Perdas por redução ao valor recuperável)	7 e 10	(5.197.286)	(2.861.747)	(5.197.286)	(2.861.747)						
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	9	(49.842.524)	(46.427.588)	(49.842.524)	(46.427.588)	PROVISÕES	19	13.617.174	12.707.778	13.617.174	12.707.778
ATIVOS FISCAIS		65.117.197	56.416.310	65.124.192	56.428.194	Fiscais, cíveis e trabalhistas		11.594.348	10.900.510	11.594.348	10.900.510
Correntes		3.430.608	2.374.822	3.437.596	2.385.125	Outras provisões		2.022.826	1.807.268	2.022.826	1.807.268
Diferidos	20	61.686.589	54.041.488	61.686.596	54.043.069						
INVESTIMENTOS	11	12.511.643	11.079.580	13.496.314	10.940.418	PASSIVOS FISCAIS		6.535.631	6.068.254	6.671.166	6.191.264
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto		12.510.151	11.078.088	13.494.595	10.938.699	Correntes		1.580.030	1.409.820	1.715.558	1.532.830
Outros investimentos		1.492	1.492	1.752	1.752	Diferidos	20	4.955.601	4.658.434	4.955.608	4.658.434
(Perdas por redução ao valor recuperável)				(33)	(33)						
IMOBILIZADO DE USO	12	2.902.726	3.013.332	2.902.737	3.013.354	PASSIVOS ATUARIAIS	21	25.360.640	24.121.370	25.360.640	24.121.370
Imobilizações de uso		11.492.081	10.930.731	11.492.147	10.930.797	OUTROS PASSIVOS	22	37.093.556	31.385.511	37.350.707	31.585.896
Depreciação acumulada		(8.549.844)	(7.846.650)	(8.549.899)	(7.846.694)						
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(39.511)	(70.749)	(39.511)	(70.749)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	93.220.539	84.813.538	128.475.260	122.607.674
INTANGÍVEL	13	2.999.931	2.531.516	2.999.931	2.531.516	Capital		81.858.410	68.851.000	81.858.410	68.851.000
Ativos intangíveis		6.753.853	5.175.348	6.753.853	5.175.348	Instrumento elegível ao capital principal				33.047.743	35.548.171
Amortização acumulada		(3.727.371)	(2.630.707)	(3.727.371)	(2.630.707)	Reservas de reavaliação		215.884	224.426	215.884	224.426
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(26.551)	(13.125)	(26.551)	(13.125)	Reservas de lucros		20.325.908	23.636.519	20.325.908	23.636.519
OUTROS ATIVOS	14	11.683.116	11.499.790	10.941.466	11.407.283	Outros resultados abrangentes		(9.179.663)	(7.896.407)	(9.179.663)	(7.896.407)
(OUTRAS PERDAS POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL)	14	(1.042.719)	(971.662)	(1.042.719)	(971.662)	Participação dos não controladores				2.206.978	2.245.965
T O T A L		1.829.037.710	1.587.658.859	1.830.735.297	1.589.308.100	T O T A L		1.829.037.710	1.587.658.859	1.830.735.297	1.589.308.100

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Nota	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
		2023		2022		2023		2022	
		2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		97.173.287	189.954.983	155.200.728	97.263.966	190.164.919	155.384.554		
Carteira de crédito	9 (e)	61.571.096	121.513.143	100.395.111	61.589.453	121.583.244	100.610.077		
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	6 (b)	11.501.684	22.897.501	17.521.035	11.501.684	22.898.252	17.521.035		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7 (d)	16.788.714	35.732.720	24.839.520	16.861.315	35.880.058	24.819.324		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8 (b)	943.404	(2.206.576)	4.024.302	943.125	(2.206.855)	4.024.302		
Resultado das aplicações no Banco Central	5 (b)	4.467.731	8.578.812	5.444.580	4.467.731	8.578.812	5.444.580		
Resultado de outros ativos financeiros	10 (e)	1.900.658	3.439.383	2.976.180	1.900.658	3.431.408	2.965.236		
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(65.614.317)	(130.227.230)	(105.742.592)	(65.210.536)	(129.339.411)	(104.463.849)		
Recursos de instituições financeiras e outras	16 (d)	(30.781.458)	(63.625.892)	(57.890.675)	(30.668.576)	(63.340.663)	(57.891.317)		
Recursos de clientes	15 (c)	(25.236.450)	(49.905.310)	(41.491.070)	(25.236.450)	(49.891.758)	(41.488.390)		
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17 (e)	(9.596.408)	(16.696.028)	(6.260.847)	(9.305.510)	(16.106.990)	(5.084.142)		
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	9 (i)	(8.981.689)	(18.723.492)	(15.641.925)	(8.981.689)	(18.723.492)	(15.641.925)		
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		22.577.281	41.004.261	33.816.211	23.071.741	42.102.016	35.278.780		
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(11.040.941)	(23.377.408)	(20.691.964)	(10.267.709)	(22.032.047)	(20.305.731)		
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	24	11.288.181	21.992.272	21.504.973	13.263.850	25.808.126	25.106.508		
Despesas de pessoal	25	(14.350.675)	(27.809.560)	(25.440.981)	(14.617.621)	(28.322.821)	(25.862.583)		
Outras despesas administrativas	26	(6.997.441)	(13.039.893)	(12.594.571)	(7.053.601)	(13.152.575)	(12.698.128)		
Despesas tributárias	27	(2.129.795)	(4.190.172)	(3.900.113)	(2.336.979)	(4.589.017)	(4.252.326)		
Resultado de participações em coligadas e controladas	11	2.391.285	4.401.851	3.641.118	1.678.459	2.997.879	2.081.801		
Outras receitas operacionais	28	7.630.163	12.291.576	11.586.866	7.671.061	12.247.521	10.822.323		
Outras despesas operacionais	29	(8.872.659)	(17.023.482)	(15.489.256)	(8.872.878)	(17.021.160)	(15.503.326)		
CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE PROVISÕES	30	(7.144.210)	(10.299.453)	(5.403.274)	(7.144.210)	(10.299.453)	(5.403.274)		
Fiscais, cíveis e trabalhistas		(2.670.609)	(5.277.929)	(4.181.553)	(2.670.609)	(5.277.929)	(4.181.553)		
Outras		(4.473.601)	(5.021.524)	(1.221.721)	(4.473.601)	(5.021.524)	(1.221.721)		
RESULTADO OPERACIONAL		4.392.130	7.327.400	7.720.973	5.659.822	9.770.516	9.569.775		
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	31	(790.806)	(1.008.041)	398.171	(790.806)	(977.361)	694.893		
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		3.601.324	6.319.359	8.119.144	4.869.016	8.793.155	10.264.668		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20 (a)	4.558.628	6.868.109	3.038.526	3.935.067	5.653.041	1.777.543		
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO		(1.235.382)	(2.043.964)	(1.699.211)	(1.238.035)	(2.046.616)	(1.703.210)		
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES					(349.579)	(667.039)	(564.798)		
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		6.925.570	11.143.504	9.458.459	7.216.469	11.732.541	9.774.203		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2023		2022		2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR		6.925.570	11.143.504	9.458.459	7.216.469	11.732.541	9.774.203	
Participação de acionistas não controladores					349.579	667.039	564.798	
LUCRO LÍQUIDO TOTAL		6.925.570	11.143.504	9.458.459	7.566.048	12.399.580	10.339.001	
ITENS QUE PODERÃO SER RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO		(520.191)	(219.437)	1.280.971	(516.920)	(196.776)	1.300.633	
Ativos financeiros disponíveis para venda		(524.662)	(320.669)	1.137.794	(524.662)	(320.669)	1.137.794	
Ganhos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda - próprios		(1.000.451)	(611.468)	2.169.603	(1.000.451)	(611.468)	2.169.603	
Efeito fiscal		475.789	290.799	(1.031.809)	475.789	290.799	(1.031.809)	
Participação no resultado abrangente de investimentos		46.016	139.244	96.097	55.608	155.044	129.356	
Outros resultados abrangentes em investimentos		(41.545)	(38.012)	47.080	(47.866)	(31.151)	37.483	
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO		1.256.081	(1.061.819)	721.757	1,256.081	(1,061.819)	721.757	
Remensurações de obrigações de benefícios pós emprego		2.090.959	(1.167.679)	507.965	2.090.959	(1.167.679)	507.965	
Efeito fiscal		(834.878)	105.860	213.792	(834.878)	105.860	213.792	
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		7.661.460	9.862.248	11.461.187	8.305.209	11.140.985	12.361.931	
Resultado abrangente atribuível ao controlador		7.661.460	9.862.248	11.461.187	7.955.464	10.493.170	11.776.932	
Resultado abrangente atribuível aos não controladores					349.745	647.815	584.959	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

EVENTOS	INDIVIDUAL						TOTAL
	CAPITAL	RESERVA DE REAValiaÇÃO	RESERVA DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	68.000.000	225.521	5.036.845	12.793.737	(9.901		



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF



EVENTOS	CONSOLIDADO								TOTAL	
	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	SUBTOTAL		PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	68.000.000	33.553.318	225.521	5.036.845	12.793.737	(9.901.134)		109.708.287	1.821.387	111.529.674
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						2.002.727		2.002.727		2.002.727
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						1.233.891		1.233.891		1.233.891
Avaliação atuarial líquida de impostos						721.757		721.757		721.757
Outros ajustes de avaliação patrimonial						47.079		47.079		47.079
AUMENTO DE CAPITAL	851.000	1.994.853					(851.000)			1.994.853
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD										
AJUSTE DE POLÍTICA DO FCV5								(1.118.971)	(1.118.971)	(1.118.971)
VARIACÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES			(1.095)						424.578	424.578
OUTROS								17.435		16.340
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								9.774.203		9.774.203
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				488.710				(488.710)		
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					217.268			(217.268)		
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					5.099.959			(5.099.959)		
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.699.855)		(1.699.855)
Dividendos propostos								(131)		(131)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(315.744)		(315.744)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	68.851.000	35.548.171	224.426	5.525.555	18.110.964	(7.898.407)		120.361.709	2.245.965	122.607.674
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	68.851.000	35.548.171	224.426	5.525.555	18.110.964	(7.898.407)		120.361.709	2.245.965	122.607.674
AJUSTE REFLEXO ADOÇÃO INICIAL IFRS 17 (CPC 50)								1.267.027		1.267.027
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO								(1.281.256)		(1.281.256)
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos								(181.425)		(181.425)
Avaliação atuarial líquida de impostos								(1.061.819)		(1.061.819)
Outros ajustes de avaliação patrimonial								(38.012)		(38.012)
AUMENTO DE CAPITAL	13.007.410	499.572			(13.007.410)					499.572
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		499.572								499.572
AMORTIZAÇÃO PARCIAL DE INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL		(3.000.000)								(3.000.000)
VARIACÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES									(38.987)	(38.987)
OUTROS			(8.542)					10.852		2.310
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								11.732.541		11.732.541
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				586.627				(586.627)		
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					937.116			(937.116)		
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					8.173.056			(8.173.056)		
Juros sobre o capital próprio propostos								(2.724.584)		(2.724.584)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(589.037)		(589.037)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	81.858.410	33.047.743	215.884	6.112.182	14.213.726	(9.179.663)		126.268.282	2.206.978	128.475.260
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	68.851.000	32.548.171	219.759	5.525.555	18.110.964	(9.915.553)		119.564.201	2.347.193	121.911.394
AJUSTE REFLEXO ADOÇÃO INICIAL IFRS 17 (CPC 50)								1.267.027		1.267.027
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO								735.890		735.890
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos								(478.645)		(478.645)
Avaliação atuarial líquida de impostos								1.256.081		1.256.081
Outros ajustes de avaliação patrimonial								(41.546)		(41.546)
AUMENTO DE CAPITAL	13.007.410	499.572			(13.007.410)					499.572
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		499.572								499.572
AMORTIZAÇÃO PARCIAL DE INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL										
VARIACÃO NA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES									(140.215)	(140.215)
OUTROS			(3.875)					4.481		606
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								7.216.469		7.216.469
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:										
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				586.627				(586.627)		
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					937.116			(937.116)		
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					8.173.056			(8.173.056)		
Juros sobre o capital próprio propostos								(2.724.584)		(2.724.584)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(290.899)		(290.899)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	81.858.410	33.047.743	215.884	6.112.182	14.213.726	(9.179.663)		126.268.282	2.206.978	128.475.260

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2023		2022		2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício	
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	20.415.179	32.572.375	31.962.531	21.055.951	33.798.538	32.634.917		
Lucro Líquido	6.925.571	11.143.504	9.458.459	7.216.469	11.732.541	9.774.203		
Ajustes ao Lucro Líquido:								
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	13.489.608	21.428.871	22.504.072	13.839.482	22.065.997	22.860.714		
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	138.990	(2.522.154)	3.714.283	69.132	(2.701.518)	3.477.177		
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	535	1.304	1.112	536	1.305	1.112		
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(259.163)	98.833	584.275	(259.163)	98.833	584.275		
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	8.981.689	18.723.492	15.641.925	8.981.689	18.723.492	15.641.925		
Depreciações e Amortizações	1.101.029	2.047.465	2.094.800	1.101.029	2.047.465	2.094.800		
Impostos Diferidos	1.025.590	1.972.514	1.909.571	1.025.590	1.972.514	1.909.583		
Despesas com provisões para causas judiciais	(4.268.219)	(6.975.432)	(3.479.738)	(4.270.405)	(6.973.874)	(3.479.779)		
Resultado de Participação em Coligadas	7.935.833	10.543.153	10.543.153	7.935.833	10.543.153	4.181.553		
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	(2.391.285)	(4.401.851)	(3.641.118)	(1.678.459)	(2.997.879)	(2.081.801)		
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	1.224.609	1.941.547	1.497.409	933.710	1.352.509	531.869		
VARIACÃO PATRIMONIAL	4.981.659	65.221.564	(51.242.576)	4.251.538	65.623.477	(49.996.564)		
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(557.815)	(530.223)	5.457.919	(344.564)	(530.223)	5.457.919		
(Aumento) Redução em TVM para negociação	(11.109.021)	(22.059.727)	10.361.578	(10.801.569)	(21.672.580)	9.979.105		
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(7.773.156)	(4.703.091)	(33.754.930)	(7.773.156)	(4.703.091)	(33.754.930)		
(Aumento) Redução na Carteira de crédito	(67.630.853)	(122.955.695)	(152.987.817)	(68.355.223)	(122.904.527)	(151.759.352)		
(Aumento) Redução em Outros Ativos financeiros	(4.083.998)	(3.774.938)	(2.167.852)	(4.052.025)	(3.780.430)	(2.126.077)		
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	64.226	(1.725.455)	(191.889)	77.734	(1.722.124)	(199.421)		
(Aumento) Redução em Outros Ativos	1.831.815	(1.444.961)	(3.854.459)	552.269	(1.566.536)	(2.862.103)		
(Redução) Aumento em Recursos com instituições financeiras e outras	(23.858.080)	35.733.454	45.391.510	(23.331.956)	35.750.374	44.472.762		
(Redução) Aumento em Recursos de clientes	80.147.035	112.091.983	28.897.618	80.146.780	112.092.990	28.896.667		
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	42.326.946	78.937.625	54.582.701	42.326.946	78.937.626	55.232.497		
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.183.570)	(1.165.000)	(515.715)	(1.183.483)	(1.164.813)	(515.715)		
(Redução) Aumento em Outros Passivos Financeiros	914.032	(1.851.774)	693.353	914.057	(1.851.746)	693.371		
(Redução) Aumento em Provisões	(2.732.955)	(4.586.570)	(3.759.025)	(2.732.955)	(4.586.570)	(3.759.025)		
(Redução) Aumento em Passivos Fiscais	31.395	82.748	(466.859)	34.147	95.273	(473.739)		
(Redução) Aumento em Passivos Atuariais	(1.826.771)	(1.870.014)	(1.617.617)	(1.826.771)	(1.870.014)	(1.617.617)		
(Redução) Aumento em Outros Passivos	464.207	4.638.573	1.684.409	643.085	4.695.339	1.334.595		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(41.778)	384.629	1.004.499	(41.778)	384.629	1.004.499		
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	25.396.838	97.793.939	(19.280.045)	25.307.489	99.422.015	(17.361.647)		
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS								
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(18.616.696)	(22.630.132)	11.533.091	(17.882.272)	(22.461.899)	10.415.125		
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(83.429)	5.201.398	7.525.564	(83.429)	5.201.398	7.525.564		
(Aumento) Redução em investimentos	(572.847)		3.197.306	(250.893)		2.404.531		
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	2.654.711	3.921.725	1.892.536	1.827.888	2.164.637	1.439.466		
Alienação de Imobilizado de Uso	40.501	41.051	29.772	40.501	41.051	29.772		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(537.660)	(798.769)	(446.466)	(537.645)	(798.754)	(446.483)		
Alienação de Intangível	253.079	253.262	2.676	253.079	253.262	2.676		
Aquisição de Intangível	(1.704.829)	(1.827.172)	(495.273)	(1.704.829)	(1.827.172)	(495.273)		
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(18.567.170)	(15.838.637)	23.239.206	(18.337.620)	(17.427.477)	20.875.378		
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS								
Dividendos e Juros sobre capital próprio	(1.817.829)	(1.817.829)	(3.591.428)	(1.817.829)	(1.817.829)	(3.591.428)		
Remuneração de IHCD pagos	(1.037.763)	(1.037.763)	(1.447.134)	(1,037.763)	(1,037.763)	(1,447.134)		
Participação dos acionistas não controladores								
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(2.855.5							



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (“CAIXA” ou “Instituição”) é uma instituição financeira com 163 anos de atuação, constituída em seu modelo por meio do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, sob a forma de empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, e vinculada ao Governo Federal por intermédio do Ministério da Fazenda. Possui sede e domicílio no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, sua constituição como empresa pública é justificada pelo relevante interesse coletivo marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, tanto como instituição financeira e agente de políticas públicas, quanto como principal parceira estratégica do Estado brasileiro.

A Instituição oferece aos seus clientes uma ampla rede de atendimento em todo o território nacional, que compreende postos de atendimentos, agências, terminais de autoatendimento, correspondentes Caixa Aqui, unidades lotéricas, unidades-caminhão, agências-barco e contêiner automatizado. Ademais, mantém canais eletrônicos e digitais para ampliar o atendimento e comodidade de seus clientes.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação, em especial da poupança, e aplicação de recursos em diversas operações: carteiras comerciais; de infraestrutura; operações de câmbio; crédito ao consumidor; imobiliário e de agronegócio; prestação de serviços bancários; negócios com cartões de débito e crédito; administração de fundos e carteiras de investimento e, atividades relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, contando com a atuação das suas subsidiárias Caixa Cartões e Caixa Asset. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios, por intermédio da controlada Caixa Seguridade Participações S.A.

Por determinação do Governo Federal, a CAIXA administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do país, tendo reflexo nos programas sociais do Governo Federal, sobretudo nas áreas de segurança social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

A CAIXA possui tradição e liderança no mercado de poupança, importante fonte de recursos para o crédito imobiliário e para formação de patrimônio da população brasileira. Lidera o mercado de crédito habitacional, atuando como principal agente financeiro do programa Minha Casa, Minha Vida. A Instituição ainda proporciona importantes avanços no desenvolvimento econômico do país nos segmentos de crédito destinados ao saneamento e infraestrutura, assim como incentivo a desenvolvimento sustentável local e a melhoria de vida dos produtores rurais através do crédito ao agronegócio.

Como principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. A Instituição atua no pagamento do Programa Bolsa Família, que é fundamental para a redução da mortalidade infantil e da evasão escolar, além do Seguro Desemprego, FGTS, Abono Salarial e aposentadoria e pensões vinculadas ao INSS.

Na figura de um dos mais tradicionais patrocinadores do esporte e de manifestações artístico-culturais do Brasil, a CAIXA acredita e investe no fomento ao esporte e na difusão da cultura como formas de incentivar a promoção da cidadania. O investimento no esporte visa tanto propiciar aos atletas brasileiros as condições adequadas de treinamento, quanto promover a educação e a inclusão social de crianças e adolescentes, abrindo oportunidades para novos talentos.

Por meio da estratégia de patrocínio, a CAIXA prioriza projetos esportivos de cunho social, apoia o desenvolvimento de atletas de base e promove projetos educacionais voltados ao segmento da população de menor renda. Nesse mesmo sentido, no ramo cultural, a CAIXA incentiva projetos sociais que utilizem a musicalização como ferramenta de inclusão, bem como eventos da cultura popular e projetos culturais com previsão de alcance em diversas regiões.

Por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo o seu principal agente financeiro, do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (FDPVAT), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Fundo de Custeio do Ensino Médio (FIDEM), Fundo Garantidor de Microfinanças (FGM), entre outros. Os fundos são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação e estrutura de governança específica e contabilidade própria, cujo patrimônio é segregado da CAIXA. Por conseguinte, a informação apresentada referente a esses fundos não é auditada no trabalho de auditoria independente das demonstrações contábeis da CAIXA.

Descrição	Principais Fundos e Programas Sociais	
	31/12/2023 (1)	31/12/2022
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	687.004.937	642.181.755
Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	25.957.799	23.572.885
Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS	19.961.810	18.991.943
Fundo de Custeio do Ensino Médio – FIDEM (2)	6.105.337	-
Fundo de Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres - FDPVAT	1.158.178	3.773.241
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	4.289.210	3.483.629
Fundo Garantidor de Microfinanças - FGM	3.585.774	3.107.795
Fundo Garantidor de Microfinanças - FGM	1.193.956	3.460.884
Fundo Garantia SAFRA - FGS	1.421.500	1.527.849
Fundo de Garantia Para Construção Naval - FGCN	61.255	57.047
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS	25.682	25.406
Total	750.734.438	700.182.434

(1) Os valores apresentados refletem a posição de fechamento mais atual do ativo dos Fundos, e variam entre as posições de 30/11/2023 e 31/12/2023.
(2) Fundo criado pela Medida Provisória 1198/2023 com a finalidade de custeio da poupança de incentivo à permanência e conclusão escolar para estudantes de ensino médio (Nota 15 (b)).

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

(a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração e foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 20/02/2024 e pelo Conselho de Administração em 26/02/2024.

(b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) – Resolução CMN nº 4.818/2020, do Banco Central do Brasil (Bacen) – Resolução BCB nº 2/2020, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisões para perdas associadas ao risco de crédito; ativos fiscais diferidos; valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; provisões para perdas por redução do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros; planos de previdência complementar; ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego; e determinação da vida útil de alguns ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas e serão conhecidos por ocasião da sua liquidação ou em virtude da revisão das metodologias adotadas. A sensibilidade dos valores contábeis às estimativas não apresenta relevante disparidade e as estimativas são avaliadas periodicamente. A natureza e o valor contábil dos ativos e passivos são apresentados nas respectivas notas explicativas.

(c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e as entidades controladas: Caixa Loterias, Caixa Cartões, Caixa Seguridade, Caixa Asset, o Fundo de Investimento Caixa Ibrapuera Renda Fixa e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ACR IV, que passou a ser consolidado a partir de novembro de 2023. Destacam-se que o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Stone III, anteriormente consolidado no conglomerado, realizou a amortização integral das cotas Seniores de titularidade da CAIXA em agosto de 2023, e, portanto, deixou de fazer parte do conglomerado CAIXA a partir de setembro de 2023.

Entidades controladas são todas as entidades às quais a CAIXA está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. Uma avaliação de controle é realizada de forma contínua. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações contábeis consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme prática prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas utilizando práticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

As empresas em que o conglomerado CAIXA possui participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas nas Notas Explicativas 11 e 32.

(d) IFRS 17 (CPC 50) Contratos de Seguros - Ajuste reflexo da Caixa Seguridade

O IFRS 17 – Contratos de Seguro passou a ser adotado no exercício de 2023 pela Caixa Seguridade. A norma internacional estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração e evidência de contratos de seguros, objetivando a garantia de que uma entidade forneça informações relevantes representando fielmente esses contratos. Além disso, a nova norma busca resolver algumas inadequações existentes na ampla variedade de práticas contábeis no mercado segurador, que prejudicava a comparabilidade das informações contábeis das seguradoras.

A norma anterior (IFRS 4), concedia às seguradoras a liberdade de aplicar a prática contábil que considerasse mais adequada ao seu negócio, o que gerava diversos modelos entre os mesmos tipos de empresas. A partir da norma IFRS 17, a prática contábil passa a ser uniformizada entre elas e, desta forma, as receitas são reconhecidas por meio da utilização de desconto de fluxo de caixa, e não mais considerando apenas a evolução da aplicação para o reconhecimento da receita. Ademais, com a nova norma, os custos de prestação de serviço são apropriados de forma a acompanhar a sua respectiva receita.

As empresas participantes do conglomerado CAIXA – Grupo Caixa Seguridade, que comercializaram contratos de seguros dentro do escopo dessa norma elaboraram suas demonstrações contábeis no novo padrão para fins de atendimento aos requerimentos da IFRS 17, de forma retrospectiva.

Os reflexos da adoção da norma por essas empresas foram reconhecidos nas demonstrações contábeis da CAIXA por meio da equivalência patrimonial, com efeitos nas rubricas do investimento em participações societárias e no patrimônio líquido da CAIXA no montante de R\$ 1.267.027.

(e) Normas aplicáveis a períodos futuros

Normas a serem aplicadas a partir de 01 de janeiro de 2025

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) em busca da convergência ao padrão internacional previsto no IFRS 9.

A Resolução CMN nº 4.975/2021 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Resolução BCB nº 320/2023 e a Instrução Normativa BCB nº 318/2022 dispõe sobre a utilização do padrão contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif). Os impactos decorrentes da implementação do novo padrão do plano de contas Cosif estão sob análise.

Derivada da conversão da Medida Provisória nº 1.128, de 05 de julho de 2022, foi promulgada a lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Com isso, a partir de 01 de janeiro de 2025, a CAIXA deverá estar preparada para a adoção de novos procedimentos para a dedução das comentadas perdas na apuração das bases de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido, considerando: (i) a dedutibilidade de operações com atraso superior a noventa dias, observada a aplicação dos fatores para dedução contidos na norma; e (ii) que os créditos inadimplidos e não aproveitados até 31 de dezembro de 2024, somente poderão ser deduzidos à razão de um trinta e seis avos a partir de janeiro de 2025.

A avaliação dos impactos de implementação das normas supracitadas estão em andamento na CAIXA e deverão ser concluídas até a data de suas vigências.

Nota 3 – Principais práticas, julgamentos e estimativas contábeis

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a moeda funcional da CAIXA.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do balanço patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério pro rata die e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

O montante da disponibilidade em moeda nacional é apresentado pelo seu valor de fato, enquanto os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo Bacen na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Os equivalentes de caixa (aplicações interfinanceiras de liquidez) caracterizam-se por sua alta liquidez e finalidade de atendimento a compromissos de curto prazo com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e apresentam risco insignificante de mudança no valor.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota Explicativa 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e dedução de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

■ **Compra com compromisso de revenda:** Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros são registrados pelo valor de liquidação na posição bancada. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez é obtido da despesa constituída nas operações compromissadas (diferença entre os valores de recompra e de venda) e da receita constituída nas operações de financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (diferença entre os valores de venda e de compra).

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota Explicativa 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para composição de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, em conformidade com a Circular BCB nº 3.068/2001, e são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção da Administração:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativas e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos que não se enquadram nas categorias para negociação e mantidos até o vencimento. São ajustados a valor de mercado, em contrapartida à conta de “Ajuste de Avaliação Patrimonial” no patrimônio líquido, excluídos os efeitos tributários. As valorizações ou desvalorizações a valor de mercado são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com intenção e capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificados de outra categoria. São acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, que não sejam consideradas temporárias, são reconhecidas no resultado do período como perdas realizadas.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota Explicativa 7.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de *hedge* (contábil ou financeiro), direcional, arbitragem ou obtenção de benefícios dos movimentos de preços efetivos ou esperados, contabilizados conforme a Circular BCB nº 3.082/2002.

Os ajustes são contabilizados pelo valor de mercado e mantidos como ativos, quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor de mercado com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes de variações cambiais e variações nas taxas de juros e impostos de passivos financeiros qualificados para *hedge* contábil são classificados como *Hedge* de Risco de Mercado. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota Explicativa 8.

(g) Determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros

O valor de mercado é estabelecido com a observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor de mercado é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor de mercado de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas conforme Circular BCB nº 3.068/2001. Seguindo as melhores práticas contábeis, o valor dos instrumentos financeiros deve ser com base no valor justo, que consiste no preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos para ativos financeiros mantidos para negociação (inclusive derivativos - ativos e passivos), ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas indicativas fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima.

Os valores de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

Os instrumentos derivativos do tipo swaps são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas diretamente com base nos preços de troca de derivativos na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior, e podem ser utilizadas para obter o valor de mercado de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco como commodities e índices de bolsas.

(h) Carteira de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, do “AA” ao “H”, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observado a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente será reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco “H” há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no momento da renegociação. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas para prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível “H”. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, haverá a reclassificação da operação para categoria de menor risco. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/2008, as cossões de operações de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem registradas no ativo como “Operações de crédito”. Os recursos recebidos por meio de contratos de cessão são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cossões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, são apresentadas na Nota Explicativa 9.

(i) Tributos

Os tributos aplicáveis à CAIXA e suas subsidiárias são apurados com base nas alíquotas apresentadas no quadro abaixo:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (1)	20%
PIS/Pasep (2)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (2)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

(1) A alíquota de 20% é aplicável à CAIXA, 15% para a Caixa Asset e 9% para as demais empresas do conglomerado.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. A partir de 1º de janeiro de 2021, os critérios para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, foram consolidados por meio da Resolução CMN nº 4.842/2020. Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que servem de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributários por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do patrimônio líquido.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidência dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentadas na Nota Explicativa 20.

(j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto ou empresas sobre as quais a CAIXA detenha influência significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos permanentes em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

A composição dos valores em investimentos assim como do resultado da equivalência patrimonial é apresentada na Nota Explicativa 11 e 32.

(k) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual. (Resolução CMN nº 4.535/2016).

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados, assim como não tem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A composição dos valores registrados em imobilizado de uso são apresentados na Nota Explicativa 12.

(l) Intangível

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de aquisição de folhas de pagamento e de projetos lógicos – *softwares*.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais (Resolução CMN nº 4.534/2016).

As aquisições de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização mensal é calculada pelo resultado da divisão do valor do ativo pelo prazo de vida útil excluído o prazo de carência.

Projetos lógicos – *softwares* referem-se a aquisições de *software* e desenvolvimento interno, sendo que os desenvolvimentos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los, e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização é calculada mensalmente com base em 1/60 (um sessenta avos) do valor de custo do ativo. A composição dos valores registrados no ativo intangível é apresentada na Nota Explicativa 13.

(m) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados, cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observando o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado. A composição dos valores registrados como despesas antecipadas é apresentada na Nota Explicativa 14.

(n) Ativos não financeiros mantidos para venda e materiais de estoque

Compostos basicamente por imóveis adjudicados, imóveis recebidos por dação em pagamento de empréstimos, bem como imóveis CAIXA que eram de uso e a entidade decidiu descontinuar o seu uso. São registrados pelo menor valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados. A composição dos valores registrados como outros valores e bens não de uso são apresentados na Nota Explicativa 14 (b).



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



(u) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2/2020 determinou a divulgação em notas explicativas, do resultado recorrente e não recorrentes de forma segregada. Para fins do disposto na Resolução, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O detalhamento do resultado recorrente e não recorrente é apresentado na Nota Explicativa 34.

(v) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos e divulgados na Nota Explicativa 36 de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez adquiridas com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor.

Descrição	INDIVIDUAL	
	31/12/2023	31/12/2022
Total de disponibilidades (caixa)	10.384.753	11.701.432
Disponibilidade em moeda nacional (1)	10.174.722	11.431.613
Disponibilidade em moeda estrangeira	210.031	269.819
Aplicações interfinanceiras de liquidez	178.663.652	123.047.263
Depósitos voluntários no Banco Central	24.800.000	-
Total (2)	213.848.405	134.748.695

(1) Os itens de caixa e equivalentes de caixa são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Disponibilidade em moeda nacional" que em 31/12/2023 apresenta na demonstração consolidada o montante de R\$ 10.174.790 (31/12/2022 – R\$ 11.431.433).

(2) A variação é justificada pela inclusão dos depósitos voluntários como equivalentes de caixa.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

(a) Composição e classificação da carteira por prazo

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					31/12/2023	31/12/2022
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	122.587.196	-	-	-	122.587.196	34.548.919	
Letras financeiras do tesouro	50.446.754	-	-	-	50.446.754	9.369.074	
Letras do tesouro nacional	19.383.460	-	-	-	19.383.460	508.953	
Notas do tesouro nacional	52.756.982	-	-	-	52.756.982	24.670.892	
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	56.076.455	-	-	-	56.076.455	88.498.344	
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	29.012.627	
Letras do tesouro nacional	28.902.560	-	-	-	28.902.560	-	
Notas do tesouro nacional	27.173.895	-	-	-	27.173.895	59.485.717	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	568.040	45.128	1.598.112	104.035	2.315.315	1.785.091	
Depósitos interfinanceiros	568.057	45.129	-	-	613.186	-	
Depósitos interfinanceiros - crédito rural	-	-	1.598.112	104.453	1.702.565	1.786.082	
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(17)	(1)	-	(418)	(436)	(991)	
Total	179.231.691	45.128	1.598.112	104.035	180.978.966	124.832.354	
Ativo circulante	-	-	-	-	180.874.931	124.693.192	
Ativo não circulante	-	-	-	-	104.035	139.162	

(a.1) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações

Os saldos das aplicações em depósitos interfinanceiros incluem os acordos de compensação e liquidação de obrigações firmes entre a CAIXA e os Bancos BMG e Banco Mercantil do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.263/2005, nos montantes discriminados abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
BMG S.A	9.760	8.634
Banco Mercantil do Brasil	34.604	59.426
Total	44.364	68.060

(b) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	INDIVIDUAL		
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de aplicações no mercado aberto	11.379.505	22.695.554	17.408.780
Posição bancada (1)	4.809.863	8.446.647	4.244.725
Posição financiada	6.569.642	14.248.907	13.164.055
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	122.179	201.947	112.255
Total	11.501.684	22.897.501	17.521.035

(1) Os itens do resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Rendas de aplicações no mercado aberto - Posição bancada" que no Exercício de 2023 apresenta na demonstração consolidada o montante de R\$ 8.447.398.

(b) Classificação da carteira por prazo

Posição em 31/12/2023	INDIVIDUAL									
	Custo	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos	259.045.400	3.009.029	47.071	262.101.500	262.123.846	-	3.819.006	9.383	-	258.273.111
Letras financeiras do tesouro	162.296.953	96.220	35.037	162.428.210	162.428.210	-	-	-	-	162.428.210
Letras do tesouro nacional	91.640.239	2.870.771	(226)	94.510.784	94.510.784	-	3.819.002	9.383	-	90.682.399
Notas do tesouro nacional	4.913.749	42.038	17.570	4.973.357	4.995.703	-	4	-	-	4.973.353
Tesouro nacional/securitização	194.459	-	(5.310)	189.149	189.149	-	-	-	-	189.149
Títulos – empresas	16.127.146	(78.178)	1.110.113	17.159.081	16.750.538	1.271.216	435.404	478.062	724.726	14.249.673
Debêntures	6.387.585	5.832	(2.511)	6.390.906	5.638.976	-	-	45.260	-	6.345.646
Nota Promissória	224.261	-	1.000	225.261	225.261	-	-	-	-	225.261
Cotas de fundos	1.270.709	-	987.545	2.258.254	2.258.254	1.240.734	-	-	-	1.017.520
Certificado de recebíveis imobiliários	3.498.603	-	53.361	3.551.964	3.895.351	-	-	-	-	3.551.964
Ações	124.654	(84.010)	(10.162)	30.482	30.482	-	30.482	-	-	-
Letras financeiras	4.621.334	-	80.880	4.702.214	4.702.214	-	435.404	432.802	724.726	3.109.282
Total – TVM	275.172.546	2.930.851	1.157.184	279.260.581	278.874.384	1.271.216	4.254.410	487.445	724.726	272.522.784
Para negociação	134.309.196	2.930.851	-	137.240.047	137.240.047	16.438	2.699.505	9.383	-	134.544.721
Disponíveis para venda	135.938.704	-	1.157.184	137.095.888	137.095.888	1.254.778	1.584.901	478.062	724.726	133.053.421
Mantidos até o vencimento	4.924.646	-	-	4.924.646	4.538.449	-	4	-	-	4.924.642
Total	275.172.546	2.930.851	1.157.184	279.260.581	278.874.384	1.271.216	4.254.410	487.445	724.726	272.522.784

Posição em 31/12/2023	CONSOLIDADO									
	Custo	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos	259.961.793	3.088.162	47.071	263.097.026	263.119.372	-	3.819.006	9.383	-	259.268.637
Letras financeiras do tesouro	163.213.346	175.353	35.037	163.423.736	163.423.736	-	-	-	-	163.423.736
Letras do tesouro nacional	91.640.239	2.870.771	(226)	94.510.784	94.510.784	-	3.819.002	9.383	-	90.682.399
Notas do tesouro nacional	4.913.749	42.038	17.570	4.973.357	4.995.703	-	4	-	-	4.973.353
Tesouro nacional/securitização	194.459	-	(5.310)	189.149	189.149	-	-	-	-	189.149
Títulos – empresas	15.288.465	22.054	1.092.593	16.403.112	15.994.569	1.532.767	435.404	478.062	724.726	13.232.153
Debêntures	6.387.585	5.832	(2.511)	6.390.906	5.638.976	-	-	45.260	-	6.345.646
Nota Promissória	224.261	-	1.000	225.261	225.261	-	-	-	-	225.261
Cotas de fundos	1.270.709	-	987.545	2.258.254	2.258.254	1.240.734	-	-	-	1.017.520
Certificado de recebíveis imobiliários	3.498.603	-	53.361	3.551.964	3.895.351	-	-	-	-	3.551.964
Ações	124.654	(84.010)	(10.162)	30.482	30.482	-	30.482	-	-	-
Letras financeiras	4.621.334	-	80.880	4.702.214	4.702.214	-	435.404	432.802	724.726	3.109.282
Total – TVM	275.250.258	3.110.216	1.139.664	279.500.138	279.113.941	1.532.767	4.254.410	487.445	724.726	272.500.790
Para negociação	135.386.908	3.110.216	-	138.497.124	138.497.124	277.989	2.699.505	9.383	-	135.540.247
Disponíveis para venda	134.938.704	-	1.139.664	136.078.368	136.078.368	1.254.778	1.584.901	478.062	724.726	133.035.901
Mantidos até o vencimento	4.924.646	-	-	4.924.646	4.538.449	-	4	-	-	4.924.642
Total	275.250.258	3.110.216	1.139.664	279.500.138	279.113.941	1.532.767	4.254.410	487.445	724.726	272.500.790

(c) Classificação da carteira por categoria e por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Para cotas de fundos de investimento são utilizados os valores da cota calculados pelo administrador do fundo como sendo o valor justo.

(c.1) Categoria I – Títulos para negociação

Os títulos da categoria "I – Títulos para negociação" são classificados no ativo circulante, conforme Circular BCB nº 3.068/2001 e os respectivos ajustes a valor de mercado impactam diretamente o resultado da instituição.

Descrição	INDIVIDUAL					31/12/2023					31/12/2022				
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 360 dias		Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	
Títulos públicos	-	2.669.505	9.383	134.303.397	133.973.256	3.009.029	136.982.285	114.370.548	(2.138.729)	112.231.819					
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	41.193.509	41.097.289	96.220	41.193.509	21.461.505	64.394	21.525.899					
Letras do tesouro nacional	-	2.669.505	9.383	90.682.399	90.490.516	2.870.771	93.361.287	90.214.970	(2.186.065)	88.028.905					
Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.427.489	2.385.451	42.038	2.427.489	2.694.073	(17.058)	2.677.015					
Tesouro nacional/securitizados	-	-	-	241.324	335.940	(78.178)	257.762	100.448	(82.798)	17.650					
Títulos - empresas	16.438	-	-	241.324	235.492	5.832	241.324	100.448	(82.798)	17.650					
Debêntures	-	-	-	241.324	235.492	5.832	241.324	-	-	-					
Ações	16.438	-	-	-	100.448	(84.010)	16.438	100.448	(82.798)	17.650					
Total	16.438	2.669.505	9.383	134.544.721	134.309.196	2.930.851	137.240.047	114.470.996	(2.221.527)	112.249.469					

Descrição	CONSOLIDADO					31/12/2023					31/12/2022				
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 360 dias		Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	
Títulos públicos	-	2.669.505	9.383	135.298.923	134.889.649	3.088.162	137.977.811	114.761.348	(2.104.951)	112.656.397					
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	42.189.035	42										



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Descrição	CONSOLIDADO 31/12/2023						31/12/2022				
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	-	1.149.497	-	-	122.449.673	123.552.099	47.071	123.599.170	100.309.553	(67.625)	100.241.928
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	121.234.701	121.199.664	35.037	121.234.701	99.144.667	(29.903)	99.114.764
Letras do tesouro Nacional	-	1.149.497	-	-	-	1.149.723	(226)	1.149.497	676.875	(23.082)	653.793
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	1.025.823	1.008.253	17.570	1.025.823	251.254	2.011	253.265
Tesouro nacional/securitizados	-	-	-	-	189.149	194.459	(5.310)	189.149	236.757	(16.651)	220.106
Títulos – empresas	1.254.778	435.404	478.062	724.726	9.586.228	11.386.605	1.092.593	12.479.198	11.740.208	1.836.278	13.576.486
Debêntures	-	-	45.260	-	4.890.665	4.928.436	(2.511)	4.925.925	4.487.965	47.553	4.535.518
Nota Promissória	-	-	-	-	225.261	224.261	1.000	225.261	192.601	20.449	213.050
Cotas de fundos	1.240.734	-	-	-	270.709	270.709	970.025	1.240.734	525.419	1.680.732	2.206.151
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.371.020	1.317.659	53.361	1.371.020	1.294.691	(28.593)	1.266.098
Ações	14.044	-	-	-	-	24.206	(10.162)	14.044	24.295	(9.200)	15.095
Letras Financeiras	-	435.404	432.802	724.726	3.109.282	4.621.334	80.880	4.702.214	5.215.237	125.337	5.340.574
Total	1.254.778	1.584.901	478.062	724.726	132.035.901	134.938.704	1.139.684	136.078.368	112.049.761	1.768.653	113.818.414

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BCB nº 3.068/2001.

Os papéis que compõem a carteira de TVM mantidos até o vencimento sofreram ajustes por perda no valor recuperável, em 31/12/2023, no valor de (R\$ 20.520) (31/12/2022 – (R\$ 23.832)).

Os títulos desta categoria foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no Resultado ou no Patrimônio Líquido. Os ativos desta categoria sensibilizam o balanço da CAIXA com o seu valor de custo amortizado.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO 31/12/2023				31/12/2022			
	01 a 90 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos públicos	4	1.520.041	1.520.045	1.542.391	6.871.480	6.848.597	6.848.597	6.848.597
Notas do tesouro nacional	4	1.520.041	1.520.045	1.542.391	6.871.480	6.848.597	6.848.597	6.848.597
Títulos – empresas	-	3.404.601	3.404.601	2.996.058	3.254.564	2.577.968	2.577.968	2.577.968
Debêntures	-	1.223.657	1.223.657	471.727	1.109.301	285.710	285.710	285.710
Certificado de recebíveis imobiliários	-	2.180.944	2.180.944	2.524.331	2.145.263	2.292.258	2.292.258	2.292.258
Total	4	4.924.642	4.924.646	4.538.449	10.126.044	9.426.565	9.426.565	9.426.565

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	2º semestre 2023	Exercício 2022	Exercício 2023	2º semestre 2023	Exercício 2022	Exercício 2023
Ativos financeiros mantidos para negociação	7.726.926	19.042.869	10.348.867	7.817.216	19.236.668	10.497.443
Ativos financeiros disponíveis para venda (1)	8.783.540	16.128.755	13.263.086	8.765.851	16.082.294	13.094.314
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	278.248	561.096	1.228.555	278.248	561.096	1.228.555
Outros	-	-	(988)	-	-	(988)
Total	16.788.714	35.732.720	24.839.520	16.861.315	35.880.058	24.819.324

(1) Realização do resgate das cotas do Fundo de Garantia de Operações – FGO, em virtude da saída da CAIXA como cotista do fundo, com apuração de ganho no montante de R\$ 881.981.

Nota 8 – Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (*hedge*). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de *hedge*, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

A CAIXA utiliza duas estratégias de atuação no mercado de instrumentos derivativos:

- Hedge* de instrumentos financeiros tanto da carteira de negociação quanto da carteira bancária;
- Rentabilização da carteira de negociação.

O principal risco de mercado associado à primeira estratégia, ligado ao *hedge* de valor justo das operações de crédito, é a exposição à variação da taxa de juros para a parcela inefetiva do *hedge*.

Em relação à segunda estratégia, o principal risco de mercado é associado à variação no preço dos instrumentos derivativos. Essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

A CAIXA atualmente não opera com derivativos sujeitos a variações de preços não lineares, o que torna essas variações menos amplas.

A Instituição gerencia o risco de mercado no contexto da carteira de negociação, objetivando controlar a exposição a esse risco, a perda esperada e o consumo de capital para cobrir esse risco.

Diariamente são apuradas a exposição líquida a risco de mercado, o VaR – *Value at Risk*, a concentração em fatores de risco, a estrutura a termo, a *duration* e a alocação de capital da carteira de negociação. Além disso, semanalmente são realizados testes de estresse.

A CAIXA possui uma estrutura de limites para esses indicadores, que são acompanhados diariamente e reportados à governança de riscos quando ocorre alguma extrapolação.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou para comprar/vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de *swap* são registrados com ou sem garantia na B3.

No caso do registro com garantia, há uma *clearing* que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de *default* de alguma das partes. Assim, é a *clearing* que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma *clearing* que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos; os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrada pelas partes. Neste caso, há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

(a.1) Hedge Contábil

Estratégia	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	31/12/2023				31/12/2022				
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge		Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge		
	Valor Principal	Variação de Valor de Mercado	Valor de Mercado	Ajuste de Marcação a Mercado	Valor Principal	Variação de Valor de Mercado	Valor de Mercado	Ajuste de Marcação a Mercado	
Risco de taxa de juros (1)									
Hedge da carteira de crédito	Contrato futuro (2)	18.360.702	(77.309)	15.982.990	80.116	20.528.687	166.741	19.222.335	(171.448)
Hedge de letras financeiras	Swap (3)	210.650	482.687	693.337	(482.687)	772.650	1.527.080	2.299.730	(1.527.080)

(1) A efetividade verificada na carteira de hedge encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular BCB nº 3.082/02.

(2) Instrumento liquidado em D+1.

(3) Ajuste a receber ou a pagar do instrumento é registrado na rubrica instrumentos financeiros derivativos.

(a.2) Estrutura temporal do hedge

Vencimento	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	Hedge da Carteira Bancária		Hedge de Letras Financeiras	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	13.615.388	-	562.000
2024	8.569.139	6.779.753	203.450	203.450
2025	4.194.816	133.546	7.200	7.200
2026	3.594.046	-	-	-
2027	1.986.132	-	-	-
2029	13.027	-	-	-
2030	-	-	-	-
2031	3.542	-	-	-
Total	18.360.702	20.528.687	210.650	772.650

(b) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, tipo de instrumento e prazo, demonstrada pelo seu valor referencial em contas de compensação

Descrição	INDIVIDUAL					
	Valor Referencial			31/12/2022		
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	31/12/2022
Compromissos de compra	-	-	123.649	111.753	120.742	356.144
Mercado interfinanceiro	-	-	123.649	111.753	120.742	356.144
Compromissos de venda	8.283.671	1.434.655	2.357.301	101.113.022	113.188.649	105.962.179
Mercado interfinanceiro	7.891.714	1.434.655	2.357.301	101.113.022	112.796.692	105.288.697
Moeda estrangeira	391.957	-	-	-	391.957	673.482
Swaps	-	-	200.000	3.450	7.200	772.650
Índices	-	-	200.000	3.450	7.200	772.650
Derivativo FGTS	-	-	-	-	-	3.601.707

Descrição	CONSOLIDADO					
	Valor Referencial			31/12/2022		
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	31/12/2022
Compromissos de compra	-	-	398.110	319.914	120.742	838.766
Mercado interfinanceiro	-	-	398.110	319.914	120.742	838.766
Compromissos de venda	8.283.671	1.434.655	2.357.301	101.113.022	113.188.649	105.962.179
Mercado interfinanceiro	7.891.714	1.434.655	2.357.301	101.113.022	112.796.692	105.288.697
Moeda estrangeira	391.957	-	-	-	391.957	673.482
Swaps	682.051	-	200.000	3.450	7.200	892.701
Índices	682.051	-	200.000	3.450	7.200	892.701
Derivativo FGTS	-	-	-	-	-	3.601.707

(c) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

Descrição	INDIVIDUAL							
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)				31/12/2022			
	Ajuste ao Valor de Mercado no Resultado		31/12/2023		Valor Patrimonial		31/12/2022	
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	154.254	8.952	52	155.721	2.036	5.397	163.206	551.384
Índices/B3	154.254	8.952	52	155.721	2.036	5.397	163.206	551.384
Ativo circulante	-	-	-	-	-	-	157.809	405.707
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	5.397	145.677
Outros Derivativos – Ajuste a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	1.165.000
Derivativo FGTS (1)	-	-	-	-	-	-	-	1.165.000
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	1.165.000

Descrição	CONSOLIDADO							
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)				31/12/2022			
	Ajuste ao Valor de Mercado no Resultado		31/12/2023		Valor Patrimonial		31/12/2022	
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	154.254	8.952	52	155.721	2.036	5.397	163.206	551.384
Índices/B3	154.254	8.952	52	155.721	2.036	5.397	163.206	551.384
Ativo circulante	-	-	-	-	-	-	157.809	405.707
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	5.397	145.677
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	688.478	(688.391)	87	-	-	-	87	-
Índices/B3	688.478	(688.391)	87	-	-	-	87	-
Outros Derivativos – Ajuste a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	1.165.000
Derivativo FGTS (1)	-	-	-	-	-	-	-	1.165.000
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	87	-

(1) Variação corresponde à reversão do Passivo Derivativo FGTS no montante de R\$ 1.170.234, decorrente da redução substancial da estimativa de perda real nos investimentos do FII Porto Maravilha (NE 8 (c)).



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Derivativo do FGTS

A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, é responsável pela operacionalização do Fundo, prestando garantia de rentabilidade mínima aos ativos do FGTS que se caracteriza como um derivativo passivo decorrente das obrigações previstas para com o FGTS. Em 05/12/2023, houve a publicação da Lei Complementar nº 267, que regulamentou as condições de operação da região do Porto Maravilha no Rio de Janeiro, no qual o FGTS detém cotas do FII – Porto Maravilha, responsável pela administração da região do Porto. Tal regulamentação era condição para que a Prefeitura do Rio de Janeiro e o FII Porto Maravilha concluíssem o acordo de desoneração da operação, o que reduziu substancialmente a estimativa de perda real nos investimentos do FII – Porto Maravilha. Consequentemente, a obrigação da CAIXA com o FGTS também reduz, o que ocasionou a reversão de valores anteriormente constituídos para fazer frente à obrigação.

(d) Resultado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	12.133	45.938		(371.094)
Futuro	(252.299)	(3.417.514)		3.879.681
FGTS	1.183.570	1.165.000		515.715
Total realizado	943.404	(2.206.576)		4.024.302

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	12.046	45.851		(371.094)
Futuro	(252.491)	(3.417.706)		3.879.681
FGTS	1.183.570	1.165.000		515.715
Total realizado	943.125	(2.206.855)		4.024.302

Nota 9 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

A Carteira de crédito apresentou variação entre o Individual e o Consolidado de R\$ 1.047.591 em 31/12/2023 (31/12/2022 – R\$ 1.098.759) decorrente das operações com Empréstimos e títulos descontados rating AA dos Fundos FIDC.

Descrição	INDIVIDUAL								CONSOLIDADO		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2023	31/12/2022
Operações de crédito	510.558.388	177.621.182	205.110.648	134.300.727	27.291.642	13.644.353	8.719.161	11.973.400	16.011.459	1.105.230.960	998.908.884
Financiamentos imobiliários	447.660.485	82.276.474	105.023.432	62.480.119	10.569.547	6.770.625	2.955.713	5.554.977	4.509.041	727.800.413	634.724.269
Empréstimos e títulos descontados	16.349.310	19.397.474	80.779.741	58.028.146	14.694.359	6.010.208	5.531.814	1.759.087	9.979.092	212.529.231	212.167.702
Financiamentos de infraestrutura	25.950.200	57.007.899	4.594.807	3.870.698	1.073.735	108.422	-	4.521.301	1.105.179	98.232.241	97.085.971
Financiamentos rurais e agroindustriais	16.004.063	17.206.866	12.339.816	9.036.298	636.113	586.933	113.774	98.244	249.100	56.071.207	44.096.962
Financiamentos	1.021.191	1.636.016	2.336.628	793.876	291.178	151.748	106.107	31.263	138.615	6.506.622	5.994.178
Cessão de créditos	3.573.139	96.453	236.224	91.590	26.710	16.417	11.753	8.528	30.432	4.091.246	4.839.802
Outros créditos com característica de concessão de crédito	818.882	7.483.104	2.066.390	2.873.615	494.440	254.221	93.065	56.232	369.233	14.509.182	13.435.683
Cartão de crédito	513.014	7.198.161	1.154.043	2.228.309	464.546	236.026	82.894	29.696	181.971	12.088.660	10.535.736
Adiantamento de contratos de câmbio	263.001	232.669	899.128	196.010	25.142	16.777	8.884	25.548	71.061	1.738.220	1.915.287
Créditos adquiridos (1)	-	44.856	-	410.997	-	-	-	-	-	455.853	822.343
Diversos	42.867	7.418	13.219	38.299	4.752	1.418	1.287	988	116.201	226.449	162.317
Subtotal	511.377.270	185.104.286	207.177.038	137.174.342	27.786.082	13.898.574	8.812.226	12.029.632	16.380.692	1.119.740.142	1.012.344.567
<i>Hedge da carteira de crédito</i>										80.116	(171.448)
Total	511.377.270	185.104.286	207.177.038	137.174.342	27.786.082	13.898.574	8.812.226	12.029.632	16.380.692	1.119.820.258	1.012.173.119
Provisão mínima regulamentar	-	(925.519)	(2.071.768)	(4.115.230)	(2.778.609)	(4.169.571)	(4.406.113)	(8.420.742)	(16.380.692)	(43.268.244)	(40.717.314)
Provisão complementar (2)	(853.477)	(208.464)	(1.515.051)	(1.831.008)	(980.336)	(742.609)	(423.775)	(19.560)	-	(6.574.280)	(5.710.274)
Total de provisões	(853.477)	(1.133.983)	(3.586.819)	(5.946.238)	(3.758.945)	(4.912.180)	(4.829.888)	(8.440.302)	(16.380.692)	(49.842.524)	(46.427.588)
Total líquido de provisões	510.523.793	183.970.303	203.590.219	131.228.104	24.027.137	8.986.394	3.982.338	3.589.330	-	1.069.977.734	965.745.531
Ativo circulante										209.242.821	194.436.769
Ativo não circulante										910.577.437	817.736.350

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos BMG e Mercantil.

(2) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

(b) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								CONSOLIDADO		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2023	31/12/2022
Parcelas vincendas	511.241.679	184.802.053	185.709.332	108.277.146	19.008.449	6.742.952	3.347.616	8.564.992	4.948.617	1.032.642.836	926.257.413
01 a 30 dias	6.523.232	7.416.795	5.016.419	4.115.639	1.135.890	454.373	213.873	166.163	414.482	25.456.866	22.057.676
31 a 60 dias	5.714.557	4.059.033	2.984.496	2.259.026	625.781	204.319	87.771	89.489	157.820	16.182.292	16.241.744
61 a 90 dias	6.177.595	4.035.402	3.210.838	2.208.796	604.337	194.633	87.077	86.165	136.045	16.740.888	15.509.204
91 a 180 dias	18.672.544	10.389.226	9.453.504	6.644.821	1.727.669	505.831	238.395	328.838	48.209.753	45.099.397	
181 a 360 dias	31.014.931	14.904.845	17.341.480	10.282.310	3.080.465	772.271	417.620	469.699	431.380	78.715.001	72.073.514
Acima de 360 dias	443.138.820	143.996.752	147.702.595	82.766.554	11.834.307	4.611.525	2.302.880	7.504.551	3.480.052	847.338.036	755.275.878
Parcelas vencidas	45.519	208.762	184.872	184.606	69.854	32.184	15.859	4.718	22.546	768.920	818.936
01 a 14 dias	45.519	208.762	184.872	184.606	69.854	32.184	15.859	4.718	22.546	768.920	818.936
Total	511.287.198	185.010.815	185.894.204	108.461.752	19.078.303	6.775.136	3.363.475	8.569.710	4.971.163	1.033.411.756	927.076.349

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								CONSOLIDADO		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2023	31/12/2022
Parcelas vincendas	-	-	20.821.468	27.367.473	7.700.475	5.998.935	4.399.665	2.678.429	6.724.576	75.491.021	76.972.238
01 a 30 dias	-	-	246.298	310.431	176.507	112.311	107.842	50.224	209.561	1.213.174	1.377.955
31 a 60 dias	-	-	218.758	270.736	157.105	106.302	104.811	45.751	191.569	1.095.032	2.503.727
61 a 90 dias	-	-	214.859	269.207	157.065	101.047	101.843	43.778	167.807	1.055.606	1.058.521
91 a 180 dias	-	-	632.215	796.731	477.047	297.268	302.407	125.631	496.544	3.127.843	3.213.516
181 a 360 dias	-	-	1.174.842	1.509.268	890.946	552.004	552.004	246.912	909.201	5.839.755	6.186.474
Acima de 360 dias	-	-	18.134.496	24.211.100	5.841.805	4.830.003	3.226.180	2.166.133	4.749.894	63.159.611	62.632.045
Parcelas vencidas	-	-	844.909	1.345.117	1.007.304	1.124.503	1.049.086	781.493	4.684.953	10.837.365	8.295.980
01 a 30 dias	-	-	669.429	649.759	356.891	225.141	171.297	78.137	296.248	2.446.902	1.717.805
31 a 60 dias	-	-	175.480	580.290	214.051	227.375	157.464	68.681	258.760	1.682.101	1.747.732
61 a 90 dias	-	-	-	93.674	370.130	232.441	142.838	60.796	263.047	1.162.926	1.165.540
91 a 180 dias	-	-	-	21.333	66.144	409.102	513.091	481.412	664.381	2.155.463	1.830.266
181 a 360 dias	-	-	-	61	88	30.444	64.396	92.467	2.850.899	3.038.355	1.672.973
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	351.618	351.618	161.664
Total	-	-	21.466.377	28.712.590	8.707.779	7.123.438	5.448.751	3.459.922	11.409.529	86.328.386	85.268.218

(c) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	%	31/12/2022	%
SETOR PÚBLICO	74.536.562	6,66	67.167.830	6,60
Administração direta	62.655.778	5,60	57.340.146	5,70
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	6.481.045	0,58	5.938.494	0,50
Administração indireta – outros	5.399.739	0,48	3.889.190	0,40
SETOR PRIVADO	1.045.283.696	93,34	945.005.289	93,40
PESSOA JURÍDICA	120.719.779	10,77	135.737.681	13,40
Comércio varejista	20.370.720	1,82	24.238.268	2,20
Construção civil	17.559.077	1,57	20.969.617	2,20
Energia elétrica	12.740.298	1,14	15.700.418	1,60
Comércio atacadista	12.369.007	1,10	13.122.578	1,30
Transporte	10.111.240	0,90	10.140.746	1,00
Saneamento e infraestrutura	7.760.305	0,69	7.541.510	0,70
Saúde	6.298.583	0,56	6.460.782	0,60
Agronegócio e extrativismo	4.646.013	0,41	4.482.549	0,40
Outras indústrias	4.594.062	0,41	5.508.061	0,50
Alimentação	3.321.471	0,30	3.920.377	0,40
Siderurgia e metalurgia	2.883.984	0,26	3.540.813	0,30
Petroquímico	1.800.436	0,16	1.610.503	0,20
Têxtil	1.637.433	0,15	1.963.024	0,20
Comunicação	1.161.492	0,10	1.372.840	0,10
Serviços financeiros	934.403	0,08	1.276.617	0,10
Serviços pessoais	287.740	0,03	346.190	0,10
Outros serviços	12.243.515	1,09	13.542.788	1,30
PESSOA FÍSICA	924.563.917	82,57	809.267.608	



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			31/12/2022		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
FCVS a receber	41.379.122	(9.363.775)	32.015.346	40.520.004	(8.285.262)	32.234.742
Não habilitado	92.066	(18.447)	73.619	569.794	(54.022)	515.772
Habilitado e não homologado	525.259	(73.066)	452.193	1.320.221	(189.154)	1.131.067
Homologado com e sem recurso ou manifestação	7.072.961	(2.005.941)	5.067.019	6.753.806	(2.060.607)	4.693.199
Homologados validados e em novação	20.821.224	(315.937)	20.505.287	19.261.634	(311.482)	18.950.152
Negativa de cobertura (1)	12.867.612	(6.950.384)	5.917.228	12.614.549	(5.669.997)	6.944.552
FGTS a ressarcir	36.233	-	36.233	28.505	-	28.505
Total (líquido de provisão)	41.415.355	(9.363.775)	32.051.579	40.548.509	(8.285.262)	32.263.247

(1) Inclui o valor de negativa por multiplicidade de CADMUT no montante de R\$ 4.249.366.151 (31/12/2022 - R\$ 3.941.553) líquido de provisão. O CADMUT é o cadastro para registro das informações dos contratos de financiamento habitacional, ativos e inativos, firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e dos programas habitacionais e sociais do governo federal, conforme disposto na Lei nº 10.150, de 21/12/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) de acordo com a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019. A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

(d) Carteira de câmbio

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo					
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira			1.813.106		1.919.728	
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE (Nota 9 (a))			77.160		52.030	
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional			14.894		6.471	
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional			(12.353)		(3.476)	
(-) Adiantamentos recebidos – moeda estrangeira			(490)		(101)	
Ativo circulante			1.892.317		1.974.652	

A tabela a seguir apresenta as participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas do conglomerado CAIXA.

Empresa (1)	Pais de constituição	Sede	Natureza do relacionamento	Atividade	Participação estratégica (2)
CAIXA	Brasil	Brasília (DF)	Líder do Conglomerado	Caixa Econômica Federal	
TecBan	Brasil	Barueri (SP)	Coligada	Tecnologia bancária	Sim
Quod	Brasil	Barueri (SP)	Coligada	Birô de crédito	Sim
Galgo Sistemas de Informações Nuclea	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Outras atividades	Sim
Caixa Seguridade	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Outras atividades	Sim
Caixa Holding	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Holding	Sim
Caixa Corretora	Brasil	Brasília (DF)	Controlada	Holding	Sim
Too Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Corretora de seguros	Sim
PAN Corretora	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Seguradora	Não
XS3 Seguros	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Corretora	Não
XS4 Capitalização	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Controle conjunto	Seguros	Sim
XS5 Consórcios	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Capitalização	Sim
XS6 Assistência	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Consórcios	Sim
CNP Brasil	Brasil	Brasília (DF)	Coligada	Serviços assistenciais	Sim
Holding XS1	Brasil	São Paulo (SP)	Coligada	Holding	Sim
Caixa Cartões	Brasil	Brasília (DF)	Subsidiária integral	Holding	Sim
Elo Serviços	Brasil	Barueri (SP)	Controle conjunto	Instituição de pagamento	Sim
Caixa Cartões Pré-Pagos	Brasil	São Paulo (SP)	Controle conjunto	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	Sim
Caixa Loterias	Brasil	Brasília (DF)	Subsidiária integral	Holding	Sim
Caixa Asset	Brasil	Brasília (DF)	Subsidiária integral	Distrib. de títulos e valores mobiliários	Sim

(1) Todas as empresas mencionadas adotam o Real como moeda funcional.

(2) Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.

(a) Composição do investimento e do resultado de equivalência patrimonial

Empresa	% de participação		Patrimônio Líquido		Valor contábil		Movimentação		Valor contábil		Resultado MEP	
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		2022	
	Total	Ações Ordinárias	Total	Ações Ordinária	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	Resultado MEP	Dividendos e JCP (1)	Outros (2)	31/12/2023	2022
Caixa Seguridade (2)	82,75%	82,75%	82,75%	82,75%	12.610.606	11.586.068	9.010.740	3.050.419	(2.985.130)	1.359.248	10.435.277	2.369.550
Caixa Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	829.861	749.853	749.853	241.543	(164.917)	3.382	829.861	150.764
Caixa Loterias	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	335	324	324	3.242	(2.907)	-	335	335
Caixa Asset	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	859.063	884.505	884.505	1.065.407	(1.090.849)	-	859.063	1.103.924
TecBan	13,01%	11,61%	13,01%	11,61%	976.260	955.743	180.961	489	2.180	(1.583)	182.047	8.455
Quod	15,29%	16,00%	15,29%	16,00%	362.536	372.900	57.016	(5.271)	-	3.687	55.432	(11.996)
Galgo Sistemas de Informações Nuclea	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	34.550	27.669	1.845	481	(23)	-	2.303	463
Outros Investimentos	8,18%	8,18%	8,33%	8,33%	1.783.796	2.280.028	189.926	51.690	(98.970)	3.187	145.833	23.086
Total							11.079.580	4.401.851	(4.337.709)	1.367.921	12.511.643	3.641.118

(1) Dividendos e JCP efetivamente recebidos no período totalizaram R\$ 3.921.725, sendo R\$ 2.508.242 da Caixa Seguridade; R\$ 1.124.102 da Caixa Asset; R\$ 201.374 da Caixa Cartões; R\$ 87.985 da Nuclea; e R\$ 22 da Galgo.

(2) Inclui ajuste de adoção do IFRS 17 (CPC 50) (Nota 2 (d)).

Empresa	% de participação (1)		Patrimônio Líquido		Valor contábil		Movimentação		Valor contábil		Resultado MEP	
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		2022	
	Total	Ações Ordinárias	Total	Ações Ordinárias	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	Resultado MEP	Dividendos e JCP (4)	Outros	31/12/2023	2022
Holding XS1	60,00%	49,00%	60,00%	49,00%	12.510.633	10.139.604	6.189.933	1.324.896	(1.074.067)	1.133.926	7.574.688	1.117.831
CNP Brasil	48,25%	48,25%	48,25%	48,25%	4.801.026	3.405.432	1.643.120	564.469	(376.285)	485.191	2.316.495	412.411
XS3 Seguros	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	1.910.462	1.699.186	1.274.327	463.542	(244.396)	(60.697)	1.432.776	150.951
XS4 Capitalização	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	312.402	284.494	213.360	126.038	(108.146)	3.034	234.286	77.227
XS5 Consórcios	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	501.630	453.234	339.913	91.305	(55.454)	445	376.209	19.037
XS6 Assistência	75,00%	49,99%	75,00%	49,99%	41.854	35.551	26.664	17.629	(12.903)	-	31.390	3.416
Elo Serviços	41,41%	0,01%	41,41%	0,01%	891.852	411.152	170.278	199.082	-	-	369.360	187.912
Caixa Cartões Pré-Pagos	75,00%	50%-1	75,00%	50%-1	400.310	395.176	296.382	468	-	3.383	300.233	(18.768)
Too Seguros	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	909.513	680.392	330.910	133.356	(88.558)	67.471	443.179	88.556
PAN Corretora (2)	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	61.900	49.043	24.031	29.705	(23.405)	-	30.331	8.454
Tecban	13,01%	13,01%	13,01%	11,61%	976.260	955.743	180.961	489	2.180	(1.583)	182.047	23.405
Quod	15,29%	16,00%	15,29%	16,00%	362.536	372.900	57.016	(5.271)	-	3.687	55.432	(11.996)
Galgo Sistemas de Informações Nuclea	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	34.550	27.669	1.845	481	(23)	-	2.303	463
Outros investimentos (3)	8,18%	8,18%	8,33%	8,33%	1.783.796	2.280.028	189.926	51.690	(98.970)	3.187	145.833	23.086
Total							10.940.418	2.997.879	(2.080.027)	1.638.044	13.496.314	2.081.801

(1) O percentual de participação na Holding XS1, CNP Brasil, XS3 Seguros, XS4 Capitalização, XS5 Consórcios, XS6 Assistência, Too Seguros e Pan Corretora são demonstrados pela ótica da Controlada Caixa Seguridade.

(2) Inclui uma perda por redução ao valor recuperável em 31/12/2023 no valor de (R\$ 33) (31/12/2022 - (R\$ 33)).

(3) Inclui os investimentos pré-operacionais: Negócios Digitais, Caixa Imóveis, Caixa Cartões Adquirência, Caixa Cartões PAT, Caixa Cartões Fidelidade, Caixa Cartões Compartilhado.

(4) Dividendos e JCP efetivamente recebidos no período totalizaram R\$ 2.164.637, sendo R\$ 1.300.500 da Holding XS1; R\$ 243.723 da XS3 Seguros; R\$ 181.095 da Elo Serviços; R\$ 124.345 da CNP Brasil; R\$ 103.403 da XS4 Capitalização; R\$ 88.556 da Too Seguros; R\$ 87.985 da Nuclea; R\$ 23.405 da Pan Corretora; R\$ 11.603 da XS6 Assistência; e R\$ 22 da Galgo.

(b) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pela CAIXA no segmento de seguros e capitalização

Descrição	31/12/2023									
	Holding XS1	CNP Brasil	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	Too Seguros	PAN Corretora		
Ativo circulante	159.583.335	598.715	1.762.756	1.250.456	263.845	71.811	748.160	69.982		
Ativo não circulante	14.471.420	4.767.277	1.314.148	651.864	570.831	29.308	1.594.120	105		
Passivo circulante	159.549.283	564.918	1.166.155	1.586.049	165.821	58.954	1.388.820	8.187		
Passivo não circulante	1.994.839	48	287	3.869	167.225	311	43.947	-		
Passivo contingente	870.635	-	387	360	-	-	14.324	-		
Receitas	24.758.869	1.202.305	1.069.737	545.796	340.988	152.412	1.359.082	76.290		
Despesas	(22.487.606)	(33.614)	(451.650)	(377.736)	(262.778)	(1.040.907)	(1.040.862)	(15.668)		
Lucro/ Prejuízo do período	2.271.263	1.168.691	618.087	168.060	78.210	23.505	318.220	60.622		
Outros resultados abrangentes	(96.046)	348.503	-	4.046	5	-	38.609	-		
Resultado abrangente total	2.175.217	1.517.194	618.087	172.106	78.215	23.505	356.829	60.622		
Patrimônio Líquido	12.510.633	4.801.026	1.910.462	312.402	501.630	41.854	909.513	61.900		
% de participação	60,00%	48,25%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	49,00%	49,00%		
Saldo do investimento	7.506.380	2.316.495	1.432.776	234.290	376.209	31.390	445.661	30.331		
Outros ajustes (1)	68.308	-	-	4	-	-	(2.481)	-		

(1) Holding XS1: ajuste referente a operações de fusões/aquisições.

Descrição	31/12/2022									
	Holding XS1	CNP Brasil	XS3 Seguros	XS4 Capitalização	XS5 Consórcios	XS6 Assistência	Too Seguros	PAN Corretora		
Ativo circulante	140.365.213	362.254	1.119.999	766.524	139.814	48.839	1.283.742	55.039		
Ativo não circulante	13.295.332	3.089.184	1.503.453	173.130	448.623	30.451	1.745.714	134		
Passivo circulante	138.305.229	45.653	725.444	652.609	65.341	42.170	1.564.149	6.130		
Passivo não circulante	5.215.712	353	198.822	2.551	69.862	1.569	784.915	-		
Passivo contingente	593.956	-	23	-	-	-	52.961	-		
Receitas	45.705.395	1.119.952	582.563	320.810	230.283	68.037	1.730.304	55.067		
Despesas	(44.019.294)	(74.448)	(381.285)	(217.836)	(200.818)	(63.482)	(1.512.309)	(7.302)		
Lucro/ Prejuízo do período	1									



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Nota 12 – Imobilizado de uso

O índice de imobilização apurado foi de 8,70% em 31/12/2023 (31/12/2022 – 8,72%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução CMN nº 4.957/2021, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência.

(a) Composição

Descrição	Vida útil (em anos)	INDIVIDUAL			31/12/2023		31/12/2022	
		Custo	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido	Líquido	
Imóveis de uso	-	1.785.152	(846.727)	(30.281)	908.144	908.038		
Edificações	25	1.576.917	(846.727)	(28.500)	701.690	700.479		
Terrenos	-	208.235	-	(1.781)	206.454	207.559		
Benefetorias em imóveis de terceiros	5	2.345.828	(1.846.109)	(143)	499.576	492.873		
Imobilizações em curso	-	260.853	-	-	260.853	143.228		
Móveis e equipamentos de uso	-	6.206.143	(5.160.559)	-	1.045.584	1.294.390		
Sistema de comunicação e de segurança	5 a 10	737.510	(602.342)	-	135.168	130.629		
Sistema de processamento de dados	5	5.468.633	(4.558.217)	-	910.416	1.163.761		
Móveis em estoque e outros equipamentos	-	894.105	(696.449)	(9.087)	188.569	174.803		
Total	-	11.492.081	(8.549.844)	(39.511)	2.902.726	3.013.332		

Descrição	Vida útil (em anos)	CONSOLIDADO			31/12/2023		31/12/2022	
		Custo	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido	Líquido	
Imóveis de uso	-	1.785.152	(846.727)	(30.281)	908.144	908.038		
Edificações	25	1.576.917	(846.727)	(28.500)	701.690	700.479		
Terrenos	-	208.235	-	(1.781)	206.454	207.559		
Benefetorias em imóveis de terceiros	5	2.345.828	(1.846.109)	(143)	499.576	492.873		
Imobilizações em curso	-	260.853	-	-	260.853	143.228		
Móveis e equipamentos de uso	-	6.206.209	(5.160.614)	-	1.045.595	1.294.412		
Sistema de comunicação e de segurança	5 a 10	737.530	(602.362)	-	135.168	130.633		
Sistema de processamento de dados	5	5.468.679	(4.558.252)	-	910.427	1.163.779		
Móveis em estoque e outros equipamentos	-	894.105	(696.449)	(9.087)	188.569	174.803		
Total	-	11.492.147	(8.549.899)	(39.511)	2.902.737	3.013.354		

(b) Movimentação

Descrição	INDIVIDUAL		Movimentação				31/12/2023	
	Líquido	Transf.	Adições	Baixas	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido	
Imóveis de uso	908.038	18.974	31.769	(1.349)	(48.916)	(372)	908.144	
Edificações	700.479	20.698	30.844	(1.349)	(48.916)	(66)	701.690	
Terrenos	207.559	(1.724)	925	-	-	(306)	206.454	
Benefetorias em imóveis de terceiros	492.873	190.995	-	(51)	(184.241)	-	499.576	
Imobilizações em curso	143.228	(215.630)	333.255	-	-	-	260.853	
Móveis e equipamentos de uso	1.294.390	(23.415)	366.765	(602)	(591.554)	-	1.045.584	
Sistema de comunicação e de segurança	130.629	(21.844)	86.341	(16)	(59.942)	-	135.168	
Sistema de processamento de dados	1.163.761	(1.571)	280.424	(586)	(531.612)	-	910.416	
Móveis em estoque e outros equipamentos	174.803	(8.667)	66.980	(2.610)	(41.937)	-	188.569	
Total	3.013.332	(37.743)	798.769	(4.612)	(866.648)	(372)	2.902.726	

Descrição	CONSOLIDADO		Movimentação				31/12/2023	
	Líquido	Transf.	Adições	Baixas	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido	
Imóveis de uso	908.038	18.974	31.769	(1.349)	(48.916)	(372)	908.144	
Edificações	700.479	20.698	30.844	(1.349)	(48.916)	(66)	701.690	
Terrenos	207.559	(1.724)	925	-	-	(306)	206.454	
Benefetorias em imóveis de terceiros	492.873	190.995	-	(51)	(184.241)	-	499.576	
Imobilizações em curso	143.228	(215.630)	333.255	-	-	-	260.853	
Móveis e equipamentos de uso	1.294.390	(23.415)	366.765	(602)	(591.565)	-	1.045.595	
Sistema de comunicação e de segurança	130.633	(21.844)	86.341	(16)	(59.946)	-	135.168	
Sistema de processamento de dados	1.163.779	(1.571)	280.424	(586)	(531.619)	-	910.427	
Móveis em estoque e outros equipamentos	174.803	(8.667)	66.980	(2.610)	(41.937)	-	188.569	
Total	3.013.354	(37.743)	798.769	(4.612)	(866.659)	(372)	2.902.737	

Nota 13 – Intangível

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			31/12/2023		31/12/2022	
	Custo	Amortização Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido	Líquido	
Aquisição de folha de pagamento	2.472.678	(1.308.015)	-	1.164.663	1.104.588		
Projetos logísticos – software	2.675.314	(1.676.912)	(26.551)	971.851	1.029.973		
Outros intangíveis	1.605.861	(742.444)	-	863.417	397.955		
Total	6.753.853	(3.727.371)	(26.551)	2.999.931	2.531.516		

Nota 15 – Recursos de clientes

(a) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à Vista	49.376.365	-	-	-	49.376.365	43.242.817	49.375.983	43.241.428
Pessoas jurídicas	21.319.669	-	-	-	21.319.669	21.238.899	21.319.287	21.237.510
Pessoas físicas	22.133.720	-	-	-	22.133.720	16.844.213	22.133.720	16.844.213
Vinculados	2.372.703	-	-	-	2.372.703	2.163.639	2.372.703	2.163.639
Governo	2.133.798	-	-	-	2.133.798	1.851.344	2.133.798	1.851.344
Entidades públicas	345.807	-	-	-	345.807	184.572	345.807	184.572
Contas encerradas	281.859	-	-	-	281.859	217.041	281.859	217.041
Instituições do sistema financeiro	9.839	-	-	-	9.839	8.335	9.839	8.335
Outros	778.970	-	-	-	778.970	734.774	778.970	734.774
Depósitos de Poupança	358.327.553	-	-	-	358.327.553	360.729.462	358.327.553	360.729.462
Pessoas físicas	348.521.583	-	-	-	348.521.583	352.631.726	348.521.583	352.631.726
Contas encerradas	5.536.031	-	-	-	5.536.031	5.204.871	5.536.031	5.204.871
Pessoas jurídicas	4.268.029	-	-	-	4.268.029	2.890.702	4.268.029	2.890.702
Outros	1.910	-	-	-	1.910	2.163	1.910	2.163
Depósitos a prazo	153.221.059	3.156.154	23.646.611	94.973.218	274.997.042	181.167.902	274.997.042	181.167.902
Depósitos Judiciais	153.221.059	-	-	-	153.221.059	109.683.931	153.221.059	109.683.931
CDB	-	3.156.154	23.646.611	94.973.218	121.775.983	71.483.971	121.775.983	71.483.971
Depósitos especiais e de fundos e programas	31.373.499	-	-	-	31.373.499	16.842.295	31.373.499	16.842.295
Total	592.298.476	3.156.154	23.646.611	94.973.218	714.074.459	601.982.476	714.074.077	601.981.087
Passivo circulante	-	-	-	-	619.101.241	545.453.783	619.100.859	545.452.394
Passivo não circulante	-	-	-	-	94.973.218	56.528.693	94.973.218	56.528.693

(b) Depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		31/12/2023		31/12/2022	
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR (1)			7.754.634		459.249	
Fundo de Custeio do Ensino Médio – FIPEM			6.100.000		-	
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS			5.794.215		4.599.091	
Fundo Garantia Safta – FGS			1.935.056		1.544.997	
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS			1.624.393		809.244	
Fundo de Compensação Ambiental - FCA			1.566.181		1.105.297	
Garantia crédito hipotecário			1.479.573		1.115.967	
Depósitos – PREVHAB			1.284.215		1.142.445	
Fundo Garantidor de Microfinanças - FGM			1.157.208		3.460.872	
Depósitos especiais com remuneração - SRF			943.166		978.731	
Incrá			810.454		716.957	
Fundo de apoio e desenvolvimento PPP - FEP CAIXA			317.906		251.522	
Saúde Caixa			102.568		234.627	
Outros			503.930		423.296	
Total			31.373.499		16.842.295	

(1) Variação significativa decorrente do aporte de recursos para o Programa Minha Casa Minha Vida.

(c) Despesas com recursos de clientes

Descrição	INDIVIDUAL			
	2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Depósitos de poupança	(12.658.037)	(25.878.574)	(25.979.854)	(25.979.854)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(6.730.649)	(12.323.804)	(4.995.697)	(4.995.697)
Depósitos judiciais	(4.114.986)	(8.453.119)	(7.963.802)	(7.963.802)
Depósitos especiais e de fundos e programas	(1.348.043)	(2.508.878)	(1.975.599)	(1.975.599)
Outras captações	(384.735)	(727.935)	(576.118)	(576.118)
Total	(25.236.450)	(49.905.310)	(41.491.070)	(41.491.070)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Depósitos de poupança	(12.658.037)	(25.878.574)	(25.979.854)	(25.979.854)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(6.730.649)	(12.323.252)	(4.993.017)	(4.993.017)
Depósitos judiciais	(4.114.986)	(8.453.119)	(7.963.802)	(7.963.802)
Depósitos especiais e de fundos e programas	(1.348.043)	(2.508.878)	(1.975.599)	(1.975.599)
Outras captações	(384.735)	(727.935)	(576.118)	(576.118)
Total	(25.236.450)	(49.891.758)	(41.488.390)	(41.488.390)

(d) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	(331.634)	(645.707)	(567.065)	(567.065)
Depósitos – FAR	(327.358)	(385.709)	(100.902)	(100.902)
Fundo Garantidor de Microfinanças - FGM	(101.091)	(325.299)	(315.488)	(315.488)
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	(115.706)	(201.917)	(152.938)	(152.938)
Fundo Garantia Safta – FGS	(100.637)	(183.146)	(132.500)	(132.500)
Fundo de Compensação Ambiental - FCA	(81.910)	(154.691)	(116.591)	(116.591)
Depósitos – PREVHAB	(74.424)	(148.558)	(126.317)	(126.317)
Subsídios programas de habitação	(35.732)	(95.586)	(116.398)	(116.398)
Depósitos – Tesouro Nacional	(43.806)	(87.316)	(73.701)	(73.701)
Fungetur	(26.314)	(62.425)	(100.472)	(100.472)
Depósitos – Caução	(21.626)	(43.230)	(34.479)	(34.479)
Outros	(87.805)	(175.294)	(138.748)	(138.748)
Total	(1.348.043)	(2.508.878)	(1.975.599)	(1.975.599)

(b) Movimentação

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
-----------	--------------------------	--	--	--



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF



MINISTÉRIO DA
FAZENDA

Descrição	CONSOLIDADO			
	2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Empréstimos e repasses	(14.542.970)	(29.665.070)		(27.025.022)
FGTS	(13.642.505)	(27.853.976)		(25.182.198)
BNDES	(722.476)	(1.612.882)		(1.668.737)
Fundo Marinha Mercante	(60.219)	(91.167)		(85.140)
Repasses do exterior	(6.525)	12.436		17.453
Empréstimos no exterior	(42.319)	12.728		8.522
Outras	(68.926)	(132.209)		(114.922)
Captações no mercado aberto	(15.983.626)	(33.354.903)		(30.788.760)
Carteira própria	(9.485.224)	(19.261.976)		(17.721.103)
Carteira de terceiros	(6.498.402)	(14.092.927)		(13.067.657)
Depósitos interfinanceiros	(141.980)	(320.690)		(77.535)
Total	(30.668.576)	(63.340.663)		(57.891.317)

Nota 17 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

(a) Composição

Descrição	CONSOLIDADO			
	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Recursos aceites e emissão de títulos (b)	165.377.995	83.854.354	165.377.995	83.854.354
Instrumentos financeiros subordinados (c)	36.706.423	36.294.748	36.706.423	36.294.748
IHCD – Principal autorizado (d)(1)	33.047.744	35.548.171	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida	2.037.317	1.633.107	2.037.317	1.633.107
Total	237.169.479	157.330.380	204.121.736	121.782.209
Passivo circulante	38.122.429	12.391.178	38.122.429	12.391.178
Passivo não circulante	199.047.050	144.939.202	166.999.307	109.391.031

(1) Composto por instrumentos híbridos de capital e dívida autorizada a comprar o capital. No consolidado o saldo é reclassificado para o Patrimônio Líquido conforme Resolução CMN nº 4.955/2021.

A CAIXA possui 14 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a comprar o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 8 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS com o FGTS e 6 Letras Financeiras Subordinadas – LFS, conforme detalhamento no item (c) subsequente.

O valor total captado por meio dos Instrumentos Financeiros Subordinados compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência - PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – FGTS

A CAIXA possui 8 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.958/2021 que trata da metodologia de apuração do PR, contratados com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Na apuração do PR de dezembro de 2023 foram considerados R\$ 19,41 bilhões no capital de Nível II em atendimento ao disposto no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021 – “O montante dos recursos dos fundos de que tratam a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o art. 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, reconhecido no Nível II fica limitado aos seguintes percentuais, aplicados ao valor desses recursos computado no mencionado nível em 30 de junho de 2018.” (grifo nosso)

Letras Financeiras Subordinadas – Nível I (Complementar)

A CAIXA captou no mercado local Letras Financeiras Subordinadas, no valor de face total de R\$ 1.718.700, desse total R\$1.713.241 estão autorizadas para comprar o Capital Complementar do Nível I (PR).

Letras Financeiras Subordinadas – Nível II

A CAIXA possui 6 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R\$ 206.000 todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo Bacen.

(b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Rem. a.a. / Indexador	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
		Vencimento				31/12/2023	31/12/2022
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra de crédito imobiliário	CDI	5.074.900	5.000.278	20.227.005	116.233.242	146.535.425	73.907.641
Letra de crédito imobiliário	TR	-	-	-	19.591	19.591	25.661
Letra financeira	IPCA	-	-	10.193	1.772.444	1.782.637	1.696.718
Letra financeira	CDI	-	-	4.165.683	-	4.165.683	3.660.233
Letra de crédito do agronegócio	CDI	311.978	296.225	841.902	11.424.554	12.874.659	4.564.101
Total		5.386.878	5.296.503	25.244.783	129.449.831	165.377.995	83.854.354

(c) Instrumentos Financeiros Subordinados

Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Data da captação	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					Saldo devedor 31/12/2023	Saldo devedor 31/12/2022
			Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 31/12/2023		
Letras financeiras elegíveis									
Perpétuo	114 % Selic	set/19	1.113.000	13.950	-	-	1.126.950	1.130.003	
Perpétuo	114 % Selic	out/19	4.200	43	-	-	4.243	4.254	
Perpétuo	114 % Selic	nov/19	601.500	6.150	-	-	607.650	609.208	
Nível II									
Instrumento de dívida subordinada – FGTS									
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	2.648.042	-	-	6.648.042	6.229.549	
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	1.906.494	-	-	5.906.494	5.537.097	
ago/44	4,86%	mai/17	4.000.000	1.713.245	-	-	5.713.245	5.390.251	
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	1.734.400	-	-	4.734.400	4.438.435	
jun/32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.865.268	(1.383.161)	-	3.482.107	3.200.383	
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	1.301.562	(1.112.895)	-	3.188.667	3.446.716	
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	2.114.627	(3.356.443)	-	1.758.184	2.468.168	
mai/44	5,23%	set/17	2.000.000	858.874	-	-	2.858.874	2.665.439	
Letras financeiras elegíveis									
jun/24	100%IPCA + 6,95%	jun/14	200.000	451.569	-	8.026	659.595	579.706	
fev/25	100%IPCA + 6,58%	fev/15	1.200	2.303	-	136	3.639	3.150	
fev/25	100%IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	2.270	-	134	3.604	3.116	
fev/25	100%IPCA + 6,65%	fev/15	2.400	4.547	-	244	7.191	6.219	
mar/25	100%IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	2.212	-	126	3.538	3.054	
Total			27.924.700	14.625.556	(5.852.499)	8.666	36.706.423	36.294.748	

(1) Os valores elegíveis ao Nível I – Capital Complementar atendem aos requisitos da Resolução CMN nº 4.955/2021 que trata da metodologia de apuração do PR.

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a comprar o seu Capital Principal.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de capital principal.

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, perfazendo um montante de R\$ 2.037.317 em 31/12/2023 (31/12/2022 – R\$ 1.633.107).

Os juros remuneratórios a pagar dos Instrumentos Subordinados elegíveis a Capital Complementar, totalizam um montante de R\$ 20.143 em 31/12/2023 (31/12/2022 – R\$ 24.765).

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos IHCD somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

(d) Instrumentos de dívida elegíveis ao capital

Discriminação	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
Contrato 348/2007	14.937.146	14.437.573
Contrato 752/2012	6.800.000	6.800.000
Contrato 754/2012	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869/2013	5.000.000	8.000.000
Total	33.047.744	35.548.171

Liquidação de IHCD – contrato 868

Em 06/06/2023 foi autorizada, pelo Ministério da Fazenda, a liquidação do Instrumento Híbrido de Capital e Dívida relativo ao contrato nº 868/PGFN/CAF, sendo concluída a operação em 07/06/2023 com o pagamento do montante de R\$ 3 bilhões de reais à Secretaria do Tesouro Nacional.

(e) Despesas com recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL			
	2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Recursos de emissões de Letras	(8.371.800)	(14.754.481)		(4.763.438)
Letras de crédito imobiliário	(7.241.083)	(12.789.942)		(3.870.109)
Letras financeiras	(501.875)	(1.035.484)		(548.841)
Com subordinação	(168.422)	(340.831)		(299.396)
Sem subordinação	(333.453)	(694.653)		(249.445)
Letras de crédito do agronegócio	(628.842)	(929.055)		(344.488)
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(1.224.609)	(1.941.547)		(1.497.409)
Total	(9.596.409)	(16.696.028)		(6.260.847)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Recursos de emissões de Letras	(8.371.800)	(14.754.481)		(4.763.438)
Letras de crédito imobiliário	(7.241.083)	(12.789.942)		(3.870.109)
Letras financeiras	(501.875)	(1.035.484)		(548.841)
Com subordinação	(168.422)	(340.831)		(299.396)
Sem subordinação	(333.453)	(694.653)		(249.445)
Letras de crédito do agronegócio	(628.842)	(929.055)		(344.488)
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	-		211.165
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(933.710)	(1.352.509)		(531.869)
Total	(9.305.510)	(16.106.990)		(5.084.142)

Nota 18 – Outros passivos financeiros

(a) Composição

Descrição	CONSOLIDADO			
	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Recursos para destinação específica (b)	19.953.147	20.457.438	19.953.147	20.457.438
Receitas antecipadas (c)	8.969.708	9.476.708	8.969.708	9.476.708
Obrigações por operações vinculadas a cessão	4.043.693	4.738.717	4.043.693	4.738.717
Carteira de câmbio	1.852.388	1.872.589	1.852.388	1.872.589
Recursos do FGTS para amortização	1.063.116	1.048.466	1.063.116	1.048.466
Recursos vinculados a operações de crédito	1.051.931	1.101.756	1.051.931	1.101.756
Negociação e intermediação de valores	7.433	97.602	7.479	97.620
Obrigações por transações de pagamento	140	54	140	54
Total	36.941.556	38.793.330	36.941.602	38.793.348
Passivo circulante	27.829.414	19.565.907	27.829.460	19.565.925
Passivo não circulante	9.112.142	19.227.423	9.112.142	19.227.423

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais mantidos com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
Fundos e programas sociais	15.582.421	16.945.633
Remuneração do agente financeiro - FGTS	8.912.147	9.084.682
Programas habitacionais de interesse social	1.676.866	915.664
Programas de transferência de renda (1)	1.314.677	4.171.134
Minha Casa Minha Vida - MCMV	1.098.257	743.462
Remuneração do agente financeiro - OGU	832.418	1.192.366
Recursos do FGTS	815.405	354.242
FIES	654.482	365.220
Outros fundos e programas	278.169	138.863
Fundos financeiros e de desenvolvimento	982.484	591.271
FAT	981.003	589.787
FINSOCIAL	1.481	1.482
Abono salarial	-	2
Operações com loterias	3.388.242	2.920.534
Total	19.953.147	20.457.438

(1) Inclui o saldo em 31/12/2023, referente aos recursos destinados ao pagamento do Novo Bolsa Família no montante de R\$ 852.963 (31/12/2022 – R\$ 1.353.954).

(c) Receitas antecipadas

As receitas antecipadas correspondem ao saldo a diferir das transações entre a CAIXA, empresas parceiras, e suas controladas pelo direito de exploração do balcão, base de cliente e uso da marca. Em 31/12/2023 as receitas antecipadas se referem às seguintes parcerias:

■ VISA, no montante de R\$ 625.000 (31/12/2022 - R\$ 725.000) referente ao recebimento de bônus inicial em virtude do acordo assinado, pelo prazo de dez anos, entre a CAIXA e a VISA.

■ CNP (Holding XS1) no montante de R\$ 6.160.000 (31/12/2022 - R\$ 6.440.000) em cumprimento ao contrato de distribuição. O saldo é apropriado mensalmente pela vigência do contrato, até 2045.

■ Tokio Marine (XS3) no montante de R\$ 1.292.000 (31/12/2022 - R\$ 1.368.000), CNP (XS5) no montante de R\$ 215.625 (31/12/2022 - R\$ 228.125), Icatu (XS4) no montante de R\$ 155.250 (31/12/2022 - R\$ 164.250) e Tempo (XS6) no montante de R\$ 25.500 (31/12/2022 - R\$ 27.000), em cumprimento ao contrato de distribuição pelo prazo de 20 anos com a Caixa Seguradora.

■ FISERV, no montante de R\$ 138.000 (31/12/2022 - R\$ 146.000), buscando fortalecer sua atuação no mercado de meios de pagamento eletrônicos, prevê um contrato com vigência de 20 anos com a Caixa Cartões.

■ VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR (“VR-FLEETCOR”), no montante de R\$ 358.333 (31/12/2022 - R\$ 378.333), para atuação no segmento relacionado a meios de pagamento Pré-Pagos, pelo prazo de 20 anos, conforme contrato firmado com a Caixa Cartões.

Nota 19 – Provisões

(a) Composição



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF



Para os contratos do FIES, a provisão é realizada com base na avaliação de risco de crédito da concessão e evolui conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/1999.

O estoque remanescente da carteira do PAR com recursos do FAR é provisionado pelo rating, tendo em vista a evolução do atraso, conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

(f) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

(f.1) Demandas fiscais

A CAIXA mantém o acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pelo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 10.019.712 em 31/12/2023 (31/12/2022 – R\$ 9.473.673), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Autuação de PIS/PASEP, no valor histórico de R\$ 4.053.509, pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993. Para a propositura da ação, foi efetuado depósito em garantia daquele valor em 30/12/2010, o qual, atualizado pela SELIC, na forma da Lei nº 9.703/98, totaliza R\$ 8.757.608 em 31/12/2023 (31/12/2022 – R\$ 8.249.298). Em 08/04/2019, o Excelentíssimo Sr. Juiz da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF julgou procedente o pedido formulado pela CAIXA para declarar a extinção do crédito tributário em destaque, tendo em vista a comprovação da suficiência dos recolhimentos à época realizados. Em 10/06/2019, a União interps recurso de apelação pleiteando a reforma da sentença em tela pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tendo o recurso sido distribuído por sorteio em 04/05/2023 à 8ª Turma daquele Tribunal, aguardando julgamento desde então;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ R\$ 248.295 em 31/12/2023 (31/12/2022 – R\$ 240.451), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

c) CSLL, no valor de R\$ 205.081 em 31/12/2023 (31/12/2022 – R\$ 195.761), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

d) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 303.484 em 31/12/2023 (31/12/2022 – R\$ 292.025), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de "comunicação" para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As demais contingências com indicativo de perda possível apresentam o seguinte saldo, em 31/12/2023: a) Federais totalizam R\$ 1.467 (31/12/2022 – R\$ 1.420); b) Previdenciários somam R\$ 67.318 (31/12/2022 – R\$ 67.318); e c) Regionais correspondem a R\$ 436.457 (31/12/2022 – R\$ 427.399).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção com decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(f.2) Demandas civis

A CAIXA, com base na opinião de seus advogados, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

O montante de R\$ 2.236.008 em 31/12/2023 (31/12/2022 – R\$ 2.131.274) refere-se a uma ação popular com probabilidade de perda possível, na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

(g) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
Demandas fiscais	13.414.537	12.856.667
Demandas trabalhistas	6.426.404	6.010.427
Demandas civis	910.901	787.553
Total	20.751.842	19.654.647

Nota 20 – Tributos

(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2º semestre	Exercício	2023	Exercício
Tributos Correntes	291.409	(107.323)	(441.213)	
Tributos Diferidos	4.268.219	6.975.432	3.479.739	
Passivo Fiscal Diferido	(302.623)	(546.796)	1.402.364	
Títulos para Negociação/Objeto de Hedge	(153.177)	(370.261)	1.430.840	
Depósito em Garantia	(149.446)	(176.535)	(28.476)	
Ativo Fiscal Diferido	4.570.842	7.522.228	2.077.375	
Diferenças Temporárias - constituição/realização	4.452.236	7.570.511	2.323.380	
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	118.606	(48.283)	(246.005)	
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	4.559.628	6.868.109	3.038.526	

(d) Ativo fiscal diferido

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	2º semestre	Exercício	2023	Exercício
Tributos Correntes	291.409	(107.323)	(441.213)	
Tributos Diferidos	4.268.219	6.975.432	3.479.739	
Passivo Fiscal Diferido	(302.623)	(546.796)	1.402.364	
Títulos para Negociação/Objeto de Hedge	(153.177)	(370.261)	1.430.840	
Depósito em Garantia	(149.446)	(176.535)	(28.476)	
Ativo Fiscal Diferido	4.570.842	7.522.228	2.077.375	
Diferenças Temporárias - constituição/realização	4.452.236	7.570.511	2.323.380	
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	118.606	(48.283)	(246.005)	
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	4.559.628	6.868.109	3.038.526	

(e) Expectativa de realização – ativo fiscal diferido

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo estão representados a seguir:

Ano de Realização	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
2024	10.675.098	11.082.066	10.675.098	11.082.066
2025	9.340.672	9.455.395	9.340.672	9.455.395
2026	5.857.409	5.604.939	5.857.409	5.604.939
2027	4.492.016	3.891.155	4.492.016	3.891.155
2028	2.775.552	2.273.925	2.775.552	2.273.925
2029	2.567.309	2.029.310	2.567.309	2.029.310
2030	6.883.573	5.519.183	6.883.573	5.519.183
2031	1.017.952	673.627	1.017.952	673.627
2032	7.432.429	5.619.788	7.432.429	5.619.788
2033	10.644.579	7.864.485	10.644.579	7.864.485
Total	61.686.589	54.013.873	61.686.589	54.013.883

Nota 21 – Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

(b) Benefícios pós-emprego

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(c) Composição da provisão para benefícios a empregados

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo	4.937.705	4.230.794	4.943.558	4.236.008
Natureza salarial	3.597.313	3.349.073	3.597.313	3.349.073
Participação dos empregados no lucro	1.340.392	881.721	1.346.245	886.935
Benefícios pós-emprego	25.360.640	24.121.370	25.360.640	24.121.370
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	12.088.211	10.513.464	12.088.211	10.513.464
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.934.048	1.842.961	1.934.048	1.842.961
Planos de benefícios – Previdência Complementar	11.338.381	11.764.945	11.338.381	11.764.945
REG/REPLAN	10.450.808	10.610.320	10.450.808	10.610.320
REB	36.578	53.246	36.578	53.246
Novo Plano	850.995	1.101.379	850.995	1.101.379
Total	30.298.345	28.352.164	30.304.198	28.357.378
Passivo circulante	12.333.101	11.297.813	12.338.954	11.303.027
Passivo não circulante	17.965.244	17.054.351	17.965.244	17.054.351

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Os planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA são administrados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A Fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/brevic/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta, na sua estrutura organizacional, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último, de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balanços trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros – três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes. O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balanços, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

No Estatuto, também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quanto aos planos de saúde complementar (Saúde CAIXA), auxílio/cesta-alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Risco atuarial

O risco atuarial é caracterizado pela variação ou não aderência das premissas e/ou parâmetros adotadas no momento do cálculo atuarial. Decorre, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas em cenário base, no momento do custeio dos planos, que podem trazer volatilidade aos resultados esperados.

A exposição da CAIXA ao risco atuarial é evidenciada pela condição de patrocinadora e mantenedora de benefícios pós-emprego oferecidos a seus empregados, comprometendo parte do custeio desses benefícios à instituição.

O risco atuarial é considerado um risco relevante tendo em vista sua responsabilidade de longo prazo relacionada aos benefícios vitais, além da provisão em balanço, apurada conforme orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 33(R1) e Resolução CVM nº 110/2022.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos

Somente os planos de previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.661/2018, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

Descrição	CONSOLIDADO		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Tributos Correntes	(335.338)	(1.320.833)	(1.702.833)	
Tributos Diferidos	4.270.405	6.973.874	3.479.779	
Passivo Fiscal Diferido	(298.925)	(546.842)	1.402.373	
Títulos para Negociação/Objeto de Hedge	(153.177)	(370.261)	1.430.849	
Depósito em Garantia	(149.446)	(176.535)	(28.476)	
Outros	3.698	(46)	-	
Ativo Fiscal Diferido	4.569.330	7.520.716	2.077.406	
Diferenças Temporárias - constituição/realização	4.450.724	7.568.999	2.323.411	
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	118.606	(48.283)	(246.005)	
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	3.935.067	5.653.041	1.777.543	

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	INDIVIDUAL		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	3.601.324	6.319.359	8.119.144	
Encargo IRPJ e CSLL	(1.620.596)	(2.843.712)	(2.967.710)	
Efeitos tributários adições e exclusões	1.035.871	722.815	262.265	
Juros sobre o capital próprio	836.308	1.226.063	771.947	
Participação em coligadas e controladas	1.076.078	1.980.833	1.655.835	
Realização/apuração Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	(118.605)	31.000	201.426	
Participação dos empregados nos lucros	363.694	168	15.925	
Outros	(1.281.341)	(1.224.490)	(380.901)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	291.409	(107.323)	(441.213)	

Descrição	CONSOLIDADO		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	4.869.016	8.793.155	10.264.668	
Encargo IRPJ e CSLL	(2.191.057)	(3.956.920)	(4.619.101)	
Efeitos tributários adições e exclusões	(630.306)	1.100.149	762.539	
Juros sobre o capital próprio	836.308	1.226.063	742.371	
Participação em coligadas e controladas	(1.130.210)	(1.132.290)	(1.048.819)	
Realização/apuração Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	(118.605)	31.000	381.459	
Participação dos empregados nos lucros	363.694	168	(60.616)	
Outros	2.534.838	1.410.997	2.139.931	
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(335.338)	(1.320.833)	(1.702.236)	

(c) Passivo fiscal diferido

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ajustes a valor de mercado de títulos para negociação	1.431.941	1.773.592	1.431.941	1.773.592
Atualização monetária de depósito em garantia	2.904.986	2.728.451	2.904.986	2.728.451
Outras	13.885	13.884	13.892	13.884
Total do passivo fiscal diferido no resultado	4.350.812	4.515.927	4.350.819	4.515.927
Marcação a mercado	550.328	89.756	550.328	89.756
Outros	54.461	52.751	54.461	52.751
Total do passivo fiscal diferido no PL	604.789	142.507	604.789	142.507
Total do passivo fiscal diferido	4.955.601	4.658.434	4.9	



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Salgado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br).

Novo Plano

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006. É o único plano aberto às novas inscrições de funcionários CAIXA.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisado a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	31/12/2023 (1)			31/12/2022 (2)		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	72.008	72.365	144.373	76.166	73.430	149.596
Auxílio e cesta-alimentação (aposentados e pensionistas)	-	16.430	16.430	-	16.206	16.206
Assistidos EX-PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	53	53	-	59	59
REG/REPLAN salgado (3)	8.601	47.228	55.829	8.846	46.964	55.810
REG/REPLAN não salgado (3)	939	5.086	6.025	974	5.071	6.045
REB (3)	5.381	1.210	6.591	5.540	1.203	6.743
Novo Plano (3)	78.294	10.051	88.345	79.524	9.899	89.423

(1) Conforme posições de 30/09/2023.

(2) Conforme posições de 30/09/2022.

(3) Inclui participantes assistidos que estão recebendo o benefício por meio de decisões judiciais.

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		Assistidos EX-PREVHAB			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa nominal de desconto (a.a.)	8,49%	9,29%	8,43%	9,26%	8,41%	9,27%	8,41%	9,27%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,33%	6,11%	5,27%	6,08%	5,25%	6,09%	5,25%	6,09%
Taxa real de crescimento dos salários (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa real de crescimento dos benefícios projetada (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de rotatividade	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2023	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2022	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca CSO - 58	Light Fraca CSO - 58	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	Light Fraca CSO - 58	Light Fraca CSO - 58	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Entrada em aposentadoria	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2023	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2021	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Salgado		REG/REPLAN Não Salgado		REB		Novo Plano	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa nominal de desconto (a.a.)	8,47%	9,28%	8,48%	9,28%	8,51%	9,30%	8,55%	9,32%
Taxa real de desconto (a.a.)	5,31%	6,10%	5,32%	6,10%	5,35%	6,12%	5,39%	6,14%
Taxa real de crescimento dos salários (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	2,26%	2,26%	3,06%	2,97%	2,99%	3,15%
Taxa real de crescimento dos benefícios projetada (a.a.)	0,35%	0,35%	0,35%	0,39%	Não aplicável	0,39%	Não aplicável	0,39%
Taxa de inflação (a.a.)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Experiência FUNCEF REB 2019	Experiência FUNCEF REB 2019	Experiência FUNCEF Novo Plano 2022	Experiência FUNCEF Novo Plano 2022
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca CSO - 58	Light Fraca CSO - 58	Light Fraca CSO - 58	Light Fraca CSO - 58	Light Fraca CSO - 58	Light Fraca CSO - 58	Light Fraca CSO - 58	Light Fraca CSO - 58
Tábua de mortalidade de inválidos	Light Fraca CSO - 58	Light Fraca CSO - 58	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não salgado 2020 ambos os sexos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não salgado 2020 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2023 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2021 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2023	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA/Deloitte 2021
Entrada em aposentadoria	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos

(i.4) Diferenças de premissas dos planos previdenciários

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	REG/REPLAN Salgado	REG/REPLAN Não salgado	REB	Novo Plano
Taxa real de desconto (a.a.)	5,31%	5,32%	5,35%	5,39%
Avaliação de ativos – Títulos públicos	Markados a mercado	Markados a mercado	Markados a mercado	Markados a mercado
Regime de capitalização	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado
				Método agregado

(i.5) Mudança no valor presente da obrigação

O Valor Presente da Obrigação – VPO representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidelidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como "método de benefícios acumulados" e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
	Saúde CAIXA				Auxílio/Cesta-alimentação				Assistidos EX-PREVHAB			
	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
VPO no início do período	(12.256.218)	(10.513.464)	(10.364.134)	(2.034.263)	(1.842.961)	(1.811.869)	(70.302)	(72.862)	(68.739)			
Custo do serviço corrente	(120.211)	(223.271)	(219.163)	-	-	-	-	-	-			
Custo de juros sobre VPO	(494.688)	(964.689)	(903.778)	(80.316)	(161.433)	(149.827)	(2.749)	(5.932)	(5.650)			
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	373.370	(1.182.805)	256.134	78.174	(133.298)	(58.232)	(7.696)	(5.510)	(5.141)			
Ajuste de experiência	(48.789)	(1.020.959)	(1.079.675)	57.894	(9.958)	(182.189)	(8.756)	(5.111)	(8.952)			
Alterações premissas demográficas	279.423	279.423	(268.111)	-	-	-	(197)	(197)	-			
Alterações premissas financeiras	142.736	(1.341.269)	1.603.920	20.280	(123.340)	123.957	1.257	(202)	3.811			
Benefícios pagos diretamente pelo plano	-	-	-	-	-	-	3.688	7.245	6.668			
Benefícios pagos diretamente pela empresa	409.536	796.018	717.477	102.357	203.644	176.967	-	-	-			
VPO no final do período	(12.088.211)	(12.088.211)	(10.513.464)	(1.934.048)	(1.934.048)	(1.842.961)	(77.059)	(77.059)	(72.862)			

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
	REG/REPLAN Salgado			REG/REPLAN Não salgado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
VPO no início do período	(72.851.781)	(65.244.834)	(68.260.692)	(7.641.330)	(6.610.869)	(7.421.666)	(854.495)	(729.022)	(749.705)	(5.339.394)	(4.388.031)	(4.504.811)
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.680)	(55.538)	(97.676)	(105.535)
Custo de juros sobre VPO	(2.927.208)	(5.832.345)	(5.881.647)	(314.281)	(616.156)	(612.794)	(34.743)	(67.472)	(64.933)	(231.483)	(441.459)	(403.011)
Contribuições pagas de participantes	-	-	-	(17.578)	(35.958)	(27.735)	(5.921)	(13.215)	(10.973)	(8.656)	(12.454)	(914)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	1.980.637	(5.206.804)	4.195.067	215.939	(732.358)	1.025.137	12.679	(99.964)	46.467	340.579	(474.731)	402.589
Ajuste de experiência	703.517	(4.081.188)	(2.002.171)	(85.749)	(618.811)	(987.163)	(45.139)	(92.146)	(15.362)	143.535	(13.071)	151.779
Alterações premissas demográficas	85.034	85.034	(16.820)	2.504	2.504	11.743	17.281	17.281	6.172	(103.599)	(103.599)	(29.780)
Alterações premissas financeiras	1.192.086	(1.210.650)	6.214.058	299.184	(116.051)	26.231	40.537	(25.099)	55.657	300.643	(358.061)	280.590
Benefícios pagos diretamente pelo plano	2.486.295	4.971.926	4.702.438	236.456	474.547	426.189	27.686	54.879	51.802	118.572	238.431	228.651
VPO no final do período	(71.312.057)	(71.312.057)	(65.244.834)	(7.520.794)	(7.520.794)	(6.610.869)	(854.794)	(854.794)	(729.022)	(5.175.920)	(5.175.920)	(4.388.031)

A Resolução nº 25, da CGPAR, estabeleceu que as empresas estatais federais que patrocinem planos de benefícios de previdência complementar estruturados na modalidade de benefício definido devem promover alteração desses planos. Entre os itens definidos pela resolução, destacamos: o fechamento do plano a novas adesões; a exclusão de dispositivos que indiquem percentuais de contribuição para custeio dos planos de benefícios e que estejam incorporados aos seus regulamentos; a adoção da média de, no mínimo, os últimos trinta e seis salários de participação como a base para o cálculo do salário real de benefício da complementação/suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição/serviço; a adoção de teto para salário de participação não superior à maior remuneração de cargo não estatutário da empresa patrocinadora; a vinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos ao índice do plano; a desvinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias do valor do benefício pago pelo RGPS; e a vinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias a valor de RGPS hipotético.

(i.6) Mudança no valor justo dos ativos

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. Alguns ativos do plano referem-se a fundos estruturados cujo critério de mensuração é objeto de avaliação específica, efetuada pela CAIXA.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos – VJA:

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
	Assistidos EX-PREVHAB				REG/REPLAN Salgado				REG/REPLAN Não salgado			
	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
VJA no início do período	70.302	72.862	68.739	48.961.491	49.811.650	46.878.327	6.291.482	6.422.722	6.029.450			
Receitas de juros	2.749	5.932	5.650	1.973.751	4.210.533	4.088.757	258.190	551.737	520.216			
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	7.696	5.510	5.141	1.712.955	47.263	1.482.480	409.047	164.422	191.685			
Contribuições do empregador	-	-	-	554.211	1.081.843	1.042.555	30.044	60.579	57.870			
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	557.263	1.094.013	1.021.969	23.608	51.002	49.691			
Benefícios pagos pelo plano	(3.688)	(7.245)	(6.668)	(2.486.295)	(4.971.926)	(4.702.438)	(236.455)	(474.546)	(426.190)			
VJA no final do período	77.059	77.059	72.862	51.273.376	51.273.376	49.811.650	6.775.916	6.775.916	6.422.722			

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	REB			Novo Plano		
	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
VJA no início do período	732.260	622.529	635.693	4.597.803	4.597.803	2.185.272
Receitas de juros	30.121	58.443	50.625	193.606	193.606	294.038
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	35.590	131.416	(33.585)	(1.273.624		



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO													
	REG/REPLAN Saldado				REG/REPLAN Não saldado				REB				Novo Plano	
	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022	Exercício 2022	
VPO no final do período	(71.312.057)	(71.312.057)	(65.244.834)	(7.520.794)	(7.520.794)	(6.610.869)	(854.794)	(854.794)	(729.022)	(5.175.920)	(5.175.920)	(4.388.031)		
VJA no final do período	51.273.376	51.273.376	49.811.650	6.775.916	6.775.916	6.422.722	781.639	781.639	622.529	3.473.930	3.473.930	2.185.272		
Superávit/ (déficit) do plano	(20.038.681)	(20.038.681)	(15.433.184)	(744.878)	(744.878)	(188.147)	(73.155)	(73.155)	(106.493)	(1.701.990)	(1.701.990)	(2.202.759)		
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (Risk Sharing)	10.019.340	10.019.340	7.716.592	372.439	372.439	94.074	35.578	35.578	53.247	850.995	850.995	1.101.380		
Ativo/ (passivo) líquido	(10.019.341)	(10.019.341)	(7.716.592)	(372.439)	(372.439)	(94.073)	(37.577)	(37.577)	(53.246)	(850.995)	(850.995)	(1.101.379)		

(I.8) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	Saúde CAIXA	Auxílio/ Cesta-alimentação	Assistidos EX-PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do anual fiscal 31/12/2024	918.107	185.293	8.221	5.434.768	561.897	52.047	243.284
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do anual fiscal 31/12/2025	853.672	170.877	7.581	5.115.804	528.515	48.716	238.925
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do anual fiscal 31/12/2026	792.892	157.366	6.963	4.811.336	497.011	45.529	234.956
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do anual fiscal 31/12/2027	753.138	144.702	6.369	4.520.899	467.113	42.518	230.100
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do anual fiscal 31/12/2028 ou posterior	8.770.402	1.275.810	47.925	51.429.250	5.466.258	665.984	4.228.655
Total	12.088.211	1.934.048	77.059	71.312.057	7.520.794	854.794	5.175.920
Duration do passivo atuarial na data-base de 31/12/2024	10,23 anos	7,81 anos	6,71 anos	9,44 anos	9,64 anos	11,09 anos	13,23 anos

(I.9) Custo de benefício definido reconhecido no resultado

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Custo do serviço corrente	(120.211)	(223.271)	(219.163)	-	-	-
Custo dos juros sobre VPO	(494.688)	(964.689)	(903.778)	(80.316)	(161.433)	(149.827)
Receita de juros sobre o ativo	-	-	-	-	(149.827)	(1.463.604)
(Despesa)/Receita reconhecida no resultado	(614.899)	(1.187.960)	(1.122.941)	(80.316)	(161.433)	(149.827)

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Custo do serviço corrente	(157.141)	(308.078)	(306.397)	(17.372)	(33.736)	(32.467)
Custo dos juros sobre VPO	129.095	275.869	260.108	15.061	29.222	25.313
Receita de juros sobre o ativo	(28.046)	(32.210)	(46.289)	(2.311)	(4.515)	(8.834)
(Despesa)/Receita reconhecida no resultado	(28.046)	(32.210)	(46.289)	(2.311)	(4.515)	(8.834)

(I.10) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes (PL)

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Saldo inicial	(1.627.418)	(2.168.096)	(691.970)	(702.514)	(5.719.015)	(6.059.618)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.182.804)	256.134	(133.297)	(58.233)	(139.794)	619.278
Efeitos fiscais	121.518	284.544	51.132	68.777	62.907	(278.675)
Saldo final	(2.688.704)	(1.627.418)	(774.135)	(691.970)	(5.795.902)	(5.719.015)

(I.11) Composição dos ativos dos planos

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são administrados diretamente pela CAIXA e não possuem ativos. Os ativos do plano de benefício Assistidos PREVHAB são compostos, exclusivamente, por aplicações financeiras em renda fixa.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Renda fixa	37.400.390	31.038.505	5.222.991	4.159.474	580.713	430.970
Renda variável	7.818.991	12.594.552	893.156	1.604.814	135.777	150.572
Investimentos estruturados	352.763	379.408	61.501	62.304	4.490	5.309
Investimentos imobiliários	4.455.119	4.588.855	514.214	521.774	31.208	17.127
Operações com participantes	1.246.113	1.210.330	84.054	74.357	20.610	18.551
Investimentos no exterior	-	-	-	-	8.841	-
Total	51.273.376	49.811.650	6.775.916	6.422.723	781.639	622.529

(I.12) Imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Imóveis - Locados à CAIXA	319.361	339.786	34.199	36.386	4.229	4.500
Total	319.361	339.786	34.199	36.386	4.229	4.500

A FUNCEF não possui em seus ativos, instrumentos financeiros de emissão da CAIXA (CPC33 (R1), item 143).

(I.13) (Despesas)/ Receitas e Pagamentos esperados para o próximo semestre

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	30/06/2024	30/06/2024	30/06/2024	30/06/2024	30/06/2024	30/06/2024
Custo do serviço corrente	(123.240)	-	(77.598)	2.904.744	313.854	-
Custo de juros sobre o VPO	(493.652)	-	-	(2.104.392)	(282.495)	(32.648)
Receita de juros sobre os ativos do plano	-	-	-	-	-	(145.905)
Juros sobre o teto do ativo	-	-	-	(400.176)	(15.679)	2.618
Juros sobre o efeito do Risk Sharing	-	-	-	-	-	(39.759)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período	(616.892)	(77.598)	(77.598)	400.176	15.680	5.236

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	30/06/2024	30/06/2024	30/06/2024	30/06/2024	30/06/2024	30/06/2024
Benefícios	459.054	92.646	-	-	-	-
Contribuições de risco	-	-	-	-	6.014	5.214
Contribuições extraordinárias	-	-	-	-	24.763	351
Contribuições de equacionamento	-	-	-	567.734	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	459.054	92.646	567.734	30.777	5.565	67.673

(I.14) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Descrição	Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)					
	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Aging Factor	
	+ 1 ano na idade	- 1 ano na idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 1%	- 1%
Saúde CAIXA						
Custo de juros	(507.062)	(480.684)	(496.117)	(491.009)	(517.991)	(473.559)
Valor presente da obrigação	(12.417.331)	(11.769.955)	(11.811.976)	(12.376.887)	(12.678.917)	(11.601.302)
Auxílio/Cesta-alimentação						
Custo de juros	(75.336)	(79.143)	(78.431)	(76.728)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(1.880.393)	(1.987.327)	(1.900.214)	(1.969.067)	Não aplicável	Não aplicável
EX-PREVHAB						
Custo de juros	(3.140)	(2.992)	(3.032)	(3.103)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(74.949)	(78.955)	(75.761)	(78.400)	Não aplicável	Não aplicável
REG/REPLAN saldado						
Custo de juros	(2.946.099)	(2.861.319)	(2.888.582)	(2.919.060)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(69.903.572)	(72.810.153)	(69.717.452)	(73.096.785)	Não aplicável	Não aplicável
REG/REPLAN não saldado						
Custo de juros	(317.804)	(309.612)	(312.087)	(315.446)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(7.375.170)	(7.663.533)	(7.342.909)	(7.706.777)	Não aplicável	Não aplicável
REB						
Custo de juros	(36.272)	(34.393)	(35.421)	(35.073)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(834.691)	(863.131)	(826.289)	(884.991)	Não aplicável	Não aplicável
Novo Plano						
Custo de juros	(221.686)	(229.264)	(222.370)	(228.877)	Não aplicável	Não aplicável
Valor presente da obrigação	(5.138.350)	(5.216.351)	(4.952.510)	(5.421.729)	Não aplicável	Não aplicável

(J) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
REB	25.797	53.175	67.263
Novo Plano	606.792	1.236.916	1.154.500
Total	632.589	1.290.091	1.221.763

(K) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
	2º semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Causas judiciais (1)	217	523	19.380
Total	217	523	19.380

(1) Em 2023, houve mudança na metodologia de repasses judiciais à FUNCEF.

Nota 22 – Outros passivos

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Relações Interfinanceiras e Interdependências	13.669.646	12.134.100	13.669.646	12.134.100
Cretores por recursos a liberar	7.196.583	5.063.290	7.196.583	5.063.290
Cretores diversos - país	6.322.522	6.223.176	6.322.152	6.237.969
Sociais e estatutárias	4.064.976	2.581.708	4.295.833	2.707.150
Provisão para pagamentos a efetuar	4.005.806	3.605.697	4.027.470	3.665.848
Valores a pagar a sociedades ligadas	598.430	624.161	598.430	624.161
Prestação de serviços de pagamentos	455.544	444.423	455.544	444.423
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	286.580	299.581	286.580	299.581
Obrigações diversas	493.469	409.375	493.469	409.374
Total	37.093.556	31.385.511	37.350.707	31.585.896
Passivo circulante	37.093.556	31.385.511	37.350.707	31.585.896
Passivo não circulante	-	-	-	-

Nota 23 – Patrimônio líquido

(a) Reconciliação do Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL x CONSOLIDADO

Discriminação	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL	93.220.539	84.813.538		
IHCD – Elegíveis a Capital	33.047.743	35.548.171		
Participação dos não controladores	2.206.978	2.245.965		
Patrimônio Líquido – CONSOLIDADO	128.475.260	122.607.674		

Nas demonstrações contábeis individuais, os instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pelo Acordo de Basileia

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência e da apuração dos níveis de capital para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta, em 31/12/2023, Índice de Basileia (PR/RWA) igual a 16,68 % (31/12/2022 – 18,41%) (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil, que é de 11,5%.

(c) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas pelo resultado da administração das loterias federais que couberem



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



CONSOLIDADO			
Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Serviços de Governo	4.800.107	9.277.994	9.036.844
Administração e fomento de entidades e programas	3.993.697	7.643.879	7.321.472
FGTS	1.442.490	2.884.929	2.701.549
Loterias	1.435.781	2.569.022	2.539.249
FIES	209.370	428.477	443.290
Minha Casa Minha Vida	149.727	310.188	354.085
Programa Saneamento	280.224	506.960	301.515
Outras entidades e programas	476.105	944.303	981.784
Transferência de Benefícios	612.916	1.250.655	1.330.979
Garantias prestadas - Agente operador	193.494	383.460	384.393
Conta corrente e tarifas bancárias	1.956.534	3.850.072	3.823.217
Convênio e cobrança	1.102.880	2.269.145	2.434.449
Cartões de débito e crédito	1.399.658	2.729.913	2.578.237
Operações de crédito	1.308.699	2.490.462	2.300.641
Fundos de investimento	1.213.298	2.380.287	2.545.299
Seguros, capitalização, previdência e consórcios	1.360.433	2.602.975	2.212.283
Outros	122.241	207.278	175.538
Total	13.263.850	25.808.126	25.106.508

Nota 25 – Despesas de pessoal

INDIVIDUAL			
Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Salários	(8.270.534)	(16.311.981)	(15.318.551)
Benefícios	(2.472.875)	(4.419.886)	(3.554.956)
Indenizações trabalhistas	(109.353)	(211.831)	(183.011)
Outros	(51.724)	(87.358)	(79.778)
Encargos sociais	(3.446.189)	(6.778.504)	(6.304.685)
Previdência social	(1.968.546)	(3.859.835)	(3.566.025)
FGTS	(657.316)	(1.288.029)	(1.213.393)
Previdência complementar	(616.253)	(1.231.631)	(1.115.044)
Outros encargos	(204.074)	(399.009)	(410.223)
Total	(14.350.675)	(27.809.560)	(25.440.981)

CONSOLIDADO			
Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Salários	(8.336.211)	(16.446.947)	(15.440.423)
Benefícios	(2.645.130)	(4.741.122)	(3.804.126)
Indenizações trabalhistas	(109.353)	(211.831)	(183.011)
Outros	(52.709)	(88.919)	(86.375)
Encargos sociais	(3.474.218)	(6.834.002)	(6.348.648)
Previdência social	(1.984.433)	(3.890.960)	(3.588.617)
FGTS	(662.389)	(1.298.385)	(1.222.597)
Previdência complementar	(621.841)	(1.242.644)	(1.124.572)
Outros encargos	(205.555)	(402.013)	(412.862)
Total	(14.617.621)	(28.322.821)	(25.862.583)

Nota 26 – Outras despesas administrativas

INDIVIDUAL			
Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Aluguéis e arrendamento de bens	(1.174.193)	(2.342.508)	(2.167.685)
Processamento de dados	(1.223.913)	(2.289.463)	(2.137.821)
Amortização / Impairment	(598.310)	(1.105.494)	(987.402)
Serviços de terceiros	(559.472)	(1.009.700)	(964.234)
Manutenção e conservação de bens	(509.022)	(960.605)	(1.052.991)
Serviços de vigilância e segurança	(488.500)	(871.774)	(902.685)
Depreciação / Impairment	(427.280)	(867.020)	(922.169)
Serviços especializados	(405.740)	(745.010)	(654.864)
Serviços de transporte	(304.414)	(606.112)	(728.660)
Serviços do sistema financeiro	(347.810)	(549.589)	(396.494)
Água e energia	(253.393)	(510.365)	(525.377)
Comunicações	(295.867)	(503.150)	(451.314)
Propaganda e publicidade	(102.089)	(162.659)	(222.098)
Material	(70.563)	(130.210)	(101.736)
Promoções e relações públicas	(60.982)	(74.549)	(59.975)
Outras	(175.893)	(311.685)	(319.066)
Total	(6.997.441)	(13.039.893)	(12.594.571)

CONSOLIDADO			
Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Aluguéis e arrendamento de bens	(1.174.232)	(2.342.547)	(2.171.947)
Processamento de dados	(1.230.699)	(2.304.446)	(2.139.606)
Amortização / Impairment	(598.310)	(1.105.494)	(987.402)
Serviços de terceiros	(559.472)	(1.009.700)	(964.789)
Manutenção e conservação de bens	(509.022)	(960.690)	(1.054.566)
Serviços de vigilância e segurança	(488.500)	(871.774)	(902.829)
Depreciação / Impairment	(427.271)	(867.017)	(922.181)
Serviços especializados	(406.750)	(748.227)	(661.447)
Serviços de transporte	(304.414)	(606.112)	(728.665)
Serviços do sistema financeiro	(348.138)	(550.699)	(398.316)
Água e energia	(253.393)	(510.365)	(525.442)
Comunicações	(295.885)	(503.187)	(451.314)
Propaganda e publicidade	(102.136)	(162.706)	(222.098)
Material	(70.571)	(130.230)	(101.746)
Promoções e relações públicas	(60.994)	(74.563)	(59.978)
Outras	(223.814)	(404.818)	(405.802)
Total	(7.053.601)	(13.152.575)	(12.698.128)

Nota 27 – Despesas tributárias

INDIVIDUAL			
Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
COFINS	(1.428.837)	(2.765.657)	(2.657.990)
ISS	(454.253)	(841.523)	(689.263)
PIS/PASEP	(232.271)	(449.526)	(428.789)
IPTU	(6.843)	(91.203)	(85.755)
Outras	(7.591)	(42.263)	(38.316)
Total	(2.129.795)	(4.190.172)	(3.900.113)

CONSOLIDADO			
Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
COFINS	(1.558.567)	(3.016.154)	(2.880.541)
ISS	(504.955)	(938.312)	(774.372)
PIS/PASEP	(257.995)	(499.046)	(472.267)
IPTU	(6.843)	(91.203)	(85.755)
Outras	(8.619)	(44.302)	(39.391)
Total	(2.336.979)	(4.589.017)	(4.252.326)

Nota 28 – Outras receitas operacionais

INDIVIDUAL			
Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de despesas (1)	2.974.871	3.851.476	2.321.401
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (2)	1.419.768	2.612.255	2.146.974
Atualização monetária sobre operações diversas	1.496.453	2.291.773	1.245.695
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS (3)	998.245	1.954.431	2.179.022
Recuperação de perdas operacionais	212.856	548.566	300.640
Direito de uso - Rede CAIXA	194.831	389.662	389.662
Créditos específicos	71.796	154.092	140.966
Cartão de crédito	70.817	143.853	184.763
Comissões e taxas sobre operações	47.660	68.274	33.407
Deságio na aquisição de royalties	8.265	16.531	52.163
Crédito comercial	7.663	14.446	9.739
Desreconhecimento de obrigações passivas (4)	-	-	2.155.047
Outras	126.938	246.217	427.387
Total	7.630.163	12.291.576	11.586.866

CONSOLIDADO			
Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de despesas (1)	2.952.832	3.806.094	2.280.594
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (2)	1.419.768	2.612.255	2.146.974
Atualização monetária sobre operações diversas	1.502.604	2.253.145	1.266.663
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS (3)	998.245	1.954.431	2.179.022
Recuperação de perdas operacionais	212.856	548.566	300.640
Direito de uso - Rede CAIXA	194.831	389.662	389.662
Créditos específicos	71.796	154.092	140.966
Cartão de crédito	70.817	143.853	184.763
Comissões e taxas sobre operações	126.299	225.524	175.055
Deságio na aquisição de royalties	8.265	16.531	52.163
Crédito comercial	7.663	14.446	9.739
Desreconhecimento de obrigações passivas (4)	-	-	1.505.251
Outras	105.085	128.922	190.831
Total	7.671.061	12.247.521	10.822.323

(1) Inclui receita de recuperação de despesas com FGTS no montante de R\$ 1.729.913 relativa a devolução de valores pelo agente operador FGTS em razão da reapuração da taxa média das operações do passivo.

(2) Variação decorrente da atualização monetária sobre a recuperação de despesas com FGTS no montante de R\$ 522.809, e da liquidação de contratos do FGO no montante de R\$ 52.470.

(3) Para as operações de crédito habitacional pessoa física com subsídios do FGTS, a CAIXA reconhece as receitas até o limite dos custos relacionados a cada contrato. Em 2023 os custos foram de R\$ 9.241,72 reais (R\$ 7.271,91 diretos e R\$ 1.969,81 indiretos), totalizando 282.659 contratações no exercício de 2023.

(4) Contempla o evento relativo ao contrato de IHCD nº 504/PGFN/CAF, liquidado em 17/10/2022.

Nota 29 – Outras despesas operacionais

INDIVIDUAL			
Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lotéricos e parceiros comerciais	(2.097.899)	(4.151.768)	(4.208.963)
Benefício pós-emprego	(1.101.029)	(2.047.465)	(2.094.800)
Perdas de risco operacional	(660.381)	(1.449.344)	(1.197.399)
Obrigações com fundos e programas (1)	(1.080.966)	(1.387.591)	(465.162)
Cartão de crédito	(574.216)	(1.079.424)	(1.014.051)
Financiamento imobiliário	(526.385)	(1.063.537)	(1.198.008)
Benefícios sociais	(416.414)	(959.108)	(752.415)
Imóveis adjudicados e arrematados (2)	(505.155)	(928.328)	(272.961)
Alavancagem de negócios	(407.858)	(759.039)	(669.930)
Serviços automatizados	(290.274)	(582.616)	(574.576)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(257.665)	(536.382)	(589.516)
Loterias	(209.467)	(448.024)	(386.461)
Descontos em operações de crédito	(187.109)	(318.778)	(554.451)
FGTS – arrecadação/pagamento	(144.336)	(266.656)	(250.293)
FCVS a receber - provisão/perdas	(23.802)	(213.015)	(405.995)
Outras	(389.703)	(832.407)	(854.275)
Total	(8.872.659)	(17.023.482)	(15.489.256)

CONSOLIDADO			
Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lotéricos e parceiros comerciais	(2.097.899)	(4.151.768)	(4.208.963)
Benefício pós-emprego	(1.101.029)	(2.047.465)	(2.094.800)
Perdas de risco operacional	(660.381)	(1.449.344)	(1.197.399)
Obrigações com fundos e programas (1)	(1.080.966)	(1.387.591)	(465.162)
Cartão de crédito	(574.216)	(1.079.424)	(1.014.681)
Financiamento imobiliário	(526.385)	(1.063.537)	(1.198.008)
Benefícios sociais	(416.414)	(959.108)	(752.415)
Imóveis adjudicados e arrematados (2)	(505.155)	(928.328)	(272.961)
Alavancagem de negócios	(407.858)	(759.039)	(669.930)
Serviços automatizados	(290.274)	(582.616)	(574.576)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(257.665)	(536.382)	(589.516)
Loterias	(209.467)	(448.024)	(386.461)
Descontos em operações de crédito	(187.109)	(318.778)	(554.451)
FGTS – arrecadação/pagamento	(144.336)	(266.656)	(250.293)
FCVS a receber - provisão/perdas	(23.802)	(213.015)	(405.995)
Outras	(389.922)	(830.063)	(867.715)
Total	(8.872.878)	(17.021.160)	(15.503.326)

(1) Inclui o montante de R\$ 720.150 decorrente de baixas de honras e demais encargos em virtude da saída da CAIXA como colista do fundo FGO (Nota 7 (d)).

(2) Variação decorrente das despesas de diferencial entre o valor da dívida e o valor de avaliação apurados para os imóveis adjudicados e arrematados, financiados pelo SFH.

Nota 30 – Constituição e reversão de provisões

INDIVIDUAL/ CONSOLIDADO			
Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Contingências Judiciais	(2.670.609)	(5.277.929)	(4.181.553)
Trabalhistas	(1.618.032)	(3.278.709)	(2.517.592)
Cíveis	(975.146)	(1.873.391)	(1.437.257)
Fiscais	(77.431)	(125.829)	(226.704)
Impairment valores a receber (1)	(3.863.969)	(3.863.969)	-
Fundo de compensação de variações salariais – FCVS	(220.000)	(1.078.513)	(873.709)
Pré-pagamento – FGTS	(120.347)	(167.783)	(140.183)
Taxa Performance das carteiras adquiridas	(67.647)	(124.705)	(144.015)
Garantias financeiras prestadas	(17.043)	(30.254)	11.732
Outras (2)	(184.595)	243.700	(75.546)
Total	(7.144.210)	(10.299.453)	(5.403.274)



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Descrição	31/12/2023							31/12/2022				
	Controladora	Controlada (1)	Controlada em conjunto (2)	Coligada (3)	Pessoal chave da administração	Outras entidades (4)	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal chave da administração	Outras entidades
ATIVO:	264.905.417	2.400.292	1.794.798	142.497	1.027.537	36.521.142	222.205.980	1.774.705	2.280.327	33.437	32.064	38.298.957
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.794.780	-	-	-	-	-	2.255.048	-	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	-	15.036	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários (5)	262.101.501	1.017.521	-	-	-	1.271.216	219.345.228	849.285	-	-	-	2.238.880
Rendas a receber	600.645	1.358.422	-	84.039	-	186.307	789.503	889.594	25.272	33.430	-	182.039
Carteira de crédito (6)	63	-	-	-	528.966	2.795.369	3.948	-	-	-	587.822	3.442.070
Provisões para operações de crédito	-	-	-	-	496.780	(839)	-	-	-	-	(557.483)	(29.182)
Outros créditos (7)	2.203.208	24.349	18	58.458	1.774	41.671.600	2.067.301	35.826	7	7	1.754	40.963.733
Provisões para outros créditos (8)	-	-	-	-	17	(9.417.547)	-	-	-	-	(29)	(8.498.583)
Outros investimentos, valores e bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO:	45.636.508	350	218.532	86.345	25.615	642.276.331	47.945.411	1.287	297.143	105.874	37.929	563.362.964
Depósitos à vista e poupança	364.053	350	34.837	86.345	10.337	3.575.190	687.146	1.287	6.153	105.874	27.166	4.042.890
Depósitos a prazo e letras	1.266.900	-	97.349	-	15.278	13.492.997	279.171	-	-	-	10.763	7.408.117
Depósitos especiais de fundos e programas (9)	395.568	-	-	-	-	29.290.195	313.119	-	-	-	-	15.076.343
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (10)	35.085.061	-	-	-	-	146.748.912	37.181.277	-	-	-	-	138.790.032
Repasses do país - instituições oficiais (11)	13.674	-	-	-	-	433.480.389	13.513	-	-	-	-	383.651.149
Recursos para destinação específica (12)	1.751.718	-	-	-	-	12.023.487	3.274.686	-	-	-	-	11.369.419
Obrigações fiscais e previdenciárias (13)	6.215.075	-	-	-	-	-	5.778.565	-	-	-	-	-
Obrigações diversas (14)	415.154	-	86.346	-	-	1.678.905	408.653	-	290.990	-	-	1.483.328
Outros passivos financeiros (15)	129.305	-	-	-	-	1.986.263	9.281	-	-	-	-	1.541.686
Garantias recebidas (16)	110.202	-	-	-	293.010	3.468.572	18.281	-	-	-	298.960	6.513.870
Garantias prestadas (17)	-	-	-	-	-	30.941.504	-	-	-	-	-	30.308.835

- (1) Referem-se principalmente a créditos a receber das controladas Caixa Cartões, Loterias, Seguridade e Ascat.
(2) O saldo apresentado para o período é composto principalmente por contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicas com a TecBan e por transações com a Elo Serviços.
(3) Referem-se principalmente às transações com as investidas do grupo Caixa Seguridade.
(4) Referem-se principalmente ao FGTS, FCVS, BNDES, FAT, FGS, FIES, Fundos de investimento e Fundo Marinha Mercante.
(5) A representação do saldo de títulos e valores mobiliários em controladora se refere a títulos públicos federais, conforme Nota 7(a). A composição do saldo em outras entidades corresponde em maior parte às cotas de fundos registrados a valor justo (FGI, FGHAB e FGO), reclassificados para títulos e valores mobiliários, conforme Resolução CMN nº 4.817/2020.
(6) O valor em outras entidades refere-se principalmente a operações de crédito com a Eletrobrás.
(7) Os valores representados para a data-base 31/12/2022 referem-se a haveres da União (controladora) e a valores a serem ressarcidos pelo FGTS e FCVS (outras entidades), conforme Notas 10(b) e 14(a).
(8) A representação em outras entidades, data-base 31/12/2022, equivale à provisão para perdas com o FCVS, conforme Nota 10(c), FGTS e FAR.
(9) A representação ocorrida em outras entidades refere-se aos depósitos especiais de fundos e programas, com destaque para as variações no FGTS, FIES, FDS, FGS, FAR e FIPEM, conforme Nota 15(b).
(10) O saldo apresentado em controladora trata-se de IHCD, conforme Nota 17(a). O saldo em outras entidades é formado em sua maioria por captações no mercado aberto, em operações compromissadas com fundos de investimento.
(11) Em outras entidades, o saldo apresentado do período decorre de empréstimos e repasses do FGTS, BNDES e outras instituições, conforme Nota 16(a).
(12) A variação em controladora refere-se à descontinuação dos programas e benefícios associados à pandemia de COVID-19. O saldo em outras entidades refere-se principalmente a obrigações com remuneração do agente financeiro em operações habitacionais.
(13) A apresentação do saldo comparativo em controladora trata-se de obrigações fiscais e previdenciárias com a União, conforme Nota 20.
(14) Em controladora, o saldo é composto por obrigações sobre o programa Bolsa Família e em outras entidades, conforme reapresentação, é formado por provisões para pré-pagamento do FGTS (Nota 19(a)).
(15) Em outras entidades o saldo apresentado é constituído por recursos do FGTS, FAR, FDS e FAT para amortização de contratos em programas habitacionais e por recursos para destinação específica, relacionados à remuneração desses Fundos, conforme Nota 18(b).
(16) Referem-se principalmente a operações garantidas pelo governo, notas promissórias, penhor e garantias fidejussórias.
(17) Refere-se à garantia financeira prestada pela CAIXA às operações de crédito com recursos do FGTS (cobrigação), FIES e FAR, conforme Nota 19(a).

Descrição	31/12/2023					31/12/2022				
	Controladora	Controlada em conjunto (1)	Coligada (2)	Pessoal chave da administração	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal chave da administração	Outras entidades
ATIVO:	264.905.417	1.794.798	277.430	1.027.537	37.371.973	222.205.980	2.280.327	211.158	32.064	38.298.957
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.794.780	-	-	-	-	2.255.048	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	15.036	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários (4)	262.101.501	-	-	-	2.076.590	219.345.228	-	-	-	2.238.880
Rendas a receber	600.645	-	218.972	-	186.319	789.503	25.272	-	-	182.039
Carteira de crédito (5)	63	-	-	528.966	2.795.369	3.948	-	211.151	587.822	3.442.070
Provisões para operações de crédito	-	-	-	496.780	(839)	-	-	-	(557.483)	(29.182)
Outros créditos (6)	2.203.208	18	58.458	1.774	41.717.045	2.067.301	7	7	1.754	40.963.733
Provisões para outros créditos (7)	-	-	-	17	(9.417.547)	-	-	-	(29)	(8.498.583)
Outros investimentos, valores e bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO:	45.636.508	218.532	86.345	25.615	642.333.792	47.945.411	297.143	105.874	37.929	563.362.964
Depósitos à vista e poupança	364.053	34.837	86.345	10.337	3.575.190	687.146	6.153	105.874	27.166	4.042.890
Depósitos a prazo e letras	1.266.900	97.349	-	15.278	13.492.997	279.171	-	-	10.763	7.408.117
Depósitos especiais de fundos e programas (8)	395.568	-	-	-	29.347.649	313.119	-	-	-	15.076.343
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (9)	35.085.061	-	-	-	146.748.912	37.181.277	-	-	-	138.790.032
Repasses do país - instituições oficiais (10)	13.674	-	-	-	433.480.389	13.513	-	-	-	383.651.149
Recursos para destinação específica (11)	1.751.718	-	-	-	12.023.487	3.274.686	-	-	-	11.369.419
Obrigações fiscais e previdenciárias (12)	6.215.075	-	-	-	-	5.778.565	-	-	-	-
Obrigações diversas (13)	415.154	86.346	-	-	1.678.905	408.653	290.990	-	-	1.483.328
Outros passivos financeiros (14)	129.305	-	-	-	1.986.263	9.281	-	-	-	1.541.686
Garantias recebidas (15)	110.202	-	-	293.010	3.468.572	18.281	-	-	298.960	6.513.870
Garantias prestadas (16)	-	-	-	-	30.941.504	-	-	-	-	30.308.835

- (1) O saldo apresentado para o período comparativo é composto principalmente por contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicas com a TecBan e por transações com a Elo Serviços.
(2) Referem-se principalmente às transações com as investidas do grupo Caixa Seguridade.
(3) Referem-se principalmente ao FGTS, FCVS, BNDES, FAT, FGS, FIES, Fundos de investimento e Fundo Marinha Mercante.
(4) A apresentação do saldo de títulos e valores mobiliários em controladora se refere a títulos públicos federais, conforme Nota 7(a). A composição do saldo em outras entidades corresponde em maior parte às cotas de fundos registrados a valor justo (FGI, FGHAB e FGO), reclassificados para títulos e valores mobiliários, conforme Resolução CMN nº 4.817/2020.
(5) O valor em outras entidades refere-se principalmente a operações de crédito com a Eletrobrás.
(6) Os valores apresentados referem-se a haveres da União (controladora) e a valores a serem ressarcidos pelo FGTS e FCVS (outras entidades), conforme Notas 10(b) e 14(a).
(7) A representação em outras entidades, data-base 31/12/2022, equivale à provisão para perdas com o FCVS, conforme Nota 10(c), FGTS e FAR.
(8) A representação ocorrida em outras entidades refere-se aos depósitos especiais de fundos e programas, com destaque para as variações no FGTS, FIES, FDS, FGS, FAR e FIPEM, conforme Nota 15(b).
(9) O saldo apresentado em controladora trata-se de IHCD, conforme Nota 17(a). O saldo em outras entidades é formado em sua maioria por captações no mercado aberto, em operações compromissadas com fundos de investimento.
(10) Em outras entidades, o saldo apresentado do período decorre de empréstimos e repasses do FGTS, BNDES e outras instituições, conforme Nota 16(a).
(11) A variação em controladora refere-se à descontinuação dos programas e benefícios associados à pandemia de COVID-19. O saldo em outras entidades refere-se principalmente a obrigações com remuneração do agente financeiro em operações habitacionais.
(12) A apresentação do saldo comparativo em controladora trata-se de obrigações fiscais e previdenciárias com a União, conforme Nota 20.
(13) Em controladora, o saldo é composto principalmente por obrigações sobre o programa Bolsa Família (Nota 19(a)).
(14) Em outras entidades o saldo apresentado é constituído por recursos do FGTS, FAR, FDS e FAT para amortização de contratos em programas habitacionais e por recursos para destinação específica, relacionados à remuneração desses Fundos, conforme Nota 18(b).
(15) Referem-se principalmente a operações garantidas pelo governo, notas promissórias, penhor e garantias fidejussórias.
(16) Refere-se à garantia financeira prestada pela CAIXA às operações de crédito com recursos do FGTS (cobrigação), FIES e FAR, conforme Nota 19(a).

Descrição	INDIVIDUAL				
	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS			1.547.776	22.101	455.318
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	-	-	-	1.183.570
Rendas com prestação de serviços (5)	631.583	62	454.524	398.280	2.479.662
Rendas com administração de fundos de investimento (6)	-	-	-	-	188.210
Outras receitas operacionais (7)	916.193	22.039	794	-	6.429.189
DESPESAS			(1.666.845)	(66.556)	(293.476)
Despesas de emissões de títulos e valores mobiliários (8)	(1.273.238)	(66.556)	(10.684)	(20.254)	(544.035)
Pessoal (9)	-	-	-	-	(616.253)
Administrativas (10)	-	-	-	-	(9.845)
Outras despesas operacionais (11)	(393.607)	-	(282.792)	(20.254)	(16.255.903)

Descrição	INDIVIDUAL				
	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	2.732.609	66.347	880.182	765.689	16.939.415
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	-	-	-	1.183.570
Rendas com prestação de serviços (5)	1.244.175	166	878.036	765.689	4.955.046
Rendas com administração de fundos de investimento (6)	-	-	-	-	362.403
Outras receitas operacionais (7)	1.488.434	66.181	2.146	-	10.438.396
DESPESAS	(2.953.813)	(240.189)	(969.143)	(33.109)	(36.051.016)
Despesas de emissões de títulos e valores mobiliários (8)	(2.038.328)	(240.189)	(27.455)	-	(790.671)
Pessoal (9)	-	-	-	-	(1.231.631)
Administrativas (10)	-	-	-	-	(39.306)
Outras despesas operacionais (11)	(915.485)	-	(941.688)	(33.109)	(33.989.408)

- (1) O saldo é composto principalmente por contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicas com a TecBan e por transações com a Elo Serviços.
(2) Referem-se principalmente às transações com coligadas do grupo Caixa Seguridade.
(3) Referem-se principalmente ao FGTS, FCVS, BNDES, FAT, FGS, FIES, Fundos de investimento e Fundo Marinha Mercante.
(4) Em outras entidades, o saldo apresentado trata-se de rendas de ajuste de posição do derivativo FGTS, conforme Nota 8(d).
(5) O montante em controladora refere-se à renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasses do OGU. Em outras entidades, trata-se de rendas com prestação de serviços e tarifas sobre FGTS, FIES, fundos de investimentos e outras entidades e programas governamentais, representados na Nota 24.
(6) O resultado em outras entidades decorre da receita com fundos de investimento administrados pela CAIXA.
(7) O resultado em outras entidades decorre principalmente de rendas de juros sobre valores a receber do FCVS em contratos habitacionais e comissões e taxas do agente financeiro FGTS, demonstrados na Nota 28.
(8) A variação em controladora trata-se de despesas com juros remuneratórios e atualização monetária dos IHCD. A variação em outras entidades refere-se a operações com o FDS, FGS e FAR.
(9) Despesas de previdência complementar com a Funcef. Os ativos e passivos atuariais com essa entidade são apresentados semestralmente na nota explicativa de Benefícios a empregados (Nota 21).
(10) Refere-se a despesas de aluguel com a Funcef.
(11) Em outras entidades, há destaque para despesas com operações de repasses ao FGTS, BNDES e outros, conforme Nota 16(b).

Descrição	CONSOLIDADO				
	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS			1.547.776	455.318	476.918
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	-	-	-	1.183.570
Rendas com prestação de serviços (5)	631.583	62	454.524	476.918	3.008.717
Rendas com administração de fundos de investimento (6)	-	-	-	-	188.210
Outras receitas operacionais (7)	916.193	22.039	794	-	6.472.122
DESPESAS			(1.666.800)	(293.476)	(20.254)
Despesas de emissões de títulos e valores mobiliários (8)	(1.273.238)	(66.556)	(10.684)	(20.254)	(544.035)
Pessoal (9)	-	-	-	-	(621.841)
Administrativas (10)	-	-	-	-	(9.845)
Outras despesas operacionais (11)	(393.562)	-	(282.792)	(20.254)	(16.590.205)

Descrição	CONSOLIDADO				
	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	2.732.609	66.347	880.182	921.195	17.511.403
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	-	-	-	1.183.570
Rendas com prestação de serviços (5)	1.244.175	166	878.036	921.195	5.484.101
Rendas com administração de fundos de investimento (6)	-	-	-	-	362.403
Outras receitas operacionais (7)	1.488.434	66.181	2.146	-	10.481.329
DESPESAS	(2.953.768)	(240.189)	(969.143)	(33.109)	(36.396.332)
Despesas de emissões de títulos e valores mobiliários (8)	(2.038.328)	(240.189)	(27.455)	-	(790.671)
Pessoal (9)	-	-	-	-	(1.242.644)
Administrativas (10)	-	-	-	-	(39.306)
Outras despesas operacionais (11)	(915.440)	-	(941.688)	(33.109)	(34.323.711)

- (1) O saldo é composto principalmente por contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicas com a TecBan e por transações com a Elo Serviços.
(2) Referem-se principalmente às transações com coligadas do grupo Caixa Seguridade.
(3) Referem-se principalmente ao FGTS, FCVS, BNDES, FAT, FGS, FIES, Fundos de investimento e Fundo Marinha Mercante.
(4) Em outras entidades, o saldo apresentado trata-se de rendas de ajuste de posição do derivativo FGTS, conforme Nota 8(d).
(5) O montante em controladora refere-se à renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasses



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF



(h) Média salarial (valores em R\$)

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	61.254	71.614	56.197	67.854
Salário médio	48.929	14.231	44.889	13.323
Menor salário	45.636	3.762	41.868	3.597
Benefícios	14.462	4.053	8.185	3.610

(i) Remuneração do pessoal chave da administração

O montante da remuneração global dos administradores, membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Risco e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da CAIXA é submetido anualmente pelo Conselho de Administração para aprovação da Assembleia Geral da CAIXA.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração são apresentados como segue:

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2023		2022	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Benefícios de curto prazo	19.349	40.969	50.879	
Proventos	13.900	24.973	24.169	
Diretoria	11.966	21.574	21.117	
Conselho de Administração	164	292	345	
Conselho Fiscal	100	197	195	
Comitê de Auditoria	930	1.681	1.708	
Comitê Independente de Risco	711	1.159	804	
Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração	29	70	-	
Remuneração variável	-	4.925	13.938	
Diretoria	-	4.925	13.938	
Benefícios	1.111	1.674	752	
Diretoria	1.111	1.674	752	
Treinamento	113	324	589	
Encargos sociais	4.225	9.073	11.431	
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	146	679	302	
Benefícios pós emprego	996	1.850	1.915	
Previdência complementar	996	1.850	1.915	

Os benefícios incluem auxílio alimentação, auxílio moradia e plano de saúde aos membros da diretoria.

No item Previdência Complementar, os benefícios pós-emprego são restritos aos membros da diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da CAIXA.

A CAIXA não possui remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo a seus funcionários e pessoal chave da administração.

Nota 33 – Gerenciamento de riscos e de capital

Na CAIXA, o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação de sua solvência, liquidez e rentabilidade.

O gerenciamento de riscos e de capital é realizado por estruturas dedicadas que abrangem sistemas, rotinas, procedimentos e modelos, e são responsáveis pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação à Alta Administração, visando suportar a tomada de decisão.

Em conformidade com a regulação vigente e às boas práticas de governança corporativa, as estruturas de riscos e de capital são compostas pelo Conselho de Administração – CA; pelo Comitê Independente de Risco – CORIS, que subsidia o CA na tomada de decisões nas questões relacionadas à gestão de riscos e de capital; pelo Conselho Diretor – CD; pela Vice-Presidência de Riscos – VICOR e pelo Diretor Executivo de Riscos – DECOR como *Chief Risk Officer* – CRO.

A Superintendência Nacional de Riscos Corporativos – SUCOR, subordinada à DECOR coordena as iniciativas de adequação da CAIXA ao Novo Acordo de Capitais de Basileia e é responsável por propor a política de gerenciamento de risco do conglomerado CAIXA, a política de gerenciamento de capital e de distribuição de resultados da CAIXA, bem como avaliar e emitir parecer para negócios e demais ações correlatas ao gerenciamento de riscos e capital do conglomerado.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A CAIXA mantém estruturas de gerenciamento de risco adequadas à natureza das operações e à complexidade de seus produtos, serviços, atividades e processos compatíveis à sua exposição a cada modalidade de risco.

Compõem as estruturas de gerenciamento de riscos os sistemas, rotinas, procedimentos e modelos que possibilitam a identificação, mensuração, monitoramento, controle, mitigação e comunicação dos riscos relevantes incorridos pela CAIXA, inclusive simulações em condições normais e de estresse.

A CAIXA adota postura prospectiva segundo os níveis de riscos que está disposta a assumir, constantes na Declaração de Apetite por Riscos – RAS. A identificação, avaliação e tomada de decisão quanto à mitigação, transferência ou assunção do risco tem atuação efetiva por parte do gestor responsável, e quando se tratar de exposição relevante, toda decisão tem a anuência dos colegiados pertinentes.

Os critérios para definir as exposições relevantes são aprovados pela governança e revisados com o objetivo de compreender suas fontes e identificar formas de reduzi-las ao estritamente necessário para a consecução dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A CAIXA estabelece, ainda, limites para cada categoria de risco visando preservar a sua solvência, liquidez, rentabilidade e estrutura de capital, observando as normas regulatórias, determinações do controlador e as boas práticas de mercado. Tais limites são ajustados periodicamente, considerando a estratégia e o ambiente de negócios, fatores macroeconômicos e a capacidade de cada subsidiária assumir riscos e suportar perdas.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito, conforme definição da Resolução CMN nº 4.557/2017, é entendido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco de tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.

O gerenciamento do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento, e sua gestão rigorosa e abrangente fornece estabilidade para os resultados financeiros, contribuindo na geração de valor e na consolidação da imagem de banco público sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

A CAIXA possui políticas, normas e procedimentos, os quais estabelecem as diretrizes básicas de atuação relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito e asseguram que a Instituição mantenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos.

As regras aplicáveis aos limites internos associados ao risco de crédito estão alinhadas ao tratamento prudencial brasileiro e às recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária e levam em consideração os elementos críticos associados aos processos, sistemas e pessoas que trazem impacto direto na execução do plano estratégico e nos resultados da Instituição, vinculando-se diretamente à Declaração de Apetite por Riscos – RAS e à Política de Gerenciamento de Risco do Conglomerado CAIXA.

Ademais, as regras e os limites de exposição a riscos vigentes são revisados regularmente, ou sempre que modificações nas condições macroeconômicas, nas condições do mercado financeiro, na estrutura de capital ou na estratégia da CAIXA possam trazer impactos significativos ao risco de crédito.

Assim, a diretriz estratégica de manter a qualidade da carteira de crédito sem comprometer sua expansão, alinhada às políticas de risco e de crédito, exige aprimoramento contínuo dos processos relacionados à estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

(c) Risco de mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado implementada na CAIXA estava aderente às determinações das Resoluções CMN nº 3.464/2007 e nº 4.388/2014. Com a publicação da Resolução CMN nº 4.557/2017 que revogou a Resolução CMN nº 3.464/2007, o gerenciamento de risco incorporou como premissa a visão prospectiva, com monitoramento contínuo e integrado dos riscos, considerando o apetite por risco e a importância sistêmica da instituição, a compatibilidade com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da instituição.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e a resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A área de riscos faz a proposta para a revisão da estrutura de apetite a riscos a demais limites e submete à aprovação das instâncias internas de governança de riscos e por fim para aprovação do Conselho de Administração da CAIXA. A comunicação das propostas de revisão dos limites tramita em sistema informatizado interno construído para essa finalidade.

Os resultados dos indicadores de risco de mercado e seus limites são acompanhados diariamente pela área de riscos, pela tesouraria e pela área de finanças responsável pela gestão de ativos e passivos.

(d) Risco de liquidez

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos em conformidade ao estabelecido na Resolução CMN nº 4.557/2017.

O risco de liquidez tem como objetivo demonstrar a liquidez da instituição. Os limites definidos para a gestão do risco de liquidez são acompanhados diariamente e, em caso de violação, o PCL pode ser acionado.

(e) Risco operacional

A Resolução CMN nº 4.557/2017 define o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, incluído nesta definição o risco legal associado à inadequação ou omissão em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional considera os fatores internos (pessoas, processos e sistemas) e externos que podem afetar adversamente a realização dos objetivos da CAIXA, e em caráter preventivo gera informações qualitativas associadas às perdas operacionais.

Essas informações estão armazenadas em banco de dados estruturado e hospedadas em servidor de grande porte. São apresentadas por meio de sistema corporativo e sua construção, manutenção e operacionalização estão documentadas em normativos internos.

A gestão do risco operacional integra também a gestão de crise, de segurança da informação e de continuidade dos negócios, atuando esta última frente em possíveis interrupções nos serviços e atividades, como elemento fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Além dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, também são considerados relevantes os riscos de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação; de crédito de contraparte; de concentração; de estratégia; de imagem/reputação; atuarial; e social, ambiental e climático.

(f) Riscos Social, Ambiental e Climático – RSAC

A Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital da CAIXA contempla a atualização estabelecida na Resolução CMN nº 4.943/2021 para os Riscos Social, Ambiental e Climático, anteriormente disciplinado como Risco Socioambiental através da Resolução CMN nº 4.327/2014.

A Resolução 4.943/2021 alterou a Resolução nº 4.557/2017, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações, e estabeleceu os riscos Social, Ambiental e Climático – RSAC como riscos relevantes.

O Risco Social avalia a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

No Risco Ambiental são verificadas as possibilidades de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O Risco Climático está dividido entre riscos físicos e de transição: a) Risco Climático de Transição – verifica-se possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono; b) Risco Climático Físico – é verificada a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

A exposição da CAIXA ao Risco Social, Ambiental e Climático é evidenciada por eventos categorizados e definidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, cujas regras estão internalizadas nos processos internos da CAIXA e em suas normas.

O gerenciamento desses riscos é melhor detalhado no Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas, documento público disponibilizado no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/riscos-socioambientais/Paginas/default.aspx>).

(g) Estrutura de gerenciamento de capital

A Resolução CMN nº 4.557/2017 define o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

A CAIXA reconhece que o gerenciamento de capital é parte integrante e fundamental para o atingimento dos objetivos estratégicos, e possui compreensão abrangente e integrada dos riscos que podem impactar o capital. Considera o seu Plano Estratégico, a Declaração de Apetite por Riscos e os riscos a que está sujeita na avaliação da suficiência de capital, por meio do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital – ICAAP e da elaboração de Plano de Capital para a avaliação por um horizonte mínimo de 3 anos.

Os limites mínimos de capital e regras de distribuição de resultado aderentes ao planejamento de capital da CAIXA são formalizados em documentos específicos, como a Declaração de Apetite por Riscos e outras normas internas, aprovadas periodicamente pelo Conselho de Administração da CAIXA.

A CAIXA prioriza fontes de capital com características (fonte de recurso, prazo e taxas) compatíveis com seus objetivos estratégicos e sua necessidade de capital, visando a otimização da sua estrutura de capital e de sua eficiência operacional.

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital – ICAAP está definido na Resolução CMN nº 4.557/2017, que dispõe sobre a Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital. Os procedimentos e parâmetros relativos ao ICAAP estão normatizados na Circular BCB nº 3.846/2017.

O ICAAP foi implementado na CAIXA em consonância com o disposto na regulamentação e é objeto de relatório anual, com data-base de 31 de dezembro, validado por unidade independente e aprovado pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração antes da disponibilização ao Bacen.

A CAIXA acompanha a suficiência do seu capital por meio da avaliação e mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de crédito da contraparte e o risco de concentração), mercado, operacional, e de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária; da avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes, considerando, no mínimo, os riscos de liquidez, estratégia, reputação e socioambiental; e, ainda, por meio da avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse.

A elaboração de cenários de estresse parte de uma discussão que visa identificar os eventos que poderiam caracterizar uma situação de estresse capaz de produzir efeitos significativos sobre a economia e sobre a CAIXA. Os eventos são selecionados com base tanto na expectativa de impactos que esses poderão ter sobre a economia e sobre o negócio da CAIXA, quanto na sua probabilidade de ocorrência.

O resultado do último ICAAP considerando o cenário de normalidade, realizado para data-base dezembro de 2022, apontou que a CAIXA dispõe de capital para fazer frente a todos os riscos materiais e margem de capital relevante, refletindo a capacidade de garantir a solidez patrimonial da instituição.

(h) Cálculo da exigência de capital regulamentar

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital consideram o Conglomerado Prudencial.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2
Patrimônio de Referência – PR	126.431.245	130.417.768		
Nível I	107.020.333	107.653.115		
Capital Principal – CP	105.307.092	105.939.874		
Patrimônio líquido prudencial (1)	126.458.588	120.533.655		
Ajustes prudenciais	(21.151.496)	(14.593.781)		
Capital Complementar – CC	1.713.241	1.713.241		
Nível II	19.410.912	22.764.653		
Ativos ponderados pelo risco – RWA	757.921.788	708.468.784		
Risco de crédito – RWACPAD	668.681.422	626.131.534		
Risco de mercado – RWAMPAD	13.748.115	6.606.646		
Risco operacional – RWAOPAD	75.492.251	75.730.604		
Adicional de Capital Principal - ACP	26.527.263	24.796.407		
Patrim. de Referência Mínimo Requerido - PRMR (RWA*Fator F) + ACP	87.161.006	81.473.910		
Risco de mercado – carteira de não negociação - RBAN	2.400.587	284.995		
Margem de capital (PR - PRMR - RBAN)	36.869.652	48.658.864		
Índice de capital principal (CP / RWA)	13,89%	14,95%		
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	14,12%	15,20%		
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,68%	18,41%		
Fator F	8,00%	8,00%		

(1) Patrimônio Líquido considera os instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.955/2021.

(i) Análise de sensibilidade das posições relevantes

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tomam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Os instrumentos objeto da análise de sensibilidade são aqueles avaliados pelo valor justo, no caso de instrumentos da carteira TVM classificados nas categorias I – Para negociação e II – Disponíveis para venda, conforme categorização da Circular BCB nº 3.068/2001, além dos derivativos financeiros que são avaliados ao valor de mercado conforme Circular BCB nº 3.082/2002.

As flutuações nas taxas de juros, nas taxas cambiais, de preços de ações e preços de mercadorias podem trazer incertezas futuras aos preços dos ativos afetados a esses fatores de risco contabilizados no balanço patrimonial. A volatilidade dos fatores de risco, portanto, ocasionam volatilidade nos valores contabilizados no balanço patrimonial.

O exercício de análise de sensibilidade captura possibilidades de volatilidade nos fatores de risco e prevê os impactos nos valores contabilizados nos instrumentos financeiros. Contudo, valem algumas ressalvas importantes quanto à metodologia do exercício: i – o exercício é aplicado considerando uma composição estática de balanço, ignorando a capacidade de gerenciamento das exposições da instituição. Principalmente para os títulos prefixados da carteira de negociação, a capacidade para proteção (*hedge*), com a utilização de instrumentos derivativos, é alta; ii – não foram aplicados choques ao *spread* de crédito dos instrumentos financeiros privados ou aos títulos públicos; iii – os instrumentos que são objeto de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e seus respectivos instrumentos de *hedge* não estão no escopo do exercício, pois a CAIXA acompanha sistematicamente a efetividade dessas estruturas que, de certa forma, estão imunes à choques nos fatores de risco.

Destaca-se que os instrumentos que não são avaliados ao valor justo no balanço patrimonial, como os instrumentos de TVM categoria III – Mantidos até o vencimento, as disponibilidades, as aplicações/captações interfinanceiras de liquidez, as operações de crédito, os depósitos bancários, os depósitos especiais, bem como outros instrumentos no balanço que são sujeitos ao risco de variação das taxas de juros, têm seus riscos identificados, mensurados, monitorados, mitigados e reportados à governança de riscos da CAIXA, em arcabouço próprio de gerenciamento de riscos, substanciados na Resolução CMN nº 4.557/2017 e Circular BCB nº 3.876/2019, e, portanto, não fazem parte do presente exercício. As sensibilidades desses instrumentos são analisadas e monitoradas e a instituição separa parte de seu capital para o enfrentamento das perdas decorrentes das variações desses fatores de risco. As informações para esses riscos constam do relatório de Pilar III, disponível no site da CAIXA na internet.

As análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 25% ao cenário I para o fator de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 1% para os demais fatores de risco;

Cenário III: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 50% ao cenário I para o fator de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 2,5% para os demais fatores de risco;

Cenário IV: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 50% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e aditivo de 5% para os demais fatores de risco;

Cenário V: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,75% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 1% para os demais fatores de risco;

Cenário VI: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,5% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 2,5% para os demais fatores de risco; e

Cenário VII: Cenário eventual que considera um choque paralelo multiplicativo de 0,25% ao cenário I para o fator primitivo de risco Cupom SELIC Títulos Públicos e subtrativo de 5% para os demais fatores de risco.

Os resultados dos instrumentos financeiros apurados em 31/12/2023 estão sintetizados no quadro a seguir:

Fator de Risco	Choque de Alta nas Taxas de Juros				Choque de Baixa nas Taxas de Juros			
	Cenário I - MtM	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V	Cenário VI	Cenário VII	
	R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	Var. MtM R\$ mil	
CDI	104.074.914	(2.076.011)	(5.064.817)	(9.736.145)	2.146.436	5.505.507	11.506.522	
Pré	1.761.716	(13.313)	(32.594)	(62.920)	13.681	34.885	71.994	
Cupom IPCA	2.324.345	(85.540)	(205.997)	(387.808)	90.037	234.160	501.237	
Cupom TR	1.441.410	(81.439)	(190.188)	(341.773)	89.631	241.753	553.369	
Cupom SELIC	162.428.210	(248.487)	(496.374)	(743.662)	249.090	498.783	749.802	
Cupom IGPM	12.411	(574)	(1.365)	(2.523)	614	1.618	3.545	
TAXA DE EXPOSIÇÃO	272.043.006	(2.505.364)	(5.991.335)	(11.274.831)	2.589.489	6.516.706	13.385.749	
Variação %		-0,92%	-2,20%	-4,14%	0,95%	2,40%	4,92%	

(j) Valor justo

Considerando o conceito de valor justo, quando não houver preço cotado em mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, a CAIXA define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de apuração praticada pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado, e assumindo pressupostos como a adoção de uma *spread* de crédito a partir do *rating* de crédito do emissor, a inclusão de um modelo de resgate antecipado por taxa de desconto definida na construção de árvore binomial de probabilidade (para instrumentos com possibilidade de resgate antecipado) ou de outras técnicas de avaliação.

Pelo método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os fluxos de juros, pagamento de principal e curvas de desconto.

O *spread* de crédito visa ajustar o preço com base na percepção de mercado ou interna sobre a situação do emissor de um determinado instrumento na data do balanço.

O modelo de construção de árvore binomial de probabilidade de Hull é utilizado para avaliar instrumentos privados com cláusula de resgate antecipado.

O IFRS 7 (CPC 46) especifica uma hierarquia de técnicas de avaliação com base no critério utilização de dados observáveis ou não observáveis.

Dados observáveis refletem informações obtidas no mercado via fontes independentes e os dados não observáveis refletem as premissas de mercado utilizadas pela Instituição.

Estes dois tipos de dados criaram a seguinte hierarquia de valor justo:



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Descrição	CONSOLIDADO			Níveis de valor justo		
	31/12/2022	Valor contábil	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo						
ATIVO						
Ativos Financeiros	1.543.547.080	1.378.107.196	212.286.381	1.153.616.340	12.204.475	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	124.832.354	123.026.343	-	123.026.343	-	
Depósitos compulsórios no Banco Central	103.890.058	96.868.154	-	96.868.154	-	
Títulos e Valores Mobiliários	240.094.361	224.804.701	212.286.381	313.845	12.204.475	
Instrumentos financeiros derivativos	551.384	551.384	-	551.384	-	
Carteira de crédito	1.013.271.878	876.216.442	-	876.216.442	-	
Outros ativos financeiros	60.907.045	56.640.172	-	56.640.172	-	
PASSIVO						
Passivos Financeiros	1.353.300.770	1.329.184.397	-	790.430.403	538.753.994	
Recursos de clientes	601.981.087	537.588.994	-	-	537.588.994	
Recursos de instituições financeiras e outras	628.372.474	678.386.151	-	678.386.151	-	
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	121.782.209	112.044.252	-	112.044.252	-	
Instrumentos financeiros derivativos	1.165.000	1.165.000	-	-	1.165.000	

Nota 34 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, destacamos, a seguir, o resultado recorrente e não recorrente, líquido dos efeitos fiscais:

Evento	2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Lucro Líquido Contábil (a)	6.925.570	11.143.504	9.458.459	2.313.722
Eventos Não Recorrentes (b)	697.463	697.463	-	-
Haveres da União - Impairment (1)	(1.555.260)	(1.555.260)	-	-
FGTS - recuperação de despesas (2)	2.252.723	2.252.723	-	-
Desreconhecimento Obrigações IHCD (3)	-	-	2.155.047	-
Venda de participações societárias CNP Consórcios (4)	-	-	158.675	-
Despesas Impactadas pelos Eventos (c) (5)	402.342	402.342	(1.173.059)	-
Resultado Não Recorrente (d = b + c)	1.099.805	1.099.805	1.140.663	-
Resultado Recorrente Regulatório (e = a - d)	5.825.765	10.043.699	8.317.796	2.313.722

Evento	2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Lucro Líquido Contábil (a)	7.216.469	11.732.541	9.774.203	1.745.668
Eventos Não Recorrentes (b)	697.463	697.463	-	-
Haveres da União - Impairment (1)	(1.555.260)	(1.555.260)	-	-
FGTS - recuperação de despesas (2)	2.252.723	2.252.723	-	-
Desreconhecimento Obrigações IHCD (3)	-	-	1.505.251	-
Venda de participações societárias CNP Consórcios (4)	-	-	240.417	-
Despesas Impactadas pelos Eventos (c) (5)	408.762	408.762	(1.169.402)	-
Resultado Não Recorrente (d = b + c)	1.106.225	1.106.225	576.266	-
Resultado Recorrente Regulatório (e = a - d)	6.110.244	10.626.316	9.197.937	1.745.668

(1) Impairment relativo a haveres da CAIXA junto à União composto por: (i) R\$ 1.183.844 provenientes de haveres CAIXA oriundos do Voto CMN 162/95; (ii) R\$ 365.105 relativos ao Bônus do extinto Banco Nacional da Habitação; e (iii) R\$ 6.311 referente ao desreconhecimento dos valores a receber decorrente do apoio financeiro prestado Produban (Notas 14 (d) e 30).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1 Introdução

O Comitê de Auditoria da CAIXA Econômica Federal (COAUD ou Comitê), órgão estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração (CA), exerce suas funções de forma unificada para a Instituição Financeira Caixa Econômica Federal (CAIXA) e para as subsidiárias que adotaram o regime de COAUD único: CAIXA Loterias S.A. e CAIXA Asset. O Comitê atua de forma permanente, com autonomia e independência, como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas. Suas competências estão definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto nº 8.945/2016, pela Resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910/2021, pelo Estatuto Social da CAIXA e por seu próprio Regimento Interno, disponível no site https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Regimento_Comite_Auditoria.pdf.

O Comitê é composto por quatro participantes independentes, nomeados pelo Conselho de Administração (CA), com mandatos de 3 anos, permitida uma recondução.

O COAUD tem como principais atribuições acompanhar e avaliar: (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Contábeis; (ii) a independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna; (iii) o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes, auditores internos, órgão regulador e demais órgãos de controle; (iv) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos relevantes a eles associados; (v) os procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares; (vi) a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos por parte da administração.

2 Responsabilidades

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade. A Administração também é responsável por gerir os riscos, manter o sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares, bem como atender às recomendações dos órgãos de supervisão, de auditoria e de controle.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da CAIXA, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao CA, inclui, entre seus trabalhos regulares, a verificação da qualidade e a aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e o cumprimento de políticas e normativos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis. A Auditoria Interna atua como terceira linha de defesa.

O controle interno e a função compliance atuam de forma continuada para monitoramento da efetividade dos controles internos, para a mitigação dos riscos relevantes e para avaliação do cumprimento das normas legais e regulamentares e das políticas e normativos internos, atuando como segunda linha de defesa.

O Comitê Independente de Riscos e Capital (CORIS) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, bem como opina sobre matérias submetidas ao Conselho, em seu âmbito de atuação, de acordo com as atribuições das Resoluções CMN nº 4.557/2017 e 4.926/2021.

O assessoramento desempenhado pelo COAUD baseia-se, principalmente: (i) nas informações recebidas da Administração, em apresentações realizadas pelas unidades comerciais e funcionais, em especial, pelas áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, gerenciamento de riscos, corregedoria, ouvidoria, integridade, controles internos e conformidade; (ii) no resultado dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; (iii) nas análises decorrentes da atuação direta de supervisão e monitoramento do Comitê.

3 Atividades do período

O Regimento Interno prevê que o Comitê se reúna, ordinariamente, no mínimo, 4 vezes por mês, conforme calendário anual aprovado e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente.

Em cumprimento ao Plano Anual de Trabalho de 2023, e considerando as responsabilidades e atribuições do Comitê, foram examinados e avaliados assuntos relacionados a contabilidade e tributos, controladoria, resultado atuarial, controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos, integridade, ouvidoria, canal de denúncias, corregedoria, Tecnologia da Informação (TI), entre outros.

Conforme previsto no Art. 69, §2º, do Estatuto da CAIXA, o presidente, como membro do Conselho de Administração, participou também das reuniões do CA da CAIXA, apresentando os posicionamentos e recomendações do Comitê em matérias que lhe são correlatas.

4 Destaques

Durante o segundo semestre de 2023, o Comitê apreciou 142 matérias, sendo 14 para emissão de parecer enviados para o Conselho de Administração, e 128 para conhecimento.

Entre os assuntos apresentados destacam-se os seguintes: (i) adequação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas; (ii) adequação das demonstrações contábeis em *International Financial Reporting Standards (IFRS)*; (iii) monitoramento dos ofícios recebidos dos órgãos reguladores, assim como o acompanhamento dos planos de ação para atender às respectivas demandas; (iv) provisões para devedores duvidosos, perdas operacionais e contingências judiciais; (v) gestão de riscos; (vi) acompanhamento dos planos de ação do Relatório Circunstanciado sobre o Sistema de Controles Internos (RCCI) da CAIXA; (vii) monitoramento da Política de Relacionamento com Clientes (PRC); (viii) acompanhamento das temáticas relacionadas ao ecossistema Integridade, que inclui temas afetos à área de atuação da Corregedoria, da Ouvidoria e da área de controles internos, bem como o tratamento de denúncias vindas do canal de denúncias; (ix) monitoramento das políticas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/IFT); (x) acompanhamento das ações referentes à Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Programa de Governança em Privacidade da CAIXA, conforme previsto na Lei nº 13.709, de 2018; (xi) acompanhamento do Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966, de 2021, que trata de instrumentos financeiros; (xii) acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do Sistema de Controles Internos CAIXA.

O Comitê de Auditoria avaliou e monitorou, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das Transações com Partes Relacionadas, verificando a conformidade aos princípios e diretrizes estabelecidas, na forma definida pelo Conselho de Administração.

O COAUD também se dedicou ao acompanhamento da evolução do ambiente de controle da Fundação dos Economistas Federais (Funcfe), aos temas ambiência tecnológica e de Compras e Contratações na CAIXA, entre outros.

4.1 Demonstrações Contábeis

4.1.1 CAIXA

O Comitê revisou as Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023, o Relatório da Administração e a minuta do Relatório dos Auditores Independentes. Adicionalmente, examinou as demonstrações contábeis intermediárias em *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Durante o segundo semestre de 2023 e até a data de emissão deste relatório, o Comitê reuniu-se com os auditores independentes e responsáveis pela elaboração dessas demonstrações para discussões de práticas e temas contábeis relevantes.

Em 2023, tomou conhecimento da Execução Orçamentária da CAIXA, referente ao primeiro semestre de 2023, e da Revisão Semestral do Estudo do Crédito Tributário, referentes aos dois semestres desse mesmo ano.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da Caixa Econômica Federal - CAIXA
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Caixa Econômica Federal ("Instituição" e/ou "CAIXA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Caixa Econômica Federal em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (h) e 9 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou em 31 de dezembro de 2023, R\$ 49.842.524 mil (individual e consolidado) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, que compreendem, as operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito.

Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a CAIXA classifica as operações de crédito, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco ("ratings"), do "AA" (risco mínimo) ao "H" (risco máximo) de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da CAIXA, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores, e aos garantidores. Adicionalmente, a CAIXA realiza provisões complementares aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da CAIXA.

Devido à relevância da carteira de crédito e do montante de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, às incertezas e o grau de julgamento inerentes à classificação das operações de crédito em níveis de riscos, bem como a complexidade dos métodos e premissas utilizados na determinação da provisão complementar, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

(2) Recuperação de despesa relativa à devolução de valores, pelo agente operador do FGTS, em razão da reapuração de taxa média de operações (Nota 28).

(5) Despesas impactadas pelos eventos incluem efeitos tributários, de despesas de PLR e de IHCD sobre os itens não recorrentes.

2022

(3) Receita relativa ao desreconhecimento do passivo de juros e atualização monetária do contrato nº 504/PGFN/CAF do IHCD.

(4) Ganho com a venda de participações societárias na CNP Consórcios pela Caixa Seguridade, reconhecido proporcionalmente à participação societária indireta deida pela CAIXA.

(5) Despesas impactadas pelos eventos incluem efeitos tributários, de despesas de PLR e de IHCD sobre os itens não recorrentes.

Nota 35 – Outras informações

(a) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA

Descrição (1)	31/12/2023	31/12/2022
Fundos de investimento financeiro	455.969.818	411.204.498
Fundos de investimento em cotas - FIC (2)	310.756.753	304.080.030
Fundos de ações	27.344.917	31.777.026
Total	794.071.488	747.061.554

(1) A informação apresentada não é auditada pela auditoria independente.

(2) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

(b) Ativo problemático

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017, ativo problemático é um ativo financeiro no qual é verificado que a respectiva obrigação está em atraso há mais de 90 dias e/ou há indicativos de que essa obrigação não será integralmente honrada, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

Em 31/12/2023, a carteira problemática alcançou o montante de R\$ 88.577.816 (31/12/2022 - R\$ 81.755.926), sendo constituída provisão no montante de R\$ 30.247.431 (31/12/2022 - R\$ 29.185.922) para a referida carteira. Destaca-se que o componente de maior relevância na carteira decorre da reestruturação que responde por 59,65% (R\$ 52.841.040) da exposição problemática, justificado pela característica de longo prazo do crédito habitacional, cuja representatividade na carteira problemática é de 71,04% (R\$ 62.926.718).

Nota 36 – Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes no período.

Carlos Antonio Vieira Fernandes
Presidente

Adriano Assis Matias
Vice-presidente

Henriete Alexandra Sartori Bernabé
Vice-presidente

Laércio Roberto Lemos de Souza
Vice-presidente

Marcelo Campos Prata
Vice-presidente

Paulo Rodrigo De Lemos Lopes
Vice-presidente

Juliana Grigoli Fonseca
Diretora de Contadoria e Controladoria

Celio Cesario de Torres
Superintendente Nacional
Contador CRC/GO 009577/O-1-T-DF

Francisco Egídio Pelucio Martins
Vice-presidente

Inês da Silva Magalhães
Vice-presidente

Marcelo Ângelo de Paula Bomfim
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Vice-presidente

Tarso Duarte De Tassis
Vice-presidente

4.1.2 Subsidiárias

CAIXA LOTERIAS

O Comitê realizou duas reuniões com a Caixa Loterias no segundo semestre de 2023 e opinou favoravelmente à contratação direta da empresa BDO RCS Auditores Independentes, para a prestação de serviços técnicos especializados referentes à análise das Demonstrações Contábeis da CAIXA Loterias S.A.

CAIXA ASSET

O Comitê examinou as Demonstrações Contábeis da CAIXA ASSET do ano de 2023 e o respectivo Relatório da Administração, opinando favoravelmente pela aprovação, e a minuta do Relatório dos Auditores Independentes, apresentada sem ressalva.

4.2 Auditorias

4.2.1 Auditoria Independente

O Comitê avalia anualmente a objetividade e a independência dos auditores independentes, a qualidade e a efetividade dos trabalhos realizados e seu relacionamento com o Comitê. O COAUD tomou conhecimento, ainda, do planejamento dos trabalhos para o exercício de 2024 e debateu com os auditores sobre as demonstrações contábeis referentes aos quatro trimestres de 2023.

4.2.2 Auditoria Interna

Em reuniões com a equipe de Auditoria Interna, o COAUD revisitou e acompanhou o cumprimento do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) 2023 e a elaboração do Plano para 2024. Também acompanhou o cumprimento das deliberações do Conselho de Administração, a atuação da Auditoria Interna no processo de conciliação contábil e dos trabalhos de auditoria na Funcfe.

Foram apreciados ainda os relatórios síntese e o resultado da autoavaliação da Auditoria Interna.

4.3 Controles

4.3.1 Controles internos

O Comitê realizou reuniões com a Diretoria Executiva de Controle Interno e Integridade com o objetivo de acompanhar as avaliações, recomendações e ações realizadas, para assegurar a qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição, além de monitorar os processos de verificação do cumprimento, pela Administração, dos dispositivos legais e regulamentares e das normas internas, assim como a evolução da implementação da cultura de risco e do Programa de Integridade da CAIXA.

4.3.2 Órgãos Reguladores e de Controle

O COAUD tomou conhecimento do resultado das inspeções dos órgãos reguladores e de controle, bem como das respectivas providências adotadas pela Administração para seu atendimento, interagindo com a Auditoria Interna e com a área de Controles Internos sobre o follow-up desses apontamentos.

A proposta do relacionamento do COAUD com o Regulador, pode-se destacar, além das ações de acompanhamento, a realização de reuniões para discussão de temas considerados relevantes pelo Banco Central, com a participação do Diretor de Regulação (DINOR), do Diretor de Fiscalização (DIFIS), do Diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta (DIREC) e dos departamentos de Supervisão Bancária (DESUP) e de Supervisão de Conduta (DECON).

Referente aos assuntos de Controle Externo, o Comitê tomou conhecimento dos acordos do TCU e das recomendações da CGU relacionados à Caixa.

4.4 Conformidade

Os aspectos de conformidade são observados e acompanhados pelo COAUD nos diversos assuntos abordados nas reuniões. Não obstante o acompanhamento geral, pode-se destacar como ação específica em relação ao compliance, o monitoramento das ações apresentadas no Relatório de Compliance CAIXA, de forma a assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições quanto à Política de Conformidade, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.595, de 2017.

4.5 Gerenciamento de Riscos

De forma análoga ao acompanhamento da função conformidade, os aspectos relativos ao gerenciamento de risco da CAIXA são examinados e acompanhados ao longo da execução do Plano de Trabalho do COAUD, mediante identificação dos fatores de risco inerentes a cada tema discutido no âmbito do Comitê. Não obstante o acompanhamento geral, o Comitê aloca tempo específico aos temas que, em função da relevância ou complexidade, demandam exame mais apurado.

4.6 Integridade

Em atenção ao Código de Ética, Conduta e Integridade da CAIXA, à Política de Controle Interno, Compliance e Integridade da instituição e ao compromisso com a prevenção e o combate à corrupção e demais ilícitos previstos em lei, o COAUD acompanhou diversas ações no âmbito do Programa de Integridade CAIXA, que inclui assuntos relacionados à Ouvidoria, à Corregedoria, às Linhas de Defesa, à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/IFT).

4.7 Outros Temas

Em complemento, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê esteve envolvido no acompanhamento, junto às vice-presidências responsáveis, de assuntos atinentes às carteiras de créditos, tecnologia da informação, compras e contratações, provisões judiciais, política de responsabilidade com clientes, prevenção de fraudes, entre outros temas.

5 Conclusão

O Comitê de Auditoria, em razão das atividades desenvolvidas no período e ponderadas devidamente suas atribuições, responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, considerando a necessidade de melhorias da estrutura de tecnologia da instituição e dos respectivos controles, concluiu que:



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



– Para as ações relevantes (análise individualizada), avaliação, por meio de amostragem estatística e seleção de itens específicos, dos estudos técnicos preparados pelos consultores jurídicos internos da CAIXA, com a fundamentação para definição da probabilidade de perda e valor estimado de condenação dos processos, e avaliação da consistência das informações dos estudos técnicos por meio de consultas nos sites dos tribunais. Para uma seleção específica, envolvemos nossos especialistas jurídicos que nos auxiliaram na avaliação dos méritos técnicos e da documentação suporte para definição da probabilidade e estimativa de perda;

– Avaliação, da suficiência de provisão para as ações fiscais, cíveis e trabalhistas, através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão, intensificando as análises em relação ao entendimento de casos individualmente relevantes que tenham divergido em relação ao valor provisionado; e

– Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios de avaliação da probabilidade de perda e valor estimado de condenação das ações relevantes analisadas individualmente, e do método estatístico massificado utilizado na mensuração das provisões relacionadas às ações trabalhistas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação do reconhecimento e da mensuração das provisões relacionadas às ações relevantes analisadas individualmente, e a avaliação da mensuração das ações trabalhistas e cíveis habitacionais analisadas por critério estatístico massificado, bem como as divulgações e mensuração dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Mensuração das provisões dos benefícios pós-emprego

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (r) e 21 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas. Parte relevante destes planos são classificados como planos de benefício definido, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a mensuração desses passivos requer a utilização de técnicas atuariais e julgamento na definição de premissas, tais como: taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade.

Devido à complexidade e julgamento na mensuração dos passivos atuariais e ao impacto relevante que eventuais mudanças nas referidas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave relacionados à definição e aprovação das premissas utilizadas para mensuração dos passivos atuariais;
- Análise, com auxílio de nossos especialistas atuariais, da razoabilidade e sensibilidade das premissas, que incluem taxa de desconto, taxa de inflação e tábuas de mortalidade, utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes. Adicionalmente, analisamos por meio de amostragem, se as informações relevantes cadastradas na base de dados utilizada pelos os atuários externos no cálculo das provisões dos benefícios pós-emprego estavam completas e precisas;
- Avaliação da adequação das divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente quanto à análise de sensibilidade do valor líquido de passivo de benefício definido em relação às premissas atuariais utilizadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos passivos atuariais no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 (i) e 20 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA registrou créditos tributários no valor de R\$ 61.686.589 e R\$ 61.686.596 mil (individual e consolidado) referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela CAIXA. Os créditos tributários originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição enquanto a realização dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis. A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de lucros tributários futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da CAIXA na utilização de premissas.

Devido ao alto grau de julgamento necessário na avaliação das premissas relevantes que são consideradas na projeção de lucros tributáveis futuros, e ao impacto relevante que eventuais mudanças nessas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave referentes à elaboração e aprovação do estudo de realização dos créditos tributários preparados pela CAIXA, de acordo com as projeções de lucros tributáveis futuros;
- Com auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas: (i) avaliamos as premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela CAIXA considerando se estão consistentes com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, e se são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (ii) Recalculamos os valores incluído no estudo técnico de realização dos créditos tributários;
- Envolvimento dos nossos especialistas em impostos para revisão da base de constituição dos créditos tributários; e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente à expectativa de realização de créditos tributários.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável os saldos de créditos tributários registrados, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Mensuração das provisões para créditos junto ao Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS

Conforme descrito na nota explicativa nº 10 (c) das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) no montante líquido de R\$ 32.015.346 mil (individual e consolidado), e provisão FCVS a receber no montante de R\$ 9.363.775 mil (individual e consolidado).

A realização dos créditos cobertos pelo FCVS depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação específica e segue um processo de novação (emissão de títulos por parte da União). A metodologia para o cálculo da provisão dos contratos a serem ressarcidos pelo FCVS visa capturar a possibilidade de eventuais sinistros para as operações, independentemente da sua fase no processo de novação (Habilitado, Não Habilitado, Habilitado e não homologado, Homologado com recursos, Homologado sem recursos e Negativa de cobertura), devido a insuficiência de documentação comprobatória, conforme requerido pelas regras em vigor.

Devido ao alto grau de julgamento para determinação do método e das premissas utilizadas para mensuração destas provisões, consideramos este assunto como um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à revisão e aprovação da metodologia de cálculo da provisão para créditos junto ao FCVS, processamento e contabilização das provisões;
- Avaliação, com o auxílio dos nossos profissionais com conhecimento em estatística, dos métodos e premissas através de: (i) análise se a metodologia permite capturar a possibilidade de sinistro para as operações cobertas pelo FCVS para todas as fases do processo de novação; e (ii) teste sobre a precisão matemática dos cálculos efetuados para determinar a provisão para créditos junto ao FCVS;
- Avaliação, por meio de amostragem, das informações de fases do processo de novação utilizadas no cálculo da provisão para créditos junto ao FCVS, bem como confronto dos saldos contábeis; e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, especificamente relacionadas aos critérios de mensuração das provisões para créditos junto ao FCVS.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos das provisões para crédito junto ao FCVS no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Ambiente de Tecnologia da Informação

O ambiente de tecnologia da CAIXA possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a CAIXA fornece acesso a sistemas e aplicativos para seus funcionários, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer nº 076/2024, da Ata nº 865, de 27/02/2024

Assunto: **Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, referentes ao exercício de 2023; Revisão Semestral do Estudo do Crédito Tributário; Distribuição dos Resultados e de Incorporação das Reservas de Loterias ao Capital Social; e Execução Orçamentária da CAIXA, referentes ao exercício de 2023.**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 67, incisos II, III, V e XVI do Estatuto Social da CAIXA, examinou as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, referentes ao exercício de 2023; Revisão Semestral do Estudo do Crédito Tributário; Distribuição dos Resultados e de Incorporação das Reservas de Loterias ao Capital Social; e Execução Orçamentária da CAIXA, referentes ao exercício de 2023, aprovadas pela Resolução do Conselho de Administração nº 1510/2024 da Ata 849, de 26/02/2024 e, considerando

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Parecer nº 016 – Ata nº 849, de 26/02/2024

Assunto: **Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício de 2023; revisão semestral do Estudo do Crédito Tributário; Distribuição dos Resultados; Incorporação das Reservas de Loterias ao Capital Social; e Execução Orçamentária da CAIXA referente ao exercício de 2023.**

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 38, inciso XVI, alínea “c”, do Estatuto Social da CAIXA, considerando a manifestação da KPMG Auditores Independentes e o Parecer do Comitê de Auditoria nº 096/2024, de 22/02/2024, **aprova:** 1) as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício de 2023; 2) a revisão semestral do Estudo do Crédito Tributário, 3) a proposta de Distribuição dos Resultados no valor de R\$ 2.724.583.613,50 (dois bilhões e seiscentos e vinte e quatro milhões e quinhentos e oitenta e três mil e seiscentos e treze reais e cinquenta centavos); 4) a incorporação das Reservas de Loterias ao Capital Social no valor de R\$ 937.116.030,58 (novecentos e trinta e sete milhões e oitenta e seis mil e trinta reais e cinquenta e oito centavos); e 5) a Execução Orçamentária da CAIXA referente ao exercício de 2023.

Devido a elevada dependência da CAIXA de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudança nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação (i) testamos o desenho e a efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles internos chave de acesso a sistemas e aplicativos, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos; (ii) efetuamos testes, com base em amostragem, sobre informações relevantes extraídas de determinados sistemas para elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas; (iii) nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles internos sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos; e (iv) quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicativos, testamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme facultado prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que até a presente data não foram elaboradas e divulgadas pela CAIXA.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 27 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

GILSON ALCEU BITTENCOURT Membro Titular	MARCELO PEREIRA DE AMORIM Presidente	MARIANGELA FIALEK Membro Titular
--	---	-------------------------------------

ANTÔNIO MESSIAS RIOS BASTOS	CARLOS ANTÔNIO VIEIRA FERNANDES
EDMUNDO AUGUSTO CHAMON	ERIC NILSON LOPES FRANCISCO
JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JÚNIOR	RAFAEL RAMALHO DUBEUX
RAQUEL NADAL CESAR GONÇALVES	ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA Presidente

EUA / Defesa do republicano apela para não depositar fiança milionária, estabelecida em fevereiro. Justiça pode confiscar bens

Trump alega falta de dinheiro

O magnata republicano Donald Trump, 77 anos, não tem dinheiro para pagar a fiança estabelecida pela Justiça em 16 de fevereiro, disseram seus advogados. Condenado por fraude fiscal em Nova York, o ex-presidente norte-americano, que está na corrida pela Casa Branca, deveria depositar US\$ 464 milhões (R\$ 2,33 bilhões) — multa de US\$ 355 milhões acrescida de juros. Mas sua defesa apelou.

“Obter uma fiança de US\$ 464 milhões é impossível dadas as circunstâncias”, afirmam os advogados em um documento de 250 páginas apresentado ao tribunal. Os defensores apontam a possibilidade de que o magnata, que construiu sua fama no setor imobiliário nova-iorquino, sofra

uma crise financeira a menos que a Corte de Apelações intervenha a seu favor.

A fiança é uma garantia de que o republicano pagará qualquer sanção que lhe seja imposta no caso de falha em seu recurso de apelação. Normalmente, deveria ser subscrita por uma seguradora ou uma empresa de fianças especializada. “Apesar de rastreamos o mercado, não obtivemos sucesso em nosso esforço para obter uma fiança no valor da sentença”, alegam os advogados, concluindo que se trata de uma “impossibilidade prática”.

“Caça às bruxas”

O juiz instrutor do caso, Arthur Engoron, condenou em 16 de fevereiro o ex-presidente e

seus dois filhos mais velhos, Donald Jr. e Eric Trump, por inflar o valor de suas propriedades para obter juros mais favoráveis em empréstimos e seguros. A decisão também o proíbe, por três anos, e os demais réus, por dois, de dirigir empresas na cidade de Nova York. O republicano pediu para depositar uma fiança de US\$ 100 milhões (R\$ 502,29 milhões), mas o magistrado rejeitou em 28 de fevereiro.

Trump, que se tornou conhecido como promotor imobiliário e homem de negócios em Nova York antes de entrar na política, pode ter que vender algumas de suas propriedades emblemáticas para cobrir a multa de sua apelação falhar. Esse valor se soma aos US\$ 83,3 milhões (R\$ 418,42 milhões)

depositados em outro caso, um processo por difamação à escritora e jornalista E. Jean Carroll, enquanto o recurso é resolvido.

O candidato à Presidência dos Estados Unidos, que enfrenta 91 acusações criminais em outros casos, aproveitou seus problemas legais para estimular os apoiadores e denunciar seu rival, o presidente democrata Joe Biden, por uma “caça às bruxas”. O ex-presidente argumenta que os processos são “apenas uma maneira de prejudicá-lo nas eleições”.

O prazo para a apresentação da fiança termina em 25 de março. A partir dessa data, a promotoria pode começar a confiscar alguns de seus bens, como a Trump Tower, localizada na Quinta Avenida de Nova York.



O ex-presidente em campanha: condenação por fraude fiscal

Marina Guimarães/Flickr/Divulgação

Rigidez da pele associada a câncer



A aparência menos elástica no tecido cutâneo é causada pela liberação de uma proteína que pode ajudar o tumor a crescer: alvo terapêutico para diversas enfermidades

Pesquisa identifica substância que, em idosos, além de reduzir a elasticidade da epiderme, pode aumentar o risco de melanoma, um tumor altamente letal, especialmente entre os mais velhos. Descoberta abre caminho para tratamento

O envelhecimento provoca mudanças significativas na pele, que perde a elasticidade à medida que a idade avança. Essas mesmas alterações não são apenas estéticas, mostra um estudo do Centro de Câncer Johns Hopkins Kimmel, nos Estados Unidos. O artigo, publicado na revista *Nature Aging*, sugere que o mecanismo por trás da rigidez da derme também tem relação com um risco maior de melanoma metastático em idosos.

Segundo os autores, a perda de elasticidade na pele envelhecida aumenta a liberação de uma proteína chamada Icam1. Níveis aumentados dessa substância estimulam o crescimento dos vasos sanguíneos no tumor, ajudando-o a crescer. Também os torna permeáveis, permitindo que as células tumorais escapem e se espalhem por todo o corpo com mais facilidade.

“A medida que envelhecemos, a rigidez da nossa pele muda”, explica Ashani Weeraratna, diretora associada de pesquisa laboratorial no Centro de Câncer Kimmel e professora de oncologia na Escola de Medicina da Universidade Johns Hopkins. “Isso não só tem implicações físicas, mas também pode levar ao aumento do crescimento de novos vasos sanguíneos ou à interrupção da função dessas estruturas”, diz.

Fatores de risco

Como os outros tipos de câncer de pele, o melanoma pode ser prevenido evitando-se a exposição ao sol no horário das 10h às 16h, quando os raios são mais intensos. Os fatores de risco são:

- Exposição prolongada e repetida ao sol (raios ultravioletas - UV), principalmente na infância e adolescência;
- Exposição a câmeras de bronzeamento artificial;
- Ter pele e olhos claros, com cabelos ruivos ou loiros, ou ser albino;
- Ter história familiar ou pessoal de câncer de pele;
- Exposição aos vírus Epstein-Barr e HIV-1;
- Exposição a agrotóxicos e solventes (tricloroetileno). Trabalhadores dos setores de agricultura, metalurgia, limpeza a seco, têxtil, borracha, solventes entre outros podem ter o risco aumentado de desenvolvimento da doença.

Fonte: Instituto Nacional do Câncer (Inca)

Letal

O melanoma é a forma mais letal de câncer de pele, segundo a Fundação de Pesquisa do Melanoma. Em 2024, o Instituto Nacional do Câncer (Inca) prevê quase 9 mil novos casos, o que corresponde a 4,13 em cada 100 mil habitantes. Pacientes mais velhos têm maior probabilidade de desenvolver a doença do que os mais jovens.

Além disso, o risco de morte é maior. Segundo Weeraratna, os idosos apresentam mais recorrências após o tratamento e seus tumores têm maior

probabilidade de se espalhar ou metastatizar para outras partes do corpo.

O laboratório de Weeraratna concentra-se em como as mudanças relacionadas à idade ajudam os tumores de melanoma a se espalharem e a resistirem às terapias contra o câncer. Pesquisas anteriores da equipe mostraram que uma proteína chamada Hapln1 ajuda a manter a estrutura da matriz extracelular, uma rede de moléculas e minerais que fornecem suporte estrutural, para manter a pele flexível. À medida que as pessoas envelhecem, libertam menos

quantidades da substância, o que provoca o enrijecimento da pele.

Redução

O novo estudo mostra que a redução do Hapln1 aumenta indiretamente os níveis da proteína Icam1, causando enrijecimento, o que altera a sinalização celular. A elevação da substância contribui para a angiogênese, ou o crescimento de novos vasos sanguíneos que fornecem nutrientes aos tumores e os ajudam a crescer.

Os vasos sanguíneos também apresentam vazamentos, tornando mais fácil para as células tumorais escaparem do local inicial do tumor e se espalharem para áreas distantes do corpo.

Em ratos mais velhos com melanoma, o tratamento com medicamentos que bloqueiam o Icam1, no entanto, previne essas alterações, diminuindo os tumores e reduzindo as metástases, demonstrou a pesquisa de Weeraratna. A equipe, agora, estuda atividades da proteína para desenvolver formas mais precisas de atingi-la com drogas, o que poderá levar a novas abordagens para o tratamento de pessoas idosas com esse tipo de câncer de pele.

Abordagens

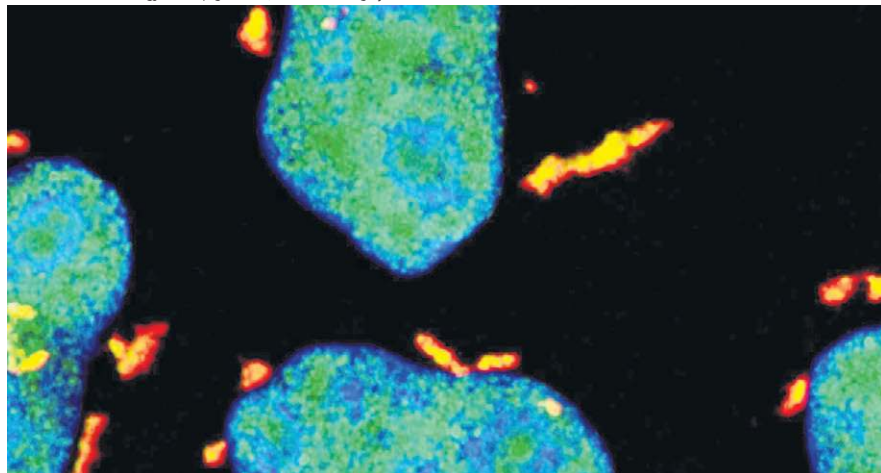
As descobertas também podem

levar a novas abordagens para o tratamento de outros cânceres relacionados com a idade. Terapias anteriores direcionadas a fatores de crescimento que contribuem para a angiogênese falharam em muitos tipos de tumores, incluindo o melanoma. Mas o Icam1 proporciona um novo alvo promissor, acreditam os pesquisadores.

“Sabemos que a angiogênese relacionada com a idade é importante em muitos tipos de cânceres e em vários aspectos da saúde e da doença”, diz Weeraratna, que também é presidente de bioquímica e biologia molecular na Escola de Saúde Pública Johns Hopkins Bloomberg. “Encontrar uma nova maneira de atingir isso em diferentes tipos de tumor pode ter um grande impacto.”

Além disso, a pesquisadora diz que aprender mais sobre o Icam1 pode ter implicações importantes para a compreensão da cicatrização de feridas em idosos. A angiogênese é essencial nesse processo não apenas na pele, mas também no sistema cardiovascular e no cérebro. “Como resultado, as descobertas do laboratório poderão ter implicações importantes para a compreensão das alterações relacionadas com a idade que podem contribuir para doenças cardiovasculares ou acidentes vasculares cerebrais”, acredita.

MPI of Immunobiology and Epigenetics, Akhtar/Divulgação



Grânulos azuis e vermelhos são sinais de estresse celular causado pela radiação

Raios UV: danos também ao RNA

À medida que os raios solares tocam a pele, trazem calor e vitalidade. No entanto, aí também reside uma ameaça potencial: a radiação ultravioleta (UV), o componente mais energético da luz do astro. Embora os cientistas conheçam bem o mecanismo pelo qual o UV danificam o DNA, podendo levar ao câncer de pele, o seu impacto noutra molécula vital, o RNA, muitas vezes passa despercebido.

Ao testar a resposta celular a vários fatores de estresse, pesquisadores do Instituto Max Planck de Imunobiologia,

na Alemanha, notaram algo intrigante: após a radiação UV, uma proteína chamada Dhx9 forma gotículas no citoplasma da célula. “É como encontrar uma bola de neve gigante no deserto”, compara Asifa Akhtar, principal autora do estudo, publicado na revista *Cell*. “A Dhx9 é uma enzima que normalmente reside no núcleo e tem a capacidade de se ligar ao RNA. Encontrar essa proteína formando gotículas fora do núcleo nos deixou realmente surpresos”, diz.

“Compreender como as nossas células se defendem contra os danos ao RNA

induzidos pelos raios UV não só aprofunda a nossa compreensão do ciclo celular, mas também abre novas possibilidades para a pesquisa médica”, afirma Akhtar. Condições como queimaduras solares, doenças neurodegenerativas e câncer estão intrinsecamente ligadas a interrupções no equilíbrio do RNA e irregularidades no ciclo celular, diz. “Por isso, esse entendimento poderia levar a novos alvos terapêuticos para doenças caracterizadas pela má gestão do RNA ou pela desregulação da resposta ao estresse”, explica.

TUBERCULOSE

Investir na prevenção dá retorno

Um estudo divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e elaborado por pesquisadores do Brasil, da Geórgia, do Quênia e da África do Sul mostra que a expansão do rastreio e o tratamento preventivo da tuberculose podem levar a benefícios econômicos e de saúde significativos. Embora os esforços globais para combater a doença infecciosa tenham salvado cerca de 75 milhões de vidas desde o ano 2000, ela ainda causa 1,3 milhão de óbitos todos os anos e afeta milhões de pessoas.

A experiência dos quatro países mostra que investir em rastreamento e prevenção resulta no ganho de até US\$ 39 a cada US\$ 1 aplicado no programa. Além disso, o relatório destaca que a estratégia pode reduzir substancialmente a incidência e a mortalidade por tuberculose.

“O cenário de investimento descreve

a lógica econômica e de saúde para investir em intervenções baseadas em evidências e recomendadas pela OMS sobre o rastreio e prevenção da tuberculose, que podem contribuir para o avanço da cobertura universal de saúde”, afirmou, em uma coletiva de imprensa, Tédros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS. “Hoje, temos o conhecimento, as ferramentas e o compromisso político que podem acabar com essa doença milenar que continua a ser uma das principais causas de morte infecciosa no mundo.”

Resistência

A tuberculose multiresistente é considerada uma crise de saúde pública. Em 2022, cerca de 410 mil pessoas desenvolveram o problema, caracterizado

pela ineficácia dos medicamentos disponíveis, porém apenas duas em cada cinco tiveram acesso a tratamento. Segundo Ghebreyesus, os progressos no desenvolvimento de novos diagnósticos, medicamentos e vacinas continuam limitados pelo nível global de investimento nessas áreas.

“Os próximos cinco anos serão fundamentais para garantir que a dinâmica política que temos agora se traduza em ações concretas para alcançar as metas globais de tuberculose”, afirmou, na entrevista, Tereza Kasaeva, diretora do Programa Global de Tuberculose da OMS. “A OMS continuará a proporcionar liderança global na resposta à doença, trabalhando com todas as partes interessadas até alcançarmos e salvarmos todas as pessoas, famílias e comunidades afetadas por essa doença letal.”

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Ghebreyesus: “Hoje, temos conhecimento, ferramentas e compromisso”



Maria Rosileusa se surpreendeu com a demora no HCamp: "Aqui é bom e costuma ser rápido"



Isabela Costa sobre o HCamp: "Ouvi dizer que o atendimento é bom e rápido. Vim e, realmente, foi ágil"



Alex Monteiro está, há 10 dias, com dor nos olhos e na barriga e procurou o HCamp



Neste ano, Ivone Jorge pegou dengue duas vezes, em menos de um mês: "Tenho medo de morrer"

Reinfecção agrava sintomas da dengue

Especialistas destacam que ter a doença por mais de uma vez eleva os riscos de internação e até causar mortes. Além dos sorotipos, lembram que o *Aedes aegypti* é vetor de outras doenças, que podem ser mais letais

» ARTHUR DE SOUZA
» LETÍCIA MOUHAMAD

Alto número de casos de dengue no Distrito Federal — são 157.250, de acordo com a atualização de ontem do painel do Ministério da Saúde — liga o alerta para a reinfecção pela doença por sorotipos diferentes. Além de ressaltar outras doenças que o *Aedes aegypti* pode transmitir, especialistas ouvidos pelo **Correio** destacam que moradores de locais com alta incidência estão mais propensos a contrair o vírus mais de uma vez.

Foi o que aconteceu com a dona de casa Ivone Jorge, 61 anos, que acompanhava uma vizinha, também com dengue, na tenda de hidratação do Sol Nascente, região com uma das maiores incidências no DF — 6.633,01 casos a cada 100 mil habitantes — e onde mora Ivone. "Tenho medo de ter (a doença) de novo e morrer", afirma. A primeira infecção ocorreu no ano passado e exigiu internação; a segunda, em janeiro deste ano; e a terceira, em fevereiro. Entre as duas últimas, menos de um mês de intervalo.

"Das três vezes que tive dengue, a segunda foi a pior. Fiquei muito debilitada, com a pressão alterada e dor nos rins", descreveu. Mesmo que a infecção tenha passado, Ivone relata ainda sentir incômodos, principalmente fraqueza. "Sinto que a doença não saiu do meu corpo", avalia. Ela acredita que os focos do mosquito estão nas redondezas de sua casa, visto que os dois filhos e os vizinhos também adoeceram. A suspeita está em uma casa abandonada localizada em sua rua, no Sol Nascente. "Avisamos o pessoal da vigilância e eles vieram averiguar, mas, em muitas casas do bairro, os moradores não abrem a porta para os profissionais. Assim, fica difícil", reclama.

Fotos: Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Tenda no Sol Nascente estava lotada de pacientes a procura de atendimento

Quem também teve dengue mais de uma vez foi Florismar Lucena, 54, que, há nove dias, sofre com pressão alta, dor atrás dos olhos e nas articulações, calafrios e enjojo. Com pulseira verde, que indica caso pouco urgente, a dona de casa — que mora em Ceilândia, outra região com alta incidência de casos (6.018,62) — tomou soro e medicação no Hospital de Campanha (HCamp) da Força Aérea Brasileira.

A primeira vez que pegou a doença foi em 2019, a segunda, nesta última semana. "Agora foi muito pior. Além dos sintomas esperados, tive vômitos e dor persistente", conta. Os filhos também foram contaminados e um deles chegou a ser internado em uma unidade de terapia intensiva (UTI). "Na minha rua, tem muito

lixo acumulado e confesso que não tenho usado repelente, está muito caro", ressalta.

Evolução

A infectologista Joana D'arc Gonçalves explica que a infecção por um dos quatro sorotipos do vírus da dengue deixa a pessoa com imunidade permanente contra o agente causador daquela tipagem. "Além disso, o paciente adquire imunidade temporária e parcial contra os outros sorotipos, por alguns meses. Ela pode variar, depende de cada paciente. Alguns falam entre três e seis meses", avalia.

Para a especialista, pessoas que vivem em áreas endêmicas, com incidência alta da dengue, têm maior risco de ter infecção por mais de um sorotipo. "Quando isso

ocorre, ou seja, a infecção com um sorotipo, seguida por outra infecção com um sorotipo diferente, aumenta o risco de agravamento da doença, o que pode evoluir para o óbito", alerta Joana D'arc.

A médica ressalta a importância da vacina. "A incidência global de dengue aumentou muito nas últimas décadas e o imunizante, segundo estudos, é seguro e tem eficácia geral de 80% para a prevenção de hospitalizações, além de ser indicado para quem teve e quem não teve a doença, entre 4 e 60 anos. É uma ferramenta a mais no controle da doença", reforça. "Só tem duas formas para adquirir imunidade contra a dengue: adoecer ou vacinar. Prefiro a segunda opção", acrescenta a infectologista.

Em relação à subnotificação de casos, Joana D'arc comenta que é

um tema complexo. "Muitas pessoas se infectam e não têm sintomas, outros evoluem com poucas manifestações e tem aqueles com quadros graves. Portanto, temos que pensar na doença, na epidemiologia e testar. Quanto mais testes, mais diagnósticos, o que colabora nas ações do poder público", observa.

Atendimento

Sanitarista e professor da Universidade de Brasília (UnB), Jonas Brant afirma que a subnotificação não deve ser argumento. "O esforço tem que ser direcionado em entender e abrir as portas para o acolhimento dos pacientes, para garantir que eles consigam ser atendidos, testados, ter o hemograma feito e conseguir que eles possam ser internados, se necessário, para acompanhar esse paciente durante a evolução da doença, para que ele não se agrave", reforça. "O que a gente não pode ter são cenários em que, em algumas regiões, o sistema não atenda a população, não garanta acesso, não acolha e não oriente no enfrentamento da doença", acrescenta.

De acordo com o especialista, no DF, temos a predominância da circulação do sorotipo 2 da dengue. "É relevante que as pessoas fiquem atentas e, mesmo tendo sido infectadas uma vez, continuem a proteção, por meio do uso de

repelente, pois o risco é maior para uma nova infecção", alerta. Só que Brant destaca que o mosquito também é vetor de outras doenças. "No caso da chikungunya que, provavelmente, será a próxima epidemia que enfrentaremos aqui no DF, é uma doença que mata mais do que a dengue", pontua.

De acordo com o sanitário, ela deixa sequelas nos pacientes, como dores articulares, por até seis meses após a infecção. "Isso é um problema sério, pois vai gerar uma sobrecarga de longo prazo na nossa rede de saúde. Se, na dengue, não estamos dando conta, imagina o cenário numa possível epidemia de chikungunya", teme o especialista.



É relevante que as pessoas fiquem atentas e, mesmo tendo sido infectadas uma vez, continuem a proteção, por meio do uso de repelente, pois o risco é maior para uma nova infecção"

Jonas Brant, sanitário e professor da UnB

Choque

O infectologista André Bon, do Hospital Brasília, explica que sintomas severos podem levar ao choque da dengue, forma grave da doença que ocorre por conta da perda de líquidos dos vasos para dentro do próprio corpo. "Isso faz com que a

pessoa fique com a pressão muito baixa, o que leva à morte", conta.

O especialista ressalta que sinais de alarme, como vômito persistente, dor abdominal intensa, sangramentos, dor no fígado e queda de pressão costumam preceder o choque. "A melhor maneira de evitar que o quadro da doença evolua para um choque é com hidratação venosa adequada", afirma.

HCamp atendeu 30 mil pessoas

À reportagem, pacientes que aguardavam por atendimento no Hospital de Campanha relataram que, nos primeiros sintomas, não cogitam ir à unidade de ponto atendimento (UPA), tampouco à unidade básica de saúde (UBS). A primeira opção tem sido o HCamp. "Ouvi dizer que o atendimento é bom e rápido. Vim e, realmente, foi ágil", comenta Isabela Costa, 22, que estava com manchas vermelhas na pele, febre, dor de barriga e de cabeça. "Parece que sentimos tudo de ruim ao mesmo tempo", completou, enquanto aguardava sua carona buscá-la.

Às 15h de ontem, o auxiliar administrativo Alex Monteiro, 29, procurou o HCamp para se

consultar, pois, há 10 dias, sentia dor nos olhos e na barriga, que não passava nem com dipirona. No entanto, não teve a mesma sorte de Isabela. "Disseram que só terá médico às 18h, porque estão atendendo apenas casos gravíssimos", conta. A recomendação foi partir para a tenda de hidratação da cidade. "Nem cogitei ir em UPAs, estão lotadas". Resolveu ir para tenda se hidratar.

Para a aposentada Maria Rosileusa Moura, 70, que também recebeu a informação de que só haveria médicos às 18h, a melhor opção era aguardar. Ela levou o neto Jonatas Pereira, 9, há dois dias com sintomas de dengue, para consultar. "Melhor ficar aqui e esperar. Imagine levar

o menino de ônibus para a tenda e ele passar mal no caminho? Será pior", afirma. A idosa, moradora do Sol Nascente, contou ser a quinta vez que vai ao HCamp levar algum familiar doente. Ela, no entanto, nunca foi contaminada.

"Minha filha brinca que eu gosto de hospital, porque cheguei a vir aqui duas vezes por dia, mas a verdade é que, como estou inteira", preciso ajudar quem não está", ressalta. Segundo Maria Rosileusa, a escolha pelo local de atendimento não é em vão. "Aqui é bom e costuma ser rápido", disse. Inaugurado em 5 de fevereiro, o HCamp funciona 24 horas por dia e realizou mais de 30 mil procedimentos, até a última divulgação dos dados, em 7 de março.

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



HCamp é um hospital montado pela Aeronáutica para atender exclusivamente casos de dengue



Kayo Magalhães/CB/D.A Press



GDF reage a críticas: "Momento de união para fazer frente à nova crise endêmica"

"Preocupação é sentimento de responsabilidade em relação ao cuidado com o outro. É diferente de ineficiência e descaso, que ganham característica política com viés eleitoral em um momento de necessária união de todos para fazer frente a uma nova crise endêmica." É o que afirma em nota a Secretaria de Comunicação do DF a respeito da carta aberta assinada pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) e diversas entidades de saúde, como o Sindicato dos Médicos, a Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a Associação Médica de Brasília, a Sociedade de Infectologia do Distrito Federal e a Comissão de Saúde da OAB-DF, entre outros. Esses grupos criticam a gestão da epidemia de dengue e pedem medidas urgentes para reduzir os casos de contaminação e morte no DF.

Dengue: "Assassino oportunista"

A Secretaria de Comunicação afirma que a posição refletida em nota assinada por entidades da área de saúde, de preocupação com os casos de morte por dengue no DF, em nada difere da adotada pelo Governo do Distrito Federal. "Ineficiência pressupõe inutilidade, ineficácia, enquanto o descaso nos remete ao comportamento de quem não se importa, que age com indiferença. As ações do GDF têm sido reconhecidas, dentro e fora de seu território, como exemplos a serem seguidos: não subnotificando casos, ampliando a rede de atendimento, adotando medidas profiláticas, alertando, orientando, e, mais recentemente, buscando junto aos planos de saúde o compromisso de cobertura dos casos que precisam de internação", afirma o GDF na nota enviada à coluna. E acrescenta: "Na soma de tudo, um esforço de mãos dadas com uma população que, neste momento, confia na união de todos para vencer esse assassino oportunista".

Rolleberg discute transição energética em Berlim

Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Biondústria do MDIC, Rodrigo Rolleberg está em Berlim para participar do 10º Diálogo sobre Transição Energética de Berlim (BETD), que tem início hoje. Trata-se do maior evento internacional sobre energia organizado anualmente pelo governo alemão, voltado para a discussão de estratégias governamentais relacionadas com a transição energética. O foco, neste ano, é a América Latina. Aproveitando a viagem, Rolleberg participou, ontem, de um evento promovido pela Embaixada do Brasil em Berlim. O seminário teve como tema *Diversificando as principais cadeias de valor em direção à economia de baixo carbono: oportunidades para parcerias entre Brasil e Alemanha* e reuniu representantes de vários setores dos dois países. Durante a abertura, ele afirmou que o Brasil é um parceiro importante para a descarbonização do planeta.



MDIC/Divulgação

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Medalha para o Sarah, Clube do Choro e autoridades

O Clube do Choro e a Rede Sarah serão agraciados com a medalha da Ordem do Mérito do Judiciário do Distrito Federal e Territórios no grau insígnia, para pessoas jurídicas que se destacam na capital do país. Entre as autoridades homenageadas estão os presidentes do STF, Luis Roberto Barroso; do Senado, Rodrigo Pacheco; do TSE, Alexandre de Moraes; e da Câmara, Arthur Lira. Também receberam a honraria o procurador-geral da República, Paulo Gonet; a ministra do STJ Daniela Teixeira; a ministra-substituta do TSE Vera Lúcia Santana de Araújo; o presidente da OAB, Beto Simonetti; e o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz, entre outros. O evento será realizado nesta sexta-feira.

TCDF promove Ouvidoria Day

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) recebe hoje autoridades e representantes das ouvidorias de diversos órgãos públicos do Distrito Federal — como a Controladoria-Geral do DF e a Secretaria de Educação — para debater os papéis dessas áreas como canal de comunicação com a sociedade e como ferramentas de transparência e de combate à corrupção. Entre os palestrantes estão: a ouvidora-geral do Distrito Federal, Cecília Souza Fonseca; a secretária de Ouvidoria e Segurança da Informação do Tribunal de Contas da União (TCU), Mônica Cotrim Chaves, e o procurador-geral do Ministério Público junto ao TCDF (MPJTCDF), Demóstenes Tres Albuquerque. Pelo TCDF, o conselheiro-Ouvidor, Paulo Tadeu, e a ouvidora Juliane Azevedo vão falar sobre a contribuição das ouvidorias para a atuação do controle externo.

Lei cria Fundo Distrital de Transporte

Promulgada pela Câmara Legislativa, a Lei 7.467/2024 cria o Fundo Distrital de Transporte Público e Mobilidade Urbana (FDTPMU). Arrecadados por origens diversas, os recursos do fundo serão destinados para planejamentos, estudos, insumos e subsidiar programas como a tarifa zero e a construção de faixas exclusivas, de paradas e terminais de ônibus. "De forma escalonada, teremos um transporte mais efetivo, e, quem sabe, até estar com a tarifa zero, levando em consideração que a gente já paga, com impostos da população, 72% do serviço de mobilidade urbana no DF", explica o deputado distrital Max Maciel (PSol), autor da lei.

Ed Alves/CB/D.A Press



"Adivinha quem pegou o recurso de Bolsonaro no STF? Flávio Dino! Não tem pra onde Bolsonaro correr! Sem anistia!"
Deputado Lindbergh Farias (PT-RJ)

"Olha só o Lindbergh reconhecendo publicamente, sem constrangimentos, o caráter político partidário de certas decisões judiciais!"
Deputada Bia Kicis (PL-DF)



Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Habitação no Lide

O governador Ibaneis Rocha confirmou presença hoje no almoço do Lide com o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira. O tema do evento, organizado pelo empresário Paulo Octávio, é habitação.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

SAÚDE PÚBLICA / Imunizante está disponível para grupos prioritários em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), na rodoviária do Plano Piloto e na policlínica do Lago Sul, num total de 125 pontos

Vacinação contra gripe começa hoje

» CAROLINA BRAGA

Fotos: Hitalo Silva/CB/D.A Press



Cange quer vacinação em dia: "Vou tomar a vacina contra gripe, sim"

que os trabalhadores desses setores apresentem algum documento que comprove vínculo contratual ou institucional (crachá, por exemplo) ou contracheque para comprovar a ocupação.

O aposentado Benedito Cange dos Santos, 59 anos, que tem problema de saúde crônico disse que manterá o costume de se proteger contra a gripe, como faz todos os anos. Enquanto esperava na fila da Rodoviária do Plano Piloto o ônibus para Santa Maria, garantiu: "Vou tomar a vacina contra gripe, sim. Gosto de minha carteirinha de vacinação sempre em dia. Estou vacinado (contra a

gripe), mas preciso renovar (a dose)". Ele disse confiar totalmente em vacinas e que também se protegeu recentemente contra os vírus da dengue e da covid.

O bombeiro civil e morador do Gama, Alexandre Barreto, 50, ficou surpreso ao saber da iniciativa do Governo de Brasília em antecipar a imunização dos grupos prioritários. Mesmo não tendo direito a receber a vacina, manifestou satisfação e disse que espalhará a notícia para amigos e parentes. "Não sabia que o GDF iria fazer isso. Estou contente e vou divulgar. É importante participar de



Barreto diz que, mesmo sem ter direito à vacina, espalhará a notícia

projetos como esse, sei o valor que têm", afirmou.

Precaução

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) decidiu se antecipar à Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza, prevista para ter início semana que vem, dia 25. "Começaremos a vacinação com antecedência e com a confiança de que teremos uma forte adesão do público", declarou a titular da pasta regional, Lucilene Florêncio. Até agora, a SES recebeu do Ministério da Saúde 100,5 mil doses do imunizante.

"A vacina é considerada a melhor estratégia de prevenção contra a influenza [gripe], possuindo a capacidade de promover imunidade, reduzindo o agravamento da doença e as interações", salientou Lucilene.

As autoridades de saúde advertem que, diante do surto de dengue no Brasil e com vários casos de covid pelo país, quem estiver com essas doenças ou qualquer outra deve tratar-se delas primeiro, antes de receber a vacina contra a gripe. Tomar o imunizante contra a influenza não é recomendado a pacientes com outros males.

Serviço



Aponte sua câmera para QR Code e obtenha mais informações sobre a vacinação

100,5 mil doses

disponíveis no DF
Onde tomar: Unidades Básicas de Saúde (UBS), Rodoviária do Plano Piloto, Policlínica do Lago Sul.

HORÁRIO

8h às 12h e 13h às 16h.

QUEM PODE SE VACINAR

Idosos, crianças entre 6 meses e 5 anos, gestantes, puérperas, pessoas com doenças crônicas, povos indígenas, população privada de liberdade e algumas categorias profissionais.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Mediúnica com Gandhi

Neste momento conturbado por ações violentas, esta coluna conseguiu uma entrevista mediúnica exclusiva com o grande líder pacifista Mahatma Gandhi. Fala, mestre!

Qual a sua visão de democracia e por que ela é importante?

Minha noção de democracia é um regime em que o mais fraco deve ter as mesmas oportunidades que os mais fortes. A democracia disciplinada e esclarecida é a melhor coisa do mundo.

Como enfrentar os inimigos da democracia?

O único tirano que aceito neste mundo é a voz interior, suave e serena.

Nós estamos vivendo um momento de muita intolerância. O que fazer?

A lei de ouro do comportamento é a tolerância mútua, já que nunca pensaremos todos da mesma maneira, já que nunca veremos senão uma parte da verdade e sob ângulos diversos.

Como se livrar de uma agenda do ódio que domina o nosso país?

Eu me considero incapaz de odiar qualquer ser humano no mundo. Por meio de um longo caminho de disciplina e devoção deixei de odiar a quem quer que fosse. Olho por olho, e o mundo acabará cego.

Um dos efeitos da corrupção que nos assola não é desvalorizar o trabalho?

Nada desmoraliza tanto uma nação como aprender a desprezar o trabalho. A pureza de espírito e a ociosidade são incompatíveis.

As máquinas libertam ou aprisionam o homem?

Para serem bem usadas, as máquinas têm de ajudar e atenuar o esforço humano. O uso atual das máquinas tende cada vez mais a concentrar a riqueza nas mãos de uns poucos em total menosprezo a milhões de homens e mulheres, cujo pão lhes é arrebatado da boca.

Como enfrentar o culto à violência?

Eu sou contra a violência porque parece fazer bem, mas o bem só é

temporário; o mal que faz é que é permanente. Creio que a não violência é infinitamente superior à violência.

A não violência é uma filosofia dos fracos?

A não violência exige muito mais coragem do que a violência. Não estou pedindo que se pratique a não violência por ser uma nação fraca. Quero que se pratique a não violência por estar consciente de sua força e poder. A força da não violência é infinitamente maior do que todas as armas inventadas pela engenhosidade do homem. Essa força da não violência só é ativa se temos um amor a Deus.

As suas ideias são belas, mas elas são viáveis?

Aqueles que querem praticar o bem

não são egoístas, não têm pressa. Sabem que é preciso muito tempo para impregnar as pessoas com o bem. A força não provém da capacidade física. Provém de uma vontade indomável.

Como resolver a questão da pobreza no mundo?

Há riqueza bastante no mundo para as necessidades do homem, mas não para a sua ambição.

Que mensagem o senhor deixaria aos governantes neste momento tão conturbado?

Dai-me um povo que acredita no amor e vereis a felicidade sobre a Terra. O amor é a força mais sutil do mundo. O amor é a força mais abstrata, e também a mais potente que há no mundo.

INVESTIGAÇÃO / Com marcas de tiros, os corpos do escrivão da PCDF e da namorada dele estavam no apartamento do servidor público, em Águas Claras. Polícia Civil aguarda resultado de laudos e trabalha com duas hipóteses para elucidar o caso

Casal é encontrado morto

» DARCIANNE DIOGO
» LETÍCIA GUEDES
» LETÍCIA MOUHAMAD

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) investiga as mortes do escrivão da corporação Leonardo Rodrigues Ribeiro, 45 anos, e da namorada dele, Jéssica Raiane Alves de Souza, 33. Os corpos dos dois foram encontrados com marcas de tiros dentro do quarto do apartamento dele, no Residencial Montpellier, na Q 102 de Águas Claras. Policiais da 21ª Delegacia de Polícia (Taguatinga Sul) trabalham com duas linhas de investigação e aguardam laudos periciais para entender a dinâmica do crime.

A primeira hipótese trabalhada pela polícia é a de duplo suicídio. Por volta das 8h da manhã de ontem, a Polícia Militar (PMDF) foi acionada para averiguar um suposto caso de suicídio, segundo o 2º tenente Carlos Cunha. "Ao chegar no local, os agentes ouviram o relato de um vizinho que contou que Leonardo teria saído de seu apartamento pedindo socorro e gritando que a namorada havia atentado contra a própria vida. Ao se virar para buscar ajuda de outros moradores, o vizinho ouviu um segundo disparo e, em seguida, não percebeu mais movimentação dentro do apartamento, e resolveu acionar a PMDF", detalhou.

As pegadas de sangue no corredor e as imagens capturadas pelas câmeras de segurança

confirmam a versão do vizinho. No vídeo, Leonardo de fato saiu do apartamento, disse ao morador do lado que a namorada havia se matado e pediu ajuda. A testemunha desceu para chamar mais pessoas, quando foi efetuado um segundo disparo. Os dois corpos estavam no quarto e com marcas de tiros. O de Leonardo, em um colchão no chão, visto que o casal havia se mudado há pouco tempo para o prédio.

A princípio, a equipe de investigação afirma que não há indícios da participação de terceiros, uma vez que não foram encontrados sinais de arrombamento na porta do apartamento. A PMDF constatou que não existem registros de violência doméstica em nome do escrivão. Ao **Correio**, uma moradora do prédio contou que antes Leonardo residia no condomínio com a ex-esposa, com quem ela firmou uma amizade, mas que os dois teriam se mudado no ano passado, e depois se divorciaram. Ela relatou que o relacionamento de Leonardo e Jéssica era recente. Nas redes sociais, o namoro do casal foi anunciado este mês.

Vizinhos revelaram que o escrivão havia tido um filho natimorto com a ex-esposa e acabou desenvolvendo depressão após o ocorrido, razão pela qual teria tido o porte de arma restrito, apesar de ter continuado atuando como escrivão da polícia. A arma utilizada na ocorrência era particular de Leonardo, que

Ed Alves/CB/DA.Press



Peritos criminais retiram objetos do apartamento onde o casal foi encontrado, em Águas Claras, na manhã de ontem

trabalhava na 12ª DP (Taguatinga Centro), mas no apartamento dele os investigadores apreenderam outras três armas de fogo.

De acordo com moradores, o rapaz aparentava ser uma pessoa tranquila. Uma testemunha, que mora no prédio ao lado e tem um apartamento alugado na torre A, onde ocorreram as mortes, contou que no condomínio moram muitos policiais. "As armas estão todas

aqui", disse. Mesmo assim, revelou que o local é tranquilo e que nunca presenciou casos semelhantes. Amigos do casal disseram que os dois faziam tratamento para depressão.

Laudos

A segunda linha de investigação é a de feminicídio seguido de suicídio. A PCDF aguarda os laudos que podem ser decisivos

para a elucidação do caso. Entre eles, o laudo de local, do Instituto de Medicina Legal (IML), e do toxicológico (constatar a presença de substâncias químicas no organismo).

Os documentos podem revelar toda a dinâmica do ocorrido, como a distância do tiro que atingiu Jéssica, se foi disparado em uma linha reta ou de baixo para cima. Não há previsão para os resultados dos laudos.

O **Correio** conversou com uma prima de Leonardo, do Rio de Janeiro, estado onde parte da família do policial reside. Abalada com a notícia, Tati Anderson contou que o familiar era um rapaz tranquilo, educado e muito amado. "Ele era um homem incrível, muito coração e bom demais", disse. As informações sobre os velórios não foram divulgadas.

HOMICÍDIO

Jovem é executado em frente ao bar

Mateus Mamede, 27 anos foi executado a tiros em frente a um bar, na QNM 8 de Ceilândia, na madrugada de ontem. Segundo depoimento de testemunhas, os criminosos estavam em um carro prata. Com mais de 5 mil seguidores no Instagram, o jovem assassinado pretendia entrar para o ramo musical e chegou a gravar alguns vídeos com alguns MC's.

O homicídio ocorreu por

volta das 3h30. Mateus Sousa Mamede estava em frente ao bar quando os autores surpreenderam o rapaz a tiros. Uma testemunha contou, em depoimento à Polícia Civil (PCDF), que estava no balcão do estabelecimento quando ouviu os disparos. Por ser militar da reserva, sacou a arma e disparou contra o grupo de, pelo menos, quatro pessoas.

Os criminosos teriam revidado os tiros contra o militar,

que se abrigou atrás de um veículo e não foi atingido. Mateus morreu na hora e o grupo fugiu em um carro. Nas redes sociais, dezenas de comentários lamentaram a morte do rapaz, que era influente na região. "Hoje, um pedaço de mim se foi junto com você meu [irmão]. Nunca imaginei que você fosse nos deixar dessa forma. Por que fizeram isso? Por que logo você, meu irmão?"

Nunca fez mal nem para uma barata. Nunca gostou de briga nem fofocinha pra chatear e tirarem sua vida dessa maneira. Você, sim, foi um grande exemplo para vários, de que não precisa ir para o lado errado pra ter suas coisas. Onde passava deixava aquele rastro de alegria e felicidade. Você deixou um furo gigante no meu coração [...]", declarou um dos amigos da vítima. (DD)

Redes sociais



Amigo lamentou a morte: "Nunca gostou de briga"

Obituario

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

Sepultamentos realizados em 18 de março de 2024

» Campo da Esperança

Abílio Alves de Carvalho, 97 anos
Adelita Gomes Cabral, 92 anos
Bartolomeu Martins Cardoso, 98 anos
Elisabete Costa de Oliveira, 90 anos
Francineide Gomes Coutinho, 50 anos
Francisco Augusto Cavalcante de Castro, 76 anos
Genesina Maria de Sá, 84 anos
Iolanda Soares Rolim Correia, 72 anos

Jéssica Botti Ferreira, 29 anos
Lourival Pereira da Silva, 78 anos
Lucas Pivotto Rocha, menos de 1 ano
Luiza de Melo Oliveira, 65 anos
Marcos Antônio Pereira da Silva, 54 anos
Maria Celina Fontes da Silva, 81 anos
Maria de Lourdes de Azevedo Alves, 79 anos
Raimundo Nonato de Lisboa Vaz, 71 anos
Severina Maria da Silva, 81 anos
Waldezar Cordeiro de Matos, 72 anos

» Taguatinga

Anthony Joaquim Alves da Silva, menos de 1 ano
Cícera Pereira de Souza, 91 anos
Cristina Sousa Ferreira, 92 anos
Djanira Barbosa, 67 anos
Elias Mariano Ferreira, 60 anos
Jovelina Flor Pereira, 80 anos
Lucivânia Araújo da Silva, 40 anos
Marcos Ramos Bezerra, 45 anos

» Gama

Maria Felician dos Santos Ribeiro, 56 anos
Maria Liz Miranda Brandão, menos de 1 ano
Sinval Jeremias Rodrigues, 89 anos
Tiago Pinheiro de Souza, 31 anos
Valmir Lima Cavalcante, 60 anos

Mário Raimundo de Almeida, 62 anos
Milton Marques, 81 anos

» Planaltina

Antônio Alves de Sousa, 72 anos
José Carlos Dias de Oliveira, 56 anos
José Luiz Pereira da Silva, 57 anos

» Brazlândia

Marcos Arruda de Lima, 45 anos

» Jardim Metropolitano

Adalto Ferreira da Silva, 87 anos (Cremação)

Agostinho Fernandes Machado, 71 anos (Cremação)
Edmar Gabriel de Almeida Costa, 94 anos (Cremação)
Geny Alves de Oliveira, 86 anos (Cremação)
Heitor Matte, 94 anos
Maria Efigênia de Souza, 88 anos
Maria Santiago de Souza, 90 anos
Leuzo da Silva Santos, 56 anos (Cremação)
Rhavi Fonseca Azevedo de Andrade, menos de 1 ano (Cremação)

» Entrevista | **ERICK SALLUM, DELEGADO DA 9ª DP (LAGO NORTE)**

Ao *CB.Poder*, o chefe de polícia diz que fraudes eletrônicas são um desafio para as autoridades. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o país registrou alta de 326,3% de crimes dessa natureza nos últimos quatro anos

Golpes ainda mais tecnológicos

» LUIS FELYPE RODRIGUES*

O Distrito Federal registrou, em 2023, cerca de 50 mil ocorrências de golpes e fraudes eletrônicas — como a tentativa que resultou em uma prisão, no último sábado, no Lago Norte. Como a tecnologia tornou os criminosos mais

criativos foi um dos pontos debatidos pelo delegado Erick Sallum, da 9ª DP durante o programa *CB.Poder* — parceria entre *Correio* e a TV Brasília — de ontem. As jornalistas Ana Maria Campos e Mila Ferreira, ele destaca que os estelionatários entendem que golpes por celulares são mais vantajosos que assaltos.

Tem crescido muito o número de golpes e eles estão cada vez mais sofisticados. Como a polícia tem visto isso?

Precisamos fazer uma reconstrução histórica e trabalhar com os dados. No DF, em 2023, tivemos cerca de 50 mil registros de ocorrências de golpes e fraudes eletrônicas, algo em torno de cinco ocorrências por hora. Temos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que indicam, nos últimos quatro anos, um incremento de 323%. Há um dado de 2022 de cerca de 1,8 milhão de ocorrências no Brasil. Nós entendemos que é uma tendência. Tivemos incremento de dois dígitos, então é algo que veio para ficar, não é sazonal. Realmente é um desafio para as polícias judiciárias.

O estelionato eletrônico foi tipificado como crime em 2021. Qual é a pena para quem o comete e como identifica-lo?

É preciso fazer uma construção histórica para entender o que está acontecendo, esse fenômeno criminal que está acontecendo não só no Brasil, mas mundialmente. Podemos pensar que, nas décadas de 1980 e 90, com o início daqueles assaltos a banco, o nascimento do PCC em São Paulo e uma onda de sequestros no Rio de Janeiro, ou seja, crimes violentos contra patrimônio, contavam com o uso da pólvora e da violência para conseguir o dinheiro das vítimas. A partir de 2000, tivemos um shift (mudança) na tecnologia, como o lançamento do Facebook, em 2004, do WhatsApp, em 2009, e do Instagram, em 2010, e o telefone se transformou realmente numa peça-chave indispensável. O crime organizado percebeu que é melhor não se arriscar invadindo um

banco e trocando tiro com a polícia para pegar menos dinheiro do que fazendo um simples telefonema. Na DP, registramos, de maneira comum, ocorrências acima de R\$ 200 e R\$ 300 mil. Uma vez que o criminoso tem acesso ao seu telefone, ele consegue entrar na sua conta bancária e pegar todo o seu saldo e consegue fazer um limpa na conta dessas pessoas. Muitas delas já idosas e aposentadas que estão no fim da vida tendo que enfrentar dívidas impagáveis. A pena varia de dois a oito anos.

O fato de idosos ingressarem na tecnologia as torna alvos mais fáceis para os golpistas?

Quando os criminosos ligam para as vítimas, eles já sabem tudo delas. É justamente esse conhecimento que eles têm que ganha a confiança das pessoas, e é isto que temos que debater hoje: como esses dados estão sendo vendidos na internet. No final do ano passado, fizemos uma operação e aprendemos, em Ceilândia, dois hackers que tinham um painel de dados. Você entrava em um site, fazia um pix de R\$ 200 e tinha acesso, por 30 dias, a cerca de 200 milhões de CPF. A integralidade da população brasileira dentro desse painel, com nome, CPF, endereço, celular, data de nascimento. A partir dessa informação, conseguem direcionar as pessoas. Justamente por isso, o Lago Norte e o Lago Sul, lugares de maior poder aquisitivo, são onde os criminosos mais ligam na capital.

As pessoas devem ficar atentas não apenas aos bancos, mas às operadoras de celular com o golpe SIM Swap. Poderia explicar isso?

Muitas vezes, eles usam estelionatários com documentos falsos das pessoas, vão até as operadoras

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



O telefone se transformou realmente em uma peça-chave indispensável para o crime organizado, que percebeu que é melhor não se arriscar invadindo um banco e trocando tiro com a polícia para pegar menos dinheiro do que fazendo um simples telefonema

com todos os dados dela, falam que perderam o chip e pedem para a operadora emitir um novo. Porém, ele é dado para o criminoso e, quando o golpista o insere no telefone, a linha da vítima cai e ele começa a receber suas ligações no telefone dele. Existe a possibilidade do reset de senha, que é enviado por SMS para restaurá-la. Por isso, é muito importante alertar a população acerca do fator duplo de autenticação no WhatsApp e redes sociais, pois mesmo que ele tente puxar seu WhatsApp, vai chegar no duplo fator e não vai conseguir pegar suas mensagens. Quem não entende muito de tecnologia deve pedir orientação para os netos para que verifiquem se está com a verificação dupla.

Poderia dar alguns conselhos para evitar essa dor de cabeça e não ser outra vítima?

Por exemplo, oriento muito meu pai e minha mãe. Meu pai é um militar bem metódico,



Aponte a câmera do celular e assista ao *CB.Poder* de ontem



Assista o vídeo da prisão, pela PCDF, do homem que aplicou golpe no Lago Norte

a sociedade funcionava bem. Você não é obrigado a usar isso. Não caia nas armadilhas psicológicas dos bandidos, que é sempre aquele imediatismo de fazer o depósito. Lembre sempre disto: uma vez que o dinheiro saiu da sua conta, é muito difícil recuperá-lo. Então, cuidado redobrado. Desligue o telefone, converse com o neto, vá a uma delegacia da área, nós estamos lá para orientar a população, telefone para o delegado ou para o plantão. Converse com um amigo ou gerente do banco. Use outros métodos de verificação para realmente garantir com quem você está falando, se é realmente quem diz ser. As vezes, você pode receber uma ligação do seu gerente, mas aqueles números que geralmente são 4004, 0800, são números passivos. Você nunca vai receber uma ligação ativa dos bancos com aqueles prefixos.

*Estagiário sob a supervisão de Patrick Selvatti

TEMPO

Calor intenso no fim do verão

» NAUM GILÓ

Os últimos dias do verão devem ser de calor e bastante umidade no Distrito Federal, de acordo com o Instituto Nacional Meteorologia (Inmet). As temperaturas máximas devem ficar em torno de 3°C a 4°C acima da média para o período na capital. De acordo com Glauco Freitas, meteorologista do Inmet, a sensação de abafamento associada com a alta umidade continuará, o que provoca uma maior sensação térmica e mais desconforto.

Ontem, as temperaturas mais extremas foram registradas na Estação Meteorológica de Águas Emendadas, quando os termômetros variaram de 17°C a 32,7°C. No Plano Piloto, as temperaturas ficaram entre 19,5°C e 31°C. Calor, umidade e pancadas de chuva mais

localizadas devem continuar até amanhã, quando termina o verão no Hemisfério Sul.

“As dicas para enfrentar o calor desse período são as mesmas para o período da seca, como hidratação e uso de protetor solar. A atenção precisa ser dobrada com crianças e idosos. Como no calor úmido se transpira mais, a desidratação é ainda mais rápida para esses grupos”, alerta Glauco.

Em dias em que o sol aparece mais, brasilienses aproveitam para irem se refrescar nas águas frias da Água Mineral, no Parque Nacional de Brasília.

A autônoma Carolina Araújo, 32 anos, afirma que não é adaptada para temperaturas mais altas. “Eu sinto muito calor e tenho sintomas como falta de ar, tontura e moleza. Em dias mais quentes, sempre que eu tenho tempo, eu venho para a Água Mineral. A água

gelada ajuda muito”, revela. O ventilador ligado o tempo todo também é uma estratégia para aplacar as altas temperaturas em casa.

Já a grega Fotini Balafouti, 40, prefere o período mais úmido do ano do que os meses em que a umidade relativa do ar fica abaixo dos 20%. “É muito seco e tropical para mim, não estou acostumada. Minha rinite e sinusite atacam”, reclama a professora. “Prefiro umidade. Eu sou friorenta, então consigo dormir sem ventilador. E sempre venho para a Água Mineral, porque é perto e a água é gelada”, completa.

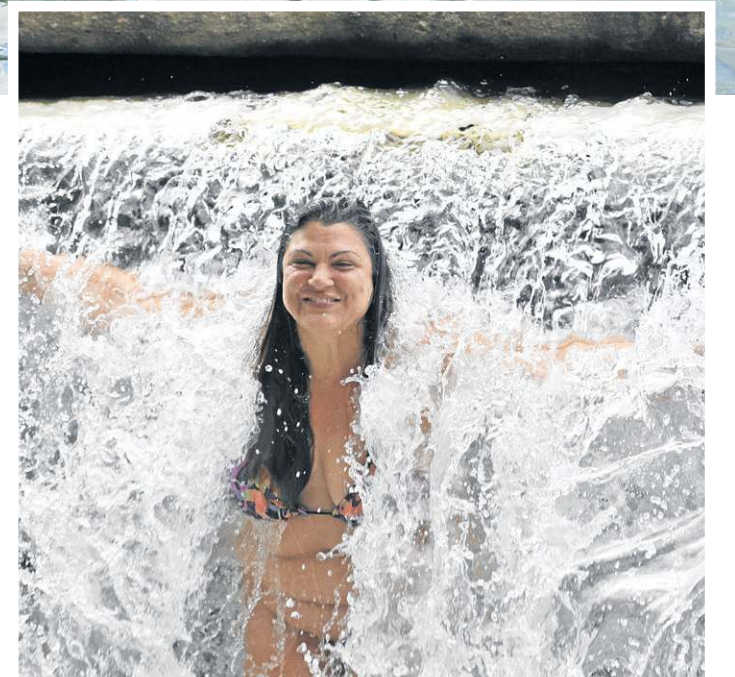
O garçom Lucas Rocha Brandão, 26, também aproveita os dias mais quentes na Água Mineral. “Também gosto de ir pro lago e tomar uma cervejinha bem gelada”, confessa.

O meteorologista Glauco Freitas informou ao *Correio* que as temperaturas devem ficar acima da média apenas até quinta-feira, quando as máximas devem cair para 27°C e 28°C, com chuvas mais distribuídas.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Dias de calorão levam brasilienses à piscina da Água Mineral. “Água gelada”, comemora Fotini Balafouti



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico RFB/Sucor/Copol nº 90003/2024 - UASG 170010

Nº Processo: 18220100798202364.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de televisores 85" com suporte de fixação em parede compatível. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 19/03/2024 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Esplanada Dos Ministérios, Bloco "P" Anexo "a" 2º Andar, - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/170010-5-90003-2024>. Entrega das Propostas: a partir de 19/03/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 01/04/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

SONIA MAGALI GAMA MACHADO
Chefe da Divisão de Licitações Substituta

SERPRO

COMUNICADO SERPRO

Nos termos do Estatuto, o SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO), com sede em SGAN Quadra 601 Módulo V, COMUNICA através do presente edital, a Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em 19/04/2024 às 10:30, conforme termos definidos no Art. 132 da Lei nº 6.404/76. Os documentos a serem aprovados estão disponíveis no site <https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/contas-anuais/2023> e foram disponibilizados em ofício SEI datado de 15 de março de 2024.

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A.Press



» GIULIA LUCHETTA

O programa Jovem de Expressão (JEX), em funcionamento desde 2007, vem fazendo a diferença para a comunidade de Ceilândia. Localizado na Praça do Cidadão, o centro cultural e formativo atende pessoas de 18 a 29 anos. As atividades incluem oficinas, palestras, cursinho preparatório pré-vestibular, debates, terapia comunitária, laboratório de empreendedorismo e rolês, além da administração da Galeria Risofloras, de arte contemporânea.

“Trabalhamos com quatro eixos de atuação: cultura, educação, empreendedorismo e saúde mental. Dentro desses eixos, temos projetos vinculados a essas temáticas. A oficina de cinema, por exemplo, está ligada à questão do mercado cultural”, destaca Rayane Soares da Silva, 31 anos, gestora do programa.

Ela complementa que a saúde mental é a base de tudo. “Todas as atividades que fazemos aqui são vinculadas à saúde mental, para que os alunos, além da prática teórica dos cursos, consigam também ter um espaço de troca”, ressalta.

Idealizado pelo deputado distrital Max Maciel (PSol) e pelo atual coordenador do programa, Antônio de Pádua, o JEX é uma realização do Instituto Referência da Juventude — organização voltada à garantia de direitos desse público.

As atividades envolvem uma equipe de 26 profissionais e são organizadas em ciclos de três a quatro meses de duração, realizados uma vez por semestre. Cada ciclo de oficinas envolve, em média, 150 participantes. O curso pré-vestibular e o de inglês têm turmas de 30 pessoas, a cada semestre.

A verba provém de editais de fomento, como o do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), e de parcerias com instituições, entre elas, o Instituto CNP Brasil, Meta e Google for Nonprofits. “Também contamos muito com voluntários que se formam e têm interesse de colaborar. Inclusive, a equipe do Jovem de Expressão é toda formada por ex-alunos do programa”, conta Rayane, que frequentou o curso de audiovisual no JEX.

Plantão psicológico

O projeto Se Cuida Quebrada tem plantões de atendimento psicológico presencial e gratuito, às quartas-feiras, das 14h às 17h, na sede do Jovem de Expressão, na EQNM 18/20. Yasmin Moreira da Silva, psicóloga social e coordenadora do Núcleo de Saúde Mental do JEX, explica que o serviço é destinado a proporcionar alívio, orientação e apoio em situações de necessidade ou de crise.

“O plantão psicológico não é um atendimento direcionado, clínico, contínuo. Ele está nesse lugar da emergência, do

PROGRAMA EMPODERA

Cultura, educação, empreendedorismo e saúde mental são os eixos de trabalho do Jovem de Expressão, que atende pessoas de 18 a 29 anos, incluindo plantão psicológico uma vez por semana

JOVENS DE CEILÂNDIA

acolhimento. Geralmente, temos até três, por dia. Às vezes, mais. Tentamos sanar as demandas que podem ser emergenciais e, a partir disso, encaminhar o paciente para outros setores que prestam assistência gratuita”, detalha a psicóloga.

As sessões são realizadas por duas estagiárias voluntárias do curso de psicologia, com a supervisão de Yasmin, que atua na gestão e na complementação dos atendimentos, nos dias em que a demanda é mais alta. Pode se consultar quem tem mais de 18 anos e não é necessário agendamento prévio. Os encontros são organizados por ordem de chegada, não sendo possível escolher ou realizar as sessões sempre com o mesmo profissional.

No ano passado, o plantão recebeu mais de 150 jovens. “Estamos no processo de pensar estratégias e formas de como suprir essa dificuldade das pessoas conseguirem acesso aos atendimentos. Já recebemos pacientes de Taguatinga, Santa Maria e Samambaia, por exemplo”, antecipa Yasmin.

Identidade

Isabele Vidal, 34, mudou-se para Ceilândia no ano passado, quando conheceu a oficina de produção cinematográfica do JEX, no segundo semestre. Durante o curso, a produtora cultural estava

Serviço

JOVEM DE EXPRESSÃO

Endereço: Praça do Cidadão, EQNM 18/20, Ceilândia Norte
Telefone: (61) 3371-8923
Site: jovemdeexpressao.com.br/
Instagram: [@jovemdeexpressao](https://www.instagram.com/jovemdeexpressao)

- O plantão de atendimento psicológico é realizado às quartas-feiras, das 14h às 17h. Não é preciso agendamento

passando por uma fase de transição de carreira e de mudanças profundas na vida pessoal, o que a motivou a começar a se consultar no plantão psicológico. “Quando passei a morar em Ceilândia, foi um combo de acontecimentos em minha vida. Estava me divorciando, em um processo complicado, saindo de um relacionamento abusivo, com violência doméstica e patrimonial. Tinha um quadro depressivo e estava desempregada”, recorda a produtora cultural.

“O Jovem de Expressão foi um lugar onde pude conhecer outras perspectivas. O acompanhamento me ajudou a me estruturar novamente, a firmar minha autoestima”, conta. Isabele observa que havia tentado buscar atendimento psicológico

gratuito em universidades, mas enfrentou dificuldades de deslocamento. Além disso, sentiu-se mais à vontade com a abordagem do programa. “No Jovem, me identifiquei mais e foi mais natural me abrir, pois estava conversando com uma mulher negra que compreende minhas questões, anseios e como a sociedade nos percebe também”, argumenta. “Conversar com alguém que tem mais percepção sobre os problemas com os quais lidamos, como mulheres periféricas, fez eu me sentir muito acolhida. Pude identificar novas portas, voltar a tocar minha vida profissional e pessoal. É muito importante ter essa consciência por meio da fala, do que pode ser feito para melhorar”, conclui.

Fala Jovem

“Apesar de ser tímida, odeio me isolar do mundo. Eu sou uma pessoa muito calma e paciente. E, por último, sou uma pessoa que esconde muito os próprios sentimentos”, expôs Gláucia Moraes, de 27 anos, na dinâmica do Fala Jovem, que iniciou, na última quarta-feira, a oficina de teatro. O objetivo do encontro era “quebrar o gelo” entre os participantes, que deveriam escrever duas verdades e uma mentira sobre si mesmos e, depois, deixar que os demais descobrissem qual das afirmações era falsa.

No Fala Jovem — rodas de conversa orientadas pela coordenadora do Núcleo de Saúde Mental, a ideia é que os participantes tenham um espaço de trocas variadas, acolhendo, sobretudo, as especificidades da vivência na periferia, desde os desafios de ingressar no mercado de trabalho até questões identitárias de raça e gênero.

“São rodas de terapia comunitária em grupo. O Fala Jovem acontece integrado a todas as oficinas, porque não queremos só formar para o mercado de trabalho, mas, também, proporcionar que estejam bem para entrar nesse mercado. No decorrer das oficinas, debatemos sobre como ele (mercado) acolhe pessoas periféricas e as dificuldades que os jovens sentem”, detalha Yasmin.

A psicóloga guia as rodas de conversa, pelo menos, uma vez por mês, durante as oficinas, que, geralmente, envolvem até 45 alunos. A duração média é de seis meses.

Terapia comunitária

A psicóloga Yasmin ressalta que é empregada a terapia comunitária integrativa, uma vertente concebida pelo psiquiatra Adalberto Barreto, que visa uma prática de intervenção coletiva, voltada ao fortalecimento dos laços sociais. “Queremos que o participante se entenda como parte de uma comunidade, o que é esse laço social. Empregamos alguns princípios teóricos, como pensamento sistêmico, teoria da comunicação, antropologia cultural e pedagogia freireana”, elenca.

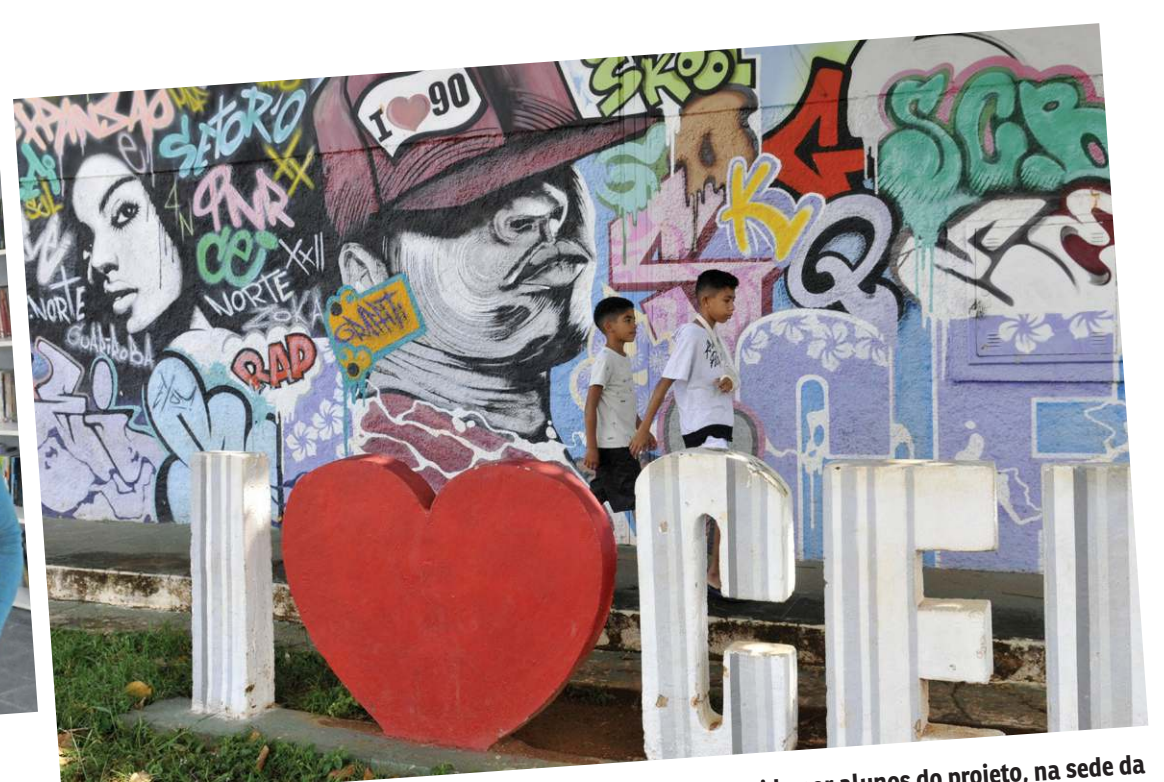
Marcus Vinícius Castro, 25, é formado em jornalismo. Devido ao interesse em cinema, fez a oficina de direção e roteiro do Jovem de Expressão, no segundo semestre de 2023. Ele descreve o Fala Jovem como um espaço de acolhimento importante para o andamento das atividades no curso.

“Junto da psicóloga, ficávamos em uma roda. Geralmente, até os professores participavam. É um espaço muito acolhedor, porque não há obrigação de falar sobre o que estamos passando. Eles vão nos conhecendo melhor com as dinâmicas, os jogos em grupo e, depois, vêm as perguntas sobre como conseguimos relacionar o curso com a nossa vida profissional”, aponta.

Ele recorda que, com o decorrer dos encontros, cada um foi se abrindo sobre o porquê da ansiedade e de estar fazendo o filme. “O curso é de cinema periférico, trata sobre pessoas negras fazendo filmes e a forma como eles mostram a nossa subjetividade. Existe todo um contexto de sermos de Ceilândia e queremos produzir aquele filme. É muito bonito”, resumiu.



Rayane Soares da Silva, 31 anos, foi aluna do JEX e, agora, atua como gestora do programa



Grafite produzido por alunos do projeto, na sede da entidade, homenageia Ceilândia

Tome Nota

As informações para esta seção são publicadas gratuitamente. O material de divulgação deve ser enviado com informações completas do evento (inclusive data e preço), no mínimo cinco dias úteis antes de sua realização.

CURSOS

Cursos Profissionalizantes

Instituto do Carinho e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda estão com inscrições abertas para capacitações gratuitas de panificação e confeitaria. As inscrições podem ser feitas pelo site da Sedet (sedet.df.gov.br) ou na própria sede do instituto — QNN 5, Conjunto O, Casa 15, Ceilândia Norte. Estão previstas 180 vagas para pessoas com idade a partir de 16 anos, de Ceilândia e do Sol Nascente.

Línguas

O Espaço de Cultura Garcia, em parceria com a Casa do Ceará, está oferecendo cursos de inglês, francês, italiano e espanhol nos níveis básico, intermediário e avançado. Também há aulas de conversação em outros idiomas. As vagas são pela manhã, à tarde e à noite. O curso custa R\$ 1.320, valor que pode ser dividido em matrícula (R\$ 60) e seis parcelas de R\$ 210. Mais informações: 99375-2936.

Cultura Digital

O projeto Cultura Digital e a Associação Amigos do Futuro estão oferecendo cursos gratuitos sobre ambientes digitais. As aulas serão no Gama, até 12 de abril. Os interessados podem se inscrever pelo link disponível no perfil do Instagram [@culturaldigitaldf](https://www.instagram.com/culturaldigitaldf). São 300 vagas e três opções de cursos: profissionalizante em e-gamer, técnico ou profissionalizante em animação digital e técnico ou profissionalizante em jogos digitais.

OUTROS

Música nas Feiras

O Projeto Cultural Itinerante Música nas Feiras promete trazer alegria aos mercados permanentes de Taguatinga e do Cruzeiro. Serão cerca de 100 artistas que vão se apresentar em oito finais de semana, até 16 de abril, com muito samba, sertanejo, forró, MPB e muito mais. O evento acontece de forma alternada. Neste fim de semana, os shows foram no Cruzeiro. Em 23 e 24 de março, as apresentações serão em Taguatinga. Informações no Instagram [@musicanasfeiras](https://www.instagram.com/musicanasfeiras).

Fotografia

O Parque de Águas Claras recebe a exposição Brasília Azul, do fotógrafo Celso Júnior. O projeto, idealizado pelo Instituto de Produção Socioeducativo e Cultural Brasileiro (IPCB), com o apoio da Secretaria de Turismo e do Instituto Brasília Ambiental, é uma mostra a céu aberto que busca incentivar a reflexão sobre a cidade, seus traços, sua história e persona-

Desligamentos programados de energia

» Itapoã

Horário: 9h às 15h
Local: Condomínio Euler Paranhos, Chácara 13, DF 250, Avenida Tenente Antônio, 31F, 44, Rua Hugo Povoá, DF 250, KM 3, 18-A, KM 3,5, KM 07, Chácara 23, Quadra 02, Chácara 04, Avenida Central, Chácara 26, QN 02, Chácara 01, Casas 02 e 03
Serviço: Modernização de rede

gens do campo artístico. Em cartaz na unidade de conservação, até 7 de abril, com entrada gratuita.

Pintura

A primeira exposição individual de Sandra Crivellaro, Formas de capturar o tempo, reúne mais de 30 pinturas. A artista trabalha com a ideia de registrar fragmentos do tempo, reinterpretando a paisagem retratada, como também o olhar sobre a arquitetura de Brasília e a arte de pintar. A mostra vai até 24 de março, de terça-feira a domingo, das 10h às 20h, na Galeria Parangolé, que fica no Espaço Cultural Renato Russo. A entrada é gratuita.

Rodeio

A primeira etapa do Professional Bull Riders (PBR) será realizada de 4 a 7 de abril. O evento, no Parque da Cidade, contará com praça de alimentação, brinquedos infláveis, encontro de comitivas e muitas apresentações artísticas, entre elas, Trio Parada Dura, Rick & Rangel e Caio & Henrique. Os ingressos custam R\$ 80 (meia) e R\$ 160 (inteira) e podem ser adquiridos pelo site ingressos.com/. Informações no Instagram [@pbrbrasiliarodeio](https://www.instagram.com/pbrbrasiliarodeio).

Música

O projeto Sessões Acústicas chega à sua sexta edição com uma apresentação de música instrumental. O bandolinista Tiago Tunes se une a Dudu 7 Cordas para trazer grandes clássicos da música brasileira, além de algumas músicas autorais. Os ingressos custam R\$ 60 (inteira) e R\$ 30 (meia). O evento será realizado no Espaço Cultural Alexandre Innecco, na Asa Norte, no dia 22 de março, às 19h30.

Canto

O Centro Cultural Banco do Brasil Brasília (CCBB) recebe o festival Canto Delas – Encontros da Pluralidade. O evento será de quinta-feira (21/3) a

sábado (23/3), começando às 20h. E no domingo (24/3), às 19h. O show poético-musical faz ênfase em temas femininos, representando mulheres em suas múltiplas facetas. Os ingressos custam R\$ 30 (inteira) e R\$ 15 (meia) e podem ser adquiridos no site ccbb.com.br/cultura ou na bilheteria do CCBB.

Networking

Em 28 de março, às 12h, será realizado o Moia Experience — Churras & Networking. O evento é voltado para líderes empresariais que valorizam momentos de conexão e experiências de networking fora do escritório, onde o churrasco gourmet se encontra com oportunidades de negócios. Os ingressos custam R\$ 20 (membros) e R\$ 185 (externo). Mais informações: sympla.com.br.

Teatro

A companhia de teatro Lumiatto apresenta a peça Memória Matriz. Uma história de mãe e filha e o processo de constituir-se mulher na sociedade atual. Ele traz uma abordagem do universo feminino e debate a construção da identidade do gênero. O evento estará de 22 a 24 de março, na Caixa Cultural. Sexta-feira e sábado, às 20h e domingo, às 19h. Os ingressos custam R\$ 30 (inteira) e R\$ 15 (meia)

Espelho sonoro

A Caixa cultural de Brasília recebe a exposição Espelho Sonoro. A mostra propõe uma imersão nas paisagens sonoras das cidades. Por meio da releitura artística de equipamentos de escuta da Primeira Guerra Mundial, os visitantes podem escutar os sons ampliados, gravados e mapeados que são facilmente encontrados no cotidiano urbano. O evento estará em cartaz até dia 24 de março. A entrada é franca. Os dias para visitação são de terça a domingo, das 9h às 21h. Mais informações no site caixacultural.gov.br.

Empreendedorismo

O Projeto Afro em Movimento, realizado pelo Instituto Janelas da Arte, Cidadania e Sustentabilidade e produção do Beco da Coruja, promove o Laboratório Afro com formação e qualificação para empreendedores negros. Serão ofertados cinco cursos, nas áreas de negócios e comunicação digitais: empreendedorismo afro, design & tecnologia: canvas para empreendedores, negócios digitais, digitalmente descomplicado: curso básico de marketing digital e seu negócio online – website. Todas as atividades são gratuitas e online e as vagas limitadas. O período das inscrições será de 21 de março a 7 de abril, as inscrições devem ser feitas pelo site afroemovimento.com.br. Mais informações pelo perfil do Instagram [@afroemovimentodf](https://www.instagram.com/afroemovimentodf)

Isto é Brasília

Janine Moraes/CB



Pira da Pátria

A Pira da Pátria é um monumento que homenageia a liberdade. Inaugurada em 21 de abril de 1987, dois anos após o fim da ditadura militar no Brasil (1964-1985), é uma estrutura com 12 metros de altura projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Também conhecida como Pira da Liberdade e Pira da Panteão da Pátria, está localizada na Praça dos Três Poderes. Nela, uma chama fica acesa 24h.

Poste sua foto com a hashtag #istoebasiliacb e ela pode ser publicada nesta coluna aos domingos

#istoebasiliacb

» Destaques

Ambulatório

» O Ceub está oferecendo atendimento ambulatorial em especialidades como reumatologia, psiquiatria, cardiologia, geriatria e ginecologia/obstetria. Coordenados pelo Centro de Atendimento à Comunidade (CAC), os tratamentos são realizados por uma equipe de médicos-professores, orientadores de práticas e estagiários do curso de medicina. As consultas custam R\$ 40 e podem ser agendadas pelo telefone 3966-1660 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 17h30, no Edifício União, Setor Comercial Sul. Mais informações pelo site uniceub.br/atendimentos-de-medica.

Desenhos

» O Programa Educativo do CCBB Brasília promove oficina gratuita de desenho para adultos. Os participantes aprenderão diferentes técnicas, uso de materiais artísticos e composição visual. Além de ampliar conhecimentos, o workshop estimula o pensamento crítico e a solução de problemas. A atividade é realizada aos sábados e aos domingos de março, às 17h30. O ingresso pode ser retirado a partir das 9h, no dia do evento, presencialmente ou no pelo site ccbb.com.br/brasilia/ccbb-educativo.

Acompanhe o Correio nas redes sociais

(61) 99256.3846

/correiobrasiliense

Quem quiser fazer sugestões ao Correio pode usar o canal de interação com a redação do jornal por meio do WhatsApp. Com o programa instalado em um smartphone, adicione o telefone à sua lista de contatos.

@cbfotografia

@correio

O tempo em Brasília

Muitas nuvens com chuva isolada

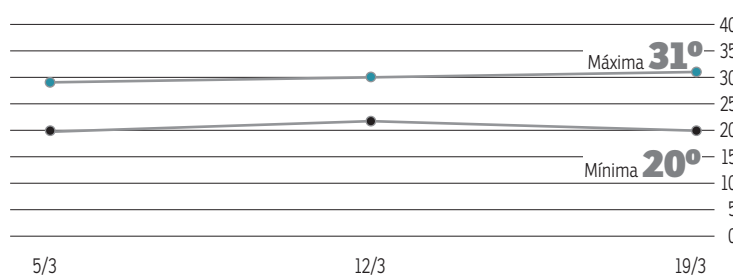


Umidade relativa

Máxima **90%**

Mínima **40%**

A temperatura



O sol

Nascente **6h14**
Poente **18h28**



A lua

Cheia **25/3**
Minguante **2/4**
Nova **8/4**
Crescente **15/4**



grita geral

grita.df@dabr.com.br (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

SOL NASCENTE

BURACOS

Dona Francisca Matias, 65 anos, moradora do Sol Nascente reclama da situação do asfalto, em frente ao supermercado Trem Bom, no trecho 3 dessa região administrativa. "Há um buraco que prejudica os motoristas, pois isso pode estragar os carros. E o tráfego fica perigoso tanto para os pedestres quanto para os motoristas da região", reclamou.

» Em nota a Administração Regional do Sol Nascente/Pôr do Sol informou que "adotará as providências necessárias para resolver a situação".



GUARÁ

BURACOS

Wesley Leco, 35 anos, está indignado com a situação de buracos na QE 38, conjunto D, do Guará 2. Segundo ele, "Há buracos aqui na nossa rua que já estão fazendo aniversário. Já foram feitas reclamações e nada de a Administração vir arrumar. Tive que apelar para comentar em post no Instagram sobre esse problema. Vamos ver se agora a situação muda", disse.

» A Administração do Guará declarou haver realizado uma grande operação tapa-buracos na QE 38, na última sexta-feira (15/3) e que a demanda do morador já foi atendida.

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Justiça

O julgamento do atacante Gabriel Barbosa em caso sobre possível fraude em exame antidoping não teve definição ontem. Em audiência online realizada pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), o jogador do Flamengo depôs sobre acusação do episódio ocorrido em abril de 2023, mas o prolongamento da sessão impediu o resultado. Dessa forma, as partes voltarão a se reunir na próxima segunda-feira, para a conclusão do caso. Se for condenado, Gabigol arrisca pegar um gancho de até quatro anos de suspensão.

LIBERTADORES Quinteto de técnicos campeões do principal torneio do continente é trunfo dos clubes brasileiros na fase de grupos. Conheça as oito chaves sorteadas ontem pela Conmebol. Primeira rodada está marcada para o início de abril

Lucas Merçon/Fluminense



Aposta em quem sabe

Fernando Diniz conquistou a última edição da Copa Libertadores da América pelo Fluminense. Além dele, Abel Ferreira, Tite, Renato Gaúcho e Luiz Felipe Scolari estampam a taça do torneio entre os comandantes de times brasileiros

DANILO QUEIROZ

O futebol brasileiro tem um plano bem definido para ampliar a dinastia de cinco anos no topo da América do Sul: entregar o destino a quem é conhecedor dos percalços do caminho da Libertadores. Dos sete clubes nacionais com sonho de Glória Eterna, cinco terão no comando treinadores com a taça de campeão como um dos diferenciais no currículo. Ontem, em Luque, no Paraguai, a Conmebol sorteou os grupos para a disputa da temporada 2024 da principal competição continental.

Atual campeão com o Fluminense, Fernando Diniz ingressou em um hall de gala entre os treinadores de clubes brasileiros. Mas, em busca do bi, o tricolor não é o único time com um detentor de taça no comando. O Flamengo (Tite), o Palmeiras (Abel Ferreira), o Grêmio (Renato Gaúcho) e o Atlético-MG (Luiz Felipe Scolari) apostam no mesmo recurso para terminarem o ano com o desejo de Libertadores realizado. Entre os competidores do país, o São Paulo, liderado pelo estreante Thiago Carpinini, e o Botafogo, ainda sob o comando do interino Fábio Matias, e em busca de um técnico efetivo, adotam estratégia oposta.

Nas últimas temporadas, no entanto, os novatos foram os responsáveis pela pavimentação da rota de campeão. Antes de Diniz, Dorival chegou ao topo da América pela primeira vez, em 2022, com o Flamengo. Tite tentará o bi pessoal após vencer liderando o Corinthians, em 2012. Após da mesma marca, Renato Gaúcho triunfou à frente do Grêmio, em 2017. Felipão e Abel Ferreira vislumbram um tricampeonato jamais conquistado por nenhum treinador à frente de equipes brasileiras. O atual técnico do Galo levantou a taça dirigindo o Grêmio, em 1995, e o Palmeiras, em 1999. O português chegou

ao ápice nas duas últimas conquistas alviverdes nas versões de 2020 e 2021.

A trajetória para o quinteto Diniz, Tite, Abel, Felipão e Renato levar uma nova conquista ou a dupla Carpinini e Matias faturar a primeira foi inteiramente traçada na noite de ontem. Com a restrição de confronto entre equipes do mesmo país (o Botafogo e os outros clubes oriundos da etapa preliminar eram as exceções), os representantes do Brasil caíram em chaves distintas. Como campeão, o Fluminense ficou no Grupo A e terá como principal adversário o Cerro Porteño. No B, o São Paulo tem caminho

aparentemente duro, com rivais como Barcelona e Talleres. Na Chave C, o Grêmio medirá forças com o Estudiantes.

Cabeça de chave do Grupo E, o Flamengo pegará altitude quando enfrentar o Bolívar e o Millonarios. O Palestino, no entanto, não assusta. O Palmeiras, por outro lado, tende a ter mais resistência no F Independiente del Valle e San Lorenzo surgem como candidatos às vagas. No pote 2, o Atlético-MG caiu com o Peñarol. Após passar pela fase preliminar, o Botafogo terá pela frente a LDU, último campeão da Sul-Americana (veja todo o chaveamento abaixo).

Transmissão

Nos últimos anos, os compromissos da Libertadores da América estão divididos separadamente em diversos canais e, na temporada 2024, não será diferente. Na televisão aberta, a transmissão fica a cargo da TV Globo. Nos canais pagos, a ESPN transmitirá algumas partidas a cada rodada. O streaming também marcará presença na veiculação da principal competição de clubes da América do Sul. Alguns duelos terão exclusividade nas plataformas Star+, do grupo Disney, e Paramount+.

Fase de grupos — Libertadores

Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Grupo E	Grupo F	Grupo G	Grupo H
FLUMINENSE	SÃO PAULO	GRÊMIO	LDU	FLAMENGO	PALMEIRAS	Peñarol	River Plate
Cerro Porteño	Barcelona	Estudiantes	Junior Barranquilla	Bolívar	Independiente del Valle	ATLÉTICO-MG	Libertad
Allianza Lima	Talleres	The Strongest	Universitario	Millonarios	San Lorenzo	Rosario Central	Deportivo Táchira
Colo-Colo	Cobresal	Huachipato	BOTAFOGO	Palestino	Liverpool	Caracas	Nacional
1ª rodada (2 a 4/4)	1ª rodada (2 a 4/4)	1ª rodada (2 a 4/4)	1ª rodada (2 a 4/4)	1ª rodada (2 a 4/4)	1ª rodada (2 a 4/4)	1ª rodada (2 a 4/4)	1ª rodada (2 a 4/4)
Allianza Lima x Fluminense Colo-Colo x Cerro Porteño	Talleres x São Paulo Cobresal x Barcelona	The Strongest x Grêmio Huachipato x Estudiantes	Universitario x LDU Botafogo x Junior	Millonarios x Flamengo Palestino x Bolívar	San Lorenzo x Palmeiras Liverpool x Ind. Del Valle	Rosario Central x Peñarol Caracas x Atlético-MG	Dep. Táchira x River Plate Nacional x Libertad

Roteiro da Sul-Americana está pronto

O caminho inicial da Copa Sul-Americana está traçado. Ontem, a Conmebol definiu as oito chaves da fase de grupos da competição. Depois de bater na trave com o Fortaleza, vice-campeão em 2023, o Brasil terá sete representantes na disputa pelo título. Além do próprio Leão do Pici, a bandeira verde-amarela está presente com Corinthians, Internacional, Bragantino, Athletico-PR, Cruzeiro e Cuiabá.

Empatado com outras quatro equipes como maior campeão do torneio, com dois canecos, o Athletico começa a caminhada pelo tri no Grupo E, acompanhado de Danúbio, Sportivo Ameliano e Rayo Zuliano. Outro vencedor brasileiro, o Inter, ficou na Chave C, com

Delfín, Belgrano e Real Tomayapo. O Fortaleza terá pela frente o Boca Juniors no D, além de Nacional Potosí e Sportivo Trinidense, cenário parecido com o do Corinthians. O Timão pega Argentino Juniors, Racing (URU) e Nacional (PAR) no F. Eliminados na pré-Libertadores, o Bragantino caiu na Chave H, com Racing (ARG), Coquimbo Unido e Sportivo Luqueño.

De volta a uma competição internacional, o Cruzeiro foi o primeiro escolhido, encarando Unión La Calera, Universidad Católica e Alianza FC. Fechando os tupiniquins, o Cuiabá está no G, com Lanús, Metropolitanos e Deportivo Garcilaso. A única divisão sem brasileiros é a A, com Defensa y

Justicia, Independiente Medellín, César Vallejo e Always Ready.

A fase de grupos começa em 2 de abril e vai até 30 de maio. O líder de cada chave avança às oitavas de final, enquanto os segundo vão à repescagem encarar os terceiros colocados da Libertadores. Depois, será feito um novo sorteio para definir o mata-mata. A decisão será em 23 de novembro, em jogo único, ainda sem local definido.

Em 22 edições do torneio, o Brasil soma cinco títulos da Sul-Americana e sete vice-campeonatos. O maior campeão do país é o Athletico-PR, com as conquistas das temporadas de 2018 e 2021. Internacional, São Paulo e Chapecoense venceram um cada.

Norberto Duarte/AFP



Grupos estão sorteados, mas a sede da final não foi definida pela entidade

» Chaveamento

» **Grupo A:** Defensa Y Justicia, Independiente Medellín, César Vallejo e Alianza Petrolera;
» **Grupo B:** Cruzeiro, Unión La Calera, Universidad Católica e Always Ready;
» **Grupo C:** Internacional, Delfín, Belgrano e Royal Tomayapo;
» **Grupo D:** Boca Juniors, Fortaleza, Nacional Potosí e Sportivo Trinidense;
» **Grupo E:** Athletico, Danúbio, Sportivo Ameliano e Rayo Zuliano;
» **Grupo F:** Corinthians, Argentinos Jrs, Racing Montevideo e Nacional;
» **Grupo G:** Lanús, Metropolitanos, Cuiabá e Deportivo Garcilaso;
» **Grupo H:** Racing, Coquimbo Unido, Sportivo Luqueño e Red Bull Bragantino.

ESPORTES

SELEÇÃO Personal Mind de Andreas Pereira diz ao Correio como ajudou o meia a superar os traumas da Libertadores

Programado para sonhar com a Copa

MARCOS PAULO LIMA

Vinte e sete de novembro de 2021. Estádio Centenário, Montevideu. Ao cinco minutos da prorrogação da final da Libertadores entre Flamengo e Palmeiras, Andreas Pereira perde a bola para Deyverson na frente da área rubro-negra. O centroavante alviverde invade a área e finaliza na saída do goleiro Diego Alves para brindar o time paulista com o tricampeonato continental. Vilanizado por uma "nação" de 40 milhões de torcedores, o jogador de 25 anos passa a carregar um fardo.

Quatro meses depois, Andreas Pereira decidiu buscar ajuda. A referência indicada era o preparador mental (personal mind) Lulinha Tavares, um dos precursores do trabalho individualizado com atletas

de alta performance.

"Ele me procurou em março de 2022, no auge da crise. O Flamengo havia desistido da contratação dele. Iniciamos um trabalho e permanecemos até hoje com o tratamento e treinamento mental. Não apenas no momento da adversidade", conta Lulinha Tavares em entrevista ao Correio. O gol marcado, as seis assistências em 36 jogos pelo Fulham na Premier League e a convocação do técnico Dorival Júnior, para os amistosos da Seleção Brasileira contra Inglaterra neste sábado e a Espanha na terça, são as partes visíveis no longo processo.

"Foram trabalhos semanais de ouvir, acolher a dor dele, entender o que ele estava sentindo. Nós o deixamos falar, expor o que estava acontecendo. Identificamos os gatilhos que estavam o



"É preciso treinar a mente para suportar as cobranças do futebol, que não são saudáveis. Programá-la para funcionar em alta performance"

Lulinha Tavares, preparador mental de Andreas Pereira



»Psicóloga

A comissão técnica da Seleção Brasileira tem uma psicóloga. Marisa Santiago, do Bahia, fará parte do grupo comandado por Dorival Júnior a cada data Fifa. A função estava esquecida pela CBF desde a segunda era Dunga.

fazendo disparar as emoções negativas que o faziam lembrar o tempo inteiro do erro para isolá-lo, blindá-lo. Ele começou a resignificar. Fizemos um backup, uma atualização. Não é uma coisa tão simples. Tínhamos que consertar o avião com ele voando", explica o "comandante" Lulinha Tavares.

Convocado para a Seleção pela primeira vez por Tite, em 2018, Andreas Pereira estreou na goleada por 5 x 0 contra El Salvador, em Maryland, nos Estados Unidos. Nascido na Bélgica, foi tentado pelo técnico Domenico Tedesco a defender a seleção na Eurocopa. Filho de brasileiros, ele nasceu em Duffel, quando

o pai, Marco Antônio Pereira, defendia o Mechelen. Ele preferiu o Brasil.

"Ele estava se programando para isso. A convocação é um dos fatos que estão dentro do plano de metas do Andreas Pereira. Ele disse não à seleção belga em uma ato de fé, crendo numa certeza daquilo que ele esperava, mas não via."

BRASILEIRÃO FEMININO

Real Brasília recebe a Ferroviária

NANA ADNET*

Fernanda Luz / @staff_images_woman



O Real Brasília recebe a Ferroviária-SP na capital federal hoje, às 15h, com dois desafios. As Leoas do Planalto jamais saíram de campo com a vitória contra as Guerreiras Grenás e esse jogo, como mandante, pode ser a virada de página para uma nova história. As duas equipes também buscam a primeira vitória no Campeonato Brasileiro Feminino de 2024. Ambas empataram os respectivos jogos na rodada de estreia e terminaram igualadas na tabela, em quinto lugar. Os ingressos estão disponíveis na Bilheteria Digital por R\$ 20 (inteira) e R\$ 10 (meia). O RealTV anuncia a transmissão no YouTube.

O Real estreou no torneio na última sexta-feira contra o Santos, na Vila Belmiro. O jogo acabou 1 x 1. Com uma atuação ofensiva e dominante, principalmente no primeiro tempo, o destaque da partida ficou por conta da meia das Leoas, Lorena Bedoya. A jogadora da seleção colombiana marcou o primeiro gol da equipe na temporada e foi a responsável pela distribuição efetiva das bolas até o ataque. A equipe candanga deve tentar fugir de repetir a campanha do ano passado, na qual por pouco escapou do rebaixamento para a segunda divisão.

O Real Brasília estreou na Série A1 com importante empate contra o Santos

As Leoas terão um desafio maior. As adversárias são candidatas ao título. A Ferroviária ficou com o vice no ano passado. A equipe de Araraquara tem alto investimento no futebol feminino em 2024: R\$ 14 milhões. O orçamento é três vezes superior ao do Real Brasília. Além de ter na equipe uma das maiores promessas do país, Aline Gomes. Com 18 anos, a ponta-esquerda foi autora de 13 gols na temporada passada e faturou a Bola de

Ouro. Agora, acaba de retornar da primeira convocação à Seleção Brasileira.

A última vez que a equipe da capital e a do interior de São Paulo se encontraram foi em 14 de maio de 2023, no Estádio da Fonte Luminosa, também pelo Campeonato Brasileiro. Em jogo válido pela 11ª rodada, o resultado ficou em 2 x 0 para a Ferroviária, com gols de Laryh e Lele.

* Estagiária sob a supervisão de Marcos Paulo Lima

OBITUÁRIO

Morreu na madrugada de ontem, aos 37 anos, a nadadora Joana Neves, multimetalista paralímpica e campeã mundial, apelidada de "Peixinha" e "Joaninha". A paratleta potiguar estava no Centro de Treinamento Paralímpico, em São Paulo, quando passou mal. Foi levada ao hospital, mas teve parada cardiorrespiratória e não resistiu.

PALMEIRAS

O novo gramado do Allianz Parque passou pelo primeiro teste após as reformas. A equipe sub-20 do Palmeiras fez treinamentos no estádio, ontem. Na terça-feira, o grupo voltará para novo teste. A expectativa é de que a arena possa sediar a semifinal do Paulistão entre Palmeiras e Novorizontino.

VÔLEI

O Brasília Vôlei se complicou na luta contra o rebaixamento na Superliga Feminina de Vôlei. Ontem à noite, o time candango tomou a virada do Fluminense, no Ginásio Hebraica, no Rio. A equipe candanga abriu 2 sets a 1, mas as tricolores forçaram o tie-break. As parciais foram de 25/18, 25/19, 25/14, 25/21 e 15/10.

sáb 23 mar

ARENA BRB
NILSON NELSON
BRASÍLIA - DF

RAINHAS
do Samba

ALCIONE 5 anos
Maria Rita

Siga nosso insta:
@rainhasdosambaoficial

SETORES DE MESAS E INDIVIDUAIS

REALIZAÇÃO: QUATRO CONCEPT
INGRESSOS: Symplicí
Bilheteria Digital
APOIO DE MÍDIA: CORREIO BRAZILIENSE

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Sol vai ingressar em Áries. Se encontrar conforto na saudade de um passado que, talvez, não tenha experimentado senão na fantasia de tua fértil imaginação, há de reconhecer que, por pior que seja a época atual, ela dará a mesma saudade a alguém que, no futuro, tenha tua idade presente, porque a saudade não trata de algo específico em acontecimentos, mas da necessidade de conforto que toda alma e corpo humanos precisam suprir. Não que seja errado se confortar na saudade, errado é violentar o presente o castigando com críticas e comparações impertinentes, porque, por pior que seja, nossa humanidade nunca antes viveu uma época sequer parecida com a que atualmente se desenvolve diante de nossos sentidos, e que, de todas as maneiras que o investiguemos, foi gestada na barriga das famílias que, agora, têm saudade do passado.

ÁRIES
21/03 a 20/04

Você não precisa saber racionalmente tudo que acontece, há situações em andamento que só se manifestam através de sensações e pressentimentos, e você não terá nada além dessas condições para se orientar.

TOURO
21/04 a 20/05

O que as pessoas querem fazer não é necessariamente o que você deseja, mas talvez esta seja a hora de você fazer algumas concessões e experimentar o que os outros sugerem, porque neste momento, há mais força por aí.

GÊMEOS
21/05 a 20/06

Procure ser fiel aos seus planos originais, porque nos próximos dias não haverá muita margem para improvisar, nem muito menos para mudar de ideia e fazer tudo de outro jeito diferente. Agora o objetivo está próximo.

CÂNCER
21/06 a 21/07

Grande parte da ansiedade e das angústias decorre de a visão se estreitar e não conseguir enxergar nada além de alguns pontos. Procure ampliar sua visão, enxergar o grande panorama em que as questões se inserem.

LEÃO
22/07 a 22/08

Agora não faça muito barulho nem atraia muito a atenção, e se por ventura tiver de fazer isso, se esconda por trás de um personagem que ajude a lidar com a situação, sem você ter de se expor completamente. Melhor assim.

VIRGEM
23/08 a 22/09

Algumas pessoas são chatas mesmo e seria justo que elas desaparecessem, mas também acontece que são elas, exatamente elas as que você precisa nesta parte do caminho. O jeito é você se munir com muita paciência.

LIBRA
23/09 a 22/10

É muita coisa, mas você vai dar conta, tenha isso em mente o tempo inteiro, para ocupar sua mente com confiança em vez de dar lugar aos resmungos interiores que só servem para tirar sua energia. Preciosa energia.

ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Seria ótimo se a força do pensamento fizesse tudo que suas mãos, braços e intelecto precisavam fazer. Seria ótimo, mas não seria a experiência humana aqui na Terra, seria algo de outro planeta mesmo. Só assim.

SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Há algo importante em andamento, que merece toda sua atenção e empenho, porque para dar certo não haverá nada parecido com golpe de sorte, tudo será bom na mesma medida dos movimentos que você iniciar e sustentar.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Procure dar sinais de ter a mente aberta para conversar, porque o momento é muito apropriado para aliviar os conflitos e encontrar entendimento, e não há nada melhor do que as pessoas se entenderem, não é?

AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Estar no domínio da situação é uma condição temporária, não se engane a esse respeito. É muito bom e confortável ter domínio, mas você deve ver, pela própria experiência, que essa situação não se sustenta por si só.

PEIXES
20/02 a 20/03

Por mais que o desânimo bata forte de vez em quando, faça o supremo esforço de ser mais animado do que o desânimo e, pelo menos, saia a caminhar um pouco sem rumo definido, para que a vida corra pelas suas veias.

FESTIVAL

O canto feminino

» BIANCA LUCCA

No mês de comemoração do Dia Internacional da Mulher, o Centro Cultural Banco do Brasil de Brasília (CCBB) recebe o festival Canto Delas — Encontros da Pluralidade, de quinta até domingo. É uma homenagem poético-musical com ênfase no feminino, representando mulheres em suas múltiplas facetas: diversas raças, corpos, estilos, timbres e origens dentro do meio artístico.

Idealizado pela cantora Clara Telles, o evento reunirá mais oito cantoras brasileiras: Célia Porto, Dara Alencar, Denise Ferreira, Flor Furacão, Geórgia W. Alô, Maria Victória Carballar, Myrlla Muniz e Renata Jambreiro. O repertório presta homenagem a quatro divas da música popular brasileira: Elza Soares, Cássia Eller, Gal Costa e Alcione. Clara destaca que as cantoras homenageadas sempre foram referência no repertório dela. “Não tem como pensar na música popular brasileira feita por mulheres e não pensar nessas quatro. Elas nunca passarão despercebidas.”

O Canto Delas surgiu como uma reformulação de um projeto já executado pela cantora, o Lugar de Fala, que percorreu algumas casas de espetáculo em Brasília. Para o novo projeto, Clara conseguiu reunir os elementos que desejava: “Cenário, figurino, mídia e direção musical, tudo que essas homenageadas merecem!”

A artista reuniu uma grande diversidade e pluralidade da arte feminina. Mulheres de diversas raças, vertentes artísticas e origens têm visibilidade no festival. “Tenho consciência do meu lugar de privilégio como mulher cis, hétero, e branca. Sempre fez parte da minha ideologia compartilhar as oportunidades que a vida me deu, dividir o meu trabalho e o meu espaço com outras mulheres. Nesse projeto, eu pude executar essa ideia” conta.

A multidisciplinaridade do projeto foi natural e quase inevitável para Clara. Ela discute a questão urbana, na qual todos os tipos de arte estão interligadas. “Deve-se descentralizar e descolonizar a arte. Trazê-la para a rua, de volta para o povo, e dialogar em linguagens que sejam fáceis de serem acessadas. A arte não precisa ser sempre erudita, ela deve também ser popular. A partir daí, surge a multidisciplinaridade, com vertentes artísticas urbanas, como o grafite, o rap, a dança de rua e a poesia.”

Chris Santos



Clara Telles: organizadora do festival Canto Delas

A ideia inicial de Clara era reunir 13 cantoras para o festival, mas percebeu ser inviável no espaço disponível. Para selecionar as musicistas o principal critério da artista foi contemplar a diversidade feminina. Clara é a única mulher cis, branca e jovem que irá cantar. As cantoras selecionadas são compostas por mulheres trans, pretas, periféricas e mais velhas. Além da voz cantada, elas também trazem a voz do discurso social.

As cantoras selecionadas são compostas por mulheres trans, pretas, periféricas e mais velhas. Além da voz cantada, elas também trazem a voz do discurso social. Ao fim de cada espetáculo será realizado um bate-papo entre público e artistas do elenco sobre a arte feita por mulheres e o feminino, para aproximar e causar identificação entre plateia e artistas. “Para entenderem quem sonha com isso pode realizar, que a potência feminina pode e deve ter um espaço grande dentro da nossa sociedade”, arremata Clara.

Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco*

CANTO DELAS

De 21 a 24 de março, no CCBB Brasília. Apresentações na área externa de quinta a sábado, às 19h, e domingo, às 17h, acesso livre. Shows no Teatro do CCBB, de quinta a sábado, às 20h, e domingo, às 19h. Ingressos por R\$30 (inteira) e R\$15 (meia para estudantes, professores, profissionais da saúde, pessoa com deficiência e acompanhante, quando indispensável para locomoção, adultos maiores de 60 anos e clientes BB) à venda no site www.bb.com.br/cultura e na bilheteria física do CCBB Brasília. Mulheres trans terão direito à gratuidade mediante autodeclaração na bilheteria física do CCBB Brasília. Não indicado para menores de 12 anos.

cRUZADAS

(?) genética: estuda o DNA	↓	Feriado de 21 de abril “(?) Quer Ser um Milionário?”, filme vencedor do Oscar 2009	↓	Que envolve diversos campos de estudo	O hábitat do saci-pererê (Folcl.)	Situado no passado	↓	Setor dos trabalhadores sem registro
Entupidos; abarrotados	→							
Capela fora do povoado	↓	Metal usado como catalisador	→	Vir à (?): emergir Cantoras notáveis				
Thomas Edison, inventor (EUA)	→		↓			Ou, em inglês Registro de reunião	→	
Pressão arterial e frequência cardíaca	→		(?) Cavalcanti: o Pintor das Mulatas	→	Mira, em inglês			Pouco profunda Essa coisa
	↓							
	→				Suspiros de amor (poét.) Escolhe			
Esquiva; desconfiada			Certificado de qualidade empresarial	→		Dispositivo sonoro de ambulâncias	↓	
Diadema, no ABCD paulista	→	O formato do chapéu da bruxa (Lit. inf.)	↓		Programa de Saúde da Família (sigla)			Preocupação (gíria)
Evolução, em inglês	→							
	→				Interjeição de cólera 550, em romanos			
Marco (?), ator brasileiro		4, em romanos Indicativo (abrev.)	→			Ave australiana semelhante à ema	→	
Disponer em ordem crescente	→							
Secreção que visa refrescar o corpo	→				Peça de cerâmica usada em iluminação			

2/or. 3/alm — emu. 5/neura — rênio. 9/escalonar — evolucion. 10/loquímica. BANCO 5

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE DOMINGO

N	P	V	M
M	A	R	A
R	I	T	A
M	A	D	U
R	O	S	U
C	A	N	O
S	O	P	O
T	T	E	R
R	E	R	E
R	E	I	R
R	E	F	I
N	A	R	I
N	G	R	
I	A	C	B
I	R	G	R
A	F	O	L
G	I	C	O
C	A	S	S
A	D	O	M
A	S		
D	A	I	E
H	S	S	
D	E	S	C
A	R	A	M
E	N	T	O
C	R	R	A
R	A	R	O
D			
V	A	D	I
A	R	O	B
O			
C	O	M	B
A	T	I	V
A	S		
A	O	B	I
U	T	A	B
A	U	R	O
R	A	B	O
R	E	A	L

SUDOKU DE DOMINGO

2	4	8	1	6	7	3	9	5
5	9	6	8	2	3	4	1	7
3	7	1	4	5	9	8	6	2
4	6	7	2	9	8	1	5	3
1	2	9	5	3	4	7	8	6
8	3	5	6	7	1	9	2	4
6	1	3	7	8	2	5	4	9
9	5	4	3	1	6	2	7	8
7	8	2	9	4	5	6	3	1

SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA

#FaçaCoquetel @coquetel

ASSINE AGORA! www.coquetel.com.br

COQUETEL

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

Do fogo que em mim arde
Sim, eu trago o fogo,
o outro,
aquele que me faz,
e que molda a dura pena
de minha escrita.
Ele queima sim,
é chama voraz
que derrete o bivo de teu pincel
incendiando até as cinzas
O desejo-desenho que
fazes de mim.

Sim, eu trago o fogo,
o outro,
aquele que me faz,
e que molda a dura pena
de minha escrita.
é este o fogo,
o meu, o que me arde
e cunha a minha face
na letra desenho
do autorretrato meu.

Conceição Evaristo

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

		4		6	3			
			8		7		9	1
		5						
		6	9			3		
8			6					
	5			2	8			
		2	5	1				
					9			
	3		2			1		6

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Diversão & Arte

O PRIMEIRO RETRATO DO

» SEVERINO FRANCISCO

O holandês Frans Post (1612-1680) foi o primeiro desenhista-viajante a registrar a paisagem brasileira no traço. Mas, para além da primazia de pioneiro, nas últimas décadas, a produção de Post foi reavaliada pela relevância estética. Ao comemorar 200 anos de atividade, o Rijksmuseum, o maior museu de Amsterdam, incluiu uma obra de Frans Post entre os grandes quadros do Século de Ouro da pintura holandesa, que é o século 17. O Metropolitan, em Nova York, expõe a obra de Frans Post na sala mais importante de paisagistas holandeses. Depois de 15 anos, a obra completa de Post ganha nova edição, organizada por Pedro e Bia Corrêa Lago. Ela reúne mais dois quadros a óleo e 34 desenhos que representam animais e foram os únicos desenhos preparatórios que sobreviveram do artista. E, nesta entrevista, Pedro Corrêa do Lago fala sobre a relevância histórica da obra de Frans Post, a qualidade estética e as mudanças do olhar sobre o primeiro artista a produzir imagens do Brasil.

Entrevista//Pedro Corrêa do Lago

Quem era Frans Post quando chegou ao Brasil e de que maneira a interação com o país influenciou a sua visão de mundo?

É muito difícil saber qual foi o efeito na obra completa. A gente não tem nenhuma carta do Frans Post, não sabe nada sobre as reações dele. O que se sabe é que ele aprendeu a pintar em Haarlem, que era um centro importante de pintura, de paisagem e, obviamente, aprendeu debaixo daqueles céus. Quando chega ao Brasil, ele tem o choque de uma luz tropical, de uma natureza, de montanhas e de pessoas e indígenas e escravizadas, e tudo era novidade para ele, inclusive a fauna e a flora.

O que é fascinante é que nos 18 primeiros quadros, dos quais a gente só conhece sete, que foram pintados nos oito anos que ele passou no Brasil, das províncias de Nassau, a gente vê o reflexo da técnica dele que continua ocupando a superfície do quadro quase que dois terços pelo céu, céus nublados, mas ele tem uma série de aportes, uma originalidade do primeiro plano, os elementos do primeiro plano, um tratamento miniaturista da paisagem. É muito interessante o resultado dessa descoberta, dessa nova luz tropical na formação dele clássica, de pintor europeu.

Ao comentar os artistas europeus que pintaram o Novo Mundo, Alexander von Humboldt afirmou que "o mérito da invenção em termos de pintura de paisagem e estudo da natureza é de Frans Post". O que significa essa afirmação? Em que medida, além de ser o primeiro paisagista europeu do Brasil, Frans Post inovou ao captar a paisagem brasileira?

Eu acho que a observação do Humboldt é muito mais histórica. Ele teve o mérito da invenção porque foi o primeiro paisagista das Américas. Para você ter uma ideia, os Estados Unidos tiveram que esperar quase mais 200 anos para ter um pintor europeu bem treinado pintando a paisagem deles. Então, a paisagem das Américas durante 200 anos na Europa foi a paisagem do Nordeste do Brasil. E é nesse sentido que o Humboldt se refere ao Frans Post. Ele captou a paisagem com a técnica extremamente bem desenvolvida, porque a formação dele era sólida, mas basicamente ele teve uma abordagem nova, sim, ele não abandonou os princípios da paisagem que foram desenvolvidos na Holanda do século 17, apenas incorporou ao esquema básico de retrato da paisagem, os novos elementos e a nova luz que ele descobriu no Brasil.

Fotos: Editora Capivara/Divulgação



Paisagem fluvial com engenho



O Rio São Francisco



Vista da cidade Maurícia e do Recife

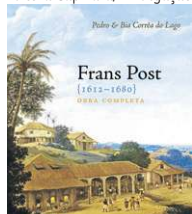
Qual a singularidade de Frans Post como documentarista do Brasil?

Bom, a primeira singularidade é ele ter sido o primeiro. Reside justamente nessa primazia e também no fato de que não havia nenhum preparo para o que ele ia descobrir no Brasil. Ele aprendeu uma coisa na Europa e chega no Brasil e tem que improvisar uma reação ao choque da nova realidade. E isso dá sete quadros que ainda existem hoje, dos 18 que ele pintou no Brasil para retratar as áreas sobre domínio do Maurício de Nassau, que, quando foram mostrados juntos no Louvre, em 2005, causaram um grande impacto e falou-se numa extraordinária redescoberta de um mestre da arte holandesa. Como documentarista do Brasil, ele é preciosíssimo. Nós conhecemos a paisagem do Nordeste graças ao Frans Post. Durante quase 200 anos, até a chegada da Família Real, ele foi a única referência da nossa paisagem.

Além de documentarista, qual a importância de Frans Post como artista?

Durante muito tempo, o Frans

Editora Capivara/Divulgação



FRANS POST (1612-1680) — OBRA COMPLETA

Organização Pedro e Bia Corrêa do Lago. Ed. Capivara/446 páginas

Post foi mal compreendido, porque quadros de uma última fase, em que ele claramente estava decadente nos últimos 10 anos da vida dele, e é mais ou menos uma quarta parte da produção dele, são nitidamente mais fracos que os outros. E são esses que circularam mais no mercado e junto aos estudiosos no decorrer do século 20. Então, havia um certo preconceito dizendo que o único interesse do Frans Post era o fato de ele ter tomado por tema o Brasil, mas que ele era um pintor fraco. Hoje, absolutamente não há essa noção. Quando o Rijksmuseum comemorou 200 anos, o maior museu de Amsterdam, um quadro do Frans Post foi incluído entre os grandes quadros do Século de Ouro da pintura holandesa, que é o século 17. O Metropolitan, em Nova York, expõe permanentemente a obra de Frans Post na sala mais importante de paisagistas holandeses. E todos os grandes museus do mundo querem o Frans Post para sua coleção.

DO

U

R

S

F

F

FRANS POST, ARTISTA-VIAJANTE PIONEIRO, GANHA NOVA EDIÇÃO DAS OBRAS COMPLETAS, COM O ACRÉSCIMO DE DUAS PINTURAS E 34 DESENHOS



Vista de Olinda

Como ele é visto agora?

Ele é claramente visto como um pintor que vai muito além do privilégio de ter tido um tema muito original e fora do comum. Ele viveu disso, ele viveu do fato de ser o único a poder pintar as paisagens que ele tinha visto das Índias Ocidentais, como se chamava na época, do Novo Mundo, do Brasil no caso. Mas a verdade é que ele é um excelente pintor, ele é um miniaturista extraordinário quando ele quer. Os primeiros quadros sob o impacto da revelação da luz brasileira são extremamente instigantes e os quadros que ele pinta ao voltar também para a Holanda são extremamente precisos ainda no retrato da nossa realidade. Enquanto que, na fase mais comercial dele, em que há cerca de 50 quadros, todos os elementos são brasileiros, mas o rearranjo já é mais imaginativo, mas ainda assim os quadros têm uma qualidade excepcional.

Qual é a fase mais fraca da produção de Frans Post?

Só na quarta fase, são mais

ou menos 40 quadros sob 156, é que a qualidade baixa porque ele estava velho para a época, ele morreu com 68 anos. Ele tinha provavelmente um problema de visão e a única carta que nós temos que menciona o Frans Post é dirigida ao Maurício de Nassau e diz que ele é um alcoólatra e que não pode ser apresentado ao rei da França. Nassau pensou, ao apresentar o rei com muitos quadros do Post, mandar o próprio Frans Post para explicar os quadros.

Qual a relevância de Frans Post para a história brasileira?

Bom, na medida em que ele é o primeiro artista a retratar a nossa paisagem, ele tem, evidentemente, uma importância novamente da primazia, mas também um papel muito importante como documentarista. Então, ele é um auxiliar da história, quer dizer, as gravuras e quadros de Frans Post trazem inúmeros elementos importantíssimos, como a iconografia sabe trazer para a história.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, terça-feira, 19 de março de 2024

Para anunciar ▶ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 Apart Hotel

1.2 Apartamentos

1.3 Casas

1.4 Lojas e Salas

1.5 Lotes, Áreas e Galpões

1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas

1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE

BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16º andar. 3033-3865/98581-0151 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

SORAYA SCARINCI VENDE QS 05 Cond Costa Verde Apto 1qto 40m² R\$ 225 mil 3351-4991

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB

AV ARAUCÁRIAS Via Enseada 2qtos suite var 62m² arms 1vaga ac FG-TS 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB

QD 301 Resid Roberta 2 qtos 1 suite 1vaga 53m² arms ac Fgts 99562-4472 cj25698

4 OU MAIS QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB

R 08 casa 4 qtos 4 suítes 4 vagas 400m² Reformada armários Tr 99562-4472 cj25698

ASA NORTE

1 QUARTO

VIRTUAL IMOB. VENDE

911 SGAN Res Green Park Apto 1qto 27m² 1 ste 1vaga 61 3322-6644

INVEST FLAT VENDE

ED CONFORT SUITS apto 1qto 35m² 5º andar mobil. Tr: 3033-3865/98581-0151 cj21229

1.2 ASA NORTE

VIRTUAL IMOB. VENDE ED PRIME RESIDEN-CE Excelente apto 1qto 44m² totalmente mobiliado 3322-6644 cj12135

2 QUARTOS

LINDA REFORMA!!

SQN 314 nascente 2qtos sendo 1ste arms gar Ac Fin/FGTS MAPI Whats 98522-4444 cj27154

3 QUARTOS

SORAYA SCARINCI VENDE 104 ótimo Apto 3 qtos sendo 2 suítes armários 3351-4991

205 NORTE Vendo ou Alugo., apto Vazado, reform 3qts (1 ste com closet), copa e cozinha amplas, arms, DCE, 1vg gar Tr: 99618-7165

ASA SUL

3 QUARTOS

SQS 107 130M² ÚTEIS 107 R\$1.170Mil 3qts sociais DCE nascente. Ac Fin/FGTS MAPI Whats 98522-4444 cj27154

VIRTUAL IMOB. VENDE 404 86M² nascente reformado 3º and 3 qtos 2 stes 110m² rico em arms 3322-6644 cj12135

4 OU MAIS QUARTOS

SQS 111 233M² ÚTEIS 111 RARIDADE 4qts ste salão amplo 2 vagas ót.preço MAPI Whats 98522-4444 cj27154

PARK SUL Vdo apto Riviera Park Sul c/170m² sendo 4 suítes, DCE sala ampla, 4 vagas de carro soltas, 1vg de moto, 7º andar R\$ 2.450.000, Tr. 99977-3911 c405

GAMA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF ST CENTRAL QD 03 2qt 54m² 98311-5595/99112-3991 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF ST CENTRAL QD 03 2qt 54m² 98311-5595/99112-3991 c/19540

1.2 LAGO NORTE

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF CA 08 apto 3qtos 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF SQNW 303 apto 2qtos 1suite pronto para morar Tr: 98311-5595

SAMAMBAIA

1 QUARTO

ACHEI IMÓVEIS DF QS 116 Res Max apto 1qto 36m² 98311-5595

ACHEI IMÓVEIS DF QS 116 Res Max apto 1qto 36m² 98311-5595

SUDOESTE

QUITINETES

MEU IMÓVEL IMOB CLSW 304 Ed Alpha Shopping Kit 1 qto sem vaga 38m² alugado Tr: 99562-4472 cj25698

TAGUATINGA

2 QUARTOS

SOTERRA VENDE CNB 11 Ed Carolina Apto 2 quartos 58m² bem localizad, sala c/ varanda 2 banhs soc. 1 vaga CJ3504 3351-8000

VALPARAÍSO

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE PARQUE ESPLANADA apto 2qtos sala banh coz planejada c/elevador Tr: 3033-3865 cj21229

INVEST FLAT VENDE PARQUE ESPLANADA apto 2qtos sala banh coz planejada c/elevador Tr: 3033-3865 cj21229

1.3 LAGO NORTE

1.3 CASAS

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

AMPLA ÁREA VERDE

QI 03 Ponta Seca. Excelente 2 pavtos 5 stes lazer compl. Ac imóvel (-) valor MAPI Whats 98522-4444 cj27154

LAGO SUL

4 OU MAIS QUARTOS

TÉRREA 4 SUITES LINDA!!

QI 23 Excelente reforma moderna salão 4stes arms lazer completo Ac apto na SQS MAPI Whats 98522-4444 cj27154

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE 3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

TAGUATINGA

1 QUARTO

SOTERRA VENDE QND 27 Av Comercial apto 1qto c/sacada sala coz banh social. Excelente localização! CJ3504 3351-8000/99654-5748

1.4 LOJAS E SALAS

SALAS

ASA NORTE

INVEST FLAT VENDE

ED FUSION WORK e Live - Sala 37m² 10º andar. Tr: 3033-3865/98581-0151 cj21229

ASA SUL

J RIBEIRO VENDE

SCS QD 02 Ed Oscar Niemeyer sala c/ garagem 41 m², 1 banheiro R\$ 200.000. CJ 5211. Tratar: 3322-3443

1.4 SUDOESTE

SUDOESTE

J RIBEIRO VENDE

CLSW 101 sl 44m² canto reform alto padrão CJ 5211 3322-3443

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

CEILÂNDIA

QNM 04 Vendo lote prox Feira da Ceilândia. Tr. 99317-8333

GAMA

EXCELENTE LOCALIZAÇÃO

QI 06 Terreno à venda no Setor Leste Industrial do Gama. Area com 10.500M². Tratar: (62) 98112-0219

PLANALTINA

VIRTUAL IMOB. VENDE DF 130 excel. terreno comercial 23.000m² c/ 3 frentes 61 3322-6644

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

OUTROS ESTADOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 4

ALEXÂNIA - GO 20.000m². Local Plano e Seguro. Água, energia, Net, Lzer ou Morar. Setor de Chácaras (62) 98406-5441 c/5935

VALE DO PARANÁ - GO DISTANTE 270 KM BSB, 2.800 Ha, 1.500 Ha formado, bastante água, 40 divisões de pasto, boa sede, 2 currais ót preço 61 99978-1485

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

2.5 Lotes, Áreas e Galpões

2.6 Quartos e Pensões

2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA CRS 513 fundos W3 loja aprox 200m² c/ banheiro interno 99112-3703

2 QUARTOS

SORAYA SCARINCI ALUGA R 28 Apto 68m² 2 qtos sendo 1 suite sl varanda gourmet 3351-4991

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA AV FLAMBOYANT 3 qtos 1 vaga 1 suite sem fiador sem burocracia e sem taxa de adesão 3344-4112

ASA NORTE

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02 Bl B It 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc \$ 1.400 991577766 c9495

ASA SUL

3 QUARTOS

ALUGO

115 SQS Bloco B apto 106 3 quartos sendo 1 suite, DCE, vaga de garagem para 2 ou 3 carros. Tratar diretamente com a proprietária (61) 98118-8482/3364-4242

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA AV CONTORNO 2qtos sl coz ár.serv. e gar Tr: 3386-9000 cj22002

2.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA

CCSW 03 Alugo Apto 2 qtos 1 vaga 1 suite sem fiador sem burocracia e sem taxa de adesão 3344-4112

TAGUATINGA

2 QUARTOS

SORAYA SCARINCI ALUGA

CSA 03 ótimo apto vista livre com armários piso porcelanato 3351-4991

2.3 CASAS

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA AV CENTRAL 3qts sendo 1ste sala coz banh. Tr: 3386-9000 cj22002

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM ALUGA QD 05 4qtos área total 2.400m² cosntr. 400m². 3552-4358 c/12179

RIACHO FUNDO

2 QUARTOS

SOTERRA ALUGA QS 06 casa 2qtos 100m², R\$ 1.800. CJ3504 3351-8000

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

ANUNCIE AQUI!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 4

CORREIO BRAZILIENSE CLASSIFICADOS

2.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS

SOTERRA ALUGA

QNB 02 cs 4 qtos sendo 2 stes todos c/arms gar p/ 5 carros CJ3504 3351-8000/98116-4684

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA

SHLS 716 garagem alugado R\$ 150,00 CJ 5211. Tratar: 3322-3443

GUARÁ

QE 38 Al Loja 96m² c/ subsolo 1wc Ref. piso granitina frente p/nasc \$ 1.300 991577766 c9495

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA

SCS QD 01 Edif Cear'pa sala 30m² com banheiro á CJ 5211. Tratar: 3322-3443

SAAN/SIA/SIG/SOF

ACONTECE IMOBILIÁRIA SAAN QD 02 aluguel de sala sem fiador sem burocracia 3344-4112

TAGUATINGA

C-12 Centro, Antigo Cine Lara, alg sala 87m² c/gar R\$ 2.300 + cond R\$690 Tr.99606-5048



Imóvel dos Sonhos



O imóvel dos seus sonhos você encontra aqui



Aponte a câmera do seu celular para o QR-Code e confira as ofertas

Acesse: www.correiobraziliense.lugarcerto.com.br

Quer anunciar a sua imobiliária?

61 3214-1245

Fale conosco

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

BMW

AUTOCRED

320IA 19/20 Modern/Sport Tb 2.0 flex/Gp 4p excelente, único dono revisada 99288-9231

HONDA

AUTOCRED

CIVIC 13/14 Sedan Lxr 2.0 Flexone 16v autom. 4pts 99288-9231

HYUNDAI

GLOBO MULTIMARCAS

IX35 15/16 GLS 2.0 16V 2wc Flex autom. 3363-9242 98409-9198

TOYOTA

GLOBO MULTIMARCAS

COROLLA 18/19 GLi Upper 1.8 Flex 16V Aut. 3363-9242 98409-9198

VOLKS

AUTOCRED

GOLF 13/14 Highline 1.4 Tsi 140cv Aut. 99288-9231

GLOBO MULTIMARCAS

VIRTUS 20/21 Comfort 200 Tsi 1.0 Flex 12V automático. 3363-9242 98409-9198

GLOBO MULTIMARCAS

VIRTUS 20/21 Comfort 200 Tsi 1.0 Flex 12V automático. 3363-9242 98409-9198



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico TSE nº 90014/2024

Nº Processo: 10814-1/2022. Objeto: Aquisição de materiais, dispositivos e ferramentas necessários à manutenção das instalações elétricas, consoante especificações, quantidades, exigências e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.. Total de Itens Licitados: 50. Edital: 19/03/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Setor de Administração Federal Sul Quadra 7 Lote 1/2, - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/70001-5-90014-2024>. Entrega das Propostas: a partir de 19/03/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 04/04/2024 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Os itens 1 a 6 e os grupos 1 a 7 desta licitação serão destinados exclusivamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme inciso I, art. 48 da LC nº 123/2006.

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma

4.2 Moda, Vestuário e Beleza

4.3 Saúde

4.2 Comemorações, e Eventos

4.5 Serviços Profissionais

4.6 Som e Imagem

4.7 Diversos

4.3 SAÚDE

MASSAGEM TERAPÊUTICA

MASSOTERAPEUTA

CIRLENE SOUZA
Mass relaxante muscular terapêuticas técnicas de SPA Drenagem pós operatório Tratamento linfedema 61 99550-3724 <https://g.co/kgs/DBxrzti>

MASSOTERAPEUTA

CIRLENE SOUZA
Mass relaxante muscular terapêuticas técnicas de SPA Drenagem pós operatório Tratamento linfedema 61 99550-3724 <https://g.co/kgs/DBxrzti>

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO

DETETIVE ALESSANDRA

A Nº 1 Em fotos, filmagens, flagrantes. Sigilo e discrição total. Whatsapp / Gps / Monitor 24h. Todas as áreas 61 99607-1398

DETETIVE ALESSANDRA

A Nº 1 Em fotos, filmagens, flagrantes. Sigilo e discrição total. Whatsapp / Gps / Monitor 24h. Todas as áreas 61 99607-1398

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editoriais

5.3 Infomática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

INSTALAÇÕES E MATERIAIS

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e papelaria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e papelaria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e papelaria 61-991984834

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

ABANDONO DE EMPREGO

A EMPRESA, Inco Empreendimentos Imobiliários S/A 13.510.159/0001.06 convoca o Sr. Chylandou Sousa da Silva CTPS: 0532 série: 031/DF a comparecer na sede da empresa, no prazo de 72 horas da publicação deste, sob pena de caracterização de Abandono de Emprego, ensejando a justa causa do seu contrato de trabalho, conforme dispõe o Artigo 482, Letra I da CLT.

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

PREVICRED

CRÉDITO PESSOAL - para funcionário público em geral com cheque desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/serasa Tel. 4101-6727 98449-3461

SINDICATO DOS JORNALISTAS

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A coordenação-geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em plataforma virtual no dia **21 de março de 2024**. A primeira chamada ocorrerá às **19 horas e 45 minutos**, em segunda chamada às **20 horas**.

- 1) Discussão e aprovação da pauta de reivindicações da campanha salarial 2024-2025;
- 2) Deliberação a cerca de instituição da cláusula referente à Contribuição Assistencial ao Sindicato para todos os integrantes da categoria e de outras obrigações;
- 3) Outros assuntos

Para participar, basta enviar e-mail para sjpdf2020@gmail.com nome completo e local de trabalho no corpo da mensagem. O link será encaminhado por e-mail um hora antes da assembleia.

Brasília, 18 de março de 2024
Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal

5.2

MÍSTICOS

MÍSTICOS

AMOR EM 6 HORAS

A MAE SARA traz o amor de volta em 6 horas, cura impotência sexual, ejaculação precoce, faz pacto de riqueza, fornece números da sorte para jogos de loteria. Não cobra consulta. (61) 9.9149-8430

AMARRAÇÃO AMOROSA

TARÔ DOS ANJOS
Faço união de casal, avastamento de rivais, limpeza de corpo, aberturas de caminho com rezas e passes espiritual, trato impotência e cura vícios. Trabalhos p/todos fins. Consulta 01 cesta básica, Fazemos consulta presencial/ online 98224-9880 - SIA. Mãe Heloisa

DONA MARIA Chegada do Codó Maranhão fazemos qualquer tipo de trabalho Espiritual Amoro- so, Problema de lavoura e Saúde 99699-8430

DONA MARIA Chegada do Codó Maranhão fazemos qualquer tipo de trabalho Espiritual Amoro- so, Problema de lavoura e Saúde 99699-8430

DONA MARIA Chegada do Codó Maranhão fazemos qualquer tipo de trabalho Espiritual Amoro- so, Problema de lavoura e Saúde 99699-8430

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

PREVICRED

CRÉDITO PESSOAL - para funcionário público em geral com cheque desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/serasa Tel. 4101-6727 98449-3461

5.7

TEMPORADA

5.7 TURISMO E LAZER

SERVIÇOS

TEMPORADA

HOTEL HOT SPRINGS CALDAS NOVAS (GO) Apto 7 piscina, sauna, frigobar, ar, banheira 4 pessoas. Whats 61 99987-9698

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

FAÇO ORAL

GINA 35 ANOS Oral até o fim em homens ativos deixo finalizar na boca A.Nt 61 99662-9136

KAREN LINDA

BOCA GULOSA gemo gostoso. C/ Segredinho Extra 61 98423-0109

5.7

MASSAGEM RELAX

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS BEMESTARMASSAGENS.COM.br as 20 todas lindas 61 985621273/ 3340-8627

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 1.500 semana Asa Sul 61 98122-3152

EXECUTIVE RELAX massag c/final feliz Júlia morena (61)99404-2667

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

RESTAURANTE CHINÊS

AJUDANTE DE COZINHA Atendente e Cozinheiro c/Exper. p/ Taguatinga Sul. Tr: 3352-8456

ATENDENTE Urgente com exp. em pizzaria horário 16:00 às 00:00. Sudoeste. 99553-1388

CASEIRO QUE Saiba tirar leite. Tratar: 61 3367-0108 /99342-3576

DOMÉSTICA QUE POSSA dormir no emprego. Folgas aos finais de semana que saiba cozinhar. Salário a combinar. Tr: 61 99840-2277

JARDINEIRO

COM EXPERIÊNCIA Enviar CV p/ kandra. industria@gmail.com

6.1

NÍVEL BÁSICO

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana 61 98474-3116

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 1.500 semana Asa Sul 61 98122-3152

NÍVEL MÉDIO

AJUDANTE

DE PRODUÇÃO EM Indústria no SCIA. Enviar CV para: kandra. industria@gmail.com

ATENDENTE DE FARMÁCIA

COM OU SEM EXPERIÊNCIA e boa digitação. Sal. R\$1.750 + Comissão+VA+VT + PS. Cv p/ viamagistralcurriculum lab@uol.com.br

AUXILIAR COZINHA e Atendimento cliente. Dedicado(a) Currículo só WhatsApp 99672-6216

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 90014/2024

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais bibliográficos, não periódicos, editados no mercado nacional, constituídos de livros, mapas, audiovisuais, folhetos, teses e outros documentos em formato impresso, disponíveis em editoras ou livrarias, cujos assuntos façam parte dos Núcleos Básicos e Complementares. DATA: 08/04/2024 Horário: 14h. Local: www.gov.br/compras. O Edital encontra-se disponível nos sites: www.gov.br/compras e www.stf.jus.br.

Brasília, 15 de março de 2024

Cezar Augusto Barros Gadelha

Agente de contratação/Pregoeiro



LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMerval SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, o CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo ofício nº null/2024 - CESAV/BU de 02/01/2024, requereu a este Serviço Registral a intimação de **FABIO DE SOUZA**, brasileiro, fabricante, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 005.210.991-70, residente e domiciliado nesta cidade, nos seguintes endereços: a) Apartamento nº J2-23, situado no 2º Pavimento, do Bloco "J2", da Rua "J" - Quadra Condominial QC12 - Avenida Mangueiral, do SHMA; e, b) Apartamento nº 101, Quadra QRA, Conjunto "J" - Lote nº 12, Candangolândia, na qualidade de DEVEDORA FIDUCIANTE nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaça o pagamento da importância de R\$ 5.212,09 (cinco mil e duzentos e doze reais e nove centavos), atualizada até o dia 02/03/2024, correspondente às prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária do instrumento particular de compra e venda com alienação fiduciária do Apartamento nº 402, situado no 3º Pavimento, Entrada nº 25, do Bloco "B", da Quadra 710/711, do SCR/Norte, nesta cidade, registrada sob os nºs R.6 e R.7, na matrícula nº 54.668. A Devedora Fiduciante não foi localizada nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, fica a DEVEDORA FIDUCIANTE, acima qualificada, CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADA, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS - QUADRA 08 - BLOCO "B" nº 60 - SALA 140C - "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Apartamento nº 402, situado no 3º Pavimento, Entrada nº 25, do Bloco "B", da Quadra 710/711, do SCR/Norte, desta cidade, em nome do CREDOR FIDUCIÁRIO. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 16 (dezesseis) dias do mês de fevereiro de 2024. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL - OFICIAL.

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
OFICIAL.

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE

 **lugarcerto**
.com.br

 **vrum**
.com.br

OS MELHORES

ANUNCIANTES

ESTÃO AQUI



AutoCred

propriété
IMÓVEIS

SR
IMÓVEIS
CJ 9417
COMPRA, VENDA E ADMINISTRAÇÃO

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

Invest Flat
IMOBILIARIA

Soraya Scarinci
Corretora de Imóveis

EST. 2008
CUMARIM
STEAKS & BURGERS

VECON
30 ANOS
CONSTRUTORA

Pedro Junior
Escritório Imobiliário

Rita Landim
Corretora de Imóveis

CONVICTA
IMÓVEIS

REVENDA
PaulOOctavio

ADELSON IMÓVEIS

QUERO CONTEMPLADO

JR JRIBEIRO
IMÓVEIS

PLANO
IMÓVEIS

ACONTECE
IMOBILIÁRIA

Meu Imóvel
CONSULTORIA & INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
CJ 25698

B. R. André

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

SOTERRA
Imobiliária

ÁLVARO COSTA
Imobiliária

PaulOOctavio
Aluguel

V
VIRTUAL IMOBILIÁRIA

ANUNCIE VOCÊ TAMBÉM A SUA EMPRESA, LOJA OU SERVIÇOS E TENHA A SUA MARCA NO JORNAL DE MAIOR RELEVÂNCIA EM BRASÍLIA

ENTRE EM CONTATO CONOSCO

61 98 167-9999

